



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

CLAUDIANE DE FÁTIMA MELO DE SOUSA

A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Belém – PA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

CLAUDIANE DE FÁTIMA MELO DE SOUSA

A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará como critério parcial para obtenção do título Doutor em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Francisco de Assis Costa
Coorientador: Daniel dos Santos Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M528f Melo de Sousa, Claudiane de Fátima
A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões
(...), mas o agricultor não sai daqueles centavos: :
Expropriação e resistências camponesas na Amazônia
Paraense / Claudiane de Fátima Melo de Sousa. — 2019.
226 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Coorientador(a): Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2019.

1. Campesinato. 2. Dendeicultura. 3. Acumulação
primitiva. 4. Reprodução ampliada do capital. I. Título.

CDD 301.35



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

CLAUDIANE DE FÁTIMA MELO DE SOUSA

A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará como critério parcial para obtenção do título Doutor em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Francisco de Assis Costa

Coorientador: Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes

Banca examinadora

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Presidente (Núcleo e Altos Estudos Amazônicos)

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Examinador interno (Núcleo e Altos Estudos Amazônicos-UFPA)

Prof.^a Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín
Examinador interno (Núcleo e Altos Estudos Amazônicos-UFPA)

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Examinador externo (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-UFPA)

Prof.^a Dr.^a Ana Lídia Pantoja Nauar
Examinadora externa (Programa de Pós Graduação em Educação Escolar Indígena - PPGEI - UEPA/UFPA/UFOPA/UNIFESSPA).

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará pela oportunidade de cursar uma pós-graduação em tão conceituada instituição de ensino.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária por possibilitar a realização desse momento e em especial às pessoas que tornaram esse momento possível, Liane, Josiane, Blúnio e Edila.

Ao meu orientador, Dr. Francisco Costa pela confiança e indução a reflexões.

Ao meu coorientador, Dr. Daniel Fernandes por sua receptividade e orientações.

À Zíngara, sempre muito atenta e solícita.

À banca examinadora pelas excelentes contribuições.

Aos amigos do serviço quilombola, pelo carinho e incentivo, com especial atenção ao Marcos e Salete meus ouvintes atentos e bons conselheiros nos momentos de crises epistemológicas e existenciais.

Ao colega de trabalho e companheiro de luta Marcelo Arbage pela confecção do mapa de localização.

Aos amigos que me ajudaram na pesquisa de campo, em especial Helenice César Auricélia.

A todos os agricultores e agricultoras que abriram as portas das suas casas e comigo compartilharam alegrias, sonhos, anseios, preocupações e esperanças.

Ao meu esposo e filha por sempre estarem ao meu lado.

À minha mãe, que mais uma vez foi meu baluarte na conquista de mais essa vitória, e minha companheira das madrugadas, quase sempre quentes, dessa metrópole do calor.

Ao meu pai, Luis Gomes, que se orgulhou de minhas primeiras letras e hoje mais ainda.

RESUMO

Sempre que formações camponesas se encontram, de algum modo, em relação direta com setores da economia capitalista surge o debate acerca de sua permanência ou subsunção. Neste trabalho trato desse assunto, e apresento como hipótese de trabalho que os contratos realizados entre agricultores familiares e empresas do ramo da dendeicultura não os transformam em uma classe para o capital, mas compõe maneiras particulares de o capitalismo promover a sua reprodução ampliada. Utilizando o método etnográfico demonstro que na Amazônia a expansão da dendeicultura contém todos os elementos identificados por Marx no que ele denominou de acumulação primitiva, e que isto não se constitui como um entrave para a existência capitalista, ao contrário, comprova a tese central de Rosa Luxemburgo, segundo a qual "Como processo histórico, a acumulação do capital progride do princípio ao fim em um meio constituído por formações pré-capitalistas várias, e em confronto político constante, mantendo intercâmbio econômico interminável com as mesmas". Deste modo, e tendo em vista o contexto hodierno, o esquema teórico da autora mostra-se atual e válido.

Palavras-chave: Campesinato. Dendeicultura. Acumulação primitiva. Reprodução ampliada do capital.

ABSTRACT

Whenever peasant formations are in some way in direct relation to sectors of the capitalist economy, the debate arises about their permanence or subsumption. In this paper I deal with this subject, and I present as a working hypothesis that the contracts made between family farmers and oil palm companies do not turn them into a class for capital, but they compose particular ways for capitalism to promote their expanded reproduction. Using the ethnographic method I show that in the Amazon the expansion of oil palm contains all the elements identified by Marx in what he called primitive accumulation, and that this does not constitute an obstacle to capitalist existence, on the contrary, proves Rosa Luxemburg's central thesis. According to Luxemburg, "As a historical process, the accumulation of capital progresses from beginning to end in a medium consisting of various precapitalist formations, and in constant political confrontation, maintaining endless economic exchange with them." Thus, and in view of today's context, the author's theoretical scheme is current and valid.

Keywords: Peasantry. Oil palm. Primitive accumulation. Expanded reproduction of capital.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 ÁREA DE PESQUISA COM INDICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
FIGURA 2. PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PALMA NA MALÁSIA, INDONÉSIA E NO RESTO DO MUNDO DE 1973-2005.	28
FIGURA 3. PRODUÇÃO MUNDIAL DE ÓLEO DE PALMA (MIL TONELADAS)	29
FIGURA 4. SÉRIE HISTÓRICA DE ÁREA PLANTADA DE DENDÊ NO BRASIL 1961-2007	34
FIGURA 5. ÁREA DE DENDÊ DESTINADA A COLHEITA NO BRASIL E NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONA, BAHIA, PARÁ, RORAIMA - 2004-2017 (HECTARE)	35
FIGURA 6 QUANTIDADE DE CACHOS DE DENDÊ PRODUZIDOS NO BRASIL E NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, BAHIA, PARÁ E RORAIMA - 2004-2017 (T)	36
FIGURA 7 IMAGEM DE CAMPANHA CONTRA O CONSUMO DE NUTELLA	38
FIGURA 8 ORANGOTANGO ENFRENTA ESCAVADEIRA NA TENTATIVA DE PROTEGER SEU HABITAT	38
FIGURA 9 CAPACIDADE MÉDIA INSTALADA E Nº DE USINAS DE BIODIESEL	45
FIGURA 10. CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL COM E SEM SCS NOS ANOS DE 2005-2017	46
FIGURA 11 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NOS ANOS 2008-2017	46
FIGURA 12 MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO BRASIL NOS ANOS DE 2008-2017	47
FIGURA 13 ÁREA PLANTADA E ÁREA COLHIDA (HA) DE SOJA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2017	48
FIGURA 14 PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL (T) ENTRE OS ANOS DE 2004-2017	48
FIGURA 15 ÁREA PLANTADA (HA) E QUANTIDADE PRODUZIDA (T) DE SOJA NO PARÁ ENTRE OS ANOS DE 2004-2017	49
FIGURA 16 PRODUÇÃO MUNDIAL DE ÓLEOS VEGETAIS (MILHÕES DE TONELADAS)	50
FIGURA 17 ORGANOGRAMA DE FASES DO ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA PALMA DE ÓLEO	70
FIGURA 18 EMPRESAS DENEICULTORAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ ATÉ 2015	73
FIGURA 19 VISITA DE AGRICULTORES A ÁREA DE PLANTIOS DE AGRICULTORES COM CONTRATO COM A AGROPALMA	94
FIGURA 20 FAZENDAS DA EMPRESA BIOPALMA NO MUNICÍPIO DE ACARÁ	118

FIGURA 21 CARTA IMAGEM DAS FAZENDAS TRÊS IRMÃS, CAMPO BELO E EIKAWA E INTERSEÇÕES COM AS ÁREAS INDÍGENAS	120
FIGURA 22 SOBREPOSIÇÃO DE CAR DA BIOPALMA SOBRE TERRITÓRIO QUILOMBOLA	121
FIGURA 23 IMAGEM DE SATÉLITE DE 2010, ÁREA DISPUTADA PELA BIOPALMA E ARQUIA	122
FIGURA 24 IMAGEM DE SATÉLITE DE 2013, ÁREA DISPUTADA PELA BIOPALMA E ARQUIA	122
FIGURA 25 BOVINO EFETIVO (CABEÇAS)	124
FIGURA 26. PESAGEM DOS FRUTOS EM CAMPO	139
FIGURA 27. PESAGEM DOS FRUTOS EM 2014	139
FIGURA 28 FRENTE DO INFORMATIVO CIRCULADO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES INFORMANDO O PREÇO DA TONELADA NAQUELE MÊS.	142
FIGURA 29 VERSO DO INFORMATIVO SOBRE O PREÇO DA TONELADA DO DENDÊ	142
FIGURA 30 TÉCNICA DA EMPRESA CARREGANDO OS FRUTOS DO AGRICULTOR	144
FIGURA 31 CAMPONÊS COM SEUS NETOS	144
FIGURA 32 TRANSPORTE DE FRUTOS FEITO PELA TÉCNICA DA EMPRESA BBB.....	145
FIGURA 33 DENDÊ SENDO DESCARREGADO DENDÊ NO PONTO DE APOIO.....	150
FIGURA 34 DIA DE FARINHADA	167
FIGURA 35 RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO DE DENDÊ (QUILOGRAMAS POR HECTARE)	172
FIGURA 36 PLANTA APENAS COM INFLORESCÊNCIA MASCULINA	175
FIGURA 37 JOVEM AGRICULTOR CORTANDO CACHO	179
FIGURA 38 TRANSPORTE DE CACHOS FEITO EM CANGALHA	179
FIGURA 39 TRANSPORTE DE CACHOS EM CARROÇA	180
FIGURA 40 DESCARREGANDO CACHOS NO PONTO ONDE O CAMINHÃO IRÁ BUSCAR.....	180
FIGURA 41 Nº DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DO PRONAF ECO-DENDÊ ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2018.....	187

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE ÓLEO DE PALMA E PALMISTE DE 1960 A 2020 (MIL TONELADAS)	30
TABELA 2 NÚMERO DE CONTRATOS DE PRONAF ECO-DENDÊ POR MUNICÍPIO/ ESTADO DO PARÁ	79
TABELA 3 CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE DENDÊ NO FNO-NORMAL/POR ANO	80
TABELA 4 CUSTOS DE INSUMO E MÃO DE OBRA FINANCIADOS POR PROJETOS NA LINHA ECO-DENDÊ.....	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 NÍVEIS DE MANEJO CONSIDERADOS NO ZAE-DENDÊ	72
QUADRO 2 CAR REGISTRADOS NO SICAR PELO GRUPO AGROPALMA	111
QUADRO 3 ÁREAS CADASTRADAS NO SICAR <i>VERSUS</i> ÁREAS DE EMPRESAS DO MERCADO DE ÓLEO DE PALMA CERTIFICADAS.....	114
QUADRO 4 CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA EMPRESA BIOPALMA PARA SELEÇÃO DE FAMÍLIAS.....	169

LISTA DE SIGLAS

ABRAPALMA – Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma

ADM- Archer Daniels Midland

AGROMENDES - Mendes Júnior Agrícola do Pará

ANP - Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis

ARQUIA - Associação Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba

BACEN - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BASA - Banco da Amazônia S.A

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CFF – Cacho de Frutos Frescos

CMN - Conselho Monetário Nacional

CRAI - Companhia Real Agroindustrial

EMATER-PARÁ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BBB - Belém Bioenergia Brasil

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CCIR - Certificado de Cadastramento de Imóvel Rural

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFF – Cacho de Fruto Fresco

CIRAD - Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônômica para o desenvolvimento

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

COOPARAENSE - Cooperativa Agrícola Mista Paraense

CODEPA – Companhia de dendê do Amapá

COFINS - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DEANAM - Dendê da Amazônia S.A

EFSA - Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar

EMADE - Empresa Amazonense de Dendê

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IAN - Instituto Agrônômico do Norte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRHO - Institut Recherches pour les Huiles et Oleagineux

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Estado do Pará

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCR - Manual de Crédito Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MPF – Ministério Público Federal

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PIS - Programa de Integração Social

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PROPFLORA - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas

PRODUSA - Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

REASA - Reflorestamento da Amazônia Ltda

RL – Reserva Legal

SCS - Selo combustível Social

SAGRI - Secretaria de Agricultura do estado do Pará

SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural

SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária

SINDTER - Sindicato Dos Empregados e Empregadas Rurais

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

STTR – Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

USDA Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

ZAE – Zoneamento Agroecológico

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

ZARC - Zoneamento Agrícola de Risco Climático

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. PERCURSO METODOLÓGICO.....	10
2. QUESTÕES INICIAIS.....	23
2.1. A gênese do comércio de óleo de dendê	25
2.2. ASCENSÃO E QUEDA DA DENDEICULTURA: A GUERRA DE NARRATIVAS	31
2.3. O paradigma da crise energética e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.....	40
3. A EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CAMPESINATO E A RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO	53
3.1. Campesinato, camponeses e agricultura familiar	53
3.2. Campesinato e capitalismo: O uroboró das ciências sociais	55
3.3. A dendeicultura e a retórica do desenvolvimento	62
3.4. Palma de Óleo no Brasil: estratégias para Produção nacional e uso de biodiesel	65
3.4.1 Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo.....	68
3.4.2 Aprimoramento dos instrumentos de crédito para produtores rurais	74
3.4.3 Investimento em pesquisa e inovação.....	81
3.4.4 Ampliação da oferta de assistência técnica a agricultores familiares	82
3.4.5 Estabelecimento da Câmara Setorial de Palma de Óleo	83
3.4.6 Outras considerações sobre o Programa Palma de Óleo e a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense	83

4. INCLUSÃO SOCIAL OU ESPOLIAÇÃO.....	91
4.1. A atualidade de um passado distante.....	98
4.2. A expropriação da base fundiária.....	106
4.3. “nós estamos como um escravo pra eles”: a apropriação do trabalho camponês.....	128
4.4. Só com a cabeça fora d’água.....	152
4.5. “Se o irmão tem fé, eu não vou desistir da minha”: Formas cotidianas de resistência camponesa.....	176
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
BIBLIOGRAFIA.....	202

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma etnografia da expansão da dendeicultura na Amazônia paraense e ocorreu nos municípios de Acará, Aurora do Pará, Concórdia do Pará, Moju, São Domingos do Capim e Tomé-Açu. O período temporal da pesquisa são os anos de 2016 a 2019, com referências pontuais e para efeitos de comparação com pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2013 e 2014.

O universo de interlocutores é composto por homens e mulheres pertencentes à agricultura familiar, às esferas governamentais (secretários de agricultura e empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará- Emater), das empresas (Belém Bioenergia Brasil e Biopalma), representantes de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Sindicatos dos Empregados e Empregadas Rurais (Sindter).

O problema de pesquisa surge das contradições que emergem no meio rural a partir da chegada de novas empresas de dendê à região estudada, que em uma expansão acelerada promoveram mudanças na estrutura fundiária, na paisagem, nas relações de trabalho e na agricultura familiar, principalmente, por meio de contratos de fornecimentos de matérias-primas e prestação de assistência técnica.

Essa expansão começou no final da primeira década dos anos dois mil e é parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que tinha por objetivo diversificar a matriz energética brasileira através da produção e uso de biodiesel - a ser produzido a partir de diferentes matérias primas – bem como promover a inclusão social através da geração de emprego e renda no meio rural.

No referido programa havia ainda como objetivo de fundo a superação das desigualdades regionais em que cada região produziria determinada matéria-prima. Para tal a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou o zoneamento das oleaginosas que seriam desenvolvidas em cada região do país. Para o Norte do país a soja e o dendê foram as oleaginosas indicadas, porém esta última que recebeu.

Para incentivar e viabilizar a expansão da dendeicultura foi criado o Programa Nacional de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil (leia-se Amazônia),

conhecido por Programa Palma de Óleo, lançado em 2010 pelo presidente da República da época. Com promessas de salvaguardar a floresta amazônica e livrar o amazônida da miséria foi então proclamada a corrida por terras e braços.

A dendeicultura, que desde os anos de 1980 já era uma realidade no Estado Pará, saiu de 52.244 hectares em 2010 para 101.795 hectares em 2017 e atraiu para o ramo da dendeicultura na região corporações como a Companhia Vale, Archer Daniels Midland (ADM) e GALP Energia.

A chegada dessas empresas¹ à região foi precedida da compra de terras. As terras adquiridas eram principalmente ligadas à criação de gado bovino e também oriundas do campesinato. Na dianteira da aquisição de terras estavam membros das elites locais, composta por comerciantes, políticos e agentes públicos.

Na aquisição das terras camponesas pessoas e grupos com conhecimento e ascendência sobre pessoas das comunidades rurais convenciam os agricultores de um jeito ou de outro a vender suas terras. Os agentes aliciadores que funcionavam também como atravessadores de terras², compravam as áreas de porteira fechada³ e ficavam com a maior parte da infraestrutura⁴, animais e maquinários e vendiam para as empresas a terra nua.

¹ Além dessas empresas, no período também chegou à região a o Guanfeng Group (de origem chinesa), porém o universo da pesquisa considera apenas as empresas que atuam com contratos com a agricultura familiar. Como não localizei representantes da Empresa ADM o universo contempla apenas famílias camponesas que plantaram com contrato com as empresas Biopalma e BBB. No entanto, devido durante a pesquisa de campo me deparar com situações referentes à ADM, trago algumas vezes esses dados. A Agropalma, ainda que não faça parte do universo da pesquisa, também trago elementos acerca de como ocorre os plantios e os contratos com os camponeses para comparar com os dados encontrados na minha pesquisa de campo. A empresa Agropalma chegou ao Estado do Pará ainda na década de 1980 e a experiência de contrato com camponeses é anterior ao advento do PNPB e do Programa Palma de Óleo.

² Os líderes sindicais e camponeses referem-se às pessoas que compravam terra na região como atravessadores de terras, porque eles compravam as terras para revender. O atravessador é uma figura conhecida no meio rural da Amazônia paraense, pois devido às grandes distâncias, precariedade nos meios de transporte e organização comercial deficitária, existem pessoas que tem como meio de vida sair de comunidade em comunidade rural comprando os mais diversos produtos e revendendo para comerciantes nas cidades, essas figuras são conhecidas como atravessadores.

³ O que significa que a pessoa vendia com tudo o que tinha dentro, pastos, animais, maquinários, plantios por serem colhidos.

⁴ Em geral essa infraestrutura apropriada se referia às cercas, currais e casas menores. No caso das fazendas as casas grandes que serviam de sede foram aproveitadas pelas empresas como alojamento.

Os atravessadores utilizavam todos os meios para maximizar seus ganhos. Por exemplo, o pagamento da terra era feito por meio de depósito em conta corrente, porém muitos camponeses não dispunham de conta em banco. A esses agricultores o atravessador alugava uma conta na qual o agricultor receberia o valor do pagamento de sua terra e pagava para o atravessador taxas de até três mil reais.

Os agricultores que não foram convencidos a vender suas terras, depois com as empresas instaladas passaram a ser atraídos para plantarem dendê, haja vista que no escopo do PNPB há a necessidade de inclusão de agricultores familiares e também é um meio que as empresas encontram para acessar mais terras, dispor de força de trabalho a baixo custo e também ter um mercado para vender mudas, sementes e adubos não utilizados por elas.

A empresa Biopalma ambicionava fazer contrato com duas mil famílias. A empresa BBB com mil famílias e a (ADM) com 600 famílias. Porém as pretensões das empresas ficaram longe de serem realizadas, do universo pretendido, ou seja, de 3.600 famílias pretendidas até 2018 alcançou-se apenas 1.062⁵.

Em virtude da expansão acelerada, dos impactos para o meio ambiente dos conflitos com comunidades quilombolas e indígenas; das condições de trabalho e dos custos de produção do dendê suportados pelos camponeses que mantêm contratos com as empresas, um número significativo de pesquisadores passou a dedicar-se ao tema, entre os quais eu me insiro.

No trabalho intitulado *Será mesmo o diabo? Expansão da dendeicultura e o campesinato na Amazônia paraense* (2015) argumento que as relações estabelecidas por meio dos contratos ocorrem em meio a tensões e disputadas de poder. De um lado a empresa desrespeitando a lógica da produção camponesa e do outro, camponeses lutando para manter seu modo de vida.

⁵ Informações baseadas em dados fornecidos pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil, pois as empresas costumam apenas informar números aproximados. No site da BBB informa que esta tem 3.000 hectares plantados pela agricultura familiar; a Biopalma fala em 6,8 mil hectares e a ADM em 270 famílias. Em entrevistas de campo, também consegui apenas números aproximados. Levando em consideração que todo o dendê implantado pela agricultura familiar é financiado, optei em utilizar os dados dos agentes financeiros.

A categoria campesinato foi utilizada enquanto conceito que me ajudou a pensar as particularidades não apenas de um modo de produção fora da esfera capitalista, mas também de um modo de vida. O campesinato por mim considerado inclui o campo econômico, por se compor ao mesmo tempo unidade de produção e de reprodução, e essa última me permite pensar o campesinato também ordem moral e simbólica (WOORTMANN, 1987).

Discuto e me oponho à necessária subsunção do campesinato pela economia capitalista quando ela estabelece relações diretas com o mercado. Apoio-me neste ponto nas obras de Francisco Costa (2012a) e Michel Taussig (2010), para falar que os camponeses reproduzem sua especificidade na realidade social do capitalismo e, portanto, supõe o mercado. Logo, a integração ao mercado não significaria a necessária dissolução do campesinato, nem sua factível transformação.

Ao observar as formas como as empresas empreenderam as ações de expansão da dendeicultura, com aquisição de terras, tentativa de destruir parte do campesinato, formação de mercado de mão de obra e de compradores de produtos capitalistas e um sistema bancário de endividamento, pensei estar diante do que David Harvey (2003) chama de acumulação por espólio, uma face moderna da acumulação primitiva.

Todavia, é Rosa Luxemburgo (1985) quem desenvolve a tese de que a acumulação capitalista e a reprodução do capital não obedecem ao modelo proposto por Karl Marx em seus escritos que compõem *O Capital*. Para Luxemburgo o esquema de Marx serve como recurso teórico, mas é negado no curso da história. Se assim não fosse, argumenta Luxemburgo, o imperialismo não teria justificativas de existir, pois tem sido a forma específica de países ricos continuarem a extrair a mais-valia de setores não capitalistas dos países em posição de subordinação.

Na mesma direção Claude Meillassoux (1987) argumenta que o materialismo histórico admite a possibilidade de transferência de valor de um modo de produção não capitalista para o modo de produção capitalista por meio da acumulação primitiva, não existindo em seu esquema teórico uma teoria que permita pensar uma extração contínua, essa lacuna, afirma o autor, é suprida por Rosa Luxemburgo.

Ao analisar as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil, Francisco de Oliveira (2013) demonstra que “a expansão capitalista no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (p. 60), essa particularidade identificada por Oliveira, à luz do postulado de Luxemburgo (1985) trata-se muito mais do *modus operandi* da reprodução do capital do que de uma especificidade do ornitorrinco.

Juan Palerm (1997) defende que Karl Marx era perfeitamente consciente de que o sistema capitalista não operava na realidade concreta de maneira independente e sim intimamente vinculado ao sistema colonial tanto em sua fase de acumulação primitiva quanto em sua fase reprodutiva.

Marx, ressalta o autor, associou claramente o desenvolvimento exitoso da indústria têxtil inglesa com o domínio desta nação sobre suas colônias, especialmente Índia. Deste modo, conclui o autor, a exclusão das formas não capitalistas na construção de seu modelo teórico obedeceu, aparentemente, a necessidades puramente metodológicas.

O autor avalia que o procedimento metodológico a partir das ideias de Rosa Luxemburgo (1985) implica reunir a pureza lógica do modelo marxiano para focar atenção nos pontos de articulação que o capital mantém com formas não capitalistas de produção. Foi precisamente isso que fiz no capítulo cinco no qual trato dos mecanismos de expansão da dendeicultura que servem à acumulação e reprodução do capital, tirando excedentes dos camponeses e os repassando para as empresas capitalistas e para o sistema bancário.

A tese esta organizada em quatro capítulos, mais a introdução e as considerações finais. No capítulo um trato do percurso metodológico da pesquisa, apresentando método e metodologia, assim como o problema e o universo da pesquisa.

O capítulo dois está dividido em três subseções, na primeira apresento e discuto o início do comércio mundial do dendê, mostrando também que a dispersão da semente ocorreu concomitante ao comércio escravagista. Na segunda parte do capítulo discuto o discurso que colocou o dendê em duas posições antagônicas, primeiro houve o discurso de que era uma planta ecologicamente correta e que

gerava produtos saudáveis, recentemente o dendê foi tirado do rol de culturas sustentáveis e ainda está sendo associado à produção de substâncias cancerígenas, numa tentativa de conter seu consumo e expansão.

Por fim, concluo esse capítulo discutindo como o dendê foi apresentado como uma alternativa de produção de combustíveis renováveis e, ainda que na produção de biodiesel brasileiro pouco se utilize óleo de dendê, a sua expansão na Amazônia ocorreu a partir do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

O capítulo três está dividido em quatro subseções, na primeira e na segunda subseção discuto campesinato trazendo para a arena de discussão a pretensa subsunção pelo capitalismo (negando-a) e apresentando minha posição no que concerne ao debate que envolve o campesinato e a agricultura familiar, não os compreendendo como opostos, ainda que possam ser encontradas diferenças epistemológicas (e também políticas) entre as concepções acerca de um e de outro.

Na subseção três desse capítulo faço a inter-relação entre o discurso do desenvolvimento e a expansão da dendeicultura no contexto do Programa Palma de Óleo, partindo das contribuições de Arturo Escobar (2007) no debate acerca do desenvolvimento forjado para o terceiro mundo no contexto pós-segunda Guerra Mundial e que ainda hoje tem orientado as políticas de desenvolvimento, sobretudo, para a Amazônia, onde imaginários colonialistas ainda se fazem presente nos discursos e nas práticas tanto governamental quanto empresarial.

Na subseção quatro trato especificamente do Programa Palma de Óleo dedicando atenção a cada linha do referido programa. Essa subseção contém informações técnicas sobre o zoneamento agroecológico, as linhas do Programa Palma de Óleo, o mercado de óleos, a palma de óleo no mercado mundial, mercado de biodiesel, mercado de óleos vegetais e as recentes transformações no mercado do óleo de palma.

No capítulo quatro discuto mais a fundo a pesquisa de campo e divido o capítulo em cinco subseções. Na primeira subseção apresento e discuto o referencial teórico que é norteador da minha tese, traçando o debate entre Rosa Luxemburgo (1985) e Karl Marx (1985), relacionando esses dois autores com as

pesquisas de outros autores que discutem a acumulação e reprodução do capital por um viés semelhante ao que adoto.

Na subseção dois inicio a etnografia e a interlocução com a teoria e os achados em campo, o que inclui como campo de pesquisa os sistemas governamentais de governança ambiental e fundiária, sendo nesta subseção apresentado e analisado o primeiro pilar da acumulação do capital, a expropriação da base fundiária.

Na subseção três faço a apresentação e discussão dos dados etnográficos referentes à apropriação do trabalho camponês e na subseção quatro demonstro e discuto os mecanismos de endividamento dos camponeses. Juntando esses três elementos, expropriação da base fundiária, apropriação do trabalho e endividamento conformam as principais estratégias utilizadas pelo sistema capitalista para se apropriar do excedente da produção não capitalista, ampliando a extração de mais-valia dos camponeses em favor da acumulação e reprodução do capital.

Finalizo este capítulo apresentando as micro-estratégias camponesas para resistir à ofensiva do capital e para dar sentido às suas existências mesmo numa relação desigual e num ambiente que lhes é hostil. Ao fazer contrato com as empresas os camponeses adotam um repertórios de práticas cotidianas, não necessariamente coordenadas, mas que tem como fim marcar e defender sua cultura e seu modo de vida e assim, resguardar sua existência enquanto grupo e corpo social.

Nas conclusões retomo o problema de pesquisa, e apresento as conclusões da pesquisa com base no referencial teórico adotado e os dados secundários e etnográficos, comprovando a hipótese de trabalho e, portanto, a tese neste trabalho defendida. Contribuindo assim para o debate acerca de projetos que são apresentados como de desenvolvimento para a região Amazônica, mas que são corolários para a reprodução ampliada do capital, com todo o repertório de expropriação e mecanismo de exacerbação de extração da mais-valia dos meios de produção não-capitalistas que vem sendo adotado desde a sua gênese.

1. PERCURSO METODOLÓGICO

O objeto de estudo de minha pesquisa é a expansão da dendeicultura na Amazônia Paraense, logo, esse objeto não é aquele tido como o objeto clássico da antropologia, que em geral se ocupa em pesquisar comunidades, grupos sociais e fenômenos que se desenvolvem as margens ou em conflito com a sociedade capitalista.

A pesquisa que desenvolvi coadunou dois modos distintos de compreender e agir sobre a realidade, isto porque os dois sujeitos de minha pesquisa estão em contato, contrato e oposição, trata-se das empresas produtoras de dendê e de camponeses que ou plantaram dendê para fornecer para as empresas ou estão em regiões impactadas pela expansão da dendeicultura.

Sendo assim, seguindo orientações de Eduardo Viveiros de Castro (2014) não transponho conceitos de um contexto cultural para o outro, mas proponho compreender a luz da Antropologia as práticas das empresas, por entender que a racionalidade capitalista é orientada por um tipo específico de cultura.

Guilhermo Ruben e Pedro Jaime (2004), há décadas dedicam-se ao estudo do que eles denominam *etnografias do capitalismo*. Com uma visão semelhante a Viveiros de Castro (2014), os autores argumentam que esse campo de estudo é recente, haja vista que até o contexto do pós II Guerra Mundial o objeto de estudo predominante da Antropologia eram as sociedades ditas exóticas.

Vista desse modo, a Antropologia até então praticada era dividida em dois polos, o moderno e o não moderno, o que era evidenciado na distinção entre sujeito e objeto do conhecimento. Essa distinção estava, afirma os autores, justapostas às concepções que colocavam as sociedades modernas como marcadas por um racionalismo econômico e as demais operando sob a ótica da cultura.

Na obra *Cultura e Razão Prática* Marshall Sahlins (2003), evidencia que a sociedade ocidental não é essencialmente prática e utilitarista como quer as teorias liberais. A particularidade da sociedade burguesa é ter a economia como o *lócus* principal da produção simbólica, sendo o simbolismo econômico estruturante e

determinante para essas sociedades, daí deriva a proeminência do campo econômico.

Além dos imperativos do simbolismo econômico, as sociedades burguês-ocidentais operam fragmentadas em esferas funcionais, como se elas fossem autônomas, porém submetidas aos imperativos do campo econômico; o que não ocorreria, segundo o autor, nas sociedades ditas simples, que se organizam holisticamente, e sob padrões de reprodução amparados no parentesco e na reciprocidade, ou seja, nas relações sociais.

Uma antropologia das sociedades complexas como a realizada por Sahlins (2003) na sociedade norte-americana cumpriram um papel fundamental na trajetória da disciplina, a qual Viveiros de Castro (2014) afirma “teve o inestimável mérito de mostrar que o “periférico” e o “marginal” eram parte constitutiva da realidade sociocultural do mundo urbano-moderno, desmontando assim a autoimagem do Ocidente como império da razão, do direito e do mercado”. (idem, p. 340).

Tendo isto em vista, a etnografia que proponho tem dois sujeitos principais, as empresas do ramo da dendeicultura e os camponeses que ou plantaram dendê para fornecer a essas empresas, ou estão de algum modo por elas impactadas. No primeiro caso, há o estabelecimento de relações contratuais, que identifico como relações conflituosas, por as partes envolvidas pertencerem a mundos culturais distintos, e como tal, operarem sob lógicas e racionalidades diferentes e até opostas.

A etnografia, método adotado nesta pesquisa, é imbricada com a prática antropológica, que consoante defende Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2007), consiste em desvendar evidências simbólicas. Neste sentido a dimensão simbólica está no centro do trabalho do antropólogo ou da perspectiva antropológica.

A etnografia é assim, um método e uma prática, assevera Mariza Peirano (2014) ao argumentar que a contradição entre reflexão teórica e empiria não mais se justifica nos tempos atuais, e defende que a etnografia é ao mesmo tempo método e teoria. Se assim não for, não é etnografia, pois se não existe o fazer antropológico sem empiria, a empiria sem reflexão teórica implica apenas no recolhimento de dados.

Disto resulta que a incursão em campo não pode ocorrer sem a precedência de um arcabouço teórico, uma vez que “o processo de descoberta antropológica resulta de um diálogo comparativo, (...) entre a teoria acumulada da disciplina e a observação etnográfica que traz novos desafios para ser entendida e interpretada.” (PEIRANO, 1995, p. 41).

O meu objeto de pesquisa, a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense, só tem sentido inscrita no contexto da minha pesquisa. Tendo isto em vista, neste trabalho o que interpreto como dendeicultura não se confunde com o cultivo em si e com as técnicas de manejo, ainda que os pressuponham, mas diz respeito a todo o sistema de normativos, práticas e métodos que subjaz a expansão do dendê na Amazônia paraense e suas implicações no campesinato local, tomando como ponto de partida a retórica do desenvolvimento no qual ele se insere e o caráter capitalista de sua expansão.

Minha hipótese de trabalho vai contra o pressuposto marxiano da inescapável destruição de todas as formas de produção pelo capitalismo (MARX e ENGELS, 2007). Defendo que a não subsunção do campesinato se dá em virtude das significações que os camponeses dão à sua existência e que conformam o seu *ethos*, sua visão de mundo e seu modo de vida (SOUSA, 2015).

Os pressupostos marxistas que levaram a pensar essa verdade fatalista foram e são fecundos no que se relaciona ao amplo debate que subjaz a existência do campesinato, levando renomados autores como Paul Singer (1977) a tomar caminhos apressados rumo à predição de que na penetração do capitalismo no meio rural brasileiro o camponês não escaparia do despojamento de sua base produtiva e de sua conseqüente proletarização.

Em sua obra *Crítica da Razão dualística*, Francisco de Oliveira (2013) critica Celso Furtado, Prebisch e a aceção mais geral defendida pelos intelectuais que compunham a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) de que a permanência da agricultura de subsistência (entendida como uma forma atrasada de produção) compunha obstáculos para o desenvolvimento do Brasil.

Para Oliveira (2013) essas conclusões não tem sustentação histórica, pois segundo ele o crescimento econômico do Brasil no século XIX não encontra paralelo

em nenhuma outra economia capitalista no mundo, e exemplifica que a expansão do café “utilizou a agricultura de subsistência dos colonos, intercalada com o café, para prover-lhes o sustento, o que depois era incorporado pela cultura do café. Benfeitorias como ‘acumulação primitiva’” (p. 129).

Ao estudar a agricultura de subsistência e a partir de outras leituras de pesquisadores que também se debruçaram sobre o tema, o autor identificou uma acumulação que era revertida para a expansão de mercados a partir de São Paulo, Oliveira (2013) concluiu que “a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização”, (p. 129) e acrescenta:

Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalino-furtadiana, em que pese seu elevado teor heurístico.” (p. 130).

Essas conclusões do autor dialogam com as teorias de Rosa Luxemburgo (1985) e ajudam-me dentro a antropologia Social a conceber meu objeto de pesquisa e a refinar meu olhar sobre o tema.

Ao etnografar a expansão da dendeicultura e as relações socioeconômicas que se desenvolvem a partir de toda a gramática que subjaz essa expansão oriento-me pela obra *A acumulação do capital* (LUXEMBURGO, 1985), portanto, concebo a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense dentro dos marcos do capital imperialista, que de acordo com a autora:

Em seu conjunto o imperialismo não passa, empiricamente, de um método específico de acumulação (...) sua natureza consiste na expansão do domínio do capital (proveniente de países capitalistas mais antigos) por novas regiões, bem como na competição econômica e política desses países, objetivando o domínio das referidas regiões. (...) Como processo histórico, a acumulação do capital progride do princípio ao fim em um meio constituído por formações pré-capitalistas várias, e em confronto político constante, mantendo intercâmbio econômico interminável com as mesmas. (p. 336-337).

Tendo isto em vista, no contexto da expansão da dendeicultura também destaco outros agentes, no caso os camponeses, que se reproduzem ora subordinados aos ditames do capital, ora às suas margens, mas de um jeito ou de

outro, mantendo relações entre si, relações marcadas pelos antagonismos e conflitos que tem como substrato as suas respectivas representações culturais e visão de mundo.

Demonstro que apesar das relações extremamente desiguais e da violência física e simbólica com que a dendeicultura se implanta no Pará, esse movimento encontra resistências, pequenas resistências cotidianas que forçam os agentes do capital a mudar suas estratégias⁶, o que efetivamente os agentes fazem.

Em minha análise ainda que negue as conclusões marxistas de que a reprodução capitalista se dá em meio capitalista, não admitindo em seu interior outras formas, para buscar comprovar ou refutar minha hipótese trabalhei os elementos que Marx delineou presentes na acumulação primitiva do capital.

Identifiquei que a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense houve expropriação da base fundiária, cercamentos, formação de um mercado de trabalho por meio das contratações diretas e por meio de contratos com o campesinato, assim como a formação de um mercado de compradores de mercadorias capitalista, exacerbando a transferência de mais valia desses grupos para a economia capitalista, que longe de ser uma anomalia do sistema é intrínseco a ele.

Como procedimento metodológico articulei *o olhar, o ouvir e o escrever* haja vista que esses atos isoladamente não são suficientes para alcançar as estruturas das relações sociais. Além do que, *o olhar* e *o ouvir* disciplinados pela teoria antropológica possibilitam a percepção, enquanto que *o escrever* consiste em exercitar o próprio pensamento, é mesmo o ato criativo do antropólogo (OLIVEIRA, 2006).

A utilização de entrevistas foi a técnica escolhida para *o ouvir*, partindo da compreensão de que no ofício do antropólogo a entrevista é um encontro de

⁶ Por exemplo, em 2013 a empresa Biopalma elaborou um plano de contingência para enfrentar problemas como falta de acesso às comunidades rurais, dificuldades na documentação dos agricultores, endividamento com financiamentos anteriores e as resistências camponesas ao plantio de dendê. Para cada tipo diferente de resistência, a empresa elaborou uma estratégia diferente, ou seja, a ação dos camponeses obrigou a empresa a mudar sua estratégia inicial que consistia em fazer amplas reuniões nas comunidades rurais, o que surtia um efeito menor do que esperado pela empresa no que diz respeito às adesões, então a empresa passou a adotar outros mecanismos, entre os quais as visitas de casa em casa, reiteradas vezes até a família sucumbir às propostas da empresa. Estratégia semelhante foi utilizada pela empresa BBB.

distintas reflexividades [a do antropólogo e a do(s) interlocutor (es)], onde se produz uma nova reflexividade (GUBER, 2011), adotei a postura da não diretividade, principal característica da entrevista etnográfica (idem).

As entrevistas foram conduzidas partindo de uma pergunta tema, que introduzia o assunto e ia fazendo perguntas conforme surgia alguma dúvida ou elementos novos que me ajudavam a aprofundar o tema, ou seja, durante as entrevistas os interlocutores puderam expressar suas categorizações, comigo fazendo pequenas intervenções de aprofundamento utilizando a técnica do gancho.

A não diretividade nas entrevistas parte do pressuposto de que aquilo que pertence à ordem afetiva é mais profundo e mais significativo e determinante dos comportamentos, este suposto, afirma Rosana Guber (2011) “resulta en la obtención de conceptos experienciales (...) que permitan dar cuenta del modo em que los informantes conciben, viven y asignan contenido um término o uma situación”. (idem, p. 74).

Buscando uma compreensão geral da expansão da dendeicultura entrevistei lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu. Do mesmo modo e com o mesmo objetivo, entrevistei os presidentes dos sindicatos de Sindicato dos Empregados e Empregadas Rurais dos mesmos municípios.

Ainda no mesmo propósito entrevistei técnicos da Emater e secretários municipais de agricultura nos municípios de Acará, Concórdia do Pará e Moju, e identifiquei que a despeito do Protocolo de Intenções socioambiental da Palma de Óleo, no qual entes públicos assumem compromisso em viabilizar a expansão da dendeicultura, a Emater, por exemplo, participou apenas na emissão de DAP e CAR.

Os secretários de agricultura dos municípios pesquisados informaram que as secretarias não têm um projeto ou programa voltados para o acompanhamento ou incentivo à expansão e manutenção da dendeicultura, mas que disponibilizam tratores para auxiliar na limpeza das áreas, o que curiosamente não consegui confirmar, pois coincidentemente não fui a nenhum agricultor que tenha sido beneficiado.

Também entrevistei empregados das empresas Biopalma e BBB, agrônomos responsáveis pelo Programa de Agricultura Familiar dessas empresas, técnicos agrícolas, tratoristas e também ex-empregados que relataram a falta de envolvimento do poder público local, principalmente no que concerne à manutenção de pontes e ramais.

Como parte da pesquisa fiz observação participante (o *ver* da pesquisa etnográfica) nas duas empresas, acompanhando algumas atividades na agricultura familiar, entre as quais a de orientação técnica e a de carregamento de frutos.

A observação participante e as entrevistas também compuseram o conjunto de técnicas utilizadas junto a agricultores familiares. Devido à especificidade do método etnográfico não foi possível abranger um grande número de famílias e grupos, ainda assim consegui envolver 43 famílias.

Na observação participante, não é a intenção se tornar um nativo, e sim compreender sua cultura, e sua língua para poder ter acesso às suas estruturas de pensamento e assim às evidências simbólicas. Para tal, é preciso compreender que a observação participativa tem como inerente a ela tensões, que permitem o exercício de compreender que:

- a) O investigador observa para participar e participa para investigar;
- b) A observação não é de todo neutra e a participação nunca é total, ou seja, o investigador não se torna um nativo;
- c) Observar e participar envolve tipos diferentes de relação cognitiva. A participação requer certo grau de aceitação do grupo pesquisado em relação ao pesquisador, e do pesquisador em relação ao grupo pesquisador; enquanto que o observar exige um grau menor de envolvimento tanto por parte do investigador quanto de parte dos grupos investigados. (GUBER, 2011).

A análise dos dados da pesquisa, conforme já exposto anteriormente, deu-se identificando os significados das práticas sociais, e as estruturas de pensamento por meio da análise dos discursos, procurando compreender o sentido e apreender as representações sociais dos agricultores frente aos processos de intensificação do uso da força de trabalho e das contradições que emergem devido às novas

condições sociais que se estabelecem a partir dos contratos com as empresas de dendê.

Dentre as famílias com as quais desenvolvi a pesquisa estavam as que eu fiz a etnografia para a dissertação de mestrado. O retorno a essa comunidade, o assentamento Tapuruçu, me fez experimentar sentimentos novos. Cinco anos após a primeira pesquisa reencontrei pessoas com as quais compartilhei agradáveis momentos de longas conversas.

Por trabalhar no INCRA e lá ser um assentamento, nos últimos anos não perdemos o contato, sou uma interlocutora de fora, ajudando a guiar soluções para dentro, e isto me dá certa satisfação porque sou muito grata por tudo que eles fizeram durante minha pesquisa e por terem aberto suas casa para mim me proporcionou, conhecer um pouco o mundo do outro e o modo de vida camponês.

Mesmo informada dos dramas que eles estavam vivendo, pois como mencionei, não perdemos o contato, nada substituiu o sentimento de estar lá. O meu retorno ao campo marcou-me com uma angústia persistente. Fiquei muito impactada como eles continuam a trabalhar arduamente na expectativa de ter ganhos financeiros e melhorias no acesso a bens, sendo os planos de acesso à educação superior ligeiramente deixado de lado.

A situação na qual eles estavam envolvidos, os sonhos e planos não realizados afetaram-me, sobretudo no que se refere aos jovens não continuarem a estudar. Voltei de campo, sentei e chorei. Não sabia se experimentava o *anthropological blues* do qual fala Roberto DaMatta (1978); ou se porque eu mesma vinda de família muito pobre pude mudar minha condição social por meio da educação e ver jovens que se distanciam da realização do sonho de cursar uma faculdade causava-me certa dor.

Procurando, porém ignorar que eu estava afetada pelo campo debruicei-me sobre bibliografias que explicavam o sofrimento social, que acredito eles estejam enfrentando. De qualquer modo, preferi encarar a realidade de que a pesquisa antropológica não ocorre no vazio, como problematizou DaMatta (1978) “para descobrir é preciso relacionar-se” (p. 9).

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2007), inspira-se em DaMatta (1978) para afirmar que depois de seu primeiro trabalho de campo o antropólogo jamais voltará a ser o mesmo, seria sempre composto por fragmentos de sua experiência e vivência em campo, e eu acrescento, marcando e sendo marcado pelas pessoas que são o seu Outro.

Neste sentido, os *anthropological blues* sugerem que a etnografia é resultado de um processo que articula cognição e emoção, assim como perda e enriquecimento, chamando a atenção para uma dimensão importante da interpretação antropológica que não pode ser mensurada. Isto é, trata-se de uma experiência cujos resultados não podem ser propriamente medidos, mas cujo poder elucidativo pode ser fundamentado, como ficará claro mais adiante, quando eu falar sobre o lugar das *evidências simbólicas* na interpretação antropológica. (CARDOSO, 2007; p. 9).

Ao discorrer sobre questões do cotidiano o autor evidencia a fundamental importância de o antropólogo em campo primeiro dominar a linguagem cultural, do contrário não saberá diferenciar uma piscadela de um tique nervoso, conforme já discutiu e argumentou Geertz em *Interpretação das Culturas* (1989).

Sem compreender o sentido atribuído pelos pesquisados às situações concretas o antropólogo não conseguirá alcançar as evidências simbólicas, e assim não terá êxito em seu ofício:

O trabalho do antropólogo está muito marcado por esta característica da interpretação antropológica, ou por este esforço em dar sentido a práticas e situações sociais concretas, seja no plano da organização social ou da própria estrutura da sociedade, a partir da revelação disso que eu estou chamando de evidências simbólicas. (OLIVEIRA, 2007, p. 16).

Foi na busca dessas evidências simbólicas e munida de determinado referencial teórico que me dispus a enfrentar a aventura antropológica, enfrentando ramais intrafegáveis e o fantasma da violência, pois a região na qual desenvolvi a pesquisa tem sido conhecida não apenas como rota do tráfico de drogas, mas também como região onde há muitos plantios de *Cannabis sativa*, de modo que houve ramais nos quais me foi recomendado não entrar porque estaria dominado pelo tráfico e pela criminalidade.

Para finalizar uma questão crucial e que tem sido constantemente objeto de minhas preocupações, a questão ética. Considerando que os agricultores estão passando por momentos de enfrentamento com a empresa Biopalma, e ainda as

estratégias cotidianas de resistência por mim identificadas, optei por não identificar os donos das falas e assim evitar que as falas com informações mais sensíveis não sejam de pronto atribuídas a um interlocutor específico.

A coleta de dados se deu a partir da combinação de diversas técnicas. Para ter um panorama geral do Programa Palma de Óleo e da expansão da dendeicultura recorri a dados secundários que incluíam as bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), TerraClass, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e as imagens de satélite armazenadas no Google Earth.

Na leitura dos documentos que tratavam do Programa Palma de Óleo, submetia seus termos à análise antropológica, isto porque compreendo que as palavras não são meras descrições, “palavras *fazem* coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados” (PEIRANO, 2014, p. 386).

No site da USDA pesquisei séries históricas de produção, preço, prospecções e cenários antigos, presentes e futuro do mercado de óleos no Brasil e no mundo. No site do IBGE busquei resultados para séries de produção agrícola dos municípios que estão envolvidos na pesquisa, dados sobre a produção do dendê, recorrendo à pesquisa de produtividade, área plantada e preço, bem como também busquei informações sobre a soja, principal concorrente do dendê no mercado de óleo e na produção de biodiesel.

No Sicar meu interesse era identificar as áreas das empresas, uma vez que o CAR é obrigatório e meramente declaratório. Com os *shapes* dos imóveis em mãos, utilizava-os no Google Earth que me permitiu acompanhar a evolução histórica das áreas, chegando a identificar desmatamentos, o que vai contra a política de sustentabilidade e proteção ambiental apregoada pelas empresas.

A pesquisa no Sigef tinha como fim contrastar o que as empresas declaram como seu no Sicar, que é meramente declaratório, e o que elas conseguem cadastrar junto ao INCRA, onde necessita ser comprovada a posse ou propriedade do imóvel. O hiato entre um dado e outro leva-nos a pensar que as empresas chegam à região revivendo os processos de grilagem de terras, dada a inabilidade

de comprovar a regularidade da posse das terras que declara como suas, que incluem sobreposição a glebas federais sem os devidos destaques do público para o privado.

O Programa Terraclass foi utilizado para analisar a evolução do uso da terra, porém, minha falta de habilidade com o programa me fez perder longas horas e não chegar a todos os resultados, o que me levou a não utilizá-los aqui. Embora tenha identificado áreas nas quais houve substituição de culturas alimentares por óleo de palma, o que corrobora com minhas pesquisas de campo e de outros autores que se dedicaram ao tema.

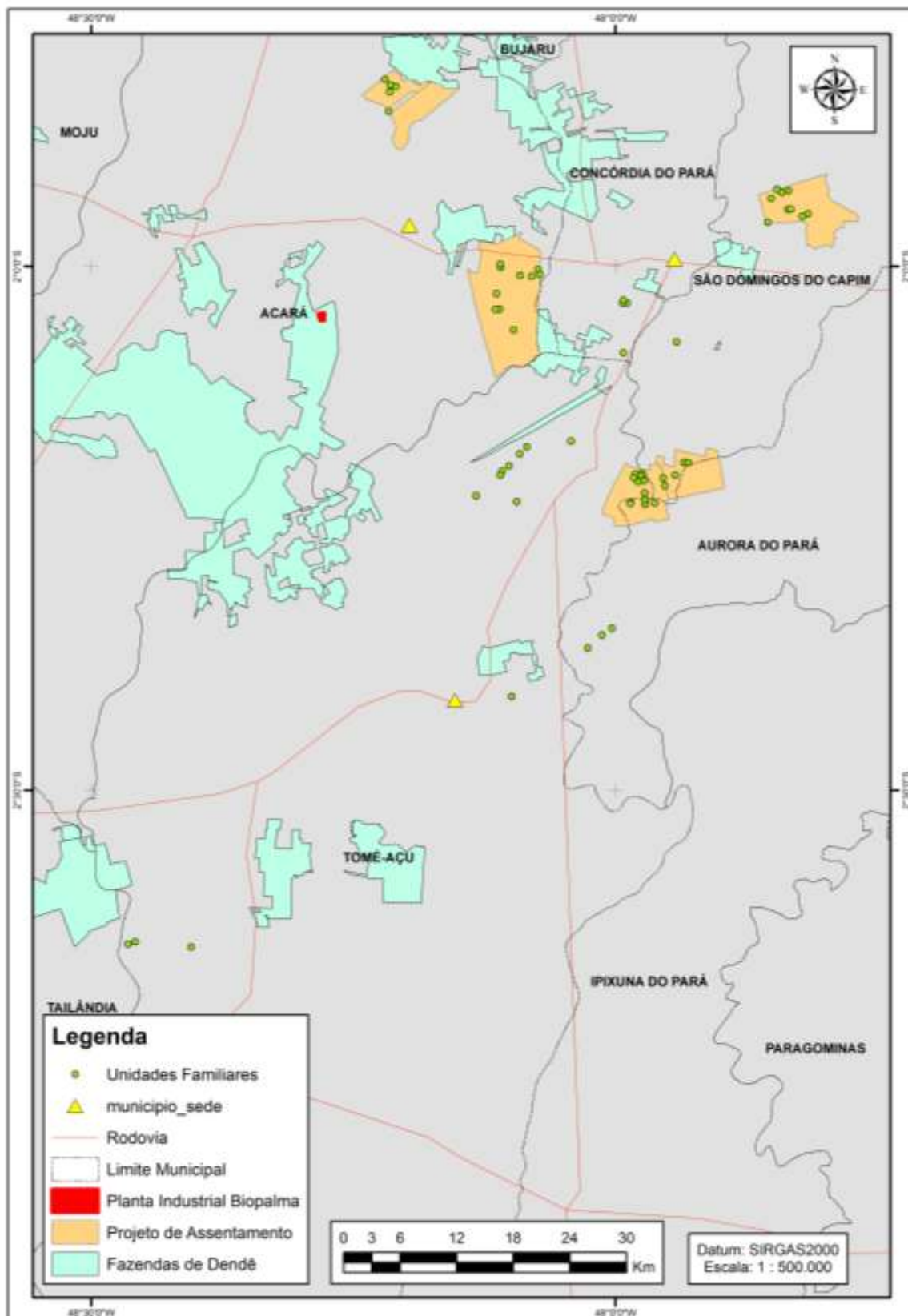
No Google Earth entre outras coisas resolvi um problema que achava se tratar de um erro do técnico responsável pelo cadastro do CAR, tratava-se de espaços vazios no meio das fazendas de dendê. Porém, ao analisar as séries imagens e séries históricas constatei que esses vazios eram na realidade estabelecimentos cercados pelo dendê (ver Figura 20), provavelmente áreas de agricultores que não venderam suas terras e que, portanto, ficaram perdidos dentro do mar verde da monocultura, como aponta Rafael Sousa (2018) em sua tese.

A pesquisa de dados no RAIS foi para elucidar o discurso de que a dendeicultura gera muitos empregos nos municípios onde ficam os polos das principais empresas da dendeicultura. Verifiquei que de fato durante alguns anos houve incremento nos empregos, porém nos últimos anos os postos estão bastante reduzidos e há também uma alta rotatividade.

Sendo atualmente quase a totalidade dos empregos nada mais que reposição de trabalhador, não tendo nos últimos anos incremento na geração de empregos. Isto me ajudou na compreensão do panorama mais geral e o alcance das empresas de dendê na dinâmica econômica e social dos municípios que impacta diretamente.

A pesquisa ocorreu entre os anos de 2015 e 2019 em duas regiões rurais do município de Acará, Colatina e Boa Esperança. Nos municípios de Concórdia do Pará, Aurora do Pará e São Domingos a região da pesquisa incluiu comunidades rurais que são acessadas pela rodovia PA 140, sentido Concórdia do Pará-Tomé-Açu, e incluiu ainda dois assentamentos rurais que ficam na intersecção desses municípios (Miritipitanga e Flor de Minas).

Figura 1 Área de pesquisa com indicação das famílias pesquisadas e das fazendas de dendê que ficam na região



Elaboração: Marcelo Arbage, 2019.

Fonte: Sicar, 2019 e coleta de pontos geográficos feito pela autora por ocasião da pesquisa de campo.

No município de Tomé Açu pesquisei também nas comunidades rurais Breu, Poeirão, Água Branca, Bodega, Cuxiu, Santo Reis, Itabocal e Marapaúba. No município de São Domingos do Capim, além da região que fica próximo à PA 140, retornei ao Projeto de Assentamento Taperuçu no qual fiz pesquisa nos anos de 2013 e 2014 e no município de Moju também retornei à comunidade rural do Ramal Beiradão (que havia feito pesquisa de campo no ano de 2014) e revisei a empresa Biopalma (que desenvolvi etnografia em 2014).

Em julho de 2018 acompanhei por uma semana a prestação de assistência técnica da empresa BBB a agricultores que plantam dendê para vender à referida empresa e que estão na região de Tomé-Açu, nas comunidades Km 18, Assentamento Miritipitanga, Ramal Poeirão, Itabocal, Marapaúba e Santa Maria. Na oportunidade visitei dezoito famílias, onde estabeleci os primeiros contatos e retornei seis famílias na semana seguinte já sem a presença do técnico da empresa e pude então fazer entrevistas e acompanhar o dia-a-dia dessas famílias.

Nas comunidades rurais que ficam dentro de assentamentos foi possível levantar dados socioeconômicos, porém nas comunidades nas quais não tinham assentamento essas informações gerais não foram possíveis porque nem Emater, nem sindicatos rurais, nem secretarias de agriculturas dos municípios dispõem de diagnósticos das comunidades rurais.

O universo de pesquisa contemplou 43 famílias que cultivam dendê por contrato ou com a empresa Biopalma ou com a empresa BBB, e vinte e duas famílias que não cultivam dendê, mas que estão na região de influência da expansão da dendeicultura (Figura 1).

2. QUESTÕES INICIAIS

Neste capítulo abordarei de modo amplo a expansão da dendeicultura, procurando identificar o contexto mais geral de produção e uso de dendê, até a sua inserção na matriz energética brasileira. Sendo assim, sem recorrer a uma cronologia da dendeicultura no Brasil⁷, procuro evidenciar as linhas gerais que conformam essa cultura como uma das mais promissoras na geração de óleos vegetais e com amplo uso, mas que vem sendo duramente combatido por estar associado a diversos males sociais e ambientais, sobretudo nos países com baixa regulamentação ambiental e trabalhista.

No cenário atual, com a União europeia anunciando embargos ao óleo de palma oriundo de países asiáticos, o dendê produzido no Brasil, apregoado como sustentável e agroecológico poderia ganhar visibilidade e competitividade no mercado internacional. Porém, a produção de óleo de dendê atual ainda não tem conseguido suprir a demanda interna, estando, portanto, longe de se tornar um país competidor no referido setor.

Neste capítulo também demonstro que a despeito do incentivo do PNPB, o óleo de dendê é pouco utilizado na matriz energética brasileira, embora seja dez vezes mais rentável que o óleo de soja, no setor de biocombustíveis o óleo de dendê tem sido preterido e é utilizado, sobretudo na indústria de alimentos.

No subtópico *cenário recente da expansão e uso do dendê*, trago elementos preocupantes no que concerne à expansão da dendeicultura. O preço do óleo bruto apresenta muitas variações e a queda no preço nos últimos anos pode ser um elemento determinante para a saúde financeira das empresas de dendê da região, que vem registrando perdas de postos de trabalho, o que tem sido percebido pelos diversos atores que fizeram parte dessa pesquisa.

As empresas que chegaram à região sob o argumento de gerar empregos, atualmente tem promovido muitas demissões. Isto porque a implantação do dendê é

⁹Homma (2016) ocupou-se de sistematizar a cronologia do dendê na Amazônia e pode ser consultado no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1056562/cronologia-do-cultivo-do-dendezeiro-na-amazonia>

muito exigente em mão de obra comparando ao restante do ciclo da cultura. Para o preparo de área, preparo de mudas e plantio foi necessária muito mais força de trabalho do que para a fase atual, que é de tratamentos culturais e colheita.

Em consulta à RAIS dos municípios que compuseram o *locus* da pesquisa, averigui que nos municípios de Acará, Moju e Tomé Açu⁸ houve incremento abrupto de empregos no setor agropecuário nos anos de 2013, no município de Acará, 2012 no município de Moju e o município de Tomé-Açu foi o que apresentou ascendência progressiva a partir de 2010 e com registro de quedas a partir de 2013, com forte queda em 2015 para os três municípios.

Nos municípios de Acará o aumento de empregos no setor agropecuário coincide com o período de preparo de área, mudas e plantio do dendê, porém o mesmo não ocorre com o município de Tomé-Açu, pois, enquanto que nos anos de 2009 a 2014 a área destinada ao dendê permaneceu quase inalterada, nos anos seguintes, 2015 a 2017 há registro de aumento da área, com um brusco salto de 2017 para 2018, siando de 10.600 hectares para 35.780⁹.

Antes, porém, de entrar nos pormenores da expansão da dendeicultura na Amazônia paraense, cumpre esclarecer que o que chamo de expansão da dendeicultura se inscreve no contexto do PNPB e do Programa Palma Óleo, haja vista que no Estado do Pará o dendê foi implantado comercialmente na década de 1980, mas mantinha-se desde então com as mesmas empresas e sem registrar excessivo aumento de área para o que já vinha sendo praticado.

Faz-se também salutar compreender a dendeicultura para além do seu uso para o biodiesel, pois conforme já antecipei, ainda que sua expansão tenha ocorrido em virtude do seu potencial para produção de biodiesel, seu emprego não se reduz a essa indústria. Tendo isto em vista, procuro compreender a importância e dinâmica do dendê no comércio mundial, começando pelos primórdios de sua difusão desde a África para o mundo.

⁸ Dos municípios nos quais desenvolvi a pesquisa, São domingos do Capim e Concórdia do Pará não dispunham de dados referente a admissões e demissões por setor econômico, motivo pelo qual os mesmos não contam nessas informações.

⁹ Esses números fogem da curva que vinha sendo registrada nos outros municípios e pode conter erros no registro da série histórica.

2.1. A GÊNESE DO COMÉRCIO DE ÓLEO DE DENDÊ

O dendezeiro (*Elaeis guineenses*) é originário da África, e está disperso em várias partes do mundo. Corley e Tinker (2003), afirmam que sua dispersão pelo globo está diretamente associada ao comércio de negros escravizados. De 1562 quando iniciou o tráfico de africanos, até 1807 o comércio de óleo de dendê era praticamente todo voltado para a alimentação de negros escravizados e, assim, concomitante ao tráfico de africanos a semente do dendê foi disseminada, tendo sucesso aonde as condições climáticas eram favoráveis, como foi o caso do Brasil.

Corley e Tinker (2003) afirmam que a Inglaterra foi o primeiro país a importar óleo de dendê e o utilizava para a produção de sabão. Nessa época tinha-se pouco conhecimento sobre seus usos e a importação seguiu modestamente até 1830 quando o governo Britânico encorajou o comércio de óleo de dendê.

Deste modo, o comércio de óleo de dendê permaneceu com crescimento a taxas modestas até 1830, quando no contexto da Revolução Industrial o óleo de dendê passou a ter outros usos, levando a ampliação de seu mercado. (CORLEY, TINKER, 2003).

By the middle of the nineteenth century new uses were being invented rapidly, including as lubricants on the railways and as a flux in the tin-plate industry, which grew on the need for canned foods. Later, margarine was developed, producing another large demand. Glycerol (glycerine) from palm oil had numerous uses of its own. (idem, p. 4)

Henderson e Osborne (2000) chegam a afirmar que a expansão do óleo de dendê foi uma alternativa ao ainda lucrativo, porém arriscado, tráfico de negros da África, contribuindo deste modo para o fim do comércio ilegal de negros escravizados.

Inicialmente o comércio de óleo de palma era conduzido por donos de navios, mas o comando era feito por portos em terra. Somente depois houve uma organização para o comércio em terra que contava com chefes e intermediários nos portos. O comércio foi de cerca de 130 Toneladas em 1.790 para 87.000 toneladas em 1911.

Consoante foi evidenciado anteriormente, com o advento da Revolução Industrial o uso do óleo de dendê ganhou novas formas de utilização, que ia desde componente na fabricação de sabão e velas à lubrificante nas estradas de ferro e na alimentação. Assim, teve sua exportação da África para a Europa mais que dobrada entre os anos de 1830-1870, saindo de uma exportação de 12 mil toneladas para 87 mil.

Mesmo muito demandado no início da revolução Industrial e com reconhecimento de seu potencial produtivo, Mintz (2008) pontua que a importância econômica da palma de óleo se deu apenas há um século devido ao aperfeiçoamento da hidrogenação¹⁰.

Foram os diversos usos do óleo de dendê na indústria que proporcionaram o crescimento de seu comércio e como consequência, os plantios industriais. Os primeiros plantios industriais começaram no Congo Belga (atual República Democrática do Congo), em várias colônias francesas africanas e na Nigéria, antes da I Guerra Mundial e logo depois de seu término. (CORLEY, TINKER, 2003)

Corley e Tinker, 2003 afirmam que Lord Leverhumel tentou autorização para investir em plantios industriais de dendê e construir esmagadoras em Serra Leoa e Gana, mas enfrentou oposição do governo britânico e da população local.

Nos anos de 1920 seus investimentos, contudo, lograram êxito no Congo, onde os interesses de Lord Leverhumel¹¹ foram garantidos e sua companhia pode implantar grandes extensões de plantios de dendê e construir várias estruturas de beneficiamento do óleo. Neste período, pequenos agricultores também foram encorajados a plantar dendê, fortalecendo ainda mais o negócio da palma na região. (CORLEY, TINKER, 2003).

¹⁰ “Hidrogenação é o processo químico de eliminação de grupos funcionais insaturados pela adição de átomos de hidrogênio. (...) O uso da hidrogenação é largamente difundido nas indústrias de combustíveis, alimentícias, farmacêuticas, de materiais poliméricos, entre outras. Nestas indústrias, encontramos processos que utilizam a hidrogenação com os mais diversos fins, como por exemplo: estabilização de combustíveis; aumento do ponto de fusão de materiais graxos e produção de margarinas. (PINHO e SUAREZ, 2013, p. 48 e 49).

¹¹ Willian Lever foi um dos fundadores da Lever Brothers, que trabalha na indústria da produção de sabão e detergentes, com nacionalidade norteamericana e fundiu-se em 1929 à Holandesa Margarine Unie e formaram a Unilever. (<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/lever-brothers-company-history/>)

Esses investimentos levaram o Congo Belga a exportar, ainda em 1935, 56 mil toneladas de óleo de dendê e 64.000 toneladas de sementes. A exportação de sementes tem uma relação direta com o melhoramento genético do dendê que começou no Congo Belga com o cruzamento do dendê de casca tipo *dura* e tipo *psifera*, dando origem ao tipo *tenera*, industrialmente mais desejável. Isto possibilitou o impulsionamento dos plantios tanto no Congo Belga quanto em outras partes do globo.

CORLEY e TINKER, (2003) arrazoam que mais tarde mudanças políticas e explosões de violência¹² prejudicaram a indústria do dendê no Congo Belga e este perdeu sua liderança na produção mundial. Com a perda de liderança do Congo Belga as plantações de maior sucesso na África se concentraram na Costa do Marfim, com apoio da França que passou a ser referência em pesquisas sobre a palma.

A literatura especializada dá conta de que no terceiro quarto do século XIX o dendê foi implantado na Ásia¹³, primeiro como planta ornamental, em 1870 nos arredores de Nova Deli, na Indonésia¹⁴ e em 1875, na Malásia e somente no ano de 1911 que o dendê foi plantado comercialmente na Indonésia e em 1917, na Malásia (HOMMA, 2016), sendo hoje duas potências mundiais na produção do dendê, chegando em 2017 a produzirem 84,31% de toda a produção mundial de palma de óleo. (USDA, 2018a).

Prontamente a indústria de óleo de palma ultrapassou a produção africana, de modo que em Sumatra, na Indonésia, já em 1932 tinha noventa mil hectares plantados e vinte mil hectares no Distrito de Selangor na Malásia. (CORLEY e TINKER, 2003).

¹² Ainda que CORLEY e TINKER (2003) não entrem nos detalhes as mudanças políticas e a violência intermitente a que se referem tem a ver, primeiro, com os movimentos nacionalistas que lutaram pela independência do Congo Belga e depois pelas sucessivas ondas de violência em virtude da instabilidade política que passou a assolar o território.

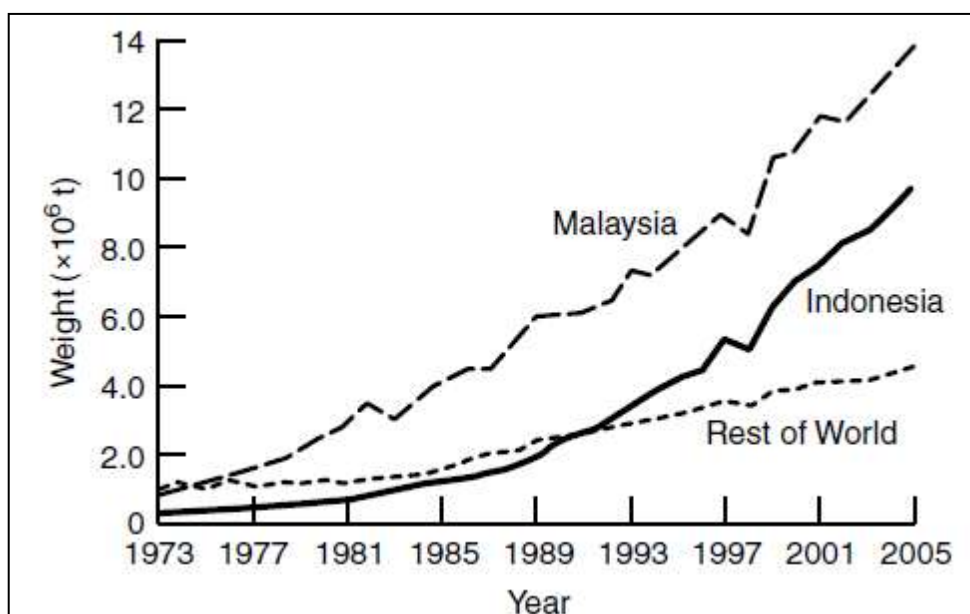
¹³ CORLEY e TINKER (2003), afirmam que a implantação do dendê na Ásia não tem relação direta com o desenvolvimento da indústria na África Ocidental, ainda que os plantios comerciais sejam quase contemporâneos uns aos outros.

¹⁴ HOMMA, 2016, afirma que na Indonésia o dendê foi implantado como planta ornamental em Bogor, em 1848.

Em 1940 o plantio da Indonésia já chegava 110.00 hectares, contudo, os efeitos da II Guerra Mundial e as lutas por independência prejudicaram a indústria do dendê, e o país passou a apresentar quedas na sua produção. (CORLEY e TINKER, 2003).

Após a segunda Guerra mundial a indústria asiática teve que se recuperar e neste processo a Malásia tomou a dianteira nessa recuperação, e passou a ser a maior produtora mundial de óleo de palma. De acordo com Corley e Tinker (2003) o crescimento deveu-se à política adotada pela Malásia e também devido a decisões agrônômicas, como por exemplo, a adoção do gênero Tenera em lugar da Deli dura. Desde então, Malásia e Indonésia seguem há décadas disputando a vanguarda na produção de óleo de palma. (Figura 2).

Figura 2. Produção de óleo de palma na Malásia, Indonésia e no resto do mundo de 1973-2005.



Fonte: CORLEY e TINKER, 2003, p.11.

Na Malásia os plantios ocorreram tanto em áreas já desflorestadas quanto em áreas de florestas primárias. Os investimentos também eram tanto estatais quanto privados e assim em 1980 a Malásia já se aproximava de um milhão de hectares plantados, possuía 42 refinarias e 147 esmagadoras para produção de óleo bruto, além de iniciar a exportação de estearina e oleína.

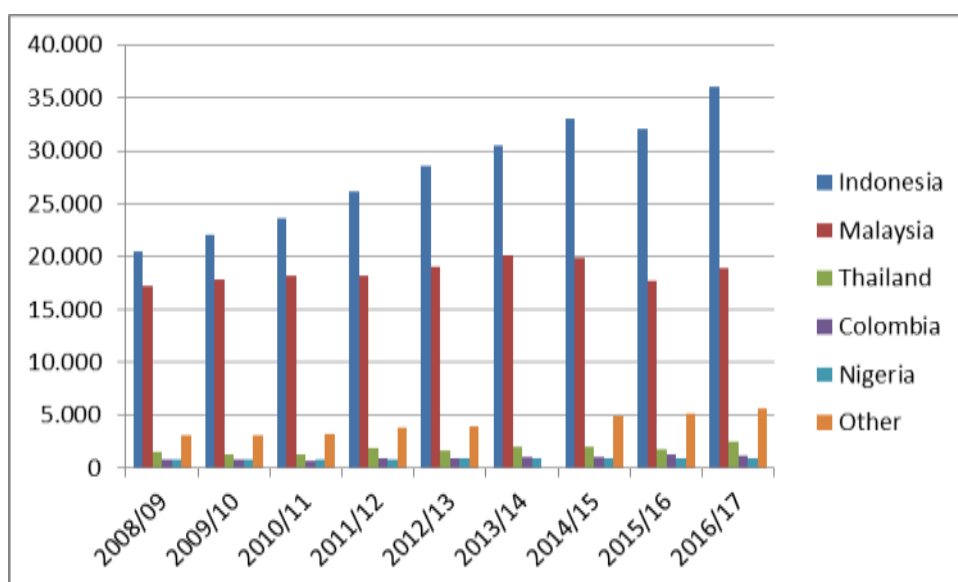
Mas a Malásia passou a enfrentar problemas com relação à contaminação do meio ambiente e em relação à disponibilidade de mão de obra o que provocou uma

desaceleração na produção de palma na Malásia, e a Indonésia seguiu acelerada na expansão, voltando a liderar a produção mundial.

Embora Malásia e Indonésia liderem a produção e o mercado mundial de óleo de palma, outros países também tem investido na indústria do dendê, isto por causa da crescente demanda pelo óleo de palma, e também pelas dificuldades que ambos tem tido para continuar expandindo suas áreas de plantios (ALVES, 2011).

Atualmente os principais produtores de dendê no mundo são: Indonésia, Malásia, Tailândia, Colômbia e Nigéria, mas a produção de países como Papua-Nova Guiné, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Camarões, Gana, Serra Leoa, Brasil, Costa Rica, Equador, Honduras, México e Brasil vem aumentando.

Figura 3. Produção mundial de Óleo de palma (mil toneladas)



Fonte: USDA, 2013; 2018. Gráfico elaborado pela autora.

Comparando as figuras 1 e 2 vemos que em 2004 a Malásia produzia mais que a Indonésia, situação invertida no momento atual em que a Indonésia ultrapassou e muito a produção da Malásia. Fora da Ásia, a Colômbia¹⁵ é o maior produtor, se colocando em quarto lugar na produção mundial.

¹⁵ Na Colômbia os primeiros plantios de dendê iniciaram no final dos anos de 1950 início dos anos 1960, a partir de incentivo do governo e de grandes empresários. De acordo com a Fedelma (2002) o objetivo era fomentar a produção de oleaginosas e reduzir as importações de óleos e gorduras vegetais. Atualmente, a expansão da palmicultura na Colômbia também está ligada ao

Mesmo o dendê apresentando grande potencial produtivo e multiplicidades de usos, Corley e Tinker (2003) afirmam que uma das maiores dificuldades acerca do mercado está em relação ao preço, pois este varia muito. Isto dificulta traçar uma tendência para a produção e preço do barril de óleo bruto de dendê de modo que possibilite segurança de investimentos no setor. Ainda assim os autores arriscaram-se a fazer prospecções da produção de óleo de palma e de palmiste partindo de dados do ano de 1960 até 2000, com projeções de produção até o ano de 2020.

Tabela 1. Produção mundial de óleo de palma e palmiste de 1960 a 2020 (mil toneladas)

Produto	1960	1970	1980	1990	2000	2010 ^a	2020 ^a
Óleo de Palma	1,26	1,74	4,55	11,01	21,12	29,79	35,69
Palmiste	0,42	0,38	0,64	1,45	2,64	3,87	4,64

^aPrevisão

Fonte: CORLEY, TINKER, 2003, p.7, adaptado pela autora.

Conforme podemos averiguar do cruzamento dos dados da Figura 2 e da Tabela 1, ainda que estes pesquisadores tenham sido ousados em suas previsões acerca da produção mundial de óleo de palma, as prospecções feitas por eles ficaram muito aquém da produção mundial atual. Em 2010 a produção mundial de óleo de palma foi de 45.873 mil toneladas e em 2017 de 53.327 mil toneladas.

Presentemente, não apenas o óleo de dendê tem múltiplas utilizações, como também sua versatilidade e sua alta produtividade e rendimento fazem do óleo de dendê o óleo vegetal mais consumido do mundo. Sua utilização vai desde a alimentação humana e animal, passa pela farmacologia, cosméticos, adubo orgânico lubrificante e biodiesel. (NUNES, 2007; ALVES 2011).

O discurso da sustentabilidade ambiental e social que vem crescendo, o apelo à responsabilidade social, ao respeito ao meio ambiente e à alimentação saudável, também tem sido motores para a expansão e produção do óleo de palma, ou o discurso midiático que leva à justificativa do aumento da produção e consumo deste produto.

mercado de biodiesel e grupos de pesquisadores tem denunciado que a expansão da palma tem ocorrido a partir da atuação de grupos paramilitares e tem servido para lavagem de dinheiro do narcotráfico. (WRM, boletim nº 112, 2006, disponível no endereço eletrônico <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/colombia-o-biodiesel-do-dende/>>

Para além das questões dos biocombustíveis, o óleo de dendê hoje se apresenta como uma alternativa a alimentação saudável com a propaganda de que a sua gordura é capaz de conferir sabor e crocância aos alimentos sem os malefícios das gorduras *trans* e buscam além dos usos na indústria, substituir a gordura hidrogenada e o óleo de soja no uso da cozinha.

Além da indústria alimentícia e farmacológica, o dendê também passou a ser demandado na produção de biodiesel, como um meio de enfrentar a crise ambiental, em busca de matrizes energéticas consideradas menos danosas ao meio ambiente.

Uma preocupação mundial cada vez mais manifesta impulsionada pela busca de substituir a dependência da matriz energética atual, à base de petróleo, seja por causa dos estoques cada vez menores e mais difíceis de serem explorados, seja por causa da poluição que estes combustíveis causam, seja pelo avanço de novas tecnologias aplicadas ao desenvolvimento dos motores. (ABRAMOVAY, 2009).

No Brasil, que já produz dendê comercialmente desde o final da década de 1960, mas registrava taxas anuais estáveis em relação ao crescimento das áreas plantadas, a partir do lançamento do Programa de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil, lançados pelo governo federal em 2004 e 2010, respectivamente, a área plantada de dendê passou por um importante incremento, saindo de 87.553 hectares em 2004 para 142.246 hectares em 2016.

2.2. ASCENSSÃO E QUEDA DA DENDEICULTURA: A GUERRA DE NARRATIVAS

As condições iniciais que proporcionaram o aumento da demanda por óleo de palma ainda no século XIX não pararam de se transformar, modernizar e crescer, melhorando o aproveitamento do óleo por tonelada de cacho fresco e também ampliando as possibilidades de uso, não só do dendê, mas dos óleos vegetais em geral.

O crescimento da população é sempre o principal motivo alegado para o aumento da demanda por óleos vegetais (USDA, 2018a; ALVES, 2011; CORLEY,

TINKER, 2003) e no caso do dendê a versatilidade e a alta produtividade parecem ser um atrativo a mais, fazendo dessa oleaginosa a que mais cresceu nos últimos anos (ALVES, 2011; NUNES, 2007) sendo concorrente direto da soja, que ainda tem a maior produção mundial de óleo vegetal do mundo. (USDA, 2018a; CORLEY, TINKER, 2003).

O dendê é a oleaginosa com maior rendimento por hectare, chegando a ser dez vezes mais produtiva que a soja, seu principal concorrente. Todavia o dendê requer de seis a sete vezes mais mão de obra, deste modo sua competitividade depende do valor dos salários, de acesso a terras baratas e de leis ambientais mais amenas que permitam diminuir as obrigações de reparo dos danos ao meio ambiente. (HOMMA et al, 2000; CORLEY, TINKER, 2003).

CORLEY e TINKER certificam que em virtude dessas condições a expansão da dendeicultura tende a migrar para áreas que ofereçam mão de obra barata, terras disponíveis e legislação ambiental flexível e apontam a América do Sul como um local promissor para novas expansões, citando, contudo, como entrave os salários no Brasil, que de acordo com os autores, seriam altos. Neste caso, a Papua-Nova Guiné e a República Democrática do Congo seriam locais que apresentariam possibilidades ideais para a expansão da dendeicultura, como, aliás, já vem desde o início dos anos 2.000.

Na América do Sul, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela a dendeicultura foi implantada em meados do século XX. Sendo a Colômbia o principal produtor de óleo de dendê da América do Sul ocupando em 2017 o 4º lugar na produção mundial (USDA, 2018c). No caso do Brasil, o *upgrade* no plantio e produção deu-se no final da primeira década do século XXI vinculado ao PNPB e ao Programa de Produção Sustentável da Palma de óleo, conhecido mais como, Programa Palma de Óleo.

No Brasil o dendê chegou ainda no século XVI, trazido por negros escravizados. Foi implantado na Bahia, onde se adaptou, contudo, por não serem de sementes melhoradas, mantiveram baixos padrões de produtividade (HOMMA et al, 2000; HOMMA; FURLAN JÚNIOR, 2001; SILVA, 2016).

Inicialmente, no Brasil, os estudos agronômicos sobre o dendê focavam em sua importância na alimentação humana e a sua potencialidade de substituir combustíveis fósseis, conforme podemos extrair de publicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ainda na década de 1980.

A cultura do dendê na Amazônia apresenta perspectivas promissoras tanto como atividade econômica de alto nível como também opção para o uso da terra. (...) As necessidades crescentes de lipídios devem-se ao fato de serem alimentos energéticos indispensáveis ao organismo humano, cujo consumo cresce paralelamente ao aumento das populações e a elevação dos níveis de vida. O dendê é a cultura que melhor permitirá fazer face ao incremento destas necessidades. (...) A atual crise energética abre, ainda, amplas perspectivas para a utilização de óleos vegetais como substitutos do óleo combustível. Neste contexto, devido sua alta produtividade, o dendê apresenta expectativas altamente promissoras. (MÜLLER, 1980, p. 5-6).

Müller et al (1989) traçam uma breve trajetória da dendeicultura no Brasil, destacando as iniciativas do Instituto Agronômico do Norte (IAN) que plantou no Pará algumas linhagens de dendê provenientes da África, a fim de verificarem a adaptabilidade e produção da palmeira nessa região.

No período de 1962-1963, foi realizado um convênio entre o Instituto de Óleo do Brasil e o Institut Recherches pour les Huiles et Oleagineux (IRHO) da França, que permitiu a implantação de dois campos genealógicos de dendezeiros, um no Pará e outro na Bahia, com vistas a produção de sementes selecionadas no Brasil.

Em 1967 a SUDAM iniciou o Projeto dendê que visava o estabelecimento de um bloco industrial de 1.500 hectares com dendezeiros oriundos de sementes híbridas importadas que seria complementado com mais 1.500 hectares de pequenas plantações, também com material genético importado. Em 1972, o projeto foi transferido para a iniciativa privada com a criação da empresa Dendê do Pará S.A, a Denpasa, com sede no município de Santa Bárbara do Pará.

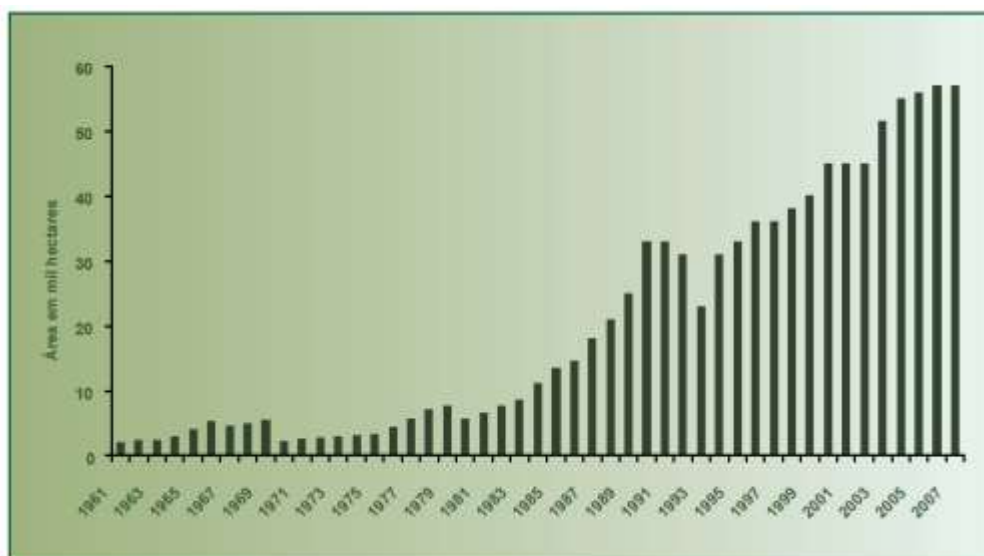
Em 1973, a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará criou um projeto que tinha por objetivo implantar 1.500 hectares de dendê distribuídos em estabelecimentos de pequenos agricultores na adjacência do projeto dendê, os quais deveriam fornecer matéria prima para a Denpasa. Os agricultores em questão eram filiados à Cooperativa Agrícola Mista Paraense, a Cooparaense.

Nas décadas de 1980 e 1990 iniciaram-se os grandes projetos alicerçados em políticas de incentivos fiscais, as empresas iniciais foram a Denpasa, Dendê da

Amazônia S.A (DEANAM), Reflorestamento da Amazônia Ltda (Reasa), Mendes Júnior Agrícola do Pará (Agromendes) e Companhia Real Agroindustrial (CRAI)¹⁶, no Estado do Pará. Já no Estado do Amazonas foram criados a Empresa Amazonense de Dendê (EMADE) e o projeto CAIAUÉ e no Amapá a Companhia de Dendê do Amapá (Codepa), pertencente ao Grupo Icomi (MÜLLER et al, 1989; HOMMA, 2016)

Desde então vários consórcios e empresas passaram a investir em dendê na região, atraídos pelas terras “disponíveis” e pelo clima propício ao desenvolvimento do dendê (BACKHOUSE, 2013), tornando-se o Estado do Pará o principal produtor de dendê do país.

Figura 4. Série histórica de área plantada de dendê no Brasil 1961-2007



Extraído de MAPA, 2009.

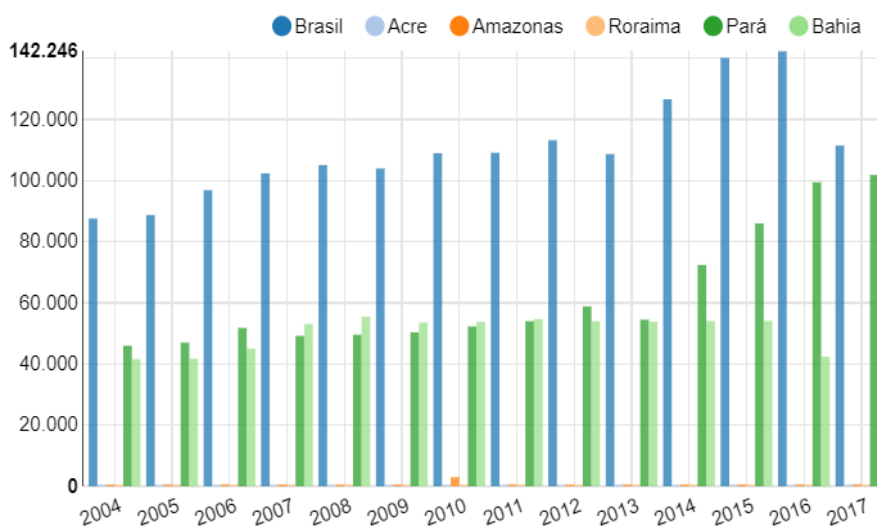
Conforme vemos na série histórica da Figura 4 a expansão dos plantios seguiu-se na maioria dos anos em linha ascendente sem registrar uma grande ruptura ou mudanças bruscas de um ano para o outro. O número de empresas envolvidas no setor também não alterou muito, ocorrendo algumas fusões, mas em geral os atores permaneceram estáveis ao longo das décadas. (VASQUÉZ, 2015).

Esse cenário alterou-se a partir do PNPB em 2004 e mais fortemente a partir do lançamento do Programa Palma de Óleo em 2010. Enquanto desde a década de

¹⁶ A empresa Reasa foi em parte adquirida pela Marborges e a empresa Agromendes adquirida pela CRAI, hoje Agropalma, que também adquiriu parte do Projeto Coacará e se manteve por muitos anos como a maior empresa produtora de dendê do Estado do Pará; sendo, em tempos recentes, desbancada em área e produção pela empresa Biopalma.

1980 o número de empresas não alterou muito e por décadas as mesmas empresas se mantiveram na liderança da produção, beneficiamento e industrialização do dendê, com o advento do Programa Palma de Óleo não só outras empresas chegaram à região, como a empresa Agropalma perdeu a liderança para a empresa Biopalma.

Figura 5. Área de dendê destinada a colheita no Brasil e nos estados do Acre, amazona, Bahia, Pará, Roraima - 2004-2017 (hectare)



Fonte: SIDRA/IBGE, 2018.

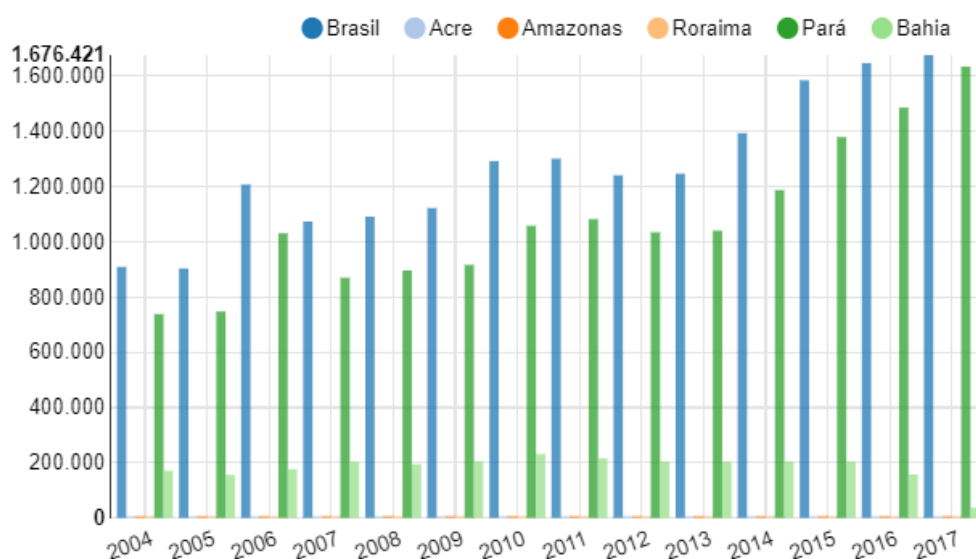
As informações da Figura 5 evidenciam que na última década, no Brasil, a área plantada de dendê praticamente dobrou. O Estado onde a área plantada mais cresceu foi no Pará. De acordo com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará- Fapespa (2017), a partir do PNPB, no Pará, a produção de dendê cresceu 70,86% e a área plantada quase dobrou.

Até 2014 a área plantada no estado da Bahia era muito próxima à plantada no estado do Pará, foi reduzindo ao longo dos anos, provavelmente devido ao envelhecimento dos plantios. Por outro lado, estados como Acre, Roraima e Amazonas que não tinham histórico de plantios de dendê começaram a plantar, inclusive com investimentos de grandes empresas nestes estados.

Quanto à produtividade, a Fapespa (2017) indica que esta tem caído nos últimos anos, registrando 15 t/ha no ano de 2016 contra 16 T/ha em 2015. Estes números estão bastante aquém da produtividade prevista para dendezais com

variedades melhoradas como são os plantios do Pará. Na figura a seguir temos dados acerca da quantidade de cachos de frutos frescos produzidos no Brasil e nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Pará e Roraima.

Figura 6 quantidade de cachos de dendê produzidos no Brasil e nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Pará e Roraima - 2004-2017 (t)



Fonte: SIDRA/IBGE, 2018.

Ao cruzarmos informações da Figura 5 e Figura 6 vemos que de 2004 a 2013 a área plantada de dendê na Bahia e no Pará não eram muito diferentes, no entanto a quantidade produzida pelo estado do Pará foi e é muito superior à quantidade de cachos de dendê produzidos pela Bahia. Deste modo mesmo nos anos em que a área plantada na Bahia foi superior a do Pará, este último ganhou em produtividade, sendo de longa data o maior produtor brasileiro, responsável atualmente por 90% da produção de dendê no Brasil (FAPESPA, 2017).

Ainda que tenha sido a oleaginosa que mais teve incremento na produção nos últimos anos (NUNES, 2007), a nível mundial o dendê vem atravessando grandes dificuldades, sobretudo, devido às campanhas contra a devastação ambiental que ele causa e as implicações dos monocultivos nos modos de vida tradicionais.

Na matéria *óleo de palma por uma produção mais sustentável* na página do parlamento europeu, a matéria destaca a seguinte mensagem: “Desflorestação, perda de habitats naturais e o aumento das emissões de gases com efeitos de estufa são algumas das consequências da produção não-sustentável de óleo de

palma”¹⁷, continuando a matéria informa que o parlamento europeu recomenda à Comissão Europeia eliminar progressivamente o uso de óleo de palma nos Biocombustíveis.

O site Biodieselbr¹⁸ noticiou em 21 de março de 2019 que a Comissão Europeia retirou o biodiesel produzido a partir do *óleo de palma da* categoria combustível renovável. Por ser considerada uma cultura de alto risco de desmatamento, a palma deixou de atender aos requisitos para se enquadrar numa planta capaz de contribuir com as metas de redução de gases de efeito estufa.

Além dos embargos da União europeia ao óleo de palma este vem enfrentando uma campanha massiva apelando-se para o consumo consciente, haja vista que a expansão da palma de óleo no sudeste asiático tem sido a vilã do desflorestamento e atingido diretamente a sobrevivência de vários animais, entre os quais o orangotango e o tigre de Sumatra.

A palma de óleo aparece também como vilã da devastação ambiental causada na Indonésia e foi explorada no documentário *Seremos História?* produzido por Leonardo Di Caprio, exibido na NatGeo e atualmente disponível no streaming Netflix.

Seja em comerciais de televisão ou nas redes sociais, a briga de narrativas está acirrada, Nutella e Doritos já foram diretamente associadas à quase extinção dos orangotangos, em que uma das peças publicitárias mais impactantes é a substituição da embalagem da Nutella pela cabeça de um orangotango sangrando.

¹⁷ Disponível no endereço eletrônico: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170306STO65231/oleo-de-palma-por-uma-producao-mais-sustentavel>

¹⁸ <https://www.biodieselbr.com/noticias/inter/ue/biodiesel-de-oleo-de-palma-deixa-de-ser-renovavel-na-uniao-europeia-210319>

Figura 7 Imagem de campanha contra o consumo de Nutella



Fonte: *Instagram*

Outro caso que ganhou repercussão internacional foi um vídeo publicado pelo jornal *El país* no qual um orangotango enfrenta uma escavadeira que fazia retirada de vegetação já destruída em uma área destinada ao plantio da palma.

Figura 8 Orangotango enfrenta escavadeira na tentativa de proteger seu habitat



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/07/ciencia/1528377262_790569.html

A notícia que é ilustrada por esta imagem traz o vídeo completo da ação desesperada do Orangotango, na reportagem há a informação de que nos últimos 60 anos a população de orangotangos caiu 50% em virtude do desflorestamento, em sua maioria para implantação de dendê.

Agregando às denúncias de insustentabilidade ambiental, a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA), em 2016, a Organização Mundial da

Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) anunciaram que quando o óleo de palma é submetido a altas temperaturas produz um componente que é potencialmente carcinogênico – conhecido como G, comprometendo, assim, o discurso do alimento saudável.

Tendo em vista se contrapor a esse quadro a Abrapalma lançou no seu editorial do boletim 2018-2, uma mensagem dirigida para essas questões, sem se citá-las especificamente:

Muito se fala em modelos antigos de implantação de grandes projetos mundo a fora. Então, sempre vem à tona a extinção de espécies e a substituição de florestas nativas. Entretanto, olhar para o passado sem a compreensão do presente equivale a fechar os olhos para o futuro. Para compreender o presente algumas premissas são essenciais: a) gorduras são fontes de energia e cumprem diversas funções no corpo humano; b) não é possível alimentar o mundo sem produzir gorduras vegetais em larga escala; c) a palma produz até 10 vezes mais do que outras oleaginosas; d) diversas culturas necessitam de áreas nove vezes superiores ao que é necessário para a palma; e) a cultura da palma reduz a pobreza, evita o êxodo rural e estimula pequenos arranjos produtivos; f) a palma realiza o sequestro de carbono e contribui para mitigar efeitos das mudanças climáticas; g) a palma é fonte de energia renovável com grande desempenho ambiental.

Então, olhando para essas premissas, e tendo em mira um futuro que garanta a um só tempo segurança alimentar e sustentabilidade, cabe-nos perguntar: “Existe apenas um único caminho a ser seguido, o do passado, ou é possível deixar bandeiras ideológicas a meio mastro (veja, não falamos em abandoná-las) para encontrar alternativas que garantam a alimentação da população mundial e contribua para mitigar os efeitos das mudanças climáticas?”.

SIM, é possível mudar. O mundo depende dos óleos vegetais e as pessoas necessitam dessa fonte vital de energia para continuar vivas. SIM, o emprego do óleo de palma como biocombustível já é uma realidade. SIM, banir o óleo de palma aumentaria a produção de outras culturas para atender a demanda mundial, e isso poderia causar mais impacto sobre a biodiversidade, com mais demanda por terra, em cultura de ciclos curtos.

E SIM, O BRASIL PODE FAZER A DIFERENÇA. Acreditamos que as salvaguardas socioambientais exigidas pela legislação brasileira, as rígidas exigências da certificação RSPO, e a nossa obrigatoriedade de utilizar áreas já degradadas podem fazer do Brasil um caso de sucesso para o óleo de palma no mundo. É nesse futuro que acreditamos e é nele que estamos trabalhando para que o mundo seja melhor amanhã. Melhor para você, para nós, melhor para as futuras gerações!

(ABRAPALMA, 2018).

O panorama apresentado é para os produtores em solo brasileiro, mas especialmente para os agricultores familiares, preocupante por um lado, com lampejos de esperança por outro, devido à campanha nacional de que a expansão da dendeicultura no Brasil se revestir sob o manto do desenvolvimento sustentável, que é para o quê a Abrapalma chama atenção no último trecho acima citado.

Todavia, esse discurso ainda que potente, encontra seu contraponto principalmente nas pesquisas acadêmicas que tem chegado às regiões de expansão do dendê e identificado danos ao meio ambiente, conflitos com comunidades indígenas e quilombolas, e grilagem de terras. Antes, porém, de discutir melhor esses pontos, vou falar um pouco do PNPB e das suas implicações na expansão da dendeicultura, objeto de minhas investigações.

2.3. O PARADIGMA DA CRISE ENERGÉTICA E O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL

O aumento da demanda e uso do petróleo e seu alto poder de poluição são responsáveis por grande parte dos gases de efeito estufa que são lançados na atmosfera e tem gerado preocupação mundial quanto ao futuro. A adoção de novos hábitos de consumo e a diversificação da matriz energética, reduzindo ou substituindo os combustíveis fósseis por outros menos poluentes, são necessárias e urgentes. (ABRAMOVAY, 2009; MOREIRA, GIOMETTI, 2008).

As grandes mudanças climáticas que vem sendo ocorrendo com mais intensidade nas últimas décadas, a incerteza do futuro energético no século XXI e de como será procedida a descarbonização causada pela principal fonte de energética deste século, levaram os governantes das nações a buscarem alternativas viáveis e mais limpas. (ABRAMOVAY, 2009).

Os biocombustíveis se apresentam, no cenário mundial, como uma das possibilidades para a geração de energia limpa. No entanto, não basta ser menos poluente, a forma como são produzidos os biocombustíveis devem ser cuidadosamente dimensionadas, do contrário, o problema ambiental, social e econômico só estaria sendo deslocado de um lugar para outro.

Arilson Favareto et al (2012) asseveram que na avaliação da sustentabilidade dos biocombustíveis além de avaliar suas possíveis vantagens associadas ao fato de ser uma fonte de energia renovável, outros fatores devem ser levados em consideração, como a pressão sobre os ecossistemas, por exemplo, além da concorrência com a produção de alimentos.

Tendo em vista que a produção das oleaginosas para a produção dos biocombustíveis é baseada no modelo de agricultura convencional, com alto uso de insumos e em monocultivo, Jean Weid (2009) não vê pertinência na denominação biocombustíveis e propõe utilizar o termo agrocombustíveis, que não é apenas uma mudança de termo, é a externalização das bases ideológicas sob as quais um modelo e outro são desenvolvidos.

Marcos Jank e Márcio Nappo (2009) são autores que defendem a premissa de que a produção de biocombustíveis seria uma oportunidade para países em desenvolvimento, uma vez que em geral esses países contam com terra e mão de obra disponíveis.¹⁹

Tendo isto em vista e no intuito de diversificar a matriz energética brasileira, sob o auspício do desenvolvimento sustentável, bem como cumprir os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, em 02 de julho de 2003 a presidência da República do Brasil instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de biodiesel como fonte alternativa de energia.

O GTI teve noventa dias para elaborar relatório técnico sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal para produção de biodiesel como fonte alternativa de energia, e apontar as recomendações relativas às ações necessárias para a produção e uso do biodiesel.

¹⁹ Esse imaginário, tem sido fecundo ao longo dos séculos em atrair os ditos investimentos para o meio rural que tem se mostrado ineficazes na promoção do bem estar das populações autóctones, embora muito eficazes no enriquecimento dos que promovem e incentivam políticas com o viés apontado pelos autores.

O relatório apontou a viabilidade da produção de biodiesel, como o desenhou como vetor de desenvolvimento e inclusão social e estratégico para a soberania do país na geração de energia, nas questões ambiental, econômica e tecnológica:

A primeira conclusão a que se pode chegar é a de que o biodiesel pode contribuir favoravelmente para o equacionamento de questões fundamentais para o País, como a geração de emprego e renda, inclusão social, redução das emissões de poluentes, das disparidades regionais e da dependência de importações de petróleo, envolvendo, portanto, aspectos de natureza social, estratégica, econômica e ambiental. (GTI. 2003, p. 12).

Os elementos apontados como fundamentais para o país referem-se a linhas de atuação e a diretrizes do PNPB. A geração de emprego e renda, por exemplo, ocorreria via criação de empregos nos plantios das oleaginosas e nas plantas industriais de beneficiamento de óleo e de produção de biodiesel.

A inclusão social se daria via contratos celebrados entre os produtores de biodiesel e agricultores familiares para que estes cultivassem as oleaginosas de interesse da indústria, a esse assunto retornarei mais adiante. A redução de emissão de gases poluentes seria resultado da adição de biodiesel ao diesel comum, assim como a sua progressiva substituição.

A redução das disparidades regionais ocorreria a partir de zoneamentos edafoclimáticos feitos para as principais oleaginosas a serem implantadas nas diferentes regiões de acordo com suas respectivas aptidões físicas e climáticas. Deste modo, o GTI acreditava estar fortalecendo as potencialidades locais, esqueceu-se, porém, de outras questões, como por exemplo, o impacto dos cultivos ao meio ambiente e às comunidades locais, bem quem da interferência na dinâmica e disponibilidade de terras nas regiões.

E por fim, a redução da dependência de importações de petróleo seria proporcionada pela produção direta de biodiesel que possibilitaria a diversificação da matriz energética e a redução no uso de combustíveis fósseis à base de petróleo. No entanto, provavelmente a autonomia energética no que concerne ao petróleo se deve muito mais a políticas do setor petrolífero e a descoberta e exploração de novos poços, do que pela política do biodiesel especificamente²⁰.

²⁰ Um estudo a esse respeito seria interessante, porém não é o foco desse trabalho, deixando, portanto, essa análise para outro momento e investigação.

Tendo essas questões em vista e com base nas recomendações do GTI, em dezembro de 2004, o governo federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) um programa interministerial com o objetivo de implantar a cadeia produtiva de biodiesel no Brasil.

As principais diretrizes do PNPB são: “Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima”. (MDA, 2010; p. 5).

Seguindo a linha dessas diretrizes conseguimos identificar as ações do governo que foram feitas no intuito de atender a cada uma delas. *Produzir biodiesel de diferentes oleaginosas e o fortalecimento das potencialidades regionais para a produção de matéria-prima* corresponde ao zoneamento feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para as distintas regiões do país, em que cada região do país seria incentivada a cultivar determinado tipo de oleaginosa.

Inclusão social, geração de trabalho e renda bem como os preços competitivos comporiam uma mesma estratégia que leva em consideração o custo de produção do biodiesel, o custo da fase agrícola e a inclusão de agricultores familiares na cadeia de produção de matérias-primas para a produção de oleaginosas a serem utilizadas para o biodiesel.

Leva-se em consideração que o custo de produção do biodiesel chega a ser três vezes maior que o custo de produção do diesel (LIMA, 2011). Para piorar este quadro, Sérgio Alves (2011) aponta que o Brasil é o país do Mercosul com maior pressão tributária, chegando a 36% do PIB nacional. No caso do agronegócio aproximadamente 18% de seu produto é comprometido com encargos tributários.

Sendo assim e no intuito de viabilizar o plantio das oleaginosas zoneadas para o PNPB, o governo criou um mecanismo de desagravação tributária, que é concedido apenas aos produtores de biodiesel que adquirem determinado percentual de matéria prima de agricultores familiares (GTI, 2003).

A desagravação tributária ocorreria por meio da concessão do Selo Combustível Social (SCS), instituído por meio do Decreto Federal Nº 5.297/2004. Para receber, manter e usar o Selo Combustível Social o produtor de biodiesel deve

cumprir os critérios estabelecidos, inicialmente por Portarias emitidas pelo MDA e atualmente pelo MAPA, estas portarias regulam as regras para aquisição e manutenção do SCS²¹.

O primeiro critério a ser cumprido pelo produtor de biodiesel é o percentual mínimo de aquisição, esse percentual foi fixado por região do país, sendo quinze por cento para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; trinta por cento para as aquisições provenientes das regiões Sudeste, Nordeste e Semiárido e quarenta por cento para as aquisições provenientes da região Sul.

O produtor de biodiesel também se obriga a prestar assistência técnica, própria ou terceirizada, aos agricultores familiares desde a tomada de decisão para o plantio da cultura, até o pagamento do financiamento, quando for o caso. Quando a cultura contratada for perene, a assistência técnica será durante todo o ano, e por toda a vigência do contrato.

Aos produtores de Biodiesel que recebem o SCS é concedida diferenciação ou isenção nas alíquotas de contribuição para o PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da COFINS (Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social). Para a região Norte a isenção é de cem por cento, conforme estabelecido pelo decreto Nº 5.297 de 06 De Dezembro de 2004.

Afora a redução/isenção tributária ao produtor de biodiesel que for fornecido o Selo Combustível Social será assegurada participação em 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); acesso a melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa e o uso do Selo Combustível Social para promover sua imagem no mercado. (BRASIL, 2004).

Essa política foi o carro chefe da dimensão social do PNPB, defendido pelo Estado brasileiro como um projeto com bases sustentáveis e, portanto, ancorado no tripé desenvolvimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

²¹ As primeiras regras referente à concessão e manutenção do Selo combustível social foi publicada pelo MDA por meio da Instrução Normativa 01 de 01 de julho de 2005; substituída pela IN MDA 01/2009; posteriormente pela Portaria MDA 60/2012 que foi revogada pela Portaria MDA 81/2014; revogada pela Portaria MDA 335/2015 que por sua vez foi revogada pela Portaria DAS 512/2017 e esta revogada pela Portaria DAS 515/2018.

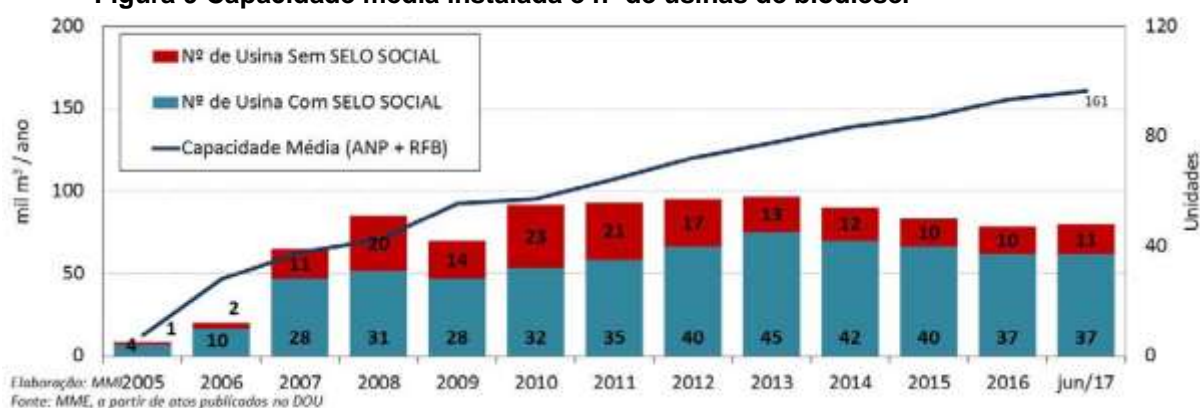
Destarte, o projeto que incluía agricultores familiares como produtores de matérias-primas, as estratégias governamentais para a promoção dessa inclusão foi o carro-chefe do desenvolvimento e inclusão social, sendo delineado ainda como gerador de emprego, trabalho e renda no meio rural tendendo a ter fortes reverberações na economia.

(...) a cada 1% de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel no País, na hipótese de utilização de um percentual de mistura de 5% de biodiesel no óleo diesel em todo o território nacional, seria possível gerar cerca de 45 mil empregos no campo, a um custo médio de aproximadamente R\$ 4.900,00 por emprego. (Relatório final GTI, 2003, p. 9).

Tendo em vista que a produção do biodiesel comum é mais cara que a produção do diesel de petróleo, não bastava o governo criar mecanismos de desagravação e de produção, era necessário estimular o consumo e para tal o governo brasileiro estabeleceu um percentual obrigatório de biodiesel a ser adicionado ao óleo diesel, saindo de um mínimo de 2% em 2008 para 10% em 2019, sendo permitido chegar até a 15%.

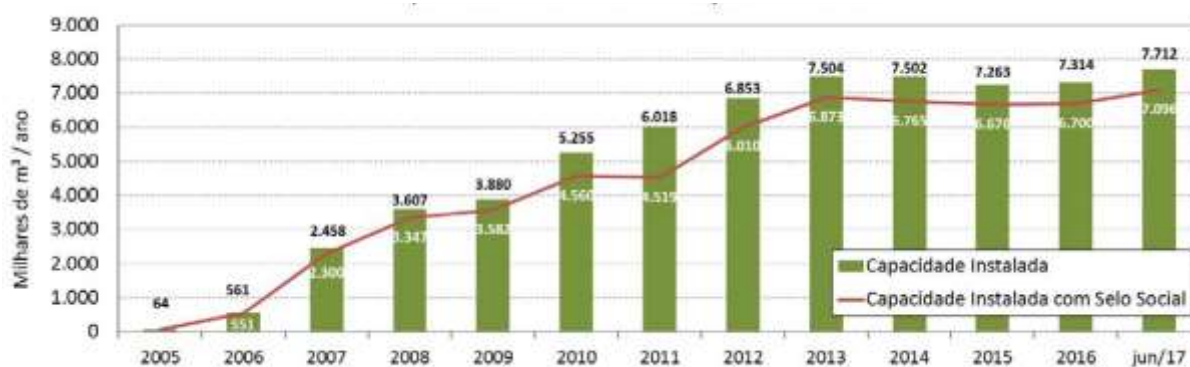
Essas medidas, conjuntamente com as medidas de incentivo ao plantio de matérias-primas permitiu uma implementação na capacidade instalada de produção de biodiesel, saindo de 05 usinas em 2005 para 58 em 2013.

Figura 9 Capacidade média instalada e nº de usinas de biodiesel



Nos anos de 2014, 2015 e 2016 registrou-se uma redução no número de usinas, o que, no entanto, não afetou a capacidade média de produção. Apesar de o número de usinas de biodiesel ter reduzido, na Figura 9 podemos ver que a capacidade de produção aumentou, o que pode ser justificado por melhoramento na tecnologia o que geraria melhor aproveitamento das matérias-primas ou ainda o fechamento de usinas menores em detrimento de usinas maiores.

Figura 10. Capacidade instalada de produção de biodiesel com e sem SCS nos anos de 2005-2017



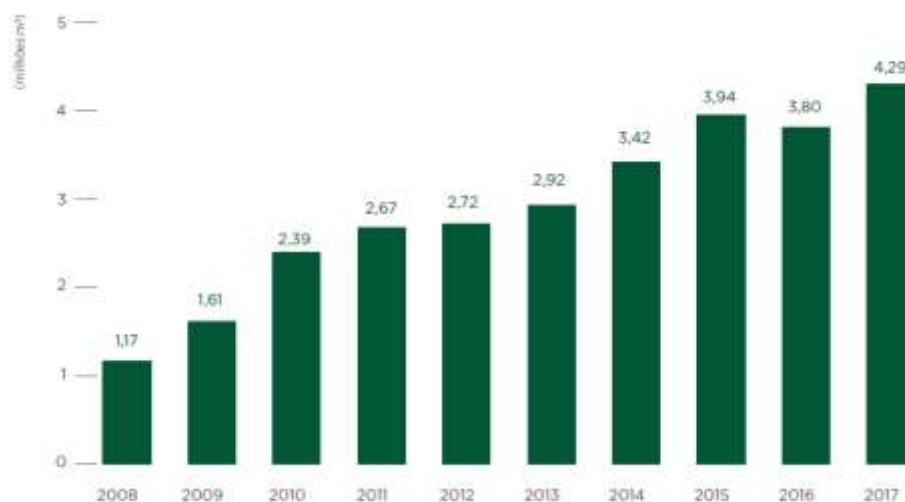
Elaboração: MME

Fonte: MME, a partir de atos publicados no DDU

Extraído de MME, 2017.

Com o investimento em matérias-primas, tecnologia e todo o conjunto de políticas e estratégias governamentais para incentivar a produção de biodiesel no país, ainda que enfrentando adversidades, pode-se constatar que a produção do biodiesel teve uma importante ampliação.

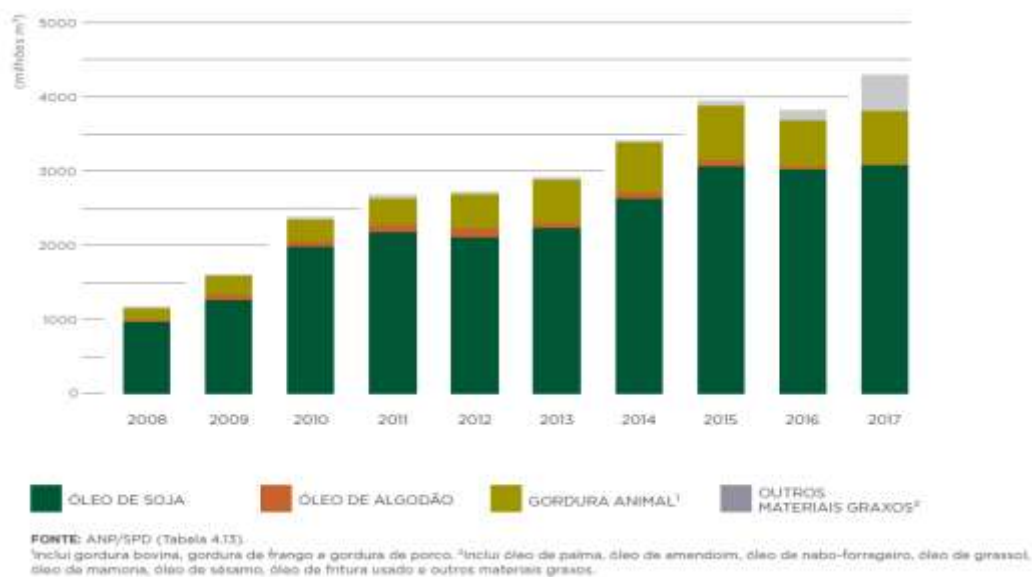
Figura 11 Evolução da produção de biodiesel nos anos 2008-2017



Extraído de ANP, 2018.

É importante notarmos que apesar de a produção do dendê ter praticamente dobrado desde o lançamento do PNPB e que foi a partir deste que houve uma política exclusiva voltada para atender e financiar a produção desta palmeira seja pela indústria seja por agricultores familiares, no Brasil a participação do dendê na produção de biodiesel é ínfima.

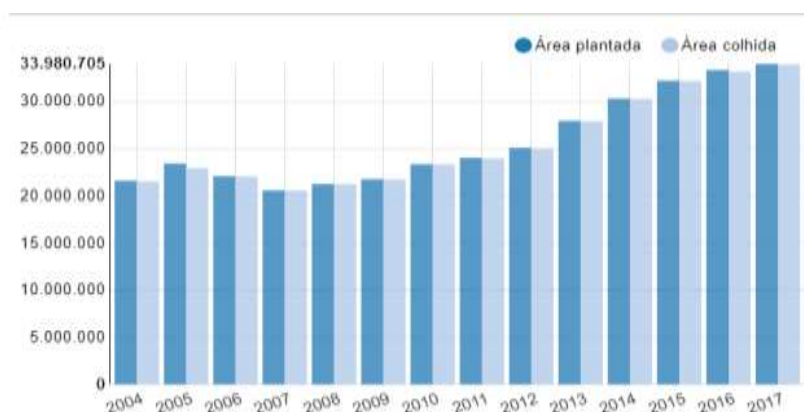
Figura 12 Matérias primas utilizadas na produção de biodiesel no Brasil nos anos de 2008-2017



Notamos que a matéria-prima mais utilizada para a produção de biodiesel é a soja, dependendo do ano de referência o montante de todas as outras matérias-primas chega a um quarto ou menos do que é utilizado de soja na produção de biodiesel, enquanto isto o dendê aparece compondo índice com outras matérias-primas. Por outro lado, a área plantada e colhida de soja desde o PNPB aumentou, mas não aos níveis apresentados pelo dendê, conforme averiguamos na Figura 13.

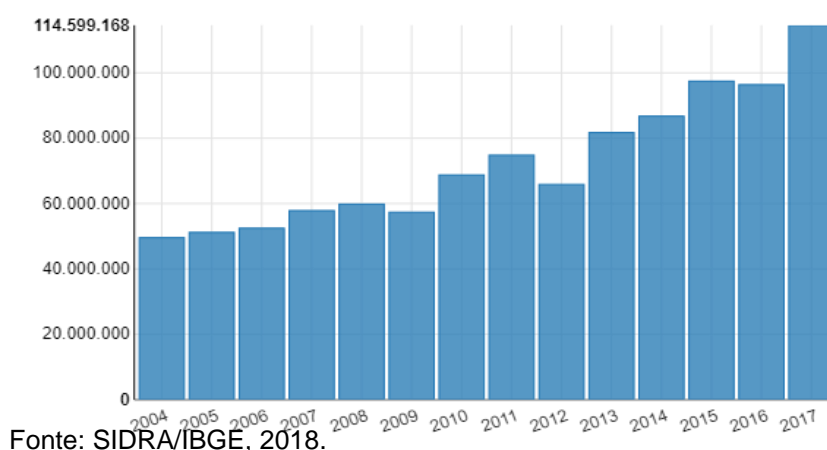
Esse dado confirma o que outros autores já trazem em seus trabalhos; o dendê é a oleaginosa com maior potencial de produção de biodiesel, ainda assim, atualmente noventa por cento da produção nacional advém da soja, localizada principalmente no Sul do país. (BARROS et al, 2006; CAMPOS, CARMÉLIO, 2009; POMPELLI, et al, 2011).

Figura 13 Área plantada e área colhida (ha) de soja no Brasil entre os anos de 2004 e 2017



Fonte: SIDRA/IBGE, 2018.

Figura 14 Produção de soja no Brasil (t) entre os anos de 2004-2017

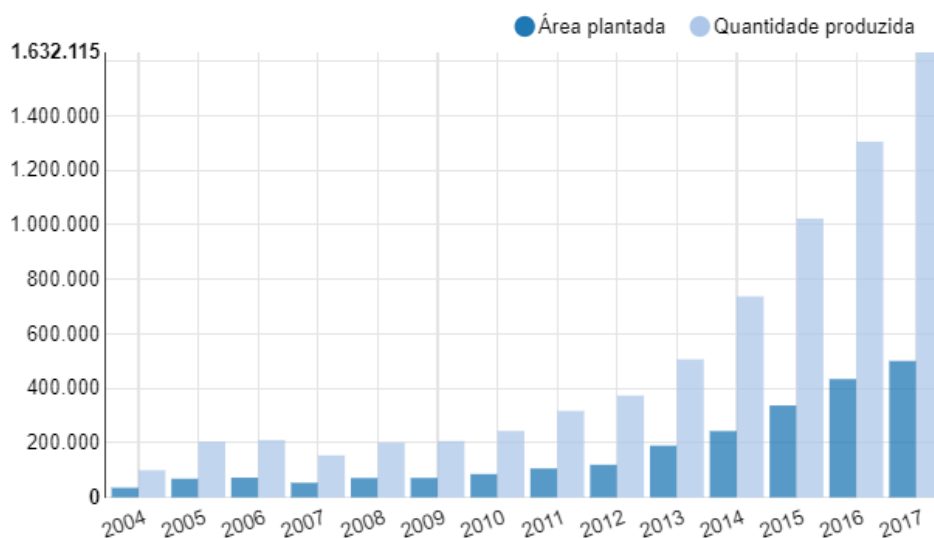


Fonte: SIDRA/IBGE, 2018.

Enquanto a área plantada de soja aumentou 57,31% entre os anos 2004 a 2017, a produção nacional aumentou 131,28%, ou seja, houve um importante aumento na produtividade média ao longo dos anos, em que nos extremos da série aqui registrada, 2004-2017, a média registrada em 2004 é de 2.456,20 Kg/ha e em 2017 3.288,60 kg/ha.

No zoneamento edafoclimático realizado pela Embrapa com recomendações de matérias-primas a serem cultivadas por grande região do Brasil com o fito de produzir biodiesel, tanto a soja quanto o dendê estão recomendados para o Norte do Brasil e as duas culturas tiveram no período de 2004-2017 um aumento exponencial no plantio e na produção, conforme podemos conferir na Figura 5 e na Figura 6 no que se refere plantio e produção do dendê e na Figura 13 e Figura 14 no que se refere à área plantada e quantidade produzida de soja no país.

Figura 15 Área plantada (ha) e quantidade produzida (t) de soja no Pará entre os anos de 2004-2017



Fonte: SIDRA/IBGE, 2018.

Se no Brasil o aumento da área plantada de soja foi de apenas 57,31%, no estado do Pará o aumento da área plantada foi na ordem de 1.320,78% de 2004 para 2017, saindo de 35.219 ha em 2004 para 500.385 ha em 2017, uma pressão a mais sobre as áreas agricultáveis e sobre os territórios tradicionalmente ocupados e mais um elemento de degradação ambiental na Amazônia.

Esses dados conjuntamente demonstram que ainda que as duas culturas estejam no contexto do PNPB, sendo em especial o crescimento do plantio de dendê impulsionado após o ano de 2004, este vem sendo pouco utilizado na produção de biodiesel e a soja tem sido a matéria-prima preferencial.

A preferência pela soja pode ser explicada pelo fato de que o óleo de soja é um subproduto, sendo a proteína de soja o produto principal, permitindo que esse óleo se torne mais competitivo (CORLEY, TINKER, 2003), apesar de apresentar produtividade e rendimento de óleo sete vezes menor que o dendê (MAPA, 2015). No Brasil, em 2017, o plantio de soja superou o plantio de dendê em 33.838.459 hectares, o que também justifica a maior produção de óleo de soja e a maior utilização deste óleo na produção de biodiesel.

Este dado é bastante interessante haja vista a produtividade do óleo de dendê ser superior à produtividade da soja, mas ainda assim os investimentos em soja são muito superiores aos investimentos em dendê. De acordo com a USDA, o Brasil é o

segundo maior produtor de soja, o principal exportador de soja em grãos e está em terceiro lugar na exportação de óleo e de farelo de soja.

De acordo com informações do site biodieselbrasil.com.br o óleo de soja não é o mais ideal para produzir biodiesel por ele ser instável, contudo o grande volume de produção brasileira aliado à sua capacidade de giro de mercado é que a torna atraente. Segundo o referido site, no Brasil a cadeia produtiva da soja está bem estruturada, contando com tecnologia de ponta e etapas bem definida na sua produção²², o que a tornaria mais competitiva que o dendê.

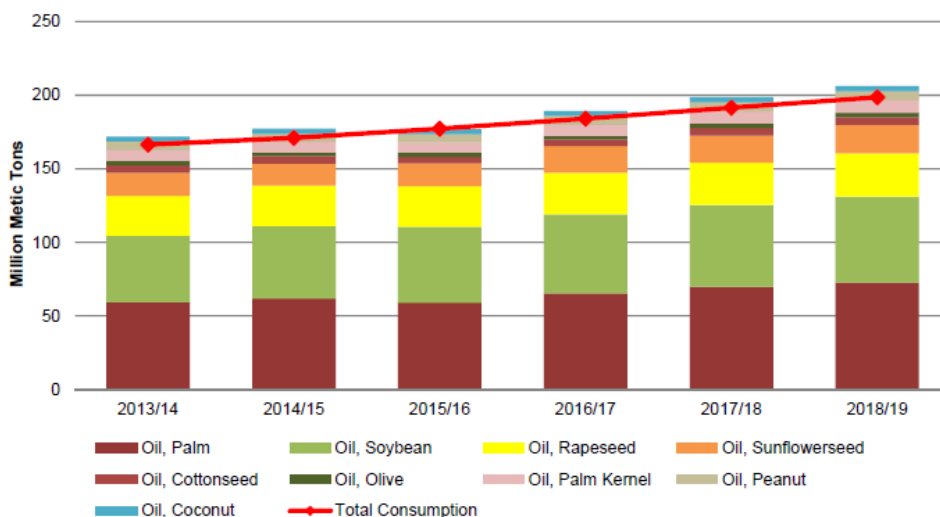
Além desses fatores que beneficiam a soja como matéria-prima mais utilizada na produção de biodiesel no Brasil, Heytor Arantes et al (2017), apontam que no balanço entre exportações e importações o óleo de palma apresenta um déficit expressivo. Os autores asseveram que “Esse déficit e o alto valor de mercado do óleo de palma no Brasil são fortes motivações para que essa matéria-prima seja pouco empregada na produção de biodiesel”. (ARANTES et al, 2017, p. 23).

De acordo com os autores em 2015, no Brasil, a cotação média do preço do óleo de palma foi de US\$ 937,19/T, já o sebo bovino bruto US\$ 626,68/T e o óleo refinado de soja US\$ 782,97/T. Esses dados são utilizados para ratificar a afirmação de que por causa do preço da tonelada e do déficit na produção de óleo de palma, este não vem sendo muito utilizado na produção de biodiesel.

O dendê, por outro lado, tem a maior produção de óleo do mundo, seguido de perto da soja que tem expectativas de apresentar na safra 2018/2019 um incremento de 17,8 milhões de toneladas de óleo (USDA, 2018b). Ainda assim, e talvez por isto, o dendê apresenta taxa de variação de preço alta, conforme já indicaram Corley e Tinker (2003) em estudo anterior.

Figura 16 Produção mundial de óleos vegetais (milhões de toneladas)

²² Para mais informações visite a página eletrônica: <https://biodieselbrasil.com.br/soja-a-principal-materia-prima-do-biodiesel/>



Extraído de USDA, 2018b.

Também, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2018b), a produção mundial de óleo de dendê tende a continuar crescendo, todavia, devido ao aumento de tarifas de importação estabelecido pelo governo da Índia²³ (maior importador mundial de óleo de palma) e crescimento limitado do uso de dendê como matéria prima na produção de biodiesel, alavancado pelas barreiras que vem sendo criadas pela União Europeia em razão da expansão não sustentável da palma, enfrentara problemas no consumo.

Conforme dados da FAO (2018) a demanda de oleaginosas crescerá 0,3% por ano na próxima década, um crescimento muito modesto em comparação com o registrado nos últimos dez anos que foi de 8,5%, isto devido ao incentivo aos biocombustíveis em vários países, inclusive o Brasil.

Esse modesto aumento na demanda se deve em geral ao fato de que as metas nacionais para o consumo obrigatório de biodiesel devem aumentar menos que em anos anteriores, enquanto os preços baixos do petróleo tendem a limitar a produção de biodiesel não obrigatória. Além disso, óleos usados, sebos e outras matérias-primas estão aumentando sua participação na produção de biodiesel, em grande parte devido a políticas específicas.

²³ Para mais informações visite a página eletrônica: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN1DI0F6-OBRBS>

Dada a diversificação da matéria-prima na União Europeia em resíduos e óleo de sebo, o uso de óleo vegetal para produção de biodiesel deverá responder por 39% do consumo interno de óleo vegetal até 2027, diminuindo sua participação atual que é de aproximadamente 41%. Os Estados Unidos também tendem a reduzir a participação de oleaginosas na produção de biodiesel.

Ainda de acordo com a FAO (2018), enquanto Estados Unidos e União Europeia tendem a reduzir a participação de óleos vegetais na produção de biodiesel, fazendo aproveitamento de outras gorduras, em países de economia emergente, o biodiesel a partir de óleos vegetais tende a crescer.

A FAO (idem) faz prospecções de que a Argentina, por exemplo, deve manter sua indústria de biodiesel voltada para a exportação e o Brasil deverá registrar diminuição na produção. De todo modo, a tendência geral é de que o crescimento da produção de biodiesel na próxima década exceda o crescimento geral da demanda por óleos vegetais para alimentação.

Por outro lado, as preocupações recentes da União europeia podem levar ao embargo da compra de Óleo de palma da Malásia e da Indonésia, o que poderia proporcionar ao óleo de dendê produzido Brasil em posição privilegiada de competitividade, haja vista que a despeito das denúncias, a expansão da dendeicultura na Amazônia tem respaldo estatal de que segue os ditames da sustentabilidade, expresso no Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo no Brasil.

Igualmente, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável passa por uma revisão crítica. Neste sentido a próxima seção abordará algumas teorias do desenvolvimento, fazendo o contraponto com a perspectiva conhecida como desenvolvimentista, herdeira da tradição Marshalliana, e que, indico como presente no discurso e nas práticas adotadas na expansão da dendeicultura na Amazônia paraense.

3. A EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CAMPESINATO E A RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

3.1. CAMPESINATO, CAMPONESES E AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de adentrar nas questões sobre a expansão da dendeicultura é importante marcar a que filiação e categorias teóricas me apoio, sendo o campesinato, enquanto categoria de análise e modo de vida, elementos chaves para a compreensão das dinâmicas sociais dos camponeses pesquisados.

Tendo isto em vista, apresento o debate teórico que conduzirá esta pesquisa, e justifico minha opção teórica pelo conceito de campesinato. Como não poderia deixar de ser, apresentarei em linhas gerais o debate que se desenvolveu nas ciências sociais e que ainda hoje são fecundos e que opõe duas posições teóricas, a permanência do campesinato e seu desaparecimento, ou em termos mais enfáticos, sua morte.

A adoção do termo agricultura familiar é uma das mais eloquentes categorizações que desviaram o foco sobre o campesinato e até mesmo deu peso para a tese do campesinato como extinto, pois quando no campo das políticas públicas quer se falar sobre este ator usa-se, comumente, agricultor familiar em detrimento de camponês.

O termo vem sendo inclusive auto empregado, sendo camponês e campesinato mais utilizado no seio do movimento social e dos agroecologistas que ainda entende a importância e centralidade do campesinato, enquanto representantes de um modo de vida não pautado na racionalidade capitalista e como categoria social e política. Ainda assim, quando o assunto envolve órgãos do governo, a categoria negociada é agricultor e agricultura familiar, isto porque o termo foi institucionalizado, tendo em vista que todas as políticas para o meio rural recebem essas denominações.

O que não representa um obstáculo epistemológico, mas abre uma nova vertente de discussão. Se antes o debate era campesinato versus capitalismo, com a ampla adoção do termo agricultura familiar, o debate gira em torno dessas duas categorias, vista por uns como complementares, e por outros como fases sucessivas, sendo a agricultura familiar substitutiva do campesinato.

Para Pereira (2005), a adoção do termo agricultura familiar representa o Estado brasileiro endossando a tese de que o campesinato teria desaparecido. Sérgio Schneider, (2003, 2006), por sua vez, considera que a expressão agricultura familiar foi importante na articulação dos movimentos sociais do campo, e para a conquista de uma política pública específica para este público; de acordo com o

autor a agricultura familiar comportaria sob sua égide diversos grupos sociais que vivem no campo, e tem formas específicas de produzir e se reproduzir.

Porém, Sérgio Schneider (2006) apresenta uma diferenciação entre camponeses e agricultores familiares; para ele a agricultura familiar tem “maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista moderna” (p. 8).

Para este autor, as formas de produção familiar sofrem transformações, de tal maneira que os modos de vida também vão sendo transformados, embora não subsumidos totalmente pelas formas capitalistas de produção.

Esta visão pode ter muito de equívocos: primeiro, porque a integração ao mercado é mais uma forma dos camponeses se reproduzirem, mas a totalidade de seu mundo não é organizada pela lógica de mercado. (COSTA, 2012a; MARTINS, 2009; TAUSSIG, 2010). Segundo, porque agricultor familiar não é outro sujeito social que emergiu recentemente no meio rural, ele contém o camponês que recebeu esta nomenclatura institucionalizada pelo Estado e apropriada pelas categorias do campo para reivindicarem seus direitos e conquistar uma política pública (WANDERLEY, 2009).

Edma Silva Moreira e Jean Hébette (2009) afirmam que esta é “uma simples mudança de denominação (...) em substituição, por comodidade pragmática, a ‘campesinato’” (p. 187) e embora essa mudança não seja simples e esteja marchetada de significados, sobretudo, ideológicos e políticos, forjados em arenas discursivas e práticas na disputa por poder, é preciso, reconhecer o caráter camponês da agricultura familiar. E aqui é importante estabelecer um ponto: entendo o campesinato dentro da agricultura familiar, porém, nem todos aqueles que estão sob a égide da agricultura familiar são camponeses.

Pensar a agricultura familiar simplesmente sob a ótica da modernização e logo, substituta do campesinato é reificar a compreensão do campesinato como desprovido de capacidade de se articular ao mercado, de utilizar-se de tecnologias agrícolas e de romper com as formas menos mecanizadas de produção.

É reafirmar não só o caráter marginal de produção, mas também estereótipos e discursos de subalternização dos camponeses. Nesta perspectiva e, corroborando com Delma Peçanha de Neves (2002), defendo que o termo agricultura familiar não pode ser utilizado como um conceito, pois seu caráter “é descritivo e politicamente classificador” (NEVES, 2002, p. 137), por isto, o termo agricultura familiar será por mim utilizado, sem prejuízo da compreensão de que são camponeses.

Mauro de Almeida (2007) é um estudioso que fala no fim do campesinato como modelo analítico, em virtude da emergência de diversas identidades étnicas que se sobressaem e que antes estavam invisibilizadas dentro desta categoria que,

de acordo com este autor, não daria mais conta de explicar a realidade social do meio rural na contemporaneidade.

A controvérsia que se pode ter em torno do conceito de campesinato subjaz à sua própria diversidade interna, pois, ao contrário de Mauro de Almeida, Giralda Seyferth (2011), embora reconheça a importância de categorias como remanescentes de quilombos e agricultura familiar na conquista de territórios e de direitos de cidadania, afirma que estas categorias não teriam a abrangência teórica do conceito de campesinato.

É preciso antes reconhecer que o campesinato vem se transformando, e em seu seio há movimentos identitários fortes e que não buscam romper com o reconhecimento como camponeses, mas agregar suas identidades coletivas e conquistar políticas mais específicas, garantir seus territórios tradicionais e seus modos de vida. (MOREIRA, HÉBETTE, 2009).

Portanto, a categoria de análise por mim escolhida é campesinato, reconhecendo este em sua diversidade de atores e grupos sociais, que resguardadas as peculiaridades, guardam entre si modos específicos de produzir e reproduzir a vida social, política e econômica, quais sejam: sua relação com a terra e seus recursos naturais, a unidade de produção e reprodução, a localidade, a reciprocidade e o parentesco como ordenadores da ética e da lógica de produção e organização da vida física e social.

Sendo assim, quando me referir a sujeitos que estejam fazendo parte do acesso à política pública referir-me-ei a agricultores familiares, mas quando estiver tratando da cultura, do modo de vida, das resistências e da categoria analítica me referirei a campesinato.

3.2. CAMPESINATO E CAPITALISMO: O UROBORÓ DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Apresentado o posicionamento acerca do conceito de campesinato em detrimento da categoria agricultura familiar, a partir deste ponto retomo uma questão que subjaz o debate anterior e que norteia este projeto de pesquisa. O confronto de postulados acerca da existência do campesinato no seio da sociedade capitalista.

No Manifesto do Partido comunista (1864[2007]) Marx e Engels iniciam afirmando que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes, e continuam (...). A sociedade divide-se cada vez mais (...), em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado”. (MARX, ENGELS, 2007, p. 47).

Para estes autores, irremediavelmente, todas as classes estariam fadadas a desaparecer e a se tornarem uma classe para o capital, pois, de acordo com a

evolução histórica e as condições sociais dadas no momento em que O Manifesto do Partido Comunista é lançado parece não deixar dúvidas de que:

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbiram na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. (Idem, p. 55).

Ainda hoje vigora, no discurso e na prática, uma visão linear e evolutiva segundo a qual o campesinato seria subsumido pelo capitalismo, tornando seus membros uma classe para o capital. Esta visão linear e evolutiva dos processos históricos leva a pensar as sociedades se sucedendo no tempo e no espaço, e a cada etapa os protagonistas são ressaltando.

Visto desse modo, os grupos que apresentam formas diferenciadas de existência são tratados como uma forma atrasada que deve ser superada. Por muitos o campesinato é visto assim, como um resquício. (GODOI, et al, 2009), e esta visão domina muitos projetos de desenvolvimento rural, entre os quais o da expansão da dendecultura, o que pode ser visto nas falas dos técnicos das empresas ao expressarem que os camponeses que plantam dendê tem que se tornar empresários rurais, do contrário, não terão sucesso.

No Brasil, o campo passa por grandes transformações a partir Revolução Verde, pós-segunda Guerra Mundial, com o modelo mecânico-químico se impondo como projeto de modernização, homogeneização da paisagem e produção em grande escala.

Faz-se uma tentativa de superação do modo de produzir dos camponeses, impondo não só pacotes tecnológicos e práticas agrícolas inacessíveis, como também a superação da lógica de produção, notadamente, assentada na produção de excedentes e não de produção em escala e de relações mediadas pelas coisas, não como meio de reificar as coisas trocadas, mas de estabelecer laços sociais.

Já nos anos 1970, o movimento do capital na agricultura, afirma Maria Wanderley (2011) “se orienta em duas direções complementares: o aprofundamento dos processos de articulação agroindustrial e a ampliação do seu campo de dominação para além dos espaços já conquistados, estendendo sua fronteira econômica” (p. 32).

Nazaré Wanderley (2011) explica que a despeito do avanço do capitalismo no meio rural, do projeto modernizador e da conseqüente expulsão de grandes contingentes de pequenos agricultores de grandes propriedades, uma parte significativa desses pequenos agricultores conseguiu continuar a organizar as atividades produtivas, permanecendo produtores de mercadorias.

Para aqueles que acreditavam que o campesinato tenderia, historicamente, a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo, essa parecia uma situação inusitada, para cuja compreensão pouco valeriam as relações pré-capitalistas ou não capitalistas. (p. 76).

É sobre essa relação capitalismo e especificidade camponesa que os debates do período se centram e, neste contexto discursivo e político, Francisco de Assis Costa (2012a) faz uma elucidativa análise das discussões ocorridas no seio das ciências sociais entre os anos 1970 e 1990. Costa esclarece que neste período as Ciências sociais se ocuparam de compreender “a presença, o significado e a trajetória do campesinato no país e o papel desempenhado pela ‘fronteira’ amazônica” (p. 203).

Contudo, o debate não era apenas este, o autor acrescenta que neste período havia um embate que excedia (e ainda hoje excede tendo em vista a atualidade da questão) o campo acadêmico e marcava (marca) a tensão entre dois projetos:

(...) de outro lado. Configuraram lances particulares de um embate de grandes proporções entre forças sociais que buscavam obscurecer uma classe social (aquela fundada na produção familiar na agricultura) – para agir, por razões diversas, como se ela não existisse e, por isso, para sua extinção – e segmentos que buscavam demonstrar as potencialidades dessa mesma classe social como sujeito e objeto da construção de uma sociedade mais justa. (Idem, p 203)

Francisco Costa ressalta que esse embate e discussões fizeram-se a partir de posições teóricas, já firmadas ao longo do debate sobre a questão agrária no capitalismo desde Marx. De um lado, a defesa da inexorabilidade do extermínio das formas camponesas no capitalismo e do outro, a capacidade de preservação dessa forma de produção a partir de sua especificidade.

Os defensores desta última tese afirmam que o projeto de modernização da agricultura, inaugurado pós-segunda guerra mundial, beneficiou atores sociais específicos, não sendo uma política voltada para a agricultura de excedentes, mas para aquela, principalmente, integrada às agroindústrias e à agricultura empresarial.

O projeto modernizador da agricultura além de ignorar a agricultura de excedentes, trabalhava com o fito de superá-la. A permanência desta agricultura levantava e ainda levanta outras questões, a de que sua permanência se deve ao próprio processo de acumulação do capital e a de que sua permanência se explica por sua especificidade interna.

Para Francisco Costa (2012a) a presença camponesa no capitalismo pode ser explicada pelas “relações de codeterminações, mútuas influências com resultados adaptativos que fazem as trajetórias real-concretas de evolução do rural”. (Idem; p. 297). O autor resume suas argumentações do que ele denomina lógica do investimento camponês que inclui:

(...) aceitação e rejeição de riscos; comedimento e ousadia; segurança e aposta; padrões tecnológicos homogêneos e diversos – tudo a depender de como se posiciona o sistema representado pela empresa-família relativamente à zona de perigo, onde se presume a iminência ou se enfrenta a realidade de crises reprodutivas, lugar onde se turva a perspectiva em relação à capacidade de permanência. (COSTA, 2012a, p. 297).

A definição de camponês apresentada por Francisco Costa (2012a; 2012b) herda da teoria de Chayanov o caráter de unidade produtiva e reprodutiva, contudo, Costa vai além quando para além dos determinantes internos da família (relação força de trabalho e consumo) considera o ambiente institucional e a sociedade envolvente que tencionam a família camponesa e suas decisões.

Francisco Costa (2012a) considera imprescindível levar em consideração que a unidade camponesa trata-se de um sistema aberto, que como tal, as relações com o sistema envolvente estabelecem as condições de consumo constante, do orçamento de reprodução.

Deste modo, a continuidade do campesinato no seio da economia capitalista pode ser elucidada por sua especificidade, que orienta suas decisões quanto a atingir a eficiência reprodutiva, uma grandeza que expressa, do ponto de vista da microeconomia, “a capacidade do sistema de internalizar, reter em seu proveito, o trabalho por ele próprio despendido”. (COSTA 2012b, p. 111).

Mas, não apenas isto, mesmo na economia capitalista os camponeses “orientam-se por um trajeto de vida (ancestralidade, grupo em reprodução e descendência) que se constitui de diferentes posições (padrões) reprodutivos”. (COSTA, 2012a, p. 139).

A estas ideias acrescento àquelas discutidas e apresentadas por Jean Hébert e Edma Moreira (2009), segundo as quais o campesinato a ser superado é oriundo de cristalizações e como todas as cristalizações, não dão conta das mudanças e transformações inerentes à vida social. Ainda habita no imaginário social construções inertes e tipos puros não encontrados na realidade.

Dessas acepções determinísticas e evolucionistas advém os discursos de transformação do camponês, se este sai do que foi determinado por esse pensamento como seu lugar no mundo. Esta linha nega ao campesinato o direito de acessar bens materiais, escolarizar-se e de estabelecer relações diretas com o mercado.

Contudo, essas determinações não vêm se cumprindo na realidade social ou sendo um fenômeno homogêneo, pelo contrário, os camponeses resistem e defendem seu modo de vida. Um modo de vida, que assim como a cultura não é estático, nem impenetrável, mas um modo de vida que guarda singularidades e que é orientado por valores, por uma visão de mundo e um ethos camponês.

Importante ressaltar que as mudanças na vida e no cotidiano das comunidades camponesas não se dão apenas por meio dos mercados. Os grupos e comunidades camponesas (independentemente de sua identificação étnica) são impactados de modo positivo ou negativo por diversos projetos da sociedade envolvente.

Ocorre também de que quando os camponeses conquistam direitos eles alavancaram mudanças na sociedade geral. Todavia, devido às disparidades e assimetria dos grupos que são contrapostos, é, sobretudo, os grupos hegemônicos que os impactam, pois do ponto de vista dos projetos de vida e de desenvolvimentos, estes são atores concorrentes por recursos e políticas públicas. (GARCIA, HEREDIA, 2009).

Vejamos o exemplo que Maria Dione Carvalho de Moraes (2009) traz de seu estudo com camponeses do cerrado piauiense. Estes passaram a sofrer uma crise ecológica em virtude do avanço do monocultivo da soja e do arroz sobre as áreas de chapada. A chapada, embora não utilizada propriamente na agricultura, era muito importante na reprodução do modo de vida das famílias, que utilizavam dessa área para caça, coleta de frutos, coleta de mel e plantas terapêuticas e de criação do gado.

Com a interdição de uso da chapada, a própria reprodução física das famílias foi dificultada, haja vista que foram encurraladas para os baixões. Essas famílias criaram outras estratégias e resistências, que incluíram desde sucumbir ao arrendamento de áreas na chapada até a ocupação de fazendas.

De outro modo, José Antônio Magalhães Marinho (2009) mostra que a inserção do açaí (*Euterpe oleraceae*) no mercado e a crescente importância econômica que este tomou, “contribuiu para estabelecer importantes mudanças nas relações ecológicas e socioeconômicas no médio rio Pracuúba” (p. 186) no arquipélago do Marajó.

O autor demonstra que ao lado de relações desiguais de exploração da força de trabalho, como a meia e o pagamento de taxas fixas, permanecem as relações de reciprocidade, como a troca de dias. No campo socioeconômico, os ribeirinhos extrativistas passam a sair da condição do aviamento e a ter mais liberdade e autonomia na comercialização do açaí.

Uma das conclusões a que o autor chega é: “tomando-se de um ponto de vista concreto, o extrativismo do açaí envolve relações diversificadas que não se fundamentam apenas na exploração, mas na liberdade de compra e venda e até mesmo na cooperação” (p. 207), embora não escape ao receio de que a chegada de grandes empresas ao local restrinja a autonomia que os ribeirinhos têm conquistado.

Esse constante receio, expresso pelo autor ao final de seu artigo, se dá pela relação desigual que se estabelece entre aqueles que possuem capital e os

camponeses, geralmente descapitalizados; mas também expressa um imaginário de apatia e submissão de camponeses, como se estes fossem incapazes de lutar por sua própria liberdade e autonomia.

Na Amazônia, com a frente de expansão e a frente pioneira, os estudos sobre o campesinato têm outros problemas que são de ordem empírica, mas permanece o embate de existência do campesinato e sua, pretensa, subsunção ao capitalismo. José de Souza Martins (2009), por exemplo, concebe que as análises do avanço do capitalismo no campo que privilegiaram um viés marxista-estruturalista não são capazes de reconhecer a diversidade de tempos históricos dos atores sociais que se encontram na fronteira.

Não reconhecer os distintos tempos históricos da fronteira implica em não reconhecimento da diversidade de racionalidades e culturas, ou seja, todos os grupos sociais são analisados sob o viés das categorias capitalistas, e sob este enfoque irremediavelmente, os camponeses se transformariam em uma classe do capital.

Ao dirigir o olhar sob o viés uniformizador do capitalismo a alteridade na fronteira é negligenciada, com isto, ignoram-se outros modos de vida que não os informados pela racionalidade e cultura capitalista.

Otávio Guilherme Velho (1979), embora descreva analiticamente uma diferenciação entre atores do meio rural, não considera a transformação total do campesinato, apenas de uma parte e afirma que:

(...) contrariamente à visão geral baseada no estudo do capitalismo burguês, no caso do capitalismo autoritário, onde quer que preexista uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva prossegue às suas custas. (p. 49).

Otávio Velho (1979) defende que o campesinato até continua a existir numa sociedade capitalista, mas subordinado a este e como parte do processo de acumulação primitiva. Porém, não credita a nenhuma especificidade interna, ou modo de vida diferenciado, as razões de sua existência.

É necessário pensar o campesinato para além da produção econômica, pois, se é verdade que o central na economia camponesa é o valor de uso, Klass Woortmann (1987) propõe um olhar para além dessa produção e afirma que mais que valor de uso, o campesinato gera outro valor; o uso como valor, o que remete a uma ética camponesa, segundo a qual a terra é mais que um bem da natureza onde a família projeta seu trabalho, a terra é vivida como patrimônio onde a família se reproduz enquanto valor.

No cotidiano “ao trabalhar a terra o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, (...), pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações

técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas” (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997. p. 15).

Éric Sabourin (2009) em *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*, mostra a importância do conceito de campesinato para entender segmentos da sociedade rural que se organizam sob características que o autor classifica como camponesas e cita como exemplo, a localidade, a reciprocidade e o parentesco. Sendo estas características organizadoras de todos os aspectos da vida dos camponeses.

A reciprocidade, conforme já demonstrou Marcel Mauss, é um fato social total, pois alimenta e reproduz um complexo de relações que não estão apenas na produção e circulação de bens, mas perpassam pela totalidade da vida no grupo social e com os quais eles se relacionam.

Éric Sabourin, expressa a conformidade de sua pesquisa com os postulados de Marcel Mauss no que se alude à reciprocidade dos grupos camponeses por ele estudados, sendo também uma das características.

Sabourin (2009) compreende que a reciprocidade se expressa por meio de formas de solidariedade, na produção e na redistribuição de alimentos, que constituem o nível do real; mas ela também existe no plano simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo. (p. 52)

Citando Mendras, Éric Sabourin (idem) apresenta três tipos de estruturas de reciprocidade. Cada uma dessas estruturas cria diferentes valores, que se tornam um valor econômico numa sociedade baseada na reciprocidade. Esse valor, o autor diz ser o *mana* que Marcel Mauss (2003) identificou, pois são os valores advindos das estruturas de reciprocidade que produz valor ético, a humanidade e o sentido de todas as coisas.

Ao estudar a relação feita por Mauss (2003) entre a forma mercadoria e a forma dádiva Mauro Almeida (2003) conclui que a síntese se revela numa oposição entre duas racionalidades “enquanto sob o capitalismo as pessoas são meios para obter coisas (...) nas sociedades onde vigora a forma-dádiva as coisas são meio para acumular relações sociais – isto é, visam diretamente criar vínculos permanentes entre pessoas” (p.88).

Portanto, não é simplista supor que a relação com a sociedade vigente, nem o estabelecimento de relações de mercado, ou ainda, a relação estabelecida por meio dos contratos de compra e venda de matéria-prima, que em última análise representa a apropriação do trabalho camponês, já determinaria a subsunção total do camponês ao capitalismo.

Como já mencionei anteriormente, a subsunção do campesinato não é apenas um processo material, é antes um processo simbólico e sensível, por isto, na expansão da dendeicultura o discurso da modernização e da superação de uma

produção atrasada compuseram as estratégias para atração de camponeses e eram o corolário do discurso do desenvolvimento. Porém não há razões causais e imediatas na conversão de camponeses em outros sujeitos, pois a lógica e a racionalidade camponesas estão imbricadas com suas práticas culturais.

3.3. A DENDEICULTURA E A RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

Arturo Escobar (2007) em seu livro *La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo* ao analisar a inclusão de camponeses, mulheres e meio ambiente como o novo objeto para o qual se dirige as políticas de desenvolvimento demonstra que embora a prática discursiva do desenvolvimento tenha permanecido a mesma ao longo das décadas²⁴ a formação discursiva do desenvolvimento tem mudado.

A formação discursiva se altera quando fora do discurso da industrialização as políticas de desenvolvimento “descobrem” outros sujeitos, como é o caso dos camponeses, das mulheres e do meio ambiente. É assim, que das ruínas da Revolução Verde emerge o Desenvolvimento Rural Integrado e posteriormente a própria ideia de desenvolvimento sustentável.

Na mesma obra, Escobar defende que o desenvolvimento deve ser analisado como regime de representações, isto porque de acordo com o autor “Los ‘regímenes de representación’ pueden analizarse como lugares de encuentro en los cuales las identidades se construyen pero donde también se origina, simboliza y maneja la violencia.” (p. 30).

Todas as relações sociais implicam relações de poder e o campo discursivo é aquele donde esse poder é exercido de modo mais violento, pois provoca a construção de concepções que embasam as representações sociais da realidade e implica na construção do outro e de si mesmo.

24

Tendo como ponto de partida as políticas empreendidas pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial, em que Harry Truman lançou uma campanha mundial na qual propunha resolver o problema do subdesenvolvimento. O discurso proferido por Truman quando tomou posse da presidência da República dos Estados Unidos em 1949 logo tornou-se uma ideologia e esta, desde então, tem orientado as ações ditas de desenvolvimento por todo o globo. Essa ideologia baseia-se na industrialização, na mecanização, na transformação de todos os bens naturais e culturais em recursos a serem úteis para o avanço do capital.

Enrique Dussel (1994) formula que a modernidade foi gestada nas cidades europeias, todavia seu nascimento data de 1492 no encontro do europeu com o outro, donde se estabeleceram relações extremamente assimétricas, marcadas pelo controle, exploração e violência física e simbólica, esta assinalada pelo que o autor chama de encobrimento do outro.

O encobrimento do outro ocorreria a partir do não reconhecimento de sujeitos e coletividades no interior de suas respectivas formações culturais, logo, de acordo com seus próprios modos de vida. Esse encobrimento se consolida de modo que além de não reconhecer o outro em sua singularidade, ainda constrói-se um outro deformado, que nada mais são que caricaturas da realidade social, ou seja, um outro estigmatizado.

Veremos adiante que as duas perspectivas, a de Escobar (2007) e a de Dussel (1994) estão presentes na expansão da dendeicultura, que reinventa o discurso do desenvolvimento, o apregoando como sustentável ao mesmo tempo em que propõe a inclusão produtiva de camponeses, tidos como atrasados.

Na pesquisa de campo defrontei-me com os técnicos das empresas enunciando para os agricultores em termos de superação de seu modo de vida e sua conversão em empresários rurais, e que isto seria o ápice do desenvolvimento e da inclusão social e produtiva, deixando claro em seus discursos os pressupostos de uma ideologia que se assenta na superação do outro, um evolucionismo ainda presente nos dias atuais.

Na mesma perspectiva, Vandana Shiva (2002), ao analisar o avanço das biotecnologias e das monoculturas e suas implicações na biodiversidade e nos sistemas de saber, identifica que enquanto ideologia, a monocultura da mente solapa os saberes locais, primeiramente não os reconhecendo como saberes, ou seja, o encobrimento do outro, inclui a sua negação enquanto ser físico, social e cultural.

Para a autora o sistema de saber que se impõe como universal, o sistema ocidental, é um saber local, com uma base específica de gênero, classe e cultura, deste modo não é um saber universal em sentido epistemológico, mas uma versão

globalizada de um sistema de saber local nascido de uma cultura dominante e colonizadora, sendo eles próprios, os sistemas de saber modernos, colonizadores.

Tendo isso em vista, Shiva (2002) arrazoa que:

A ligação entre saber e poder é inerente ao sistema dominante porque, enquanto quadro de referência conceitual, está associado a uma série de valores baseados no poder que surgiu da ascensão do capitalismo comercial. A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade. O poder também é introduzido na perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, inerentemente superior aos sistemas locais. (p. 22).

A essa universalidade da dominação Anibal Quijano tratou como colonialidade que ele diferencia de colonialismo, ainda que vinculados. Colonialismo, afirma o autor:

(...) refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. (QUIJANO, 2009, p. 73).

A colonialidade, assevera Quijano (1992), “es aún el modo mas general de dominacion en el Mundo actual” (p. 14), a dominação colonial consolidou um complexo cultural conhecido como racionalidade moderna europeia, que passou a fazer parte de um novo padrão de poder mundial, no qual a Europa concentra sua hegemonia bem como o controle da subjetividade, da cultura e da produção de conhecimento. (QUIJANO, 2005).

As concepções de Quijano, no que se refere à dimensão subjetiva da dominação, dialogam com Shiva (2002) e Arturo Escobar (2007), para quem o discurso do desenvolvimento constitui um sistema governado por certas regras o qual tem sua coesão devido a um conjunto de enunciados e práticas que se referem à industrialização da agricultura, dos camponeses, mulheres e do meio ambiente.

De acordo com Escobar (2007), pensar o desenvolvimento em termos de suas representações discursivas é importante porque permite nos concentrarmos na dominação e explorar mais produtivamente as condições de possibilidades e efeitos

do desenvolvimento. Para o autor: “El análisis del discurso crea la posibilidad de “mantenerse desligado de él [discurso del desarrollo], suspendiendo su cercanía, para analizar el contexto teórico y práctico con que ha estado asociado” (Foucault, 1986: 3). (p. 23).

Em se tratando da racionalização do mundo esta opera de modo que todos os meios sociais, culturais e econômicos ficam submetidos a um pensamento único, sob o auspício da modernização e da necessária substituição de modelos de vidas autóctones que são concebidos como atrasados.

Nesse escopo em busca da inclusão de todas as regiões do mundo ao projeto de modernização, que escondia a verdade dessa narrativa, o objetivo era buscar matérias-primas, explorar a mão de obra local, acessar a terra e criar um mercado de compradores para auxiliar no processo de reprodução ampliada do capital.

Todos esses elementos identifiquei presentes na expansão da dendeicultura, que associo ao desenvolvimento na perspectiva neoliberal, que traz em suas práticas os elementos da ideologia Truman, que conforme identificou Escobar, ainda conformam as políticas de desenvolvimento para o chamado terceiro mundo e as parcelas de suas populações entendidas como subdesenvolvidas.

3.4. PALMA DE ÓLEO NO BRASIL: ESTRATÉGIAS PARA PRODUÇÃO NACIONAL E USO DE BIODIESEL

(...) o programa que estamos lançando hoje abre um novo horizonte de possibilidades para o Brasil e para a região amazônica, em particular. E representa o casamento entre a proteção ambiental e a geração de renda e de emprego digno para milhares de pessoas que moram na Amazônia. Hoje, o brasileiro pode dizer com orgulho que consegue proteger aquele que é um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, a sua floresta tropical. (Secretaria de imprensa, da Presidência da República, 2010, p. 4).

Com essas palavras o então presidente da República do Brasil, Luis Inácio da Silva, o Lula, na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará, iniciou seu discurso no lançamento do Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo no Brasil, ou como é mais conhecido, Programa Palma de Óleo.

Não se trata de uma iniciativa primária em tornar o dendê uma vedete da produção Amazônica. Em 1980 foi criado o Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos, o Pro-óleo, esse programa visava misturar óleo bruto de dendê ao diesel. Com a queda nos preços do petróleo, o programa não logrou êxito e foi abandonado em 1986. (HOMMA, 2001).

O Programa Palma de Óleo é um desdobramento do PNPB e, embora traga em seu título que se trata de um programa de abrangência nacional, tem se focado muito mais na região Norte, que detém a maior parte das áreas zoneadas como aptas para a expansão da dendeicultura. (EMBRAPA, 2010).

Lançado com o objetivo de “Disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis” (MDA, 2010) é baseado em três diretrizes: 1) preservação da Floresta e da Vegetação nativa; 2) Expansão da produção integrada com agricultura familiar e 3) estabelecimento de Territórios prioritários, incluindo, as áreas degradadas na Amazônia Legal e áreas utilizadas no plantio da cana de açúcar.

Está dividido em cinco principais linhas: 1) Zoneamento Agroecológico, com vistas a garantir a sustentabilidade da produção da palma; 2) Aprimoramento dos instrumentos de crédito para produtores rurais, dentre os quais os beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); 3) Investimento em pesquisa e inovação; 4) Ampliação da oferta de assistência técnica a agricultores familiares e 5) Estabelecimento da Câmara Setorial de Palma de Óleo.

Um programa que propõe expansão sustentável do dendê, no coração da floresta amazônica, como bem o então presidente da república frisou em seu discurso, é voltado para atender a um mercado cada vez mais formalmente comprometido com o desenvolvimento sustentável sem, no entanto, resguardar de fato elementos de justiça social e proteção ambiental.

O discurso do presidente Lula, e o Programa Palma de óleo atendem a uma expectativa internacional e busca chamar atenção para o dendê no Brasil com a intenção de tornar o país um grande e competitivo produtor de óleo de dendê, pois grandes empresas produtoras de óleo de palma têm sofrido boicotes por serem acusadas de não produzirem sustentavelmente (BECKER, 2010).

Ao tratar o dendê dentro da geopolítica internacional, Berta Becker (2010) ressalta os elementos da geopolítica internacional que de acordo com a autora tem afetado a produção e o consumo do óleo de palma. Apesar de compreender que é difícil garantir que o óleo que está sendo comercializado como sustentável o realmente seja.

De qualquer modo, a autora salienta o esforço empreendido por ambientalistas que tem realizado intensas campanhas com o propósito de conseguir com que sejam estabelecidas regras para o cultivo do dendê, da soja e expansão da agropecuária. Podemos dizer que essa iniciativa do governo brasileiro é exemplo e herdeira desse movimento.

A tática dos ambientalistas é chamar a atenção para os estragos que a palma acarretou nas florestas tropicais da Indonésia e, através disso, atingir grandes empresas que utilizam o óleo de palma como ingrediente de seus produtos, como é o caso da Unilever, HSBC, Cargill, Nestlé, e outras empresas de alimentos. (...) A Unilever, maior compradora do planeta, – 4% do total global – assumiu o compromisso de utilizar somente óleo de dendê certificado, proveniente de fontes sustentáveis – no que foi acompanhada por mais de vinte empresas – e a seguir suspendeu as compras de um produtor integrante de ‘Sinar Mas’, grande conglomerado da Indonésia. A Nestlé foi ainda mais categórica, suspendendo todas as compras da ‘Sinar Mas’, passando a realizar uma auditoria de suas cadeias produtivas de óleo por uma organização não lucrativa baseada na Suíça. (BECKER, 2010, p. 10).

Conforme evidencia a autora, as campanhas contra a expansão desordenada da palma de óleo, que avança desrespeitando o meio ambiente e as populações que desenvolvem seu modo de vida imbricado a esses ecossistemas tem surtido efeitos nas políticas adotadas pelas multinacionais, que não querendo vincular sua marca à produção insustentável adota medidas contra os produtores denunciados²⁵.

Becker (2010) assevera que desde a colonização ainda não se conseguiu implantar na Amazônia um projeto de desenvolvimento que alie conservação ambiental e inclusão social, ou seja, que tenha sido de fato sustentável. A autora

²⁵ Evidente que essas tomadas de decisão contém muitos elementos discursivos e práticas ardilosas, pois busca construir uma narrativa que agrade à opinião pública, porém escamoteia outras formas de exploração. Vide o caso da Companhia Vale diretamente responsável por grandes desastres ambientais, provocando morte de pessoas e de ecossistemas, como foi o caso do ocorrido na bacia do Rio Doce e do crime ambiental de Brumadinho, ambos no Estado brasileiro de Minas Gerais.

ressalta que projetos que contemplem a sustentabilidade devem levar em consideração as várias modalidades de zoneamento.

Embora com objetivos diferentes, os vários zoneamentos contribuem também com um olhar em diferentes escalas, cada uma delas revelando importantes aptidões e/ou restrições no uso da terra e, assim, em conjunto, ampliando o conhecimento necessário à ação (p. 11).

A autora ressalta que os diferentes zoneamentos contemplam informações diferentes e que juntas possibilitam o conhecimento necessário para orientar ações mais efetivas. No caso da expansão da dendeicultura, além dos zoneamentos já existentes na região, foi realizado zoneamento edafoclimático, discursivamente apregoado como agroecológico e constitui uma das linhas do Programa Palma de Óleo, as quais tratarei individualmente nos próximos tópicos.

3.4.1 Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo

Em 07 de maio de 2010 a presidência da República Federativa do Brasil publicou o Decreto 7.172 que aprovou o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispôs sobre o estabelecimento pelo CMN de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo. (BRASIL, 2010).

De acordo com o que consta no referido Decreto e nos zoneamentos da palma na Amazônia, o ZAE-dendê, o zoneamento foi feito levando em consideração as necessidades da planta em relação a clima e solo, e a disponibilidade de terra, excluindo as consideradas legalmente bloqueadas ou unidades de conservação ambiental e terras indígenas demarcadas.

Deste modo, o zoneamento da palma no Brasil ficou dividido em dois grandes grupos considerados áreas de baixo risco ambiental. A área “A”, que continha as áreas aptas antropizadas dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima e as áreas “B”, que contemplavam as áreas aptas antropizadas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. (BRASIL, 2010).

Como desdobramento do ZAE-Palma de Óleo, fez-se um zoom na Amazônia Legal, região que vem recebendo incentivo na expansão da palma de óleo, e na qual o dendê surge como rota tecnológica a ser incentivada.

Para Antônio Ramalho e Paulo Motta (2010):

O zoneamento agroecológico é uma ferramenta fundamental para a criação de mecanismos de orientação à implementação da cadeia de produção de palma de óleo. Para a Amazônia Legal, em particular, constitui base técnico-científica para se buscar a sustentabilidade dos pontos de vista social, econômico e ambiental pela indicação das terras mais adequadas à cultura de palma de óleo. (idem, p. 20).

Observemos que foram excluídas das áreas aptas e, portanto, disponíveis, somente unidades de conservação, terras legalmente bloqueadas e terras indígenas demarcadas. Ora, uma das grandes lutas do movimento indígena Brasil afora se dá justamente na demarcação de suas terras, o que vem sendo feito muito lentamente por causa dos conflitos de interesse existente sobre as terras indígenas, excluir das áreas aptas somente os territórios indígenas demarcados é maximizar a pressão e os conflitos que já existem e possibilitar a existência de outros.

Além dos desastres ambientais a expansão da dendeicultura é ligada ao trabalho escravo, à grilagem de terra, a expulsão de trabalhadores de suas terras, à exploração do trabalho infantil, entre outras denúncias feitas por ONG's internacionais e corroboradas por muitos estudos científicos que veem a dendeicultura além da eficiência econômica.

A ligação direta da expansão da palma com o desflorestamento levou o parlamento Europeu a sugerir que a partir de 2020 passaria a reduzir o uso de biodiesel oriundo da palma de óleo e completa substituição de todos os biocombustíveis de primeira geração até 2030. Ao final da discussão sobre o tema, o parlamento europeu finalizou sua resolução aprovando que até 2020 a União Europeia somente adquirirá óleo de palma certificado como sustentável²⁶.

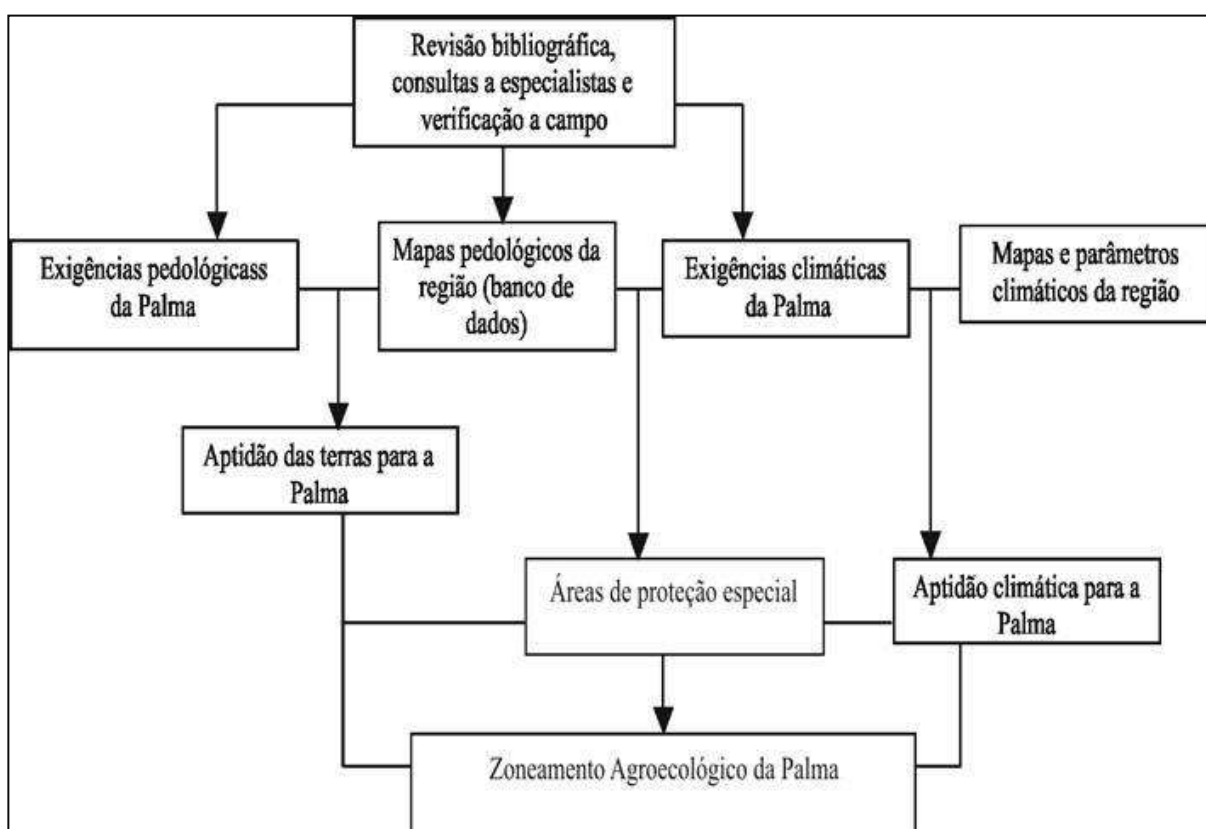
É neste contexto de pressão internacional que o zoneamento agroecológico surge não apenas como um instrumento de planejamento, mas também como uma ferramenta de competitividade no mercado internacional, pois vende a imagem de que o óleo de palma oriundo da Amazônia, maior floresta tropical do mundo, é

²⁶ Recomendação 82 da Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de abril de 2017, sobre o óleo de palma e a desflorestação das florestas tropicais <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P8-TA-2017-0098+0+DOC+XML+V0//PT>

sustentável. E não apenas isto, que ele vem contribuindo para o reflorestamento e no combate ao desmatamento.

Apesar do qualificativo “agroecológico”, o ZAE- dendê não é mais que edafoclimático, conforme podemos abstrair de RAMALHO FILHO et al (2010) ao discorrer sobre a metodologia utilizada: “O Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo para as áreas desmatadas da Amazônia Legal foi obtido basicamente pelo cruzamento da aptidão das terras com a aptidão climática, após a exclusão das áreas protegidas por lei”. (p. 53).

Figura 17 Organograma de Fases do Zoneamento Agroecológico da Palma de óleo



Fonte: RAMALHO FILHO et al, 2010, p. 53.

No decorrer do texto do ZAE-Dendê percebe-se que há o uso indiscriminado dos termos agroecológico e desenvolvimento sustentável, caindo nos modismos muito utilizados sem as devidas considerações ao que implicaria as diretrizes e o próprio desenvolvimento sustentável e a produção agroecológica. Todavia, ao observarmos o organograma da metodologia adotada (Figura 17) e dos temas

considerados no estudo, depreende-se que o agroecológico é um recurso discursivo que se ocupa de promover a aparência do fato.

O Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo foi publicado pela Embrapa em 2010, elaborado com vistas a fornecer informações aos produtores rurais para viabilizar o plantio do dendê como alternativa ao desenvolvimento sustentável. Proporcionar bases para o planejamento de uso do solo respeitando a legislação ambiental e ainda “fornecer bases para o planejamento de polos de desenvolvimento no espaço rural em alinhamento com as políticas governamentais sobre segurança alimentar e energia”. (p.7)

Para começar, o plantio de dendê é dentro de um modelo de monocultivo e baseado no uso intenso de fertilizantes químicos. Ora, se o desenvolvimento sustentável, no plano ecológico, busca o equilíbrio entre os ecossistemas, não é salutar colocar o dendê como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável, dado ao modo industrial e de monocultivo que é produzido e ainda aos impactos do uso de produtos químicos e agrotóxicos ao meio ambiente e isto sem mencionar os resíduos e efluentes resultantes da produção do óleo bruto.

Outra crítica que pode ser feita ao zoneamento agroecológico é que essa nomenclatura segue um modelo de reprodução de palavras que estão em voga e que remetem a tipos sustentáveis de agricultura. Assim como desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado sem critérios e sem reflexões, o termo agroecológico tem virado uma moda e se detido à mera reprodução de termos, como se o nome agroecológico já carregasse um valor em si, sem que, no entanto, se adote condutas de fato ligadas à agroecologia.

Ainda que no zoneamento tenha-se tido o cuidado de aprofundar os estudos quanto aos fatores limitantes dos solos e do clima em relação às necessidades do dendê, isto foi feito com vistas a suprir as necessidades de modo convencional e somente levando em consideração essa planta, o que passa muito longe dos princípios agroecológicos, tendo em vista que a agroecologia:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como

unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (ALTIERE, 2008, p. 23).

Conforme afirma Miguel Altieri (2008), “Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos” (p. 26), tudo o que o sistema de cultivo de dendê não possui.

O zoneamento foi realizado levando em consideração as condições edafoclimáticas e com vistas a avaliar o potencial das terras sob diferentes níveis de aplicação de tecnologia agrícola e de capital. Neste sentido, o zoneamento definiu dois níveis de manejo, o manejo B e o manejo C.

Quadro 1 Níveis de manejo considerados no ZAE-dendê

TIPO DE MANEJO	CARACTERÍSTICAS
B	Emprega práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico médio, havendo modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas estão condicionadas, principalmente, à tração animal. A motomecanização, portanto, é mais intensa no preparo inicial do solo e em alguns tipos de tratamentos culturais compatíveis com implementos agrícolas mais simples.
C	Emprega práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico; caracterizando-se pela aplicação intensiva de capital e de tecnologias para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. A motomecanização está presente nas diversas fases da operação agrícola.

Fonte: EMBRAPA, 2010.

Considerando o cruzamento de aptidão de solo e de clima para a cultura do dendeeiro, o zoneamento foi definido em quatro classes, a Preferencial, com potencial alto de produção; a Regular, com médio potencial, em solos com moderada limitação para a produção sustentada do dendê; a Marginal apresenta solos com fortes limitações para a produção sustentada do dendê e a Inapta, condições de solo e clima desfavoráveis, tornando inviável a produção econômica do dendeeiro.

A Embrapa recomenda o plantio do dendê apenas nas áreas classificadas como preferenciais e regulares. As classificadas como marginais e inaptas demandam alto investimento em insumos e podem não dar retorno produtivo e econômico.

No Estado do Pará um total de 23.277 km² foi classificado como áreas preferenciais para o manejo B e 16.668 km² para o manejo C. A área considerada Regular para o manejo B e para o manejo C foram calculadas em 104.484 km² e 8.109 km², respectivamente.

A região preferencial para o cultivo no manejo B e para o manejo C, no estado do Pará, concentra-se na região Nordeste paraense, notadamente na área onde estão instaladas as empresas investidoras na extração do óleo de palma e onde há uma busca por agricultores familiares para se integrarem às empresas.

Figura 18 empresas dendeicultoras em municípios do Estado do Pará até 2015



Até a implantação do PNPB a produção de dendê no estado do Pará era toda voltada para o mercado de alimentos, e para a indústria química. As principais

empresas no Pará para a indústria alimentícia são a Agropalma, a Marborges, a Denpasa, a Dentauá e a Palmasa.

Após o PNPB várias empresas chegaram ao Estado do Pará, dentre elas dá-se destaque para a companhia Vale, por meio da empresa Biopalma e para a empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB), pertencente à Petrobrás Biocombustíveis e à empresa europeia GALP energia. Nesse ínterim, chegaram à região a empresa Yossan e a multinacional norte-americana Archer Daniels Midland (ADM).

Apesar de essas empresas terem se instalado no estado do Pará no advento do PNPB e os incentivos que tanto empresas quanto agricultores receberam tinham como justificativa a produção de biodiesel, a maioria da produção (se não toda) é voltada para a indústria de alimentos e a indústria farmacêutica.

De acordo com a ANP (2018), em 2017 no Norte do país havia apenas três plantas autorizadas para produção de biodiesel, dentre as quais apenas duas estavam em funcionamento e nenhuma delas era no estado do Pará.

Berta Becker (2010) aponta que a industrialização do dendê até a produção do biodiesel é um desafio, haja vista que, de acordo com esta autora, o preço do óleo no mercado é superior ao do biodiesel, o que tem levado os produtores a preferirem comercializar o óleo. Fortalecendo deste modo, uma tendência da Amazônia que é exportar produtos com pouca ou nenhuma agregação de valor.

3.4.2 Aprimoramento dos instrumentos de crédito para produtores rurais

Como parte do programa de expansão do dendê fez-se alterações em linhas de crédito rural já existentes e passou a incluir o dendê como cultura a ser financiada, fazendo as adaptações necessárias de acordo com as necessidades, custos e ciclo dessa cultura agrícola.

Sendo assim, as três principais linhas de financiamento alteradas foram o Pronaf Eco, voltado para atender agricultores familiares; o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – PROPFLORA e o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio – PRODUSA, voltados para atender produtores rurais e suas empresas e cooperativas.

De acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA (2018), o Propflora era voltado para atender produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), suas associações e cooperativas, e este já previa o financiamento da produção de palma de óleo, mas somente quando destinado à produção de biocombustível.

Já o Produsa era voltado para estimular a recuperação de áreas degradadas e com base no ZAE–dendê, o dendê passou a ser elegível ao financiamento por esta linha, entrando na categoria floresta plantada.

A partir do Plano Safra 2011/2012 os programas Propflora e Produsa foram incorporados ao Programa Agricultura de Baixo Carbono do MAPA, financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). O limite de financiamento passou a ser de até R\$ 2.200.000,00 (dois milhões de reais) por Beneficiário, por Ano Agrícola, independentemente de outros créditos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural.

No caso do financiamento ser para floresta comercial, enquadramento que o dendê e outras monoculturas recebem, o valor do financiamento pode chegar a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para produtores rurais com até quinze módulos fiscais, e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para produtores rurais que possuam acima de quinze módulos fiscais.

Ainda no aprimoramento dos instrumentos de crédito, o Pronaf também passou por adaptações. Assim, em 2009, por meio da Resolução nº 3807 de 28 de outubro de 2009, o Banco Central do Brasil (Bacen) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizaram o financiamento de investimento na cultura do dendê ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A nova regra passou a integrar a seção dezesseis do capítulo dez do Manual de Crédito Rural (MCR). Essa linha de crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Eco), operava com limites de até R\$ 36.000, 00 (trinta e seis mil reais), com operações até oito anos, com três anos de carência e até cinco por cento de 5% juros ao ano e não contemplava os assentados da reforma agrária não acessavam essa linha.

A resolução BACEN/CMN 3807/2009, além de incluir o financiamento da cultura do dendê na seção dezesseis, ampliou o acesso para beneficiários da reforma agrária. Para o dendê os limites de financiamento e prazos ficam diferenciados das diretrizes gerais do Pronaf Eco.

O limite de crédito para o dendê foi inicialmente estipulado em até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por hectare, limitado a R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) por beneficiário²⁷. Com taxa efetiva de juros de dois por cento ao ano e prazo de reembolso até quatorze anos, incluídos até seis anos de carência, de acordo com o projeto técnico.

Em 2012, por meio da Resolução BACEN/CMN nº 4.107, foram alterados os valores e juros da linha Pronaf Eco-dendê, passando o valor do financiamento a ser de R\$ 8.000,00 por hectare, limitado a R\$ 80.000,00 por beneficiário e juros de 1% até financiamento com valores de dez mil reais e 2% acima deste valor até o limite definido.

No Plano Safra 2015/2016 para a agricultura familiar, os juros aumentaram para 2,5% em operações de até 10 mil reais, 2,5% a.a. para operações acima de dez mil e 4,5% ao ano para operações até 30 mil reais e 5,5% pra operações acima de trinta mil reais e até oitenta mil reais. (MDA, 2015)

A partir do Plano Safra 2016/2017 (MDA, 2016) com vigência estendida para o plano plurianual 2017/2020 (MDA, 2017), os valores de financiamento foram reajustados para R\$ 8.800,00 por hectare com limite de R\$ 88.000,00 por beneficiário e juros de 5,5% ao ano. Vale ressaltar que da Linha Pronaf Eco o financiamento para as culturas do dendê e da seringa é o que tem taxa de juros mais alta, para todas as outras finalidades da linha os juros são de apenas 2,5% ao ano.

Para o financiamento da cultura do dendê ao amparo do Pronaf Eco, a Resolução BACEN/CMN 3.807/2009 instituiu as seguintes condicionantes:

²⁷

A partir do Plano Safra 2012/2013 o valor passou para R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

- 1) a observância do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para a cultura do dendê, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 2) a apresentação, pelo mutuário, de contrato ou instrumento similar de fornecimento de dendê para indústria de processamento ou beneficiamento do produto, no qual fiquem expressos os compromissos desta com a compra da produção, com o fornecimento de mudas de qualidade e com a prestação de assistência técnica;
- 3) a situação de normalidade e correta aplicação de recursos, no caso de mutuários com outras operações "em ser" ao amparo do Pronaf e;
- 4) previsão de liberação de parcelas durante os quatro primeiros anos do projeto.

Observando as seguintes condições:

I - no 1º (primeiro) ano, liberação conforme orçamento e cronograma previstos no projeto;

II - do 2º (segundo) ao 4º (quarto) ano, até R\$500,00 (quinhentos reais) por hectare/ano, com liberação em parcelas trimestrais, condicionadas à correta execução das atividades previstas para o período no projeto de financiamento.

b) assistência técnica:

I - até R\$40,00 (quarenta reais) por hectare/ano, durante os quatro primeiros anos de implantação do projeto, não se aplicando, nessas operações, os limites definidos na alínea "b" do item 2-4-13;

II - pagamento dos serviços de assistência técnica mediante apresentação de laudo semestral de acompanhamento do empreendimento, podendo o pagamento ser feito diretamente ao prestador dos serviços, mediante autorização do mutuário.

(BACEN/CMN 3.807, 2009, artigo 2º).

A partir de 1º de julho de 2008, entrou em vigor a Resolução 3.545/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que restringiu a liberação de crédito rural no Bioma Amazônia a quem apresentasse Certificado de Cadastramento de Imóvel Rural (CCIR), declaração de que inexistiam embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel e licença, certificado, certidão ou documento similar comprobatório de regularidade ambiental.

Estas exigências são flexibilizadas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Ainda assim os bancos públicos que financiaram dendê e

demais atividades em geral tem abrido mão do comprovante de regularidade fundiária, mas não da comprovação de regularidade ambiental ou do compromisso de regularizar-se ambientalmente a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O artigo 12 da Lei Federal 12.651/2012 estabelece que “Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal...”, em se tratando da região Amazônica o percentual de reserva legal é de oitenta por cento para imóveis situados em áreas de floresta; trinta e cinco por cento para imóveis situados em área de cerrado e vinte por cento para imóveis situados em área de campos gerais.

Todavia, a aludida lei é menos rígida quanto ao percentual de Reserva Legal (RL) de imóveis que estejam no bioma Amazônia em áreas de floresta, permitindo a redução de oitenta para cinquenta por cento a área de R.L, nos casos em que o imóvel conter área rural consolidada, sendo isto vinculado à existência e previsão no ZEE estadual.

Deste modo, na área onde está ocorrendo a expansão da dendeicultura é permitido a utilização de até cinquenta por cento da área, haja vista que em 2010 o governo do Estado do Pará promulgou a Lei Estadual nº 7.398, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará, e no qual autorizou o redimensionamento da área da Reserva Legal de 80% para até 50% nas áreas consolidadas.

A referida Lei estadual foi corroborado pelo governo federal por meio do Decreto Federal de 24 de abril de 2013, que autorizou a redução da Reserva Legal de imóveis rurais situados nas Zonas de Consolidação I, II e III, definidas nesta Lei. As zonas de consolidação em questão foram definidas por meio do ZEE da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará.

Em virtude do zoneamento agroecológico da palma e das condicionantes para a expansão da palma, ou seja, ela só ocorreria em áreas já alteradas e degradadas, e tendo em vista o que dispõe a respeito o código florestal (Lei 12.651/2012), e as legislações estaduais e o Decreto Federal - anteriormente mencionados - é permitido financiar até cinquenta por cento dos imóveis situadas na zona de consolidação.

Em 2012, por meio da Resolução 4.105 o Banco Central do Brasil e o CMN autorizaram a inclusão de financiamento de dendê a produtores rurais e suas cooperativas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Em levantamento no site do Banco Central do Brasil (Bacen) obtive a informação de que entre os anos de 2013 e 2017 Foram financiados 883 projetos de investimento de dendê para a agricultura familiar. O que representou um aporte de recursos na ordem de R\$ 64.026.618,10 (sessenta e quatro milhões, vinte e mil, seiscentos e dezoito reais e dez centavos).

Para produtores não enquadrados no Pronaf, no período de 2013 a 2018, encontramos informações de apenas oito financiamentos, totalizando R\$ 21.025.698,09 (vinte e milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais e nove centavos).

Porém, essas informações não estão completas porque não dispõem de dados do período áureo da expansão da dendeicultura que é os anos de 2010-2012. Esses dados estão disponíveis nos antigos anuários, que não estão mais disponíveis *on line*, tendo isto em vista, foi necessário buscar as informações com os dois bancos públicos que operam com a linha Pronaf Eco-Dendê no estado do Pará, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia.

Tabela 2 Número de contratos de Pronaf Eco-Dendê por município/ Estado do Pará

Estado/Município	Qtde Contratos	Volume Contratado
Abaetetuba	6	527.734,00
Acará	67	4.764.096,84
Aurora do Pará	2	149.879,00
Baião	3	239.138,70
Bujaru	9	614.568,98
Cametá	8	638.201,60
Capitão Poço	2	159.243,84
Concórdia do Pará	38	2.542.738,12
Garrafão do Norte	20	1.532.133,18
Igarapé-Açu	4	245.789,40
Irituia	43	2.372.239,02
Mocajuba	4	319.712,90
Moju	141	10.669.724,43

continua

Estado/Município	Qtde Contratos	Volume Contratado
São Domingos do Capim	127	8.345.877,05
Tailândia	80	6.255.058,91
Tome Açu	151	10.583.875,94
Total geral	705²⁸	49.960.011,91

Fonte: Banco da Amazônia, 2019.

O número de agricultores financiados fora da linha Pronaf Eco-Dendê, ou seja, por linhas do FNO-Normal, também é expressivo. Ultrapassando o número de operações contratadas pela agricultura familiar.

Tabela 3 Contratos de financiamento de dendê no FNO-Normal/por ano

Ano	Qtde de contratos	Valor contratado (R\$)
2009	3	187.093,35
2010	39	2.309.996,72
2011	50	5.360.553,66
2012	310	21.685.162,76
2013	197	20.173.182,89
2014	62	7.290.912,92
2015	31	4.341.679,02
2016	3	7.514.205,70
2017	12	6.416.300,25
2018	13	6.644.818,22
2019 (março)	8	981.198,10
TOTAL	728	82.905.103,59

Fonte: Banco da Amazônia, 2019.

Desses 728 contratos 707 foram realizados por agricultores enquadrados como mini produtores, que conforme alertou um interlocutor do Banco da Amazônia, não é um produtor patronal, pois esses trabalham e se organizam em bases familiares muito semelhantes aos que são enquadrados no Pronaf, contudo, por disporem de melhores condições materiais e documentação, suportam financiamentos maiores.

²⁸ Os dados do Banco do Brasil estão disponíveis apenas por ano. Embora eu tenha tentado diversas vezes informações mais detalhadas o banco não forneceu. Desse modo, consegui levantar informações nos relatórios anuais referentes apenas a números de contratos, sendo 140 em 2013, 119 em 2014, 101 em 2016 e nenhuma operação nos anos de 2017 e 2018, repetindo o padrão de queda constatado nos financiamentos operados pelo Banco da Amazônia.

3.4.3 Investimento em pesquisa e inovação

Esse instrumento iniciou sua aplicação em 2010 com parceria público-privado e está estruturado em cinco eixos: 1) Melhoramento genético, obtenção de novos cultivares e busca de soluções para anomalias, em especial do Amarelecimento Fatal; 2) Ampliação da oferta de sementes e mudas com genética definida para o Brasil; 3) Revitalização, modernização e expansão da infraestrutura e facilidades físicas para produção de plantas matrizes e conhecimento; 4) Parcerias internacionais com institutos de excelência em palma de óleo e 5) Pesquisa para avaliar efeitos da espécie.

O principal desenvolvedor desse instrumento é a Embrapa, que desde muito antes do Programa Palma de óleo vem desenvolvendo pesquisas sobre o dendê, inclusive em parceria com o CIRAD. Universidades públicas também tem se dedicado à pesquisa e inovação na área da palma, mas de acordo com o diagnóstico do Programa os recursos financeiros aportados na pesquisa que envolve a cadeia e os produtos oriundos do dendê ainda carece ser fortalecida. (MAPA, 2018).

Em relação à Embrapa, atualmente o portfólio da palma de óleo conta com 43 projetos de pesquisa (em execução e/ou concluídos), com orçamento total de R\$ 3,7 milhões oriundos do programa de pesquisa da Embrapa e R\$ 2,9 milhões oriundos de parcerias com a iniciativa privada.

Estão envolvidos com a pesquisa da palma de óleo - tanto na área agrícolas quanto na área agroindustrial - doze unidades da Embrapa distribuídas em todas as regiões brasileiras, com concentração na Amazônia, no Centro Oeste e no Semiárido.

Apesar de os investimentos em pesquisas sobre a cultura, o beneficiamento e o desenvolvimento genético e tecnológico do dendê terem se ampliado a partir do Programa Palma de Óleo, o diagnóstico do programa apresentado pelo MAPA dá conta de que os investimentos em pesquisa ainda estão muito aquém de retirar o Brasil da dependência de tecnologia estrangeira:

Atualmente, existem diversas ações de PDI&TT em andamento com palma de óleo no Brasil, em sistema de parceria entre instituições de

ensino e pesquisa nacionais e internacionais e empresas produtoras, com potencial de geração de produtos tecnológicos interessantes, principalmente nos temas melhoria genética, biotecnologia, sistema de produção, entomologia e fitopatologia e análises sócio-econômicas ambientais. Contudo, considerando a competição internacional no desenvolvimento de produtos tecnológicos, é percebido que estas pesquisas no Brasil são insuficientes em quantidade e fragmentadas, não sendo possível ao Brasil ser protagonista no desenvolvimento tecnológico, nos colocando inclusive, em posição arriscada, de dependência na importação tecnológica. (MAPA, 2018, p. 51).

Ainda de acordo com informações do MAPA, a Embrapa ao desenvolver um programa de PD&I específico para a palma identificou as deficiências da cadeia produtiva e passou a trabalhar na solução desses problemas. Com esse diagnóstico e a demanda em mãos, o projeto elaborado pela Embrapa tinha um orçamento de sessenta milhões de reais com prazo de dez a doze anos para ser realizado.

Além das questões específicas em relação à palma, a Embrapa também considerou que havia grande deficiência técnica nos extensionistas rurais que atuavam na região de expansão da palma, principalmente aqueles ligados à agricultura familiar. Por essa razão, já entre 2010 e 2011 foram qualificados 160 agentes de assistência técnica para trabalharem com orientações técnicas ao dendê. Conhecendo também a cadeia produtiva e o projeto de expansão dessa palma na região amazônica.

3.4.4 Ampliação da oferta de assistência técnica a agricultores familiares

No intuito de fortalecer e viabilizar a participação de agricultores familiares na expansão da dendeicultura envidou-se esforços também na qualificação de técnicos e extensionistas das empresas e institutos oficiais de ATER e também de empresas privadas. Este instrumento contou com a parceria do extinto MDA, MAPA, Embrapa, entidades estaduais de assistência técnica da região e empresas produtoras de palma de óleo em atuação no Brasil.

O Programa de Qualificação, com carga horária de 236 horas, capacitou 160 técnicos da Região Norte entre 2010 e 2011, divididos em quatro turmas, com foco nos seguintes temas: a) Cultura da palma de óleo; b) Estratégias produtivas da agricultura familiar; c) Desenvolvimento rural sustentável na região Amazônica.

Este instrumento é específico em relação à palma, as outras ações que envolvem a participação da agricultura familiar na produção de matérias-primas para

a produção do biodiesel, foram traçadas no escopo geral do PNPB, como é o caso do Selo combustível Social e da obrigatoriedade da empresa que comprar a matéria-prima em prestar assistência técnica regular e continuada.

3.4.5 Estabelecimento da Câmara Setorial de Palma de Óleo

A Câmara setorial da Palma de Óleo foi criada no dia 18 de agosto de 2010, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Brasília-DF, é vinculada a este ministério com participação de outros ministérios, entes públicos e privados e ainda produtores e consumidores.

Na Câmara setorial são discutidos os problemas que afetam o setor e as demandas encaminhadas para os entes que são competentes para dar respostas aos problemas e questões levantadas. A CSPO é um órgão consultivo do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas possuiu autonomia e pode deliberar qualquer assunto ao Ministro.

3.4.6 Outras considerações sobre o Programa Palma de Óleo e a expansão da dendeicultura na Amazônia paraense

Ainda falando sobre os programas que estão no escopo do Programa Palma de Óleo há documentos e notícias que citam sete eixos principais, que são os cinco anteriores e mais regularização fundiária e regularização ambiental, contudo não há detalhamento acerca desses programas.

A linha de regularização ambiental, por sua vez, está intimamente relacionada ao zoneamento agroecológico e ao impedimento de implantar plantios de dendê em áreas que não sejam desmatadas ou degradadas. A exigência do Cadastro Ambiental (CAR) para operações de crédito e a obediência ao Código Florestal e ao Zoneamento Econômico-Ecológico da unidade federativa onde está se implantando o dendê.

Importante ressaltar que há casos em que o plantio de dendê se dá em áreas recentemente alteradas, e não necessariamente degradadas. Reproduzindo uma tendência que existe na Amazônia em que o desmatamento é vinculado a atividades comerciais, sem que elas sejam a atividade primária, escamoteando os processos

de desflorestamento da Amazônia e as atividades predatórias, muitas vezes, revestindo-as de sustentáveis.

No diagnóstico do apresentado pelo MAPA as linhas *regularização fundiária* e *regularização ambiental* estão diluídas na linha “ampliação da oferta de assistência técnica a agricultores familiares”, como duas ações necessárias e que viabilizam e fortalecem a participação da agricultura familiar.

Por exemplo, nenhum agricultor familiar acessa o crédito para financiar um investimento para implantação de dendê se não fizer o CAR, que vem sendo considerado o instrumento para regularização ambiental. Já em relação à questão fundiária, os bancos não limitam o financiamento apenas a quem tem o título da terra. A posse mansa e pacífica, o arrendamento, a parceira, doação, já qualificam o agricultor familiar a acessar o financiamento. A exigência e o cuidado que se toma é garantir que a ocupação da terra seja livre de contendas.

Por fim, é importante salientar que apesar de o Programa Palma de Óleo ter sido lançado em 2010, o projeto de Lei 7326/2010 que dispõe sobre a criação do Programa, encaminhado pelo poder executivo à Câmara Federal, ficou desde 07/04/2015 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aguardando designação de relator até que em 30/04/2019²⁹ foi arquivado definitivamente.

No mais, ainda que o Programa Palma de Óleo venha sendo relegado ou mesmo esquecido, e com o arquivamento do PL que o cria, pode-se pensar em esquecido em definitivo, as bases sobre as quais ele foi pensado e levado adiante são as mesmas que nortearam a entrada de Grandes Projetos na Amazônia.

Em 1973³⁰ ao redigir *A invenção da Amazônia* como um documento a contribuir com a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, Armando

²⁹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=477167>

³⁰ A obra foi redigida em 1973 e publicada em 1974 após ter sido rejeita pelo governo por não atender ao que eles esperavam.

Mendes e seus colaboradores³¹, preocuparam-se com o caráter e o imaginário construído acerca da Amazônia.

A contribuição da obra se propunha a superar as pré-noções acerca da Amazônia e desenhar uma política de desenvolvimento mais adequada às necessidades locais. Tinha também uma preocupação com o homem amazônico, que de acordo com o autor, que no escopo dos projetos de desenvolvimento quando não era invisibilizado era visto apenas como objeto útil para o restante do país.

Analisando o mesmo contexto, Violeta Loureiro (1992) afirma que a partir da década de 1970, com o I Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), o processo de ocupação da Amazônia passou por uma mudança fundamental: a Amazônia passa a ser vista como uma riquíssima fronteira de recursos naturais, e esta visão orientou o planejamento nacional.

No II PDN a visão da Amazônia como fronteira de recursos naturais foi aprofundada e o plano passou a conter elementos de uma política que iam ao sentido de explorar da região seu potencial natural em favor do crescimento econômico e da balança comercial.

A autora critica a passividade da cúpula burocrata da classe média e das organizações públicas, que convencidos da ideologia da modernização na Amazônia não criticam o modelo implantado pelo governo central que beneficiava os capitais externos (tanto à região quanto ao país) e nada deixava na região.

A ocupação e a exploração da Amazônia capitaneadas pelo Estado estavam (e segue ainda hoje) promovendo a apropriação e transferência dos recursos naturais das populações locais para os blocos de capitais, esta apropriação implicou e implica na apropriação privada e no controle da natureza Amazônica pelo capital. (LOUREIRO, 1992).

Passadas mais de quatro décadas não só o homem amazônico, como a própria Amazônia tem sido concebida no aspecto de sua utilidade para o resto do país, sem preocupações com os impactos negativos para os povos dessa região e

³¹ Prof. Dra. Edna Castro; prof. Dr. Jean Hebette e Roberto da Costa Ferreira e Roberto Ferreira da Costa.

muito menos os impactos sobre o meio ambiente, que, aliás, guardam entre si relação direta.

Na época Armando Mendes já chamava atenção para a idealização da Amazônia, ainda muito influenciada pela visão europeia acerca do Novo Mundo, esta visão foi discutida e trazida à Luz por Neide Gondim (2007) em obra homônima à de Armando Mendes.

Mendes (2006) chama atenção para o caráter cíclico com que essas idealizações vão e voltam nos discursos e influenciam as políticas de desenvolvimento. A exuberância da natureza, o vazio demográfico e o preconceito acerca do homem amazônico (construído como indolente e avesso ao progresso, pois sua personalidade se entrelaçaria com a selva, o adjetivando), dão o tom dessas políticas e projetos que chegam anunciando a salvação redentora³².

Ao tratar dos novos desafios estratégicos para o desenvolvimento na Amazônia, Francisco Costa (2007), fala sobre a visão de mundo que dirige as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, esta visão corrobora a ideia de desenvolvimento baseada no modelo mecânico-químico e do qual se espera maior eficiência nas grandes estruturas produtivas. O autor considera que a racionalidade que norteia essa visão é limitada e constitui um dos grandes desafios para a execução do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em outro trabalho Costa (2010) investigou elementos que constituem o que ele denominou de trajetórias tecnológicas. Identificando na Amazônia seis tipos. No entanto, antes de apresentá-las faz jus elucidar o que o autor entende por trajetória tecnológica:

Uma trajetória tecnológica, nessa perspectiva, é um padrão usual de atividades que resolvem, com base em um paradigma tecnológico, os problemas produtivos e reprodutivos que confrontam os processos decisórios de agentes concretos, em contexto específico, nas dimensões econômica, institucional e social (Dosi, 2006, p. 22-23). As particularidades

³² Esses discursos assim se constituem porque são herdeiros da tradição criada pela ideologia Truman e que tem relação com uma visão evolucionista que partiu da Europa e dos especialistas norte-americanos, que conforme nos aponta Escobar (2007) percebiam a Ásia, África e América Latina como regiões pobres e atrasadas, essas construções, aponta o autor, fomentaram novas formas de pensamento e de intervenções denominadas de desenvolvimento. O remédio para o atraso e a pobreza eram proposto por Estados Nacionais que na verdade implementavam políticas que os beneficiavam e os enriqueciam ainda mais, como aponta Meillassoux, 1997.

do contexto econômico se estabelecem nos critérios econômicos “(...) que agem como seletores definindo mais ou menos precisamente o trajeto concreto seguido no interior de um conjunto maior de possibilidades” (Dosi, 2006, p. 23 *apud* COSTA, 2010, p. 28.).

A seguir reúnio uma exposição das principais características de cada trajetória e as recomendações do autor no que concerne a utilizá-las como base para se traçar políticas públicas de desenvolvimento para o rural amazônico.

T1 – Camponês: Reúne o conjunto de sistemas camponeses que convergem para sistemas com dominância de culturas permanentes e produção de leite. Tem sistemas diversificados, com uso intensivo do solo, baixo impacto sobre a biodiversidade e baixa formação de desejos poluidores.

T2 – Camponês: reúne o conjunto de sistemas camponeses que convergem para sistemas agroflorestais com dominância ou forte presença de extração de produtos não madeireiros, com tendência a manter a natureza originária, se baseia no sistema extrativo com baixo impacto sobre a biodiversidade e baixa formação de desejos poluidores.

T3-Camponês: reúne o conjunto de sistemas camponeses que convergem para sistemas com dominância de pecuária de corte. Com uso intensivo do solo, alto impacto sobre a biodiversidade.

T4-Patronal: reúne o conjunto de sistemas de produção em operação em estabelecimentos patronais que convergem para pecuária de corte. Com uso extensivo do solo, homogeneização da paisagem, alto potencial poluidor e alto impacto sobre a biodiversidade.

T5 - Patronal: reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas permanentes em forma de plantation. Com uso intensivo do solo, homogeneização da paisagem, alto potencial poluidor e alto impacto sobre a biodiversidade.

T6 - Patronal: Reúne o conjunto de sistemas patronais de silvicultura. Com uso intensivo do solo, homogeneização da paisagem, alto potencial poluidor e alto impacto sobre a biodiversidade.

Pelo potencial de impacto no meio ambiente e ainda a eficiência econômica, tanto no que tange à riqueza, emprego e renda, Francisco Costa recomenda que as Trajetórias T1 e T2 sejam fortalecidas, as T3, T5 e T6 reorientadas e a T4 transformada.

Das seis trajetórias identificadas por Costa (2010), são as trajetórias menos eficientes para a economia regional e aniquiladoras da base natural que recebem os maiores incentivos. Como é o caso da dendeicultura que se insere na T5 e longe de ser reorientada tem sido fortalecida, e para a qual foram enviados esforços no sentido de formulação de legislação para atendê-lo, incentivos fiscais e arregimentação de força de trabalho.

A dendeicultura é implantada como um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, no caso da sua exuberância natural não aparece mais como elemento a ser explorado, mas recurso a ser salvo pela dendeicultura, ou seja, a dimensão da Amazônia ainda permeia o imaginário na constituição desse projeto, contudo, desta vez o protagonismo não deve à floresta, mas às terras disponíveis, desflorestadas e degradadas.

(...) a produção ordenada do óleo de palma, realizada dentro de rígidos parâmetros ambientais e sociais, como os que estão previstos neste programa, será mais um importante vetor de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e será, sobretudo, um grande aliado no combate ao desmatamento. (Discurso do presidente Lula, em 6/05/210. Secretaria de imprensa, 2010, p. 5).

Como fica evidenciado nesse trecho do discurso do ex-presidente Lula, a dendeicultura, ainda que seja um projeto de monocultura é apresentada como uma alternativa ao desmatamento em virtude de sua expansão supostamente ocorrer apenas em áreas degradadas.

A dendeicultura é implantada como um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, no caso da sua exuberância natural não aparece mais como elemento a ser explorado, mas recurso a ser salvo pela dendeicultura, ou seja, a dimensão da Amazônia ainda permeia o imaginário na constituição desse projeto, contudo, desta vez o protagonismo não deve à floresta, mas às terras disponíveis, desflorestadas e degradadas.

Terra disponível, este é um dos maiores mitos sobre a Amazônia, pois está diretamente ligada a noção de vazio demográfico que subjaz mais uma das noções preconcebidas sobre a Amazônia. Do mesmo modo que na visão do colonizador este vazio deveria ser recoberto por ações que levasse ao progresso, o discurso das terras degradadas anuncia a ação salvadora e progressista da recuperação ambiental.

Luis Aragón (2013) afirma que a noção de vazio demográfico não se restringe à suposta falta de gente, mas envolve a negação do homem local e de sua cultura. No mais, há uma utilização intencional de termos como antropizado e degradado para legitimar a expansão da dendeicultura sobre diversos territórios, entre eles, territórios tradicionalmente ocupados (BACKHOUSE, 2013).

A chegada do dendê ao Pará agravou os conflitos pela terra. Na região de Concórdia e Bujaru na busca por áreas para o plantio de dendê, a especulação se lança sobre os territórios quilombolas e a insegurança por falta do título coletivo aumenta a insegurança sobre o território (ALMEIDA, MARÍN, 2014).

A dendeicultura se impõe como um sistema agrário, como denominado por Costa (2009), tendo em vista que os arranjos institucionais forjados para sua efetivação conjugam regras formais para o uso dos recursos naturais, do conhecimento tecnológico e laboral, levando em consideração a relação fundiária e mecanismo de acesso ao crédito e assistência técnica.

Paul Little (2013) aponta que a busca desenfreada por *commodities* e fontes de energia tem levado a rápida expansão do capital na Pan-Amazônia, os grandes projetos implantados, sejam minerais, sejam agropecuários ou de infraestrutura, geram impactos socioambientais que são distribuídos de modo extremamente desigual:

Quem leva a maioria dos benefícios derivados da implementação de megaprojetos são forças econômicas e políticas externas a região, como as grandes empresas multinacionais, os aparelhos administrativos do governo nacional e as instituições financeiras. Quem leva a maioria dos impactos negativos desses megaprojetos são os povos indígenas, que sofrem com a invasão de suas terras, e as comunidades locais, que experimentam uma rápida proliferação de graves problemas sociais, sanitários e de saúde. (LITTLE, 2013, p. 15)

Transformada em uma fronteira de *commodities*, a Pan-Amazônia é utilizada para atender aos interesses da expansão do capital com programas neocoloniais que refazem discursos e prioridades e por estratégias geopolíticas de dominação das Fronteiras (CASTRO, 2012, p. 59) e ameaçam a sociobiodiversidade e a riqueza étnica local, sendo o desaparecimento físico de inúmeros grupos étnicos e suas culturas uma das faces mais dramáticas das políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia. (VIECO, 2001).

Vemos assim, que o projeto de expansão da dendeicultura, imbuído no discurso do desenvolvimento sustentável, é um projeto que contém elementos de projetos desenvolvimentistas anteriores, em que por meio de diversas legislações facilita a inserção de atores extra regionais os beneficiando seja no acesso à terra, seja com incentivos fiscais, aprofundando a concentração de riqueza e renda, por um lado, e as mazelas sociais por outro.

4. INCLUSÃO SOCIAL OU ESPOLIAÇÃO

O título desta secção faz referência a dois fenômenos que podem ser vistos como antagônicos, todavia, conforme veremos mais adiante, no caso aqui estudado mantém estreita relação entre si, a inclusão social e a espoliação.

Dentre as práticas implementadas pelo Governo Federal para levar adiante a expansão das oleaginosas com o fito de produzir biodiesel, aquela que diz respeito à inclusão social é a que mais levanta controvérsias. A pretensa inclusão social de agricultores familiares se dá por meio da celebração de contratos entre grandes empresas e agricultores para que estes produzam matérias-primas para aquelas.

O SCS não é apenas um mecanismo de inclusão de agricultores familiares, é também um mecanismo de inclusão do empresariado, haja vista que os detentores do selo recebem vários benefícios e incentivos, entre os quais a preferência nos leilões da ANP e juros menores se porventura acessarem financiamento pelas linhas de crédito específicas para o setor.

No que se refere ao SCS como a dimensão social do PNPB, há autores que consideram a inclusão da agricultura familiar um diferencial do PNPB e de fato inovador na história do país (ANDRADE, 2010; MONTEIRO, 2013; SIMAS, PENTEADO, 2012).

Paula Pedroti (2013) considera o SCS uma inovação, tendo em vista que até então as políticas agroenergéticas brasileira haviam se preocupado somente com os aspectos relacionados à eficiência econômica e energética do setor, sem considera incluir outros atores na cadeia produtiva, como é o caso do PNPB.

Por outro lado, João Fábio Diniz e Arilson Favareto (2012), apontam diversas pesquisas que afirmam que a inclusão da agricultura familiar não vem ocorrendo como previsto no PNPB e que as dificuldades envolvidas estão ligadas a falta de participação equilibrada dos agentes envolvidos no processo e devido a relações desiguais de poder, de um lado há agentes detentores de poder econômico e do outro, agricultores familiares.

O que hoje no contexto do PNPB é chamado de inclusão social, no âmbito mais geral trata-se de inclusão produtiva, que não tem um conceito fechado e é chamado por nomes distintos, como integração, agricultura por contrato, parceria, mas que guardam entre si a particularidade de a família camponesa está diretamente vinculada á grandes empreendimentos agropecuário para os quais vende a matéria-prima que produz.

Em geral o custo da produção é todo da família, bem como os riscos. Porém a administração e a organização do trabalho e dos investimentos são estabelecidos pelas empresas, que determina a qualidade, a quantidade e o preço do produto que irá comprar.

No Estado do Pará a primeira experiência consolidada de integração de agricultores familiares a uma grande empresa do ramo da dendecultura data de 2002 e foi feita a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Grupo Agropalma, a prefeitura Municipal de Moju, o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Agricultura do estado do Pará (SAGRI³³), o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e a Associação do Desenvolvimento Econômico do Ramal do Arauaí. (REBELO, 2012; NAHUM, BASTOS, 2017).

Esse projeto foi dividido em três etapas e envolveu 150 famílias; neste projeto cada família recebeu dez hectares para cultivar dendê. A principal diferença deste modelo para o modelo implementado pelas empresas que chegara à região após o PNPB, é que os quinhentos hectares implantados em cada etapa foi feito em área contínua, e no caso da comunidade Arauaí, o plantio da agricultura familiar, chega a se confundir com o plantio da empresa, haja vista a proximidade e continuidade que há entre os plantios da empresa Agropalma e dos agricultores. (SOUSA, 2015).

Tratando-se da expansão da dendecultura no Norte do país, em especial no estado do Pará, três principais empresas já chegaram à região implantando seus próprios plantios e também fazendo campanhas nas comunidades rurais para

³³ Por meio da LEI Nº 8.096, DE 1º JANEIRO DE 2015, o governo do Estado do Pará fez uma reforma administrativa na qua a Secretaria de Pesca e Aquicultura (Sepaq) e a Secretaria de Agricultura (Sagri) formaram um novo órgão, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (Sedap), deixando de existir a denominação Sagri.

assegurar contrato com determinado número de famílias, estas empresas são a Biopalma, a ADM e a BBB, que passaram a disputar agricultores para estabelecerem contratos.

Digo disputa porque longe do que se preconcebeu, não tinha um enorme contingente de agricultores ávidos por participar desse audacioso projeto. Pelo contrário, as empresas tiveram inúmeras dificuldades para arregimentar famílias. Umhas dificuldades em virtude da desconfiança, do receio de trabalhar com uma cultura que não conheciam, de negar-se a entrar numa relação que consideravam de exploração, mas também devido a endividamentos anteriores, (o que não permitiria acessar o crédito rural para investir no dendê) e infraestrutura deficiente.

Ana Claudia Guedes (2014) ao estudar as estratégias de cooptação de agricultores familiares para o plantio de dendê identificou duas principais, uma ligada ao discurso do desenvolvimento e à construção de que a agricultura familiar remete a algo atrasado e que deve ser superado; outra relacionada à promessa de grandes ganhos com a produção de dendê por este ter preço e mercado garantidos.

Quando fiz pesquisa de campo para a dissertação de mestrado entrevistei além de camponeses, agentes dos movimentos sociais, de empresas prestadoras de assistência técnica e empregados da empresa Biopalma, e ao me falar sobre o programa um dos empregados fez questão de enfatizar a grandiosidade do empreendimento e as vantagens para a agricultura familiar:

O nosso programa é o seguinte, a Vale, a Biopalma precisa plantar sessenta mil hectares próprios, e vinte mil da agricultura familiar, ou seja, são duas mil famílias, cada família correspondendo a dez hectares de dendê. Esses vinte mil hectares no negócio da Biopalma corresponde a 25%, então não é um negociinho, tu tá atuando em dez municípios, então é considerável o que tu tá levando de melhoria pra esse público. Vai alavancar porque ele não mais precisar correr atrás de pra quem vender. Um dos problemas da agricultura é eu vou produzir e pra quem eu vou vender? Esse negócio corresponde a 25% do nosso projeto, e tem que sair. (Entrevista concedida em 2014).

Além da estratégia de convencimento a partir do discurso de superação de uma vida arcaica e atrasada, e do discurso da boa e garantida renda mensal, alguns agricultores foram persuadidos pela metodologia que no movimento agroecologista denomina-se de camponês-a-camponês, que consistem em camponeses trocarem

experiências entre si acerca de determinado assunto para fazer um processo de educação e de disseminação de práticas e saberes.

Foi alguém daqui/um grupo de pessoas fazer visita no Moju, fazer algumas perguntas e quando vieram de lá acharam que era importante. Algumas disseram que tinha gente lá dizendo que a partir do dendê deu até pra ter sua motinha, até carro, mas aí tem que cuidar, quem conta as histórias diz que é uma verdade, quem cuida bem tem mais produção, quem cuida pouco, tem menos produção. (J.M, agricultor familiar de Concórdia do Pará).

Esses intercâmbios consistiam em conduzir grupos de agricultores para visitarem outros agricultores que relatavam suas experiências e histórias de sucesso, passando assim confiança sobre o projeto. Eu cheguei a participar de um desses intercâmbios na qualidade de pesquisadora e também obtive entrevistas nas quais os camponeses relatam que foi após ver o vizinho plantar que se encorajou.

Figura 19 Visita de agricultores a área de plantios de agricultores com contrato com a Agropalma



Foto: Sousa, 2014.

Além das estratégias acima mencionadas, os empregados também recorreram a ações ainda mais ardilosas:

(...) ai eles colocaram pra mim uma questão assim, que teve alguém que falou pra eles – eles não quiseram relatar nome e eu também não exigi – chegaram a colocar pra eles que eles iam jogar o projeto na minha mão, dizendo eu no tamanho que sou pequeno, ia ter confiança de jogar um projeto na minha mão, aí o C ainda disse assim, cara investe no teu trabalho, temos totalmente confiança em ti, investe no teu trabalho o que vim de lá tu aplica no teu trabalho que se tu investir numa moto, numa casa... zela pelo teu projeto, pelo teu trabalho que mais tarde tu vai ajeitar tua casa e se bobar tua vai

comprar teu carro, primeiro faz isso e mostrar pras pessoas que falaram isso que não é aquilo que eles pensam é por isso que até hoje eu não tenho nem sequer uma bicicleta.

A estratégia retratada acima consistiu em mexer com a honra, com a capacidade, e inserindo intrigas para não só convencer o agricultor a plantar, mas também priorizar os investimentos com o plantio e deixar o plano da melhoria de sua família para um plano futuro, a primazia estava em mostrar para quem não acreditava nele que ele era capaz de cuidar do projeto e conseguir boa produção.

Porém, o discurso mais sedutor foi aquele relacionado às promessas de uma vida mais tranquila, com maior acesso à renda e no qual o agricultor ligado a uma economia de mercado superaria o atraso de sua cultura de corte e queima:

(...) eu penso nos meus filhos porque eu sou um agricultor e meus filhos tão se desenvolvendo nos estudos e mais lá na frente o dendê tem condições de pagar uma faculdade pra eles, e roça de mandioca não paga, não é nada contra entendeu? (agricultor familiar de São domingos do Capim).

(...) o que eles prometeram pra nós, nós comprava uma moto nova, daqui uns dias nós podia ter uma hilux na porta e nós não temos isso, nós tamo bem dizer uns escravos pra eles. (agricultor de Concórdia do Pará).

O discurso do desenvolvimento é muitas vezes insuspeito e sedutor, promovendo a *monocultura da mente*, que de acordo com Vandana Shiva (2002) são concepções que primeiro ocupam a mente para depois ir para o solo, ou seja, “fazem a diversidade desaparecer das concepções para depois desaparecer do mundo”. (p. 17).

Dentre os pesquisadores que tem se dedicado ao tema da expansão da dendeicultura, Alfredo Homma defende a ideia de que o dendê inauguraria um novo ciclo econômico na Amazônia, aliada à proteção ambiental e inclusão social, ou seja, assim como concluem outros autores, o modelo atual de expansão da dendeicultura seria uma oportunidade de geração de renda e inclusão social para a agricultura familiar. (ANDRADE, 2010; HOMMA, et al, 2014; HOMMA, Vieira, 2012; MONTEIRO, 2013; ALVES, 2011).

Há muitas vozes dissonantes a estas afirmações e as principais críticas à expansão atual do dendê em áreas de agricultores familiares estão centradas no

percentual de comprometimento da área dos agricultores, pois a implantação de dez hectares na região pesquisada significa quase metade da área dos estabelecimentos dos agricultores, restando praticamente a Reserva Legal, que tem restrições de uso.

Tomemos como exemplo o estabelecimento rural de vinte e cinco hectares - que é a média do tamanho dos estabelecimentos rurais do nordeste Paraense e a área menor que se admite para que a família possa entrar no projeto do dendê. Se numa região consolidada poderia ser utilizado 12,5 hectares desse estabelecimento. Ao implantar o dendê, restam então para a família trabalhar 2,5 hectares, ou seja, 1% da sua área total. Olhando deste modo, vemos que a reprodução física e social desta família está comprometida, pois na Amazônia, os camponeses ainda trabalham no sistema de agricultura itinerante, o que fica inviável com uma área tão pequena.

Ademais esta questão, tem ainda a impossibilidade dessa família fracionar sua área para ser explorada pelos filhos que vierem a casar e constituir suas famílias. Assim, o patrimônio da família, a terra está comprometida com o dendê, que passa então a ser entendido como o patrimônio dos filhos, já que a cultura como perene vai atravessar gerações, porém, a produção, como eles dizem, “nossa mesmo”, vai encontrar obstáculos para acontecer.

A demanda de trabalho exigida pelo dendê compromete quase ou toda a força de trabalho das famílias e tem como consequência direta a redução dos plantios de culturas alimentares, tanto em área quanto em diversificação. (COUTO et al, 2012; GLASS, 2013; NAHUM, MALCHER, 2012; NAHUM, BASTOS, 2014; VILMAR et al, 2014; SOUSA 2015). Com isto, a despeito da renda aumentar, as dívidas contraídas e os alimentos que deixam de ser produzidos passam a ter que ser adquiridos, no final, uma renda maior em dinheiro, não se reverte necessariamente em melhoria no padrão de vida.

Outrossim, as questões ligadas à sustentabilidade da agricultura familiar há um intenso debate que envolve a questão ambiental e os direitos das comunidades e povos tradicionais. O despejo de produtos químicos nos rios e igarapés também tem sido denunciado por povos e comunidades tradicionais e como limitantes ao

modo de vida e às condições de reprodução física e social. Essa questão vem sendo acompanhada pelo Ministério Público Federal (MPF) e foi registrada por outros pesquisadores. (COUTO et al, 2012; GLASS, 2013; MPF, 2014; THURY, 2017).

Todo esse quadro vem chamando atenção para a expansão da dendeicultura e suas implicações na economia da região e no modo de vida das famílias que plantam dendê para fornecer para as empresas, ou mesmo aquelas que vivendo às margens dos plantios têm sido impactadas.

É dentro desse conjunto de discussões que está o cerne de minha tese. Se a princípio a expansão da dendeicultura parece ser uma alternativa econômica interessante para a agricultura familiar, por supostamente resolver o problema do acesso ao mercado e ainda a questão da assistência técnica contínua e do acesso ao crédito, por outro lado, a terra e o trabalho camponês passam a estar subordinado ao capital e a *mercê* das oscilações dos preços de mercado.

O avanço das monoculturas, alerta Vandana Shiva (2002), é muito mais uma questão de controle do que por interesses no aumento da produção, para autora, portanto, “a expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica”. (p. 18).

Ao fazer parte desse sistema de produção de *commodities* os agricultores familiares voltam parte do uso de sua força de trabalho para atender às demandas de uma cultura industrial que não faz parte do seu sistema de produção; com isto endividam-se e passam a fazer parte do sistema mundo, dispondo justamente dos elementos que garantem sua autonomia, a terra e o trabalho.

Ao ver-me em campo etnografando o modo de vida camponês e as novas práticas inseridas e exigidas pela empresa a partir dos contratos de compra e venda de matéria-prima, deparei-me com um processo muito semelhante ao que Marx chamou de acumulação primitiva do capital, que se encerraria quando na sociedade o capitalismo se afirma como sistema econômico e produtivo hegemônico.

Porém estava diante de meus olhos a expropriação da terra, a expulsão de camponeses do campo para transformá-los em trabalhadores das fábricas, o endividamento de agricultores também como uma forma de expropriação com o fim

de dispor dessa mão de obra que fica presa à dívida e livre para a produção de matérias-primas para o capital.

A subordinação do tempo aos ditames da produtividade, e uma legislação adjacente dando o tom e o ritmo dessa expropriação, começa antes pela mente. É preciso primeiro fazê-los desejar o progresso e mostrá-los que são arcaicos. Entra em cena o jogo de pares oposto encarnados em primitivo/civilizado e atualizados nos termos desenvolvido/atrasado, tecnológico/arcaico, rico/pobre, trabalhador/empresário e outras dualidades que marcam os discursos e as relações de poder.

4.1. A ATUALIDADE DE UM PASSADO DISTANTE

(...) a monocultura é uma prisão. A diversidade , ao contrário, liberta. A independência se restringe ao hino e à bandeira se não se fundamenta na soberania alimentar. Tão só a diversidade produtiva pode nos defender dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã. A autodeterminação começa pela boca.

(GALEANO, 2018, p. 7).

Ao prefaciар a edição de seu livro *As veias abertas da América Latina* lançada pela editora L&PM em 2010 e depois em 2018, Eduardo Galeano lamenta a atualidade de sua obra originalmente lançada em 1970. “A história não quer se repetir - o amanhã não quer ser outro nome do hoje-, mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições” (p. 5).

Ao não aprendermos com a história da América Latina, aberta para o mercado mundial em pleno processo de acumulação primitiva (SANTOS, 1998), tendemos a repetir os erros que nos levaram à região dependente e explorada.

A exploração e as práticas experienciadas no período de abertura da América Latina para a sanha da acumulação primitiva e depois para a voracidade da reprodução do capital, as práticas do primeiro período foram se acirrando e ora assumiam formas novas, como os empréstimos internacionais (para Luxemburgo uma prática associada à acumulação primitiva do capital) ora recorriam às velhas

práticas de violência, expropriação de terras, exploração exacerbada da natureza e subjugação das pessoas, vistas meramente como mão de obra.

Para Marx o modo capitalista de produção e a acumulação do capital “exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador.” (p. 392), tendo em vista que para ele “Enquanto o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo — e isso ele pode enquanto permanecer proprietário de seus meios de produção — a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis” (MARX, 1985, p. 292).

Rosa Luxemburgo (1985), contrária a esta afirmação e postulado marxiano, afirma que, “Como processo histórico, a acumulação do capital progride do princípio ao fim em um meio constituído por formações pré-capitalistas várias, e em confronto político constante, mantendo intercâmbio econômico interminável com as mesmas.” (p. 336-337).

O âmago de sua tese repousa sobre a afirmação: “na realidade não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista” (p. 239); contudo, longe do sistema capitalista fazer força para manter essas formas neocapitalistas de produção, já que como assevera Luxemburgo, a acumulação só ocorre à suas custas; o capitalismo trata de destruir as formas neocapitalistas de produção e assim apresenta uma dupla contradição:

(...) é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. (LUXEMBURGO, 1985, p. 320).

Para David Harvey (2014), essa dupla contradição expressa uma relação dialética exterior-interior, segundo a qual o “capitalismo cria, necessariamente e sempre, seu próprio “outro”” (p. 118), e isto ele faz de dois modos: utilizando formações sociais pré-existentes, (ou mesmo algum setor do capitalismo que ainda não tenha sido proletarizado) ou pode produzi-lo ativamente, e esta produção ativa se dá recorrendo a expedientes utilizados durante o processo descrito por Marx

como acumulação primitiva do capital, que constitui “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 1985; p. 262).

Porém, Harvey (2014), baseado em obra de Hannah Arendt afirma que o que Marx chamou de acumulação primitiva do capital, continua ainda nos dias atuais por meio do imperialismo. Essa acepção se alinha às concepções de Luxemburgo, para quem o Imperialismo do século XX é uma das formas de acumulação que Marx chamou primitiva, mas que se desenvolve de todo em plena Era do capital. E o neoimperialismo vem na mesma dinâmica, ampliando suas áreas de exploração e combinando novos mecanismos com antigos mecanismos de expropriação, o que nos leva a concluir que o capitalismo não mudou seu *modus operandi*, antes o aperfeiçoou.

Se para Marx a acumulação primitiva do Capital constitui a pré-história do capitalismo, Luxemburgo, Arendt, Galeano e Harvey, (para citar neste momento apenas estes), demonstram que a história do capitalismo não se dá bem assim, numa linha evolucionista, passando por sucessivos estágios, mas ela pode ser vista muito mais circular.

Harvey identifica que “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (p. 121), no entanto, como considera estranho qualificar de primitivo ou original um processo em andamento propõe substituir o termo por “Acumulação por espoliação”, seguindo o raciocínio deste autor, passarei também a utilizar este termo.

Ainda na pesquisa para minha dissertação de mestrado ao fazer o estado-da-arte antes de ir a campo fui levada a construir um esquema mental no qual os agricultores familiares que mantinham contratos com as empresas para venda de matérias-primas estavam numa situação de subordinação em que as empresas se apropriavam da mais-valia produzida pelas famílias camponesas; o esquema mostrou-se falho, por diversos motivos, o primeiro deles é que não se pode fazer a análise dessa relação empresas-camponês aos modos de uma análise capitalista-proletário, os problemas e as relações aí encarnadas são de ordem completamente distinta.

Como na pesquisa para o mestrado optei pela etnografia isto me obrigava a ficar longos períodos em campo, acompanhando o dia-a-dia das famílias, buscava as evidências simbólicas e a produção de uma descrição densa, que somente pode se dar com a apreensão de elementos que não se apreende em um questionário, mas somente por meio da observação participante e da sistemática apreensão da lógica e da produção simbólica do ambiente e das pessoas participantes da pesquisa.

Ao acompanhar as famílias fui me remetendo a elementos descritos por Marx no processo de acumulação primitiva do capital, pois a expansão da dendeicultura estava alicerçada sobre a expropriação da base natural, dos costumes, da produção tradicional; o pacote tecnológico para o cultivo do dendê levava os agricultores a consumir os produtos industriais comercializados pela própria empresa “parceira”, como adubos, inseticidas, herbicidas, sementes, mudas; submeter-se às técnicas ensinadas pelos profissionais das empresas e eram cobrados a dar respostas em produção de acordo com o calendário estabelecido pela empresa.

Na dissertação fui descrevendo o financiamento, o contrato, os meandros das relações, mas foquei nas famílias que mantinham contratos com as empresas, não dando relevância a outros elementos dessa acumulação por espólio, que vai muito além do núcleo de cada família, tem uma extensão para além, pois esses contratos estão vinculados a grandes corporações, que por sua vez tem um repertório de práticas vinculado ao sistema mundo.

Ao escrever sobre a acumulação primitiva do capital, Marx demonstra que a expropriação da base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista, que a partir do século XVI ocorreu de três principais formas: Uma consistia em ir privatizando as terras do Estado e da igreja, não que isto fosse novo na história, mas a proporção e a voracidade como foi feita, diz Marx, era completamente nova e objetivava pôr terras à disposição do mercado, ou seja, transformá-las em mercadoria.

Indo mais adiante nas práticas de usurpação da terra em favor da privatização e da sua conseqüente transformação em mercadoria, afirma Marx que:

O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados. Esse roubo ocorre por meio da *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal). Em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo. (p. 268-269).

A outra forma de expropriação que prevaleceu no século XIX, consistiu na expulsão de populações autóctones de suas áreas para outras ainda longe dos interesses capitalistas, situação que mudava tão logo essa área apresentasse algum interesse comercial. O exemplo dessa prática é apresentado por Marx citando o que ocorreu com os Gaélicos, no Condado de Sutherland, no qual a duquesa:

(...) dividiu toda a terra roubada ao clã em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas, cada um habitado por uma única família, na maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas. (p. 272).

Os gaélicos que já haviam sido reduzidos a, aproximadamente, 15 mil (média de três mil famílias), foram expulsos da terra que ocupavam desde muito tempo. Suas aldeias e casas foram destruídas e queimadas e eles compelidos a habitar a orla marítima, até então livre de interesses dos senhores do capital. Lá tiveram que se habituar a um novo tipo de vida, e a novas condições materiais de existência, até que a área se tornou atrativa comercialmente e eles foram expulsos novamente.

Essas sistemáticas expropriações e expulsão de camponeses e trabalhadores da terra criou um novo proletariado que não pode ser absorvido pelas fábricas na velocidade e quantidade com que são criados, então paralelamente à criação de um mercado de mão de obra, criou-se também uma massa de desvalidos, esmoleiros, assaltantes, vagabundos. Para conter essa onda e intensificar a exploração da mão de obra, surgiu já no final do século XV e com vigorosa aplicação em todo o século seguinte, “uma legislação sanguinária contra a vagabundagem”.

Afora toda violência empregada contra os pobres, que em nada se diferenciava dos métodos aplicados no sistema escravagista, a expropriação - além da criação de um exército de reserva - permitiu com que a violência econômica, ou seja, movidos pela necessidade, muitos trabalhadores passassem a se submeter às

condições de trabalho dadas, docilizados para aceitar as novas condições materiais e as novas relações de trabalho:

Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho. e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. (MARX, 1985; p. 277).

Deste modo, terra e trabalho ficam a serviço da produção capitalista, mas não apenas isto, afirma Marx, a expropriação do trabalho também cria um mercado interno, isto por que:

Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. (idem p. 283)

Esse mesmo repertório foi levado para outras regiões, e assim a Europa e depois os estados norte-americanos construíram sua base de supremacia sobre os povos latino americanos, africanos e europeus. Esta expansão não foi apenas física, foi também e, sobretudo, a partir de construções ideológicas de supremacia amparadas por repertórios discursivos baseados em determinismos biológico, geográfico e cultural, cada um há seu tempo.

Luxemburgo (1985) demonstra que os mesmos processos de expropriação de terras que embalaram o berço do capitalismo na Inglaterra se expandiram para outras regiões. Inclusive a ofensiva contra a base natural na Inglaterra, levou muitos camponeses a migrarem para o que hoje é os Estados Unidos da América, e depois de lá para o Canadá.

A autora evidencia que apesar de muitos fazendeiros e camponeses da Europa e dos EUA migrarem para o Canadá devido à impossibilidade de continuar em suas terras, no Canadá ocorreu o mesmo processo de apropriação e controle

das terras públicas pelo capital privado que ocorreu nos EUA. Luxemburgo (1985) afirma que “as vantagens obtidas pela Sociedade Ferroviária do Pacífico são fato único e jamais visto antes em matéria de espoliação do erário público pelo capital privado” (p. 281).

Neste caso a referida Companhia garantiu o monopólio da ferrovia por vinte anos, dispôs gratuitamente de 713 milhas inglesas de faixa de construção, o Estado proporcionou uma taxa de juros de 3% por aproximadamente dez anos sobre o capital acionário de cem milhões de dólares, o Estado ainda emprestou 27,5 milhões de dólares. A ferrovia ainda recebeu 25 milhões de acres de terra fértil e bem situada, localizada ao, os colocando diretamente sob as mãos do capital, ou nos termos de Rosa Luxemburgo (1985) “entregues à misericórdia do capital ferroviário” como se o capital tivesse pena de alguém.

A companhia então passou cinco milhões de terras à companhia de Terras do Noroeste, a um preço irrisório e assim por diante o Estado foi presenteando grandes companhias com terras públicas e empréstimos baratos, e expulsando ou tornando impossível a reprodução dos camponeses e pequenos fazendeiros da região. Deste modo, ressalta a autora:

(...) por quase todos os lados, o fazendeiro canadense encontra-se nas malhas do capital e da especulação (...). São esses os traços que configuram a dominação capitalista no cenário mundial: primeiro, expulsa os camponeses da Inglaterra, depois de lhe arrancar a terra; a seguir os empurra para o oeste dos Estados Unidos; do Oeste os empurra para o leste, a fim de – sobre as ruínas da economia indígenas – fazer deles, de novo, pequenos produtores mercantis; do leste os desloca para o norte e os arruína outra vez; as ferrovias abriam o caminho e o capital fazia o resto. Assim o capital lidera o movimento e também o encerra como seu carrasco. (LUXEMBURGO, 1985, p. 281).

Rosa Luxemburgo (1985) mostra que na África, em circunstâncias diferentes, ocorreu o mesmo processo que na Europa e na América do Norte. Ressalta que a chegada de Holandeses que entraram em choque com os Bantos inaugurou um longo período de conflitos com os Cafres. Internamente, na África havia a guerra entre as tribos, e nesses meio surgem os holandeses dominando terras e escravizando africanos. Depois que a Inglaterra proibiu a escravidão, os trabalhadores continuaram sob dominação dos holandeses, mas agora a dominação era por meio tanto da força quanto do vício em aguardente.

Rosa Luxemburgo (1985) afirma que “o método da violência é a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras a sua acumulação” (p. 255). Ou seja, para tirar os meios de produção e a força de trabalho das organizações econômicas não-capitalistas o capitalismo procura destruir sua unidade formal e entidade social autônoma. Luxemburgo (idem) demonstra como esse método, amparado no militarismo, ruiu as bases tradicionais na Índia, pelos ingleses, e na Argélia pelos franceses.

Luxemburgo (1985) argumenta que na Índia, nem sucessivas conquistas que ocorriam desde o século VI a.C foram capazes de operar a aniquilação da organização econômica dos indianos, isto porque os conquistadores persas, gregos, citas, iranianos, tártaros, maometanos e os mongóis conquistaram o território, mas a vida social e econômica permaneceu intacta, o que não ocorreu com os conquistadores ingleses que logo roubaram as forças produtivas dos indianos e destruíram sua organização social.

Os ingleses apossaram-se do solo, condição básica da existência da comunidade indiana. As terras dos indianos foram usurpadas, fazendo surgir na Índia em pouco tempo, a grande propriedade fundiária e uma massa de camponeses empobrecidos e proletarizados e pequenos arrendatários. Uma das desculpas utilizadas para vilipendiar as terras foi dizendo que como as terras eram comunais, elas não eram de ninguém e assim foram tomadas e privatizadas.

Além disto, o governo inglês fomentou a discórdia entre diferentes grupos, fazendo uma massa crer que as políticas empreendidas eram para seu próprio bem e defesa das terras que estavam em vias de serem tomadas por uma elite local. Ademais, todos os outros conquistadores construíram grandes obras e investiram em infraestrutura, os ingleses, além de não construíram nada, dilapidaram o que já existia.

A política francesa sobre a Argélia não difere muito da política empreendida pela Inglaterra na Índia, contudo lá o cerco sobre as terras comunais encontrou resistência no modo tradicional que tinha a terra comunal como base da organização social e política. O governo francês fez diversos dispositivos legais para forçar a

propriedade privada, mas apesar de ter alguns sucessos, o sucesso não se deu definitivamente, ainda que tenha sido suficiente para lançar o povo argelino numa completa miséria.

Depois de instalado o caos social e difundida miséria nunca antes vista, uma comissão francesa chegou à conclusão de que para salvar o povo árabe da completa miséria teria que repartir as terras clônicas em propriedades privadas e deste modo a terra poderia ser vendida ou arrendada, levando renda para seus proprietários. Os defensores dessas ideias argumentavam que eram os próprios nativos que desejam a propriedade privada da terra, em detrimento das possessões familiares, o que não precisava ser verdade, precisava se crer como verdade para surtir o efeito desejado, por terras a disposição do mercado.

As descrições anteriormente observadas por Rosa Luxemburgo (1985) e que são variações das práticas de expropriação identificadas por Marx, podem muito bem ter seu correspondente histórico na Amazônia, em que no processo de expansão do capital ainda hoje desloca contingentes populacionais, seja de indígenas, seja de quilombolas, camponeses, passam por constantes movimentações para fora de seus territórios para dar passagem a projetos de mineração, expansão de monoculturas, hidrelétricas, estradas e ferrovias.

Onde quer que se instale, o modo de produção capitalista procura subordinar a terra e deixá-la disponível para o mercado de terras. Mercado este que movimenta a dinâmica da economia na América Latina, Brasil e em especial na Amazônia. No caso da expansão da dendeicultura, a expropriação da base fundiária, o mercado de terras e a especulação antecederam a chegada das grandes empresas à região, revivendo a dinâmica dessa reprodução ampliada do capital, que lança mão de meios primitivos de acumulação.

4.2. A EXPROPRIAÇÃO DA BASE FUNDIÁRIA

Do mesmo modo como na Inglaterra do século XV ao século XIX os camponeses passaram por sucessivos períodos de expropriação, para ir atendendo a cada nova exigência dos capitalistas para produzir mais capital, a chegada do

novo ciclo de expansão da dendeicultura na Amazônia paraense foi antecedida de práticas que buscavam capturar as terras dos camponeses e convertê-las em mercadoria. Mas, não apenas as terras dos camponeses eram alvos, reservas indígenas, territórios quilombolas e terras públicas também são alvos da especulação e da apropriação.

De acordo com NAHUM e SANTOS (2015), NAHUM e THURY (2015), THURY (2017) no Estado do Pará o acesso das empresas de dendê às terras para o plantio dessa palma se dá por quatro caminhos: compra, arrendamento, associação com produtor familiar e aquisição da produção de produtores particulares. Para esses autores as áreas adquiridas são predominante antropizadas³⁴, e esta antropização se deu pela extração de madeira e pela pecuária extensiva.

As modalidades empresarias de apropriação de terras conformam aspectos contraditórios de estratégias e políticas governamentais que se colocam no campo do desenvolvimento sustentável, às quais Alfredo Wagner de Almeida e Rosa Elizabeth Acevedo (2010), definem como agroestratégias. Para os autores, os esquemas explicativos que dão conta das contradições conflitos que surgem no campo em decorrência dessas políticas são de duas ordens:

A primeira vertente considera que o aumento dos preços das commodities agrícolas e minerais tem proporcionando forte crescimento do agronegócio levando à corrida por terras, logo a elevação de seu preço e também os conflitos pelo uso e posse da terra.

A segunda vertente aponta para modalidades de intervenção no meio ambiente, levando ao que os autores denominam de “colonialismo verde”, que tem relação com os projetos de concessão de créditos de carbono e de reflorestamento. Com a ressalva de que os reflorestamentos dessa ordem tratam-se de monocultivos de eucalipto, dendê, teca, paricá, ou seja, nenhuma relação com a concepção tradicional de floresta que remete à diversidade.

³⁴ Eu particularmente não gosto do termo antropizado no sentido correntemente empregado que remete à degradação, nem toda intervenção humana no ambiente é danosa, além do que utilizar antropizado como sinônimo de degradação remete aos discursos de ambientalistas preservacionistas que tanto influenciaram uma política ambiental que perseguiu as comunidades tradicionais, as expulsando das regiões que habitavam, se reproduziam e viviam a pretexto de que natureza e homem são incompatíveis, como se esse não fizesse parte do ambiente natural.

No ambiente de expansão da dendeicultura essas agroestratégias são percebidas na forma como o Estado atuou na defesa dos interesses da expansão do grande capital, colocando o campesinato como um apêndice dessa expansão, para dar a alcunha de desenvolvimento sustentável e, portanto, inclusivo.

De acordo com Elielson Silva (2015) a aquisição e o acesso a terra pelas empresas de dendê obedecem a uma lógica capitalista que Almeida e Marin (2010) definem como agroestratégias. Os autores demonstram que as agroestratégias referem-se ao conjunto de medidas que conformam o processo de desterritorialização.

Para Silva (2015) as agroestratégias vêm sendo utilizadas pelas empresas para ter a seu dispor terras agricultáveis que antes estavam em mãos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e fazendeiros, principalmente aqueles envolvidos na criação de gado bovino. As pesquisas de campo realizadas por Silva evidenciaram que:

(...) parcela significativa das terras dos municípios onde a expansão dos plantios de dendê ocorreu mais acentuadamente foram incorporadas pelas grandes corporações do mercado de óleo de palma por diversas maneiras. Os meios mais comuns que se verificaram foram a compra de terras, o arrendamento fundiário de antigas fazendas de gado, o arrendamento de lotes reconcentrados irregularmente dentro de projetos de assentamento, a posse por simples ocupação em terras públicas federais e estaduais e a transferência das terras da reforma agrária mediante a “integração” produtiva. (p.104).

Acrescento que houve mudanças na legislação ambiental que permitiram com que tanto as empresas pudessem implantar dendê em áreas maiores de terras, quanto permite que as empresas possam acessar quase a totalidade das terras possivelmente utilizáveis da agricultura familiar, liberando 50% da área dos imóveis rurais em regiões consolidadas, que corresponde às regiões onde a dendeicultura concentrou sua recente expansão.

O caos fundiário que marca a estrutura agrária do país, e que é endêmica na Amazônia desobstacularizou ainda mais o avanço do agronegócio da palma, tendo empresas que conseguiram cadastrar imóveis sobrepostos a glebas federais, a exemplo das Fazendas Vale Verde e Vale Verde I no município de Acará, e a

Fazenda Yanaguibashi em Tomé-Açu, sobrepostas respetivamente à gleba Araxiteua e Mirititeua.

Se não houve destaque do público para o privado, e os imóveis aparece sobrepostos a glebas matriculadas em nome do Incra, há indícios de que estejamos diante de um caso clássico de grilagem. Girolando Trecanni (2001) enfatiza, que “a prática da grilagem no Brasil é secular: esticando os limites da posse legal falsificando títulos, queimar cartórios, subornar fiscais, invadir terra camponesa com gado, fazem parte da tradição da ocupação da fronteira”. (p. 198).

No Livro Branco da Grilagem produzido pelo Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário em 1999, o Estado nacional reconhece a grilagem como um dos maiores problemas e entraves ao desenvolvimento do país por ser:

(...) um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Em todo o país, o total de terras sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares - quatro vezes a área do Estado de São Paulo ou a área da América Central mais México. Na Região Norte, os números são preocupantes: da área total do Estado do Amazonas, de 157 milhões de hectares, suspeita-se que nada menos que 55 milhões tenham sido grilados, o que corresponde a três vezes o território do Paraná. No Pará, um fantasma vendeu a dezenas de sucessores aproximadamente nove milhões de hectares de terras públicas. (p. 2).

O fantasma ao qual o documento se refere trata-se de um escandaloso caso de grilagem, em que um personagem fictício chamado Carlos Medeiros recebeu uma carta de adjudicação que permitiu com que milhões de hectares de terras públicas fossem ilegalmente apropriados por particulares, tudo a partir de uma densa rede de fraudes e falsificações que contou com cartórios, servidores públicos e até com o poder judiciário. A carta de adjudicação, concedida ao fictício Carlos Medeiros foi:

(...) extraída dos autos do inventário dos bens supostamente deixados por falecimento de Manoel Fernandes de Souza e Manoel Joaquim Pereira. Neste inusitado documento, são relacionados de maneira ambígua numerosos imóveis rurais localizados em diversos municípios do interior e na própria Capital do Estado, envolvendo áreas que, a julgar pelas extensões descritas nos inúmeros

documentos chegados ao conhecimento das autoridades públicas, devem atingir atualmente mais de 35 milhões de hectares” (p. 238)

De posse desse documento, partiu o personagem que hoje se sabe fictício, Carlos Medeiros, sempre através de prepostos e procuradores, nunca pessoalmente — para efetuar vendas a terceiros, negociando áreas de todos os tamanhos e espalhando, dessa forma, novos documentos fraudulentos, capazes de prejudicar posseiros tradicionais e proprietários estabelecidos em seus imóveis regularmente adquiridos, além de lesionar o patrimônio dos paraenses. (p. 240)

Os esforços da CPI e o esforço anterior do próprio INCRA, que constou no relatório conhecido como Livro Branco da grilagem, objetivava “reverter, para o patrimônio público, dezenas de milhões de hectares de terras detidas irregularmente por particulares” (p. 1) e para tal o INCRA cancelou 3.065 cadastros de imóveis rurais em todo o Brasil o que fez uma área de 93.620.587 hectares, dos quais, 1.856 imóveis estavam registrados em estados da Amazônia legal, perfazendo 66.375.883 hectares, o que representa 12,72% de toda a Amazônia Legal.

Ainda que tenha tido robustez, tal trabalho ainda deixou muitas áreas griladas não identificadas, por exemplo, neste trabalho não foi constatado que as terras ocupadas desde a década de 1980 pela empresa Agropalma eram griladas. O caso só veio à tona recentemente após denúncia à Polícia Federal e que depois de investigações concluiu que houve fraude na apropriação de terras públicas. De acordo com informações colhidas na imprensa local:

(...) o esquema consistia em unir terras que estariam distante uma da outra como se fossem contínuas. "E nesse deslocamento, acabaram sobrepondo uma terra dele. Eles vinham até um cartório em Belém, faziam uma escritura falsa, toda uma cadeia dominial falsa, terminando sempre na empresa, como se a terra depois de todas essas vindas fosse por último vendida para a empresa. Depois voltavam ao município em questão e restauravam livros que supostamente estariam extraviados. Em dois anos descobrimos que tanto representantes da empresa como ex-tabeliões de alguns municípios estariam fraudando documentos com base nos documentos falsificados."

(Fonte: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/operacao-da-pf-investigacao-fraudes-em-documentos-de-regularizacao-fundiaria-no-para.ghtml>)

O esquema de registros fraudulentos contava com a atuação de escrivães e até de cartórios fictícios; imóveis com matrículas canceladas eram rematriculados no esforço, muitas vezes com sucesso, de legalizar uma posse irregular, como

denuncia o repórter Carlos Mendes, repórter investigativo de *O Liberal* e dono do Blog jornalístico *Ver-o-Fato*, que acompanhou o processo de grilagem de terras do qual foi acusada a Agropalma:

no parecer em que cita mais de 20 fazendas, é destacado o caso da Fazenda Porto Alto, com 35 mil hectares, referente à matrícula 519, folhas 265, livro 2-A, do Cartório do Acará. A área fica situada na margem esquerda do Rio Acará. A origem remonta à grilagem de Jairo Mendes Sales, já cancelada por decisão da desembargadora Luzia Nadja, em 2011.

(Fonte: <http://www.ver-o-fato.com.br/2018/05/a-grilagem-dos-fatos-outra-face-da.html>)

Ao consultar o Sigef, averigui que treze imóveis em nome da Agropalma tiveram seus certificados cancelados, as áreas dos imóveis somam 95.450,71 hectares. Ainda no Sigef, constatei que o cadastrador dos imóveis recebeu do INCRA apenas uma advertência por ter utilizado de prática dolosa para ludibriar o sistema de cadastro de terras e certificar imóveis com situação fundiária irregular e a grilagem foi identificada apenas pela investigação da Polícia Federal, haja vista que a grilagem conta com um aparato institucional que para se realizar conta com a conivência de servidores públicos, agentes das elites locais, cartórios e até do poder judiciário. (COSTA, 2012; BRASIL, s/d; BRASIL, 2002; IPAM/MMA, 2006).

Ao confrontarmos os dados do Sigef com os dados do CAR, verificamos quatorze registro de CAR em nome da Agropalma; destes, a empresa solicitou cancelamento de doze com a justificativa de as áreas seriam unificadas. Curiosamente os cadastros cancelados estavam distribuídos em três municípios diferentes, Acará, Tailândia e Moju, mas o novo CAR cadastrado em 2019 foi registrado como sendo apenas no município de Tailândia. Aventurei que assim ficou registrado no sistema por este considerar como município de referência a maior área cadastrada, isto, todavia, não se sustenta porque dos CAR cancelados as maiores áreas estavam no município de Acará, como pode ser confirmado no Quadro 2:

Quadro 2 CAR registrados no Sicar pelo Grupo Agropalma

Município	CAR	Área (ha)	Data do cadastro	Status
Acará	PA-1500206-E1A884095F524A70B1F57D7B8DE5425A	2.207,68	12/02/2018	Cancelado
Acará	PA-1500206-ACB34A4BC2D148F7810F990510021AB1	21.539,81	12/02/2018	Cancelado

continua

Município	CAR	Área (ha)	Data do cadastro	Status
Acará	PA-1500206-477E419558874FC5931F7FC50533AF8C	2.143,62	12/02/2018	Cancelado
Acará	PA-1500206-FE996312EF8A40938B28DFB22C4C9EAB	11.551,70	12/02/2018	Cancelado
Acará	PA-1500206-B79E1C555458409DBBF61BC0EAF2CE61	1.694,06	12/02/2018	Cancelado
Moju	PA-1504703-24F21281D008429789F846DCE09B01E1	4.947,01	12/02/2018	Cancelado
Moju	PA-1504703-834B3CAF931F4EBA85956B3137893B12	11.822,73	12/02/2018	Cancelado
Tailândia	PA-1507953-1110DD253BB147D3A81B5EE8C6860A26	3.132,36	14/02/2018	Cancelado
Tailândia	PA-1507953-8DCFF9A30BA24394BC2485CEBF8653D2	12.793,03	14/02/2018	Cancelado
Tailândia	PA-1507953-4A92643633A346759CB5EFFB8BD6A880	6.072,88	14/02/2018	Cancelado
Tailândia	PA-1507953-4D35627754F541D5B7DFD140519660C9	3.227,97	12/02/2018	Cancelado
Tailândia	PA-1507953-CAEE037C2C05438BB879FA3B2581CA05	3.310,62	12/02/2018	Cancelado
Tailândia	PA-1507953-666D89FB6D7E4EB98D507ECA032D8CBA	10.181,55	22/11/2017	Pendente
Tailândia	PA-1507953-A00140BCED0E4C49A7931B68CB2A374C	97.129,88	28/01/2019	Pendente

Fonte: Sicar, extraído em 01/05/2019.

Os CAR válidos no Sicar são referentes a dois imóveis, um com 10.181,55 hectares e outro com 97.129,88 hectares, ambos situados no município de Tailândia, com registro em 2017 e 2019, respectivamente e juntos somam 107.311,44 hectares. Ao consultar o demonstrativo dos CAR que constam com o status “Pendente”, averiguamos que esses apresentaram sobreposição a outros imóveis, estando na condição de analisados com pendência e com a observação de que *aguardando retificação ou apresentação de documentos*.

Em consulta a SEMAS, para conversar sobre a situação dos CAR das grandes empresas, que de modo geral não correspondem a áreas cadastradas no Sigef, costumando esta última ser menor, fui informada sobre o que já tem se tornado um senso comum, o CAR ainda que seja o primeiro passo para a regularização ambiental de um imóvel, tem sido utilizado como um instrumento de grilagem de terras, vindo esse cadastro sendo utilizado inadequadamente como comprovação de uso e exploração da área e como documento para regularizar posses.

Se para comprovar a grilagem de terras pela empresa Agropalma levou-se quatro décadas, imagina o caos que devem permear as vendas de terras e arrendamentos que ocorreram por ocasião do *boom* do dendê, em que diversas empresas e grupos empresariais chegaram ao mesmo tempo à região disputando terras.

A empresa Biopalma, por exemplo, é a empresa que detém o maior percentual de terras cadastradas no Sicar, e que está distribuída no maior número de municípios, porém ao consultar o Sigef constatei apenas dez imóveis cadastrados com área total de 4.500 hectares. Em consulta ao INCRA identifiquei que a empresa está com vários processos para certificação de imóveis rurais e alguns foram indeferidos por apresentar documentações irregulares e com rasuras.

Em duas áreas cadastradas no Sigef consta a observação de que elas estão sobrepostas à Gleba Federal Araxiteua, no município de Acará, arrecadada e matriculada em nome do INCRA. Em levantamento no município de Tomé-Açu para regularização de território quilombola, a equipe do INCRA constatou sobreposição de imóveis da Biopalma em outras duas glebas federais, também arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA, as sobreposições somam 503,3043ha.

Quando os dados sobre as áreas são extraídos do SICAR os números são bem maiores, isto porque o CAR é declaratório e independe de comprovação de domínio ou posse. Por outro lado, para cadastrar no Sistema de Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e conseguir certificar um imóvel é preciso comprovar o domínio ou a posse, se pessoa física, e somente mediante comprovação de propriedade, se pessoa jurídica. No entanto, quando comparamos o que as empresas declaram no Sicar e as certificações emitidas pelo INCRA nos deparamos com um abismo.³⁵

³⁵ Lembrando que mesmo certificados, não é comprovação de regularidade fundiária haja vista que a empresa Agropalma tinha todas as suas fazendas certificadas. A certificação é último estágio da legalização da grilagem.

Quadro 3 Áreas Cadastradas no Sicar versus áreas de empresas do mercado de óleo de palma certificadas

Empresa	Sicar (ha)	Certificados (ha)
Denpansa	2.796,17	612,93
BBB	1.143,43	79,52
Agropalma	107.311,44	95.450,71
Marborges	1.096,96	3.076,42
Dendê do Tauá	1.334,88	1.895,05
Biopalma	137.683,96	4.500,53
TOTAL	251.366,85	105.615,16

Fonte: Sicar e Sigef, pesquisa realizada em abril de 2019, elaboração da autora.

Observemos que a área declarada no Sicar é muito superior à cadastrada no Sigef, ou seja, em geral as empresas não tem conseguido comprovar o domínio das áreas que declaram. O caso que mais chama atenção é o da Biopalma que tem registrado no Sicar nada mais nada menos que quarenta e um imóveis, totalizando 137.683,96 hectares, por outro lado, certificados, só há dez imóveis, que juntos somam 4.500,53 hectares, uma defasagem de mais de cento e trinta mil hectares. Situação semelhante apresenta a empresa BBB, que declarou no Sicar uma área em Tomé-Açu de 1.143,43 hectares, mas tem certificada apenas 79,52 hectares do imóvel Fazenda Belém II.

As empresas Dendê do Tauá e Marborges apresentam uma situação inversa, as áreas declaradas no Sicar são inferiores às áreas certificadas. A Palmasa por sua vez tem área certificada, mas não constatamos CAR no CNPJ da empresa. A ADM, outra empresa que chegou recentemente à região tem uma longa trajetória no país com forte atuação na cadeia produtiva da soja (COSTA, 2012), aqui não adquiriu áreas para plantar dendê apenas arrendou. Em consulta no Sicar e no Sigef não constatee nenhum CAR cadastrado em seu nome ou parcela certificada no Estado do Pará.

Afora dos emaranhados indecifráveis dos sistemas fundiários e ambientais, grandes fazendas foram sendo compradas ou arrendadas pelas empresas para implantação de monocultivos de dendê e para aumentar suas áreas de terra muitos fazendeiros compravam terras de camponeses, e quando estes não queriam vendê-

las, recorriam a anexação das terras camponesas às suas, o que era feita de forma fraudulenta, deliberada ou forçada.

Quando os expedientes de convencimento alcançavam a maioria das famílias de uma dada comunidade, a família resistente achando-se sozinha não tinha outro jeito a não ser dispor de sua terra e ir para outro lugar, uma vez que isolada ela não teria acesso aos serviços sociais básicos e ainda estaria vulnerável à crescente violência que vem ocorrendo na zona rural, principalmente assaltos.

Foi o que Rafael Sousa (2018) identificou uma família na comunidade Castanhalzinho, no município de Concórdia do Pará, que ficou isolada no meio do dendê, em depoimento de um dos membros da família ele afirma que agentes que vinham comprar as terras tentaram convencê-los de vender suas terras, mas eles não venderam por entender que aquilo ali se tratava de um patrimônio de família. Depois que eles se viram cercados pelo dendê e sofreram diversos ataques de bandidos, resolveram vender as terras, mas a empresa não comprou, não restou outra alternativa senão abandonar, conforme o relato seguinte expressa:

O meu pai veio embora de lá com meu irmão porque os bandidos começaram a acertar eles lá, malvadava deles lá. Aí ele comprou uma tarefa ali. Aí o meu irmão que ainda tem um pimental lá. Lá os vizinhos venderam tudo a terra, só nós que ficamos numa ilha lá. (p. 173).

Antes das grandes empresas chegarem à região, ADM, Biopalma, BBB, pessoas ligadas às elites de pequenos municípios, como Moju, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Tailândia, Concórdia do Pará e Acará (para citar somente alguns), utilizavam sua influência e prestígio para convencer os agricultores a disporem de suas terras por um preço irrisório, e esta área seria posteriormente vendida a um fazendeiro, que a anexaria à sua terra e venderia ou arrendaria a uma das empresas que estavam prestes a se implantar na região, conseguindo receber pela terra preços bem mais altos do que o que foi pago aos agricultores.

Durante este período, mais fortemente entre os anos de 2006-2012, eu trabalhava no Baixo Tocantins e acompanhei de perto esse mercado desonesto de terras, tendo pessoas conhecidas minhas que participavam ativamente disto. Certa manhã em meu local de trabalho um desses conhecidos chegou até a mim e disse: que precisaria “ir bem ali ganhar 50 mil”, este ir bem ali ganha 50 mil significava que

ele já havia adquirido terras a preço baixo e agora iria repassar para um terceiro a um valor mais alto, repetindo deste modo, o padrão de desenvolvimento no qual as elites econômicas locais se associam ao grande capital, sendo agentes ativos nos processos de expropriação.

Sousa (2018) evidencia a atuação das elites locais na captura de terras para depois negociar no mercado de terras, como no caso dessas entrevistas que ele traz a atuação de políticos do município de Acará.

Eles venderam pro Emano. Na época o Emano comprou essas terras aí deles pra fazer campo, criar gado. Aí o Emano vendeu pra Biovale. Esse outro lado aqui era do Miguel, Miguel Bernardo, ele vendeu pra Biopalma, ele comprou de moradores, um bucado de moradores daí. Por isso que o pessoal venderam pra eles né, aí foi ficando pouca gente. O Emano comprou de muita gente aqui. Quando ele vendeu pra Biopalma só tinha aquela casa do seu Jafé ali. Muitos ficaram por aí, teve um que mora lá no 22. O Bené que morava lá do outro lado, vendeu pro Miguel. (SOUSA, 2018; p. 174).

O atual presidente do sindicato dos empregados rurais de Acará e antigo presidente do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará (STTR), o sr. Antônio Pedro, relata em detalhes esse período de aquecimento do mercado de terras na região:

E aí depois do estudo formado nessa região aqui começou a aquisição de terra, aí que fomos perceber que vinha um projeto pra cá. Começaram a comprar fazenda. Aí o fazendeiro pra aumentar a fazenda dele quando ele não incluía a do agricultor ele negociava a um preço mais baratinho pra ganhar dinheiro em cima da terra do agricultor e aumentar a área dele. (...). Tinha cidadão que ele era o corretor/o vendedor, aí as pessoas que vendiam seu lotezinho não tinha conta/não tinha acesso a banco aí pagava uma taxa pro dinheiro da Biopalma cair na conta dele. Então ele ganhava, ele faturava de várias formas. Aí, isso aqui foi virando uma febre de venda de terra. Muito interesse da empresa, muito interesse do atravessador que tava vendendo e às vezes muito interesse do agricultor que não tinha uma perspectiva de pegar dinheiro aí ouvia falar em 20 mil, 10 mil, vinte mil, aí vendia a terra. Às vezes ele pensava assim: ah, não, meu cumpadre tem um terreno que eu posso ir pra lá, meu filho tem, meu pai tem, vou vender o meu. Aí foram vendendo. Chegou a um ponto de que até comunidade foi destruída, foi extinta por causa de venda de terra.

A anexação das terras de camponeses às fazendas, de modo persuasivo ou não, assemelha-se a práticas históricas vinculadas a acumulação primitiva do capital citada por Marx. O processo de arrendamento de terras, a expropriação de terras e

até mesmo a anexação de terras a fazendas maiores ocorreu na Inglaterra no processo de acumulação primitiva do Capital, como descreve o autor: “Não apenas terra em alqueive, mas frequentemente terra cultivada, mediante certo pagamento à comunidade ou em comum, sob o pretexto de cercamento era anexada pelo *landlord* vizinho”. (MARX, 1985; p. 269-270).

Outro detalhe que chama atenção no relato de Antônio Pedro o qual também podemos destacar é o que fala sobre o interesse também dos agricultores em vender suas terras, não pela terra em si, mas porque via uma possibilidade real de pegar em um valor que ele não estava acostumado. Essa mesma tática do “bolo de dinheiro” foi utilizada no Oeste do Pará durante a aquisição de terras para implantação e expansão da soja naquela região (COSTA, 2012).

As péssimas condições de sobrevivência e a falta de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar reforçam o quadro de desesperanças, contribuindo para que uma família após a outra família decidisse pela venda da terra, o que muito se assemelha ao que Solange Costa identificou no Oeste do Pará. O confinamento das comunidades dentro de um marzão de monocultivos inviabilizava ainda mais a sobrevivência numa região que já não contava com as condições mais fáceis. A autora traz em sua tese o retrato do desalento ao relatar um caso que presenciou em dos cartórios aonde conduziu parte de sua pesquisa:

O Sr. não sabe ler né? Ele responde que não com a cabeça. Ela então diz: - Vou ler para o senhor saber o que está assinando. Ela assim procede. Lê todo o conteúdo da procuração. H3 fica olhando para ela, cabisbaixo com semblante de resignação. Ao terminar a leitura ela pergunta: - O senhor entendeu que está passando todos esses poderes sobre o seu imóvel? Ele (H3) responde: - É bom quando a gente encontra alguém que sabe mais do que a gente. Que explica pra gente. Eu depois que eu vender não tenho mais nada com ele (o imóvel rural). Não quero ter mais nenhum trabalho com isso, já vendi. Se tivesse o Estado lá com a gente, eu não vendia não, eu ficava lá. Mas a gente não tem nenhum apoio. Ai chegaram esses “gaúchos” não dá pra ficar. Nós era 180 famílias no São Raimundo. Agora só têm 05. Todas foram saindo. Eu já estou aposentado, velho não tenho como ficar. H1 pergunta: - O Senhor vai pra onde agora? Ele responde: - Para onde eu vou? Vou para a beira da estrada, como todo mundo. Pra cidade é que não vou. Não tem emprego, vou fazer o quê lá? Lá era uma comunidade, lá acabou-se. (p. 175)

Ainda citando os exemplos trazidos por Sousa (2018), o autor demonstrou em sua tese de doutoramento que comunidades de agricultores chegaram a deixar de existir ou quando aconteceu o mínimo, perderam o controle sobre uma parte

importante da convivência comunitária, como foi o caso da comunidade rural Conceição do Guajará, no município Bujaru, em que a área onde ficava a escola e a igreja foi cercada pelo dendê e depois tomada pelo mato.

Ao inserir no Google Earth *shapes* de imóveis da Biopalma identifiquei duas fazendas que tinham em seu interior áreas que não faziam parte da fazenda, mas que encontravam-se cercadas pelo dendê. Não consegui chegar às áreas porque me faltou um guia para chegar nelas, haja vista que é difícil para quem não conhece a linguagem da divisão de parcelas do dendê de ali se localizar. De qualquer modo, a imagem de satélite não deixa dúvidas de que aliado ao processo de expropriação vem o cercamento daquele que por algum motivo particular não se curvaram à sede voraz do mercado de terras.

Figura 20 Fazendas da empresa Biopalma no município de Acará



Da imagem acima, que tem quatro imóveis da empresa Biopalma que ficam no município de Acará, o imóvel maior possui incríveis 43.905,30 hectares, o que representa 10,11% de todo o território do município de Acará. Dentro desse imóvel identifiquei três imóveis, um de aproximadamente 20 hectares, outro de 13,5 hectares e um terceiro de 519,18 hectares.

Caso semelhante à expansão do dendê é o apresentado por Solange Costa (2012) no município de Santarém com a expansão do cultivo de soja. Que assim

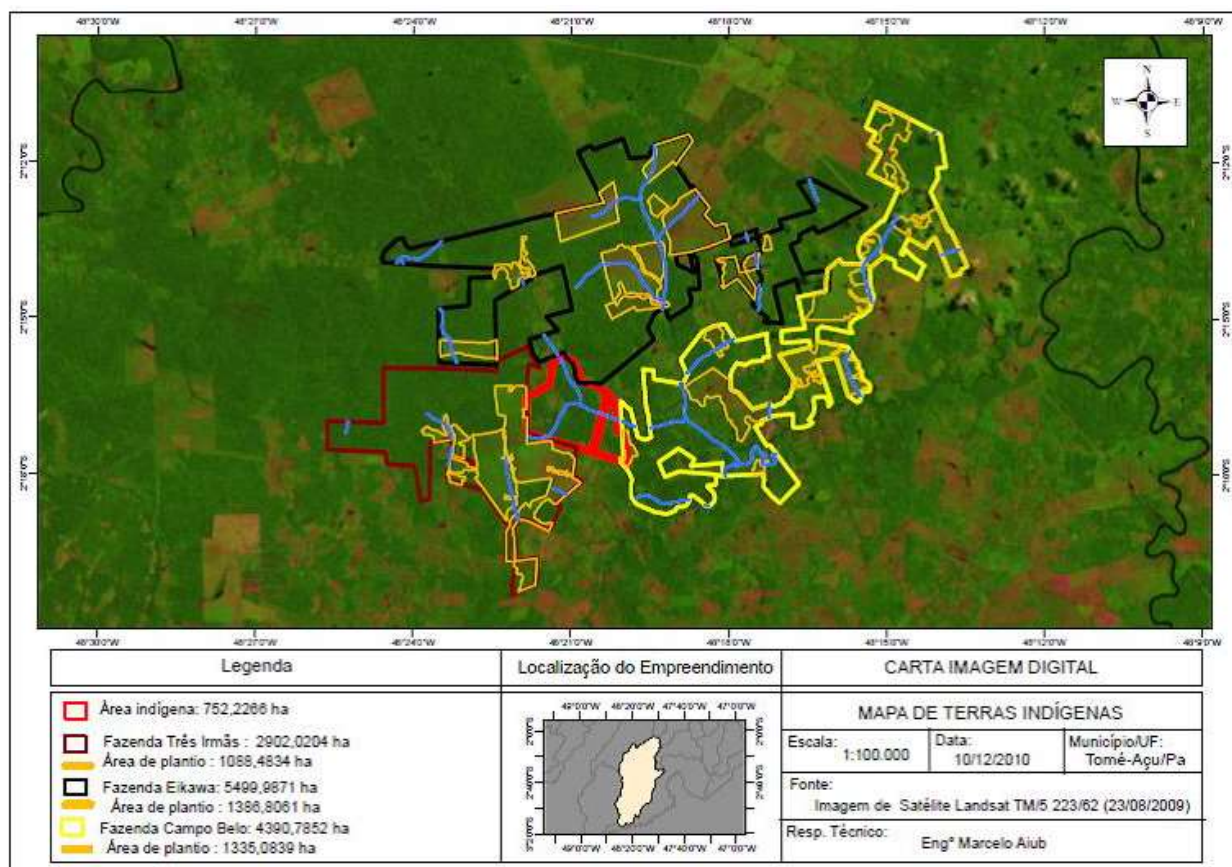
como o dendê não traz só mudanças na dinâmica de uso da terra, muito menos nos fluxos migratórios que passam a existir, mas quem resiste e fica também sofre consequências danosas, pois os monocultivos trazem consequências diretas e imediatas sobre o ecossistema e sobre os sistemas locais de produção, como conclui Solange Costa (2012) “A produção de soja trouxe a mudança para o território com grandes impactos ambientais. Por trás das mudanças ambientais estão as mudanças das condições produtivas das famílias dos pequenos produtores e extrativistas”. (p. 180).

A autora discorre que “a expansão dos plantios de soja vai se constituindo em ‘cercas’ para muitas comunidades como no caso de Açaizal e Ipaupixuna”, no município de Santarém. Essas comunidades passam a ser impactadas negativamente tanto no seu deslocamento, pois a estrada passou a ser tomada por soja, quanto o meio ambiente e seu modo de vida, imbricado e relacional com a natureza.

Para a expansão da soja, altamente mecanizada, a área tem que estar livre de quaisquer restos vegetais, como relata uma interlocutora de Costa (2012) “O pessoal derrubava as árvores pequenas para fazer o pasto, mas as árvores grandes ficavam; as frutíferas ficavam, as castanheiras...” (p. 180). A nova realidade com o cercamento pelos plantios de soja, afirma Costa, “deixa as comunidades sem alternativa de manutenção de seus *habitus*”. (p. 180).

Os indígenas das Terras Turé-Mariquita em Tomé-Açu vivenciam situação semelhante, cercados por Fazendas da empresa Biopalma, os indígenas reclamam de danos ambientais aos cursos d’água, o desaparecimento ou mesmo o adoecimento de animais silvestres, a podridão que exala de cachos de frutos podres ou que apodrecem às margens das estradas, a entrada de pessoas de fora das aldeias nas terras indígenas, o aumento de conflito com madeireiros que passam acessar as áreas indígenas pelas estradas abertas pela empresa. (THURY, 2017).

Figura 21 Carta imagem das Fazendas Três Irmãs, Campo Belo e Eikawa e interseções com as áreas indígenas



Fonte: Florestas Engenharia 2011 *apud* NAHUM e Thury, 2015.

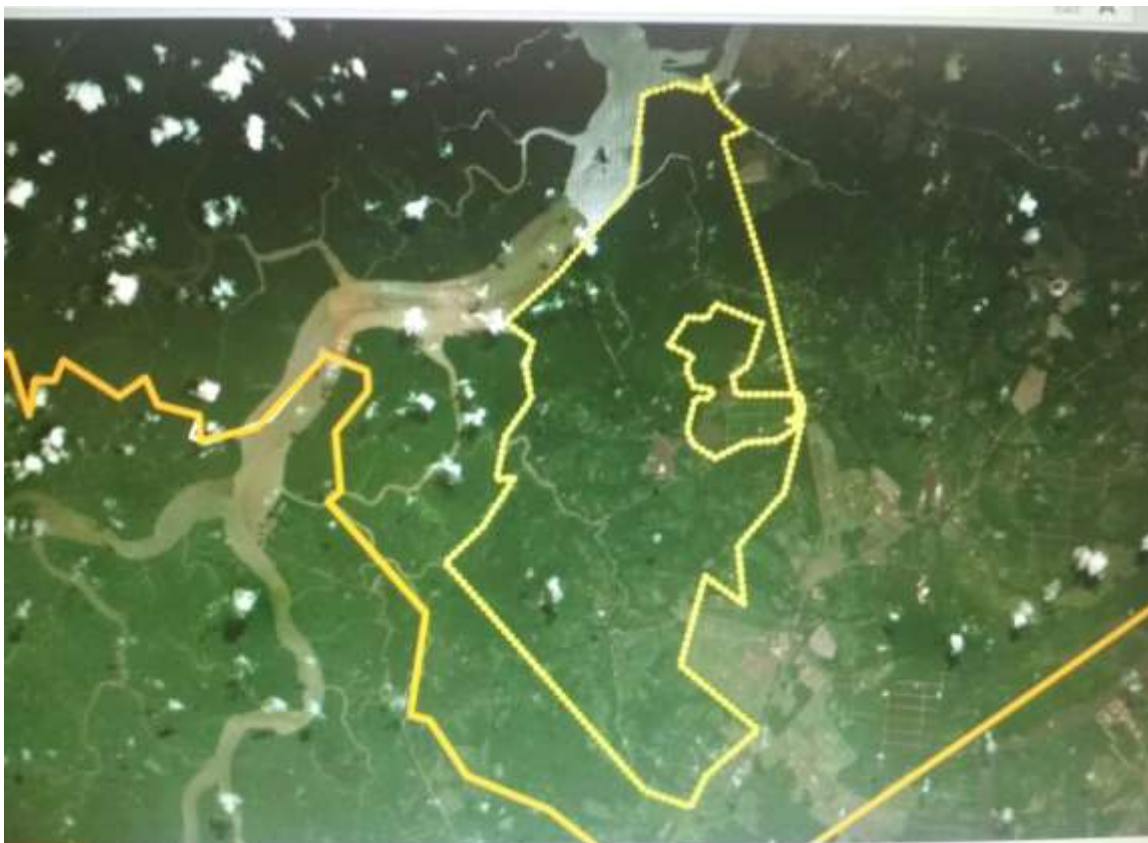
Como podemos observar na figura acima a terra indígena Turé-Mariquita está muito impactada pelas fazendas de dendê, chegando mesmo em determinado ponto haver uma sobreposição de uma fazenda da empresa com o território indígena. Nahum e Thury (2015) afirmam que apesar dessa confluência as relações entre os indígenas e a empresa são amistosas, chegando mesmo a empresa a auxiliar os indígenas quando necessário e também contratou três indígenas para assegurar o controle de entrada nas áreas confinantes entre imóveis da Biopalma e das terras indígenas.

Apesar dessas afirmações, em sua dissertação de mestrado, João Paulo Thury (2017), traz um detalhado relato do conflito que se estabeleceu entre a empresa Biopalma e os indígenas, justamente porque exigiam compensações da empresa por causa dos danos ambientais e sociais causados à população indígena.

A esse pleito, aliou-se a comunidade quilombola do Alto Acará, que também estão impactadas pela produção do dendê.

A invasão de terras indígenas e de comunidades quilombolas é a versão moderna da usurpação das terras comunais. No município de Abaetetuba 137 hectares de floresta, até então dentro de áreas pertencentes à Associação Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) foram literalmente arrasadas por um trator de esteira, e a floresta deu lugar ao plantio de dendê, com o ZAE-dendê em pleno vigor.

Figura 22 Sobreposição de CAR da Biopalma sobre território quilombola



Fonte: Sicar, 2018.

Na Figura 22 está evidenciada a sobreposição de um imóvel da Biopalma sobre o território quilombolas das Ilhas de Abaetetuba, com especial sobreposição ao território da comunidade quilombola Médio Itacuruçá.

No ano em que a Biopalma desmatou esse território eu prestava assistência técnica para a referida comunidade e acompanhei o conflito, no qual os quilombolas chegaram a prender empregados dentro do território exigindo soluções e

reparações. No ano seguinte mudei de escritório e deixei de acompanhar o caso, foi através de imagens do Sicar que me dei conta que de algum modo a associação perdeu parte de seu território, isto fica evidente pelo novo CAR do território e pela correção no título conferido pelo Iterpa às comunidades quilombolas das Ilhas de Abaetetuba.

Na internet ou em trabalhos acadêmicos há um completo silêncio a respeito do assunto. Tudo o que encontrei foi uma publicação no Diário Oficial do Estado em que tratava da liberação de diárias para que dois servidores do Iterpa se deslocassem até Abaetetuba no intuito de intermediar o conflito entre Arquia e Biopalma. Abaixo um *zoom* da área agora sob domínio da Biopalma, comparando antes de depois da intervenção.

Figura 23 Imagem de Satélite de 2010, área disputada pela Biopalma e ARQUIA



Fonte: Série histórica do Google Earth, 2018.

Figura 24 Imagem de Satélite de 2013, área disputada pela Biopalma e ARQUIA



Fonte: Série histórica do Google Earth, 2018.

No boletim *Guerra do dendê* produzido pelo Projeto Nova Cartografia Social, sob a coordenação de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2014), os cercamentos das comunidades ficam evidenciados e são relatados como danosos ao meio ambiente, ameaçadores do patrimônio material das comunidades quilombolas e ainda motores de violência, haja vista que o aquecido mercados de terras acirra as disputas por terra, e com isto, a violência no campo se manifesta. Um dos casos citados é a morte brutal do líder quilombola conhecido por Alaor.

O sr. Conhecido por Alaor era membro da associação de Amarqualta, o boletim relata que dois irmãos seus já haviam sido assassinados em 2012 como

consequência de conflitos fundiários. Em abril de 2018, outro membro dessa associação também foi assassinado, o quilombola conhecido por Nazildo, uma atuante liderança na luta pela titulação do território quilombola em questão, que está sob jurisdição do INCRA e do Iterpa.

Os processos de titulação dos territórios não avançam e com isto, as comunidades quilombolas ficaram vulneráveis à atuação dos agentes compradores de terras que atuaram fortemente na região para adquirir terras a serem posteriormente negociadas com as empresas, principalmente a Biopalma que está distribuída em vários municípios das microrregiões de Cametá e Tomé-Açu.

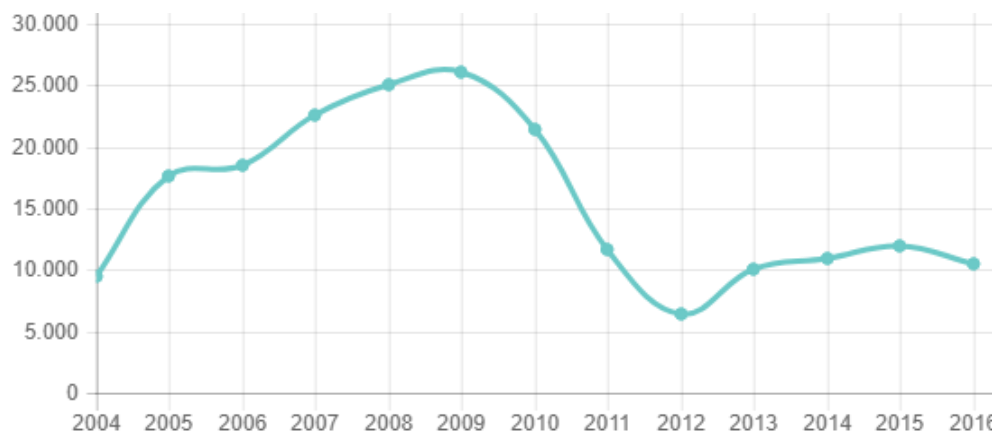
Em levantamentos e entrevistas que realizei no município do Acará estive consultado o secretário municipal de agricultura, a Emater local, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Acará, bem como o presidente do sindicato de empregados rurais, citado acima, todos foram enfáticos ao discorrer sobre a expansão da dendeicultura na região, para eles o maior impacto sobre os camponeses, sobre a agricultura familiar e sobre o município, e que afetou negativamente a região, foi a intensa venda de terras feita por agricultores familiares, mas também por fazendeiros.

Na entrevista realizada com Antônio Pedro, ele assevera que a venda das fazendas influenciou inclusive no hábito alimentar do acaraense, pois de acordo com ele, as fazendas da região deixaram de produzir gado bovino, e com isto no município muitos açougues foram fechados porque a carne tornou-se mais cara. Não tive acesso a dados que confirmem o fechamento de açougues no município, mas consegui informações acerca da produção de carne bovina na região e constatei que a leitura de Antônio Pedro é absolutamente coerente.

Na produção de gado bovino observa-se que houve uma drástica redução na produção que coincide com o período em que o valor da terra nua na região registrou uma alta de 79% em relação ao ano de 2010. Em 2010 o INCRA registrou na microrregião de Tomé-Açu, dos quais fazem parte os municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé-Açu e Tailândia, o preço médio do valor da Terra nua de R\$ 671,00/ha; já no ano de 2012 o valor registrado pelo INCRA foi de R\$ 1.201,00/ha. Apesar de as empresas já estarem instaladas nesse período na região,

a expansão das áreas, bem como a possibilidade de atração de novos empreendimentos para região, pode ter sido a causa provável desse aumento exponencial no valor da terra nua.

Figura 25 Bovino efetivo (cabeças)



Fonte: IBGE, PAM, 2017.

Ao analisar séries históricas de imagens da região do Vale do Acará, Marcílio Monteiro (2017), afirma que há indícios de que o plantio de dendê se deu predominantemente em áreas já caracterizadas como vinculadas à trajetória tecnológica da pecuária extensiva de corte, que por sua vez, foi precedida pela trajetória da extração de madeira, duas fortes trajetórias desenvolvidas na região por ele estudada.

Contudo, não foram apenas áreas antes ocupadas por essa trajetória tecnológica que foram adquiridas pelas empresas de dendê, como já mencionado anteriormente, a essas áreas foram anexadas a áreas que pertenciam a agricultura familiar, pois, no intuito de aumentar as áreas que seriam vendidas para as empresas de dendê, muitos agentes locais usaram diversas estratégias para convencer os agricultores familiares a disporem de suas terras. Monteiro (2017) identificou que no Vale do Acará a Biopalma adquiriu 19 estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares, totalizando aproximadamente 838 hectares dos 106,8 hectares por ela adquiridos na região.

Francisco Costa (2010), ao, a partir das trajetórias tecnológicas, estudar o mercado de terras na Amazônia, averigua que a Trajetória tecnológica por ele denominada T4, vinculada ao agente patrona, reúne o conjunto de sistemas de

produção em operação em estabelecimentos patronais que convergem para pecuária de corte. Com uso extensivo do solo, homogeneização da paisagem, alto potencial poluidor e alto impacto sobre a biodiversidade, essa trajetória é a que vem recebendo maior apoio institucional, via crédito e outros incentivos e por sua alta exigência em terras, é que tem tido maior capacidade de influenciar na estrutura fundiária, como mostra o caso em tela.

Outro aspecto importante a frisar é que o aumento do valor da terra na região proporciona dificuldades adicionais aos agricultores familiares, que não dispendo de grandes capitais perdem terreno na disputa pela posse e propriedade da terra, o que é motivo de grande preocupação, como a expressada por um agricultor do projeto de assentamento Olho D'água II, no município de Moju, que vê com preocupação a presença de mais empresas e empreendimentos de dendê na região, bem como de fazendas para engorda de gado, porque “é problemas pra nós, e é problema pros nossos filhos que já vão ter uma dificuldade para ter sua própria terra”.

Para os camponeses a terra é vital para a continuidade do seu modo de vida. É o espaço onde plantam, criam seus animais e recriam suas vidas, ou seja, é mais que um suporte para o desenvolvimento de suas atividades, a terra tem um valor enquanto uso, que não é vista como um objeto de trabalho:

(...) mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (Woortmann, 1987, p. 12)

Woortmann (1987) estuda o campesinato como ordem moral e como ordem moral os elementos constitutivos do campesinato remetem a uma honra, nesta perspectiva, a terra é patrimônio, patrimônio da família e a manutenção desse patrimônio honra os vivos, os mortos e os que virão.

Na ordem moral do campesinato transformar o patrimônio da família em mercadoria é motivo de desonra, é o que está implícito no modo como, em geral, outros agricultores se referem a quem vendeu suas terras, os chamam de coitados, iludidos e até riem da situação ruim na qual esses agricultores se meteram. Um dia

conversando com vários agricultores eles contavam sobre a compra de terras na região do Acará e em meio a muitas risadas contaram que:

Quando eles pegavam esse dinheiro eles andavam num motão, aí com três-quatro meses a gente olhava eles na rua com um isoposão, vendendo; aí com mais seis meses eles estavam aqui pedindo emprego pra Vale, a Vale dizia: vão se embora daqui, já venderam o terreno pra gente. (B, agricultor familiar do município de Acará).

Correndo o risco da história não ser exatamente assim, ela é fidedigna ao que representa. Primeiro o jocosidade com que o caso foi contado, ressalta o elemento da desonra dos que venderam suas terras, negando assim o componente vital da existência do campesinato; segundo, o elemento de desonra em se tornarem outra coisa, vendedores ambulantes, a quem em geral se atribui um status de penúria e pobreza, e por fim a desonra em voltar ao seu algoz lhe pedindo emprego, querendo subordinar sua mão de obra, a fim de ganhar seu meio de vida, e por fim, o relato de que a Vale dispensa essa mão de obra, porque desse trabalhador a ela interessava apenas seu patrimônio, sua terra. Esta última passagem é reveladora de uma consciência de que sem a terra, os agricultores não interessam à empresa, que sua mão de obra é dispensável, assim como ele, e que ele enquanto pessoa, não tem valor se não atrelado ao substrato de sua existência social e moral.

Do ponto de vista da acumulação do capital, a espoliação, ou seja, a separação dos produtores de seu meio de produção cria um mercado de trabalho, e nessa criação de um exército de desvalidos, a empresa capitalista pode escolher um dentre tantos outros que ficam na fila aguardando uma vaga. Separado do seu meio de produção, o agricultor passa então a ter que subordinar sua mão de obra para a empresa, ou contar com a solidariedade de amigos e parentes ou ainda adquirir novas terras, em outro lugar, mas em geral essas terras costumam ser menor do que a terra que eles possuíam anteriormente.

A expansão da dendeicultura seguiu a lógica da expropriação de terras por meio da compra, o que não serviu apenas para expandir a base sobre a qual se implantaria o dendê, mas também serviu para estimular um mercado de trabalho, aumentando o número de pessoas que necessitavam de um posto de trabalho; diminuiu a produção familiar, pois as comunidades que se desfizeram, representam também a diminuição na produção de alimentos e por outro, os agricultores que

deixaram de produzir seus víveres, passam a ser compradores. Portanto, a expropriação da base fundiária é *conditio sine qua non* para a existência do modo de produção capitalista, pois:

Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde cada um pode à vontade obter uma parcela de terra, o trabalho não somente é muito caro, no que diz respeito à participação do trabalhador em seu produto, mas a dificuldade está em conseguir trabalho combinado a qualquer preço. (MARX, 1985, p. 297).

Além da expropriação direta da base fundiária, as empresas de dandê também fizeram contratos de compra e venda de matéria-prima, e isto constitui outra forma de expropriação, além da terra, patrimônio da família, o tempo de trabalho também passa a ser diretamente apropriado pela empresa. Como veremos no próximo capítulo, e isto segue a lógica dos passos que Marx identificou na acumulação primitiva do capital, a que Rosa Luxemburgo identificou como mecanismo de reprodução ampliada do capital.

Para Luxemburgo (1985), ainda que a reprodução ampliada do capital se processe na relação entre formações capitalistas e não capitalista, não é qualquer meio que serve ao desenvolvimento do capitalismo. A economia natural, por exemplo, em que sempre existe um vínculo entre o meio de produção, a terra, e a mão de obra, em que a organização econômica está sujeita ao direito de origem, esse modelo se tornou um empecilho ao avanço do capital. Deste modo, o capitalismo sempre procura destruir a economia natural sob todas as suas formas.

Portanto, para Rosa Luxemburgo (*idem*), para alcançar seus objetivos econômicos, primeiro o capitalismo se apossa diretamente das principais fontes de força produtivas, tais como terras, caças das florestas, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos como a borracha para depois liberar força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; em seguida procura desmobilizar as formas próprias de economia e introduzir a economia mercantil e por fim operar a separação entre agricultura e artesanato, ou seja, os agricultores passam a ser compradores de produtos que antes eles mesmos produziam.

No próximo capítulo examinaremos o segundo passo da expropriação, que é a apropriação dos resultados do trabalho e a subordinação da mão de obra camponesa, seja por meio de contratos de trabalho, seja por meio dos contratos de

compra e venda de matérias-primas, chamados pela empresa Biopalma de contratos de parceria.

4.3. “NÓS ESTAMOS COMO UM ESCRAVO PRA ELES”: A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS

“Agora estou falando como um escravo velho, agradecido porque lhe dão do que viver”.

“E não somos todos de certo modo escravos dos brancos?”, perguntou Nnu Ego com voz estrangulada. “Se eles nos deixam comer, então comemos. Se dizem para não comermos, de onde vamos tirar comida?”.³⁶

Ao escolher como título dessa seção a fala *nós estamos como um escravo pra eles*, o fiz porque o termo escravo apareceu muitas vezes e dito por diferentes pessoas durante as entrevistas e conversas informais. Tanto agricultores que plantam dendê, como agricultores que não plantam fazem essa analogia.

Os agricultores que optaram em não plantar dendê, em geral não tem uma percepção positiva da implantação do dendê, pensam que o dendê dá, mas não para o pequeno agricultor, como afirmou um agricultor de Concórdia do Pará, que optou em não plantar dendê, “Eles não tem vantagem nenhuma, são considerados escravo, escravos do dendê”.

Ao justificar sua fala, o agricultor em questão pondera que “o trabalho no dendê é muito pesado, não que a roça não seja, mas na roça o caboco pode fazer seu horário, no dendê não, porque tem que ser tudo de acordo como a fábrica quer”.

Quem é escravo não é livre, não é dono de si mesmo e não decide sobre si mesmo, mas também é propriedade de alguém, esse alguém lhe toma o trabalho sem remunerar e decide sobre sua vida. O escravo não tem liberdade de ser, não tem liberdade de escolher, não tem liberdade de ter.

³⁶ Trecho extraído do livro *As Alegrias da Maternidade* (p. 164) de Buchi Emecheta, publicado pela primeira vez no Brasil em 2017 pelo clube de leituras Tag.

Outro agricultor que não quis plantar dendê também avaliou sob esse prisma, mas na fala dele “o cara vira escravo de si mesmo”. Essa noção de escravo de si mesmo ele avalia porque a pessoa pode desistir de continuar cuidando do dendê, mas ele já assumiu vários compromissos. Então é muito mais a consciência dele e a moral dele que o prende ao negócio do dendê. Isto me remeteu a um agricultor do Aruaí que relatou-me que logo no início do plantio ele pensou em desistir, porque era um trabalho muito árduo, mas pensou na dívida contraída junto ao banco e no exemplo que daria para os filhos, então persistiu.

No universo camponês interpretei essa analogia ao escravo à falta de liberdade na produção, nas decisões sobre o plantio sobre as colheitas, à imposição de metas, prazos e técnicas. Nos contratos, tanto da Biopalma quanto da empresa Belém Bioenergia, o controle sobre a gestão do trabalho fica a cargo das empresas, os agricultores que forçosamente tem que se adequar às demandas da empresa, o que é totalmente novo para eles que costumam ter um grau de liberdade na organização e na gestão do trabalho familiar.

Ainda assim, acessando o universo simbólico do campesinato, após dezenas de entrevistas trazerem referência a escravo, eu perguntei abertamente, “e o que é ser escravo?”, queria ter certeza de que não perdi algo, e um dos agricultores aos quais fiz a pergunta mais enfática (coisa que nem gosto porque algumas vezes pode parecer que estou questionando suas falas), respondeu-me:

A gente trabalha, passa a semana aí, pagando gente, e eles não vem buscar. Se a caixa não chegasse hoje como é que a gente ia cortar? Se a caixa vem amanhã ou quarta-feira como é que a gente vai carregar? É por isso que eu digo/ é uma maneira de falar, porque só eles querem ser o certo. Tem que ser do jeito deles e o certo é eles. Nós não podemos dar opinião, não podemos dizer assim. É do jeito deles. Produto de qualidade, data certa para vir buscar, mas às vezes não vem, mas não pode reclamar que eles tão sempre certos. (agricultora de Concórdia do Pará).

Conforme visto anteriormente, o PNPB é tido como um programa de desenvolvimento sustentável por supostamente conjugar viabilidade econômica, proteção ambiental e inclusão social. A inclusão social do programa se daria via contratos a serem elaborados entre as empresas produtoras de biodiesel e agricultores familiares.

Vê-se deste modo, que a inclusão social a que se refere o programa, trata-se de inclusão produtiva que quer superar a exclusão social vista como falta de renda e de participação no mercado, ou seja, essa inclusão social do PNPB quer tornar o cidadão um homem útil para o mercado de *commodities*, tipo de economia e produção reconhecida como válida pelo pensamento único.

Para Charles Eaton e Andrew Shepherd (2002), na era atual, frente à liberalização e a globalização agricultores em pequena escala tem dificuldades de participar plenamente da economia e a agricultura por contrato seria uma alternativa viável tanto para as empresas quanto para os camponeses, pois esta permitiria a ambos ter acesso a “insumos confiables y convenientes en cuanto a costos, tales como servicios de extensión, servicios de mecanización, semillas, fertilizantes, crédito, como de mercados rentables y garantizados para su producción” (p. 1).

Eaton e Shepherd (2002) afirmam que a agricultura por contrato é vantajosa tanto para os camponeses quanto para os empresários, ponderam, contudo, que se o sistema não for adequadamente gerido pode trazer complicações para ambos, e também não deixam de reconhecer que na agricultura por contrato há uma relação extremamente desigual, na qual de um lado tem pequenos agricultores e do outro, grandes corporações que por meio de seus profissionais utilizam uma linguagem incomum aos agricultores que na era da racionalização e do discurso competente, os camponeses findam tendo poucas chances e oportunidades de negociação.

É no mínimo contraditório dizer que há vantagens para ambos, mesmo dentro de uma relação de poder extremamente assimétrica. Depreende-se que Eaton e Shepherd (2002) querem no contexto da Organização das Nações Unidas fazer a defesa da expansão capitalista via contratos com camponeses e ao fazerem isto forçam uma narrativa, que não encontra coerência, haja vista que ao estabelecerem um contrato sob condições extremamente desiguais as corporações submetem e subjagam toda a produção aos seus ditames, ampliando a extração de mais-valia dos setores camponeses para a reprodução do capital, a exemplo do que identifiquei na Amazônia paraense.

Sérgio Schneider (2010) entende que os agricultores integrados passam a fazer parte de um ambiente sociotécnico diferente do seu, o qual tem uma gramática

própria, que no plano da realização do trabalho opera a separação entre o trabalho manual e o trabalho mental. (Ploeg, 2006).

Sendo assim, o processo de expropriação da força de trabalho começa já na concepção do trabalho que não é mais pensada ou gerida pela família, mas tem protocolos impostos pela empresa, que tanto tem haver com o que a pesquisa agropecuária recomenda para a cultura do dendê, quanto com protocolos internos da empresa.

Além da parte pensada, dessa autonomia de conceber o trabalho, os agricultores também passam pela expropriação do resultado do seu trabalho, pois para atingir as metas e a excelência que a empresa exige, e ainda cumprir o calendário imposto pela empresa, muitas famílias exploram o sobretrabalho que posteriormente é apropriado pela empresa na forma de mais-valia.

Com o plantio do dendê a empresa demanda que as práticas de manejo, adubação e colheita sejam realizadas dentro de um cronograma estritamente rígido e que segue a organização da empresa e o calendário da indústria. Isto porque essa relação se dá dentro de uma lógica empresarial, e a empresa capitalista como dominante tanto no cenário geral, quanto na relação, é quem estabelece as regras.

Rui Gomes Júnior e Victor Rafael Barra (2010) corroboram com esse modo de agir das empresas e são enfáticos em dizer que ao se integrar ao agronegócio do dendê a agricultura familiar deverá trabalhar sob mecanismos empresariais, e uma vez envolvidos na cadeia empresarial devem adotar procedimentos empresariais.

Os autores são contundentes ao descrever quais os procedimentos que a agricultura familiar deverá adotar e de acordo com eles, isto serve para garantir o êxito na produção do dendê:

- Planejamento em nível operacional das atividades da propriedade – os produtores deverão saber quais atividades deverão ser executadas em cada período do ano e a demanda de equipamentos e mão de obra para cada atividade e em cada período.
- Adotar procedimentos como cumprir prazos e atingir metas – o atraso na execução de atividades acarretará em prejuízos ao agricultor, a outros agricultores vizinhos e a agroindústria. O atraso da execução das atividades de manejo da cultura como coroamento, rebaixo e adubação resultarão em plantações com baixo desempenho. O atraso na colheita afetará a qualidade do produto e a

logística de transporte da safra, prejudicando outros produtores envolvidos no fechamento da carga e a agroindústria pela queda na qualidade de óleo.

- Adotar tecnologias adequadas – o agricultor deverá estar acessível e executar tecnologias conforme treinamento disponibilizado pela agroindústria agregada, agências de ATER ou empresas de pesquisa. A adoção de tecnologias não validadas é um grande risco para o produtor. (Idem, p. 9).

Como se vê no trecho acima, o item um é rigorosamente relacionado à racionalização da família, vendo-a como uma empresa de fato. Não teria nenhum problema em pensar que a agricultura familiar poderia fazer o controle da sua produção, não fosse o fato de que ao impor o modelo empresarial se desconsiderasse por completo as peculiaridades e racionalidade camponesa e com isto vem as implicações ligadas a todo um processo de estigmatização, invisibilização e inviabilização com foco em políticas que não atendem de fato ao desenvolvimento rural, por desconsiderar os sujeitos do campo e seus modos de vida.

O item *adotar tecnologias adequadas* traz complicações adicionais, pois insere um juízo de valor ao adjetivar as tecnologias com um qualificativo subjetivo. O que são tecnologias adequadas? adequadas para as peculiaridades da família? Adequadas para as peculiaridades da planta? Do terreno? Ao continuar a leitura do tópico fica claro que *tecnologias adequadas* refere-se ao que a assistência técnica e as agências de pesquisa traçaram como padrão a ser seguido para a cultura em questão, no caso o dendê. Isto retoma a questão dos pacotes tecnológicos, criticados pelo movimento agroecologista, e ufanamente dito como modelo a ser superado pelas novas posturas a serem adotadas no contexto da Pnater, contexto do qual faz parte o PNPB.

O segundo item é o que mais interessa para este momento e sobre o qual dialogarei a seguir. Neste item os autores dizem que os agricultores devem ADOTAR PROCEDIMENTOS, cumprir prazos e atingir metas, estas metas dependem de cumprir o cronograma de tratamentos culturais e de colheitas, caso isto não ocorra os agricultores terão prejuízos, bem como as empresas também.

No tópico anterior discuti como os diferentes modos de apropriação das terras, seja por compra, arrendamento ou mesmo via contratos estabelecidos com agricultores familiares é mais um dos modos de reprodução ampliada do capital,

conforme Rosa Luxemburgo (1985), e os quais Marx (1985) estudou como elementos e práticas existentes na pré-história do sistema capitalista.

Pois bem, o acesso a terra e a conversão desta em mercadoria, bem como a expropriação da base fundiária é o primeiro passo para criar um mercado de mão de obra. Tirar de produtores individuais e autônomos as suas capacidades de produção, para que estes possam servir de mão de obra barata para a produção capitalista.

No caso dos contratos com agricultores familiares as empresas conjugam uma dupla expropriação, primeiro acessam estoques de terras camponesas e exploram os resultados do trabalho camponês. A exploração do trabalho é muito mais sentida pelo camponês do que a exploração da terra, isto porque a terra, ainda que ocupada pelo dendê, permanece no seu patrimônio, já o trabalho não.

Acerca dessa subordinação, Rafael Sousa (2018), concebe que “ao passo que as famílias camponesas começam a produzir o dendê em suas propriedades, constitui-se automaticamente uma “territorialidade do agronegócio em território do campesinato”” (p. 139), entendendo, porém, que a terra permanece no patrimônio da família camponesa e que apenas a produção final está sujeita aos capitalistas.

Como demonstram os dados etnográficos, não é apenas o produto final que está sujeito aos capitalistas, desde que o agricultor entra na relação contratual ele começa a passar excedentes de sua produção, seu sobretrabalho para o capitalismo, que vai aplica-lo em outros setores. Dito de outro modo, não é apenas a mercadoria dendê que entra em circulação, a renda extraída da terra, e a reprodução da força de trabalho feita pela própria família, são excedentes apropriados pela economia capitalista.

Isto pode ser depreendido dos estudos de Delma Peçanha Neves (1981) ao estudar a produção de cana por lavradores e pequenos produtores averigua que em situação de integração os agricultores “sob o domínio do capital industrial e financeiro, esses produtores vão se submetem a processos de extração de sobretrabalho e de subordinação técnica e financeira até então desconhecidos”. (p. 175).

Ainda que Marx tenha se dedicado a compreender e explicar a economia capitalista, não se debruçando sobre outras formações econômicas, conceitos como mais-valia e alienação podem ser úteis para pensarmos o processo de expropriação pelo qual passam os camponeses ao produzirem mercadorias diretamente para ser exploradas pelas empresas capitalistas.

Ora, o dendê, não possui para os camponeses da Amazônia paraense *valor de uso*, ele possui apenas *valor de troca*, é a matéria-prima para uma infinidade de produtos. Diferente de Sousa (2018), não concebo que apenas o produto final é sujeito ao capital, essa mercadoria é trabalho materializado e como trabalho materializado ela esconde a exploração da força de trabalho e ainda passam por um processo de alienação, pois o resultado do seu trabalho lhes é estranho.

Na concepção de Jacob Gorender (1996), “o trabalho alienado constitui, em verdade, um processo de expropriação”, e como tal constitui o processo de exploração e de empobrecimento da classe trabalhadora, da qual o camponês se diferencia por deter os meios de produção, não detém, contudo, as técnicas e nem a concepção do trabalho a ser realizado.

Os agricultores que cumpriram todos os protocolos estabelecidos, seja em relação aos tratamentos culturais, seja em relação à adubação, seja em relação ao cronograma de colheitas passaram a ter uma produção maior. Porém, quando foi na safra de 2018 a empresa Biopalma falhou no recebimento e pagamentos da produção dos agricultores familiares.

Em campo os agricultores relataram o desespero e tristeza que foi ver a produção deles sendo perdida, era o esforço de todo o seu trabalho e os investimentos que fizeram, literalmente, decompondo-se diante de seus olhos. “Se com fome, cansando ou doente eu cumpri o meu compromisso”, é a fala de agricultor familiar ao responder as hostilidades dos técnicos da empresa Biopalma diante da reclamação de seu grupo e do prenúncio em não mais fornecer dendê para empresa.

Ao agricultor dizer que “Se com fome, cansando ou doente eu cumpri o meu compromisso”, ele está dizendo categoricamente que independente das adversidades que enfrentou, das dificuldades que passou ou do *cinto que teve que*

apertar, ele cumpriu o cronograma estabelecido pela empresa, mas na hora de ela comprar a produção, ela falhou e deixou para os agricultores prejuízos de uma safra inteira que se estenderão por outras safras, porque compromissos financeiros assumidos não puderam ser cumpridos e o pior, foi o suor do seu rosto, da sua família, foi seu tempo e seu trabalho que foram desperdiçados.

Nos municípios de Acará, Concórdia e São Domingos do Capim, é geral a reclamação de que na safra de 2018 a empresa deixou de pegar boa parte da safra. Esse agricultor em questão diz que uns quarenta por cento de tudo que ele produziu não foi recebido pela empresa. Para entender esse prejuízo é preciso primeiro compreender como se dá essa relação de entrega de frutos.

No período de carência do financiamento a empresa Biopalma ia buscar os frutos na casa dos agricultores, de plantio em plantio. E de acordo com ela esse frete não era cobrado, era uma contrapartida da empresa (SOUSA, 2015). A partir do final do financiamento, que coincide com o início da produção econômica, os agricultores passariam a pagar o frete, este custa R\$ 30,00 (trinta reais) por tonelada.

Desde que iniciaram as colheitas o cronograma da empresa era de cortes quinzenais. Quando fiz a pesquisa de campo para o a dissertação de mestrado nos anos de 2013 e 2014 este calendário era sistematicamente cumprido pelos agricultores e pela empresa.

Porém, quando foi no ano de 2018 com a maioria dos agricultores produzindo e chegando a cortar 15-20 toneladas por quinzena, a hora de ter os *louros* do árduo trabalho dos anos anteriores, a empresa simplesmente começou a falhar na coleta dos frutos. O calendário do corte é feito pela empresa, não importa se o agricultor teve algum problema, se tem muitos frutos maduros, ou se naquela semana ele tem algum inconveniente, o técnico da empresa liga ou manda mensagem confirmando o corte ou suspendendo o mesmo.

E na safra de 2018 o que os agricultores mais reclamam é de que na semana marcada para corte o técnico responsável ligava e dizia que teve um problema e que não era para cortar. E assim na outra semana, e assim numa próxima, e com isto os cachos iam ficando velhos nas plantas e aquela carga era perdida.

Agora vai ter que começar tudo de novo, porque quando você perde na planta a produção o que acontece? deixa eu ver se eu tenho uma planta aqui [e sai procurando uma planta com cachos velhos para me mostrar] porque ficava esperando a ordem de lá, corta ou não corta? O cara dizia não. Quando eles iam mandar cortar você já tava com a planta...[o agricultor encontra uma planta carregada de cachos velhos e me mostra] tudo isso aqui foi cacho perdido esperando a ordem da Biopalma/ esperando para cortar o cacho. (S.S, agricultor de São Domingos do Capim).

Houve vezes, relataram os agricultores, que acontecia de o técnico responsável ligar autorizando o corte, assim eles faziam, mas aí o caminhão não chegava para buscar a produção e o dendê apodrecia dentro das caixas, gerando transtornos adicionais, que era o chorume provocado pelo apodrecimento dos frutos escorrendo, contaminando o meio ambiente e gerando um fedor ou, como eles dizem, uma catíngua insuportável.

Aqui eu perdi mais de 45 toneladas de dendê, fora os outros que botava dentro da caixa e apodrecia. Ah, mas nós paga [se referindo a falas dos técnicos da empresa]. Eu dizia, eu tô vendendo um produto fresco e quero receber por ele fresquinho na fábrica. Agora, se tu passar quinze dias pra pesar meu produto, como vai dar o preço desse aí? É 60% de quebra. (S.S, agricultor de São domingos do Capim).

Em relação à safra de 2018 os agricultores reclamam que além de atrasar o calendário de coleta de frutos, desautorizando o corte, às vezes quando a Biopalma autorizava o corte, mas demorava em buscar os frutos, e outras vezes o dendê ficava muitos dias na fila à espera de ser pesado e com isto o dendê perdia peso e qualidade, deste modo, o agricultor nem recebia pelo valor da produção que produziu, e ainda perdia na qualidade do fruto, que tem valor menor que o valor do Cacho de Frutos Frescos (CFF).

A primeira caixa que mandamos pra Dentauá foi novecentos e poucos cachos, deu dezenove, quase vinte toneladas. E essa aí passou uns dez cachos a mais, então ele botou a base, mãe, vai dar umas vinte toneladas. Foi a caixa pra lá. Diz quanto deu? [e a agricultora respondeu] dezesseis mil, setecentos e oitenta quilos. Aí eu fui e perguntei pra ele, porque que tinha dado só esse tanto, aí ele respondeu que não sei porque/aí nós descobrimos, passou treze dias para pesar a nossa caixa. Aí tu acha que vai dar? (M.G, agricultora de Concórdia do Pará).

As falas acima transcritas trazem outro problema que os agricultores vem reclamando dessa relação com a empresa, que é o tempo que o dendê leva para ser

pesado, o fruto perde em peso e em qualidade, e o agricultor recebe dupla punição, o peso da menor do que se os cachos estivessem frescos, e são punidos não acessando bônus na empresa ou recebendo descontos no valor da tonelada porque o fruto não estava com boa qualidade.

Este não é um caso isolado e faz parte do repertório de outras empresas, Vieira (2015) também identificou atraso na coleta dos frutos por parte da empresa Agropalma e com isto perda de peso dos cachos e também descontos aplicados aos agricultores por supostamente não apresentarem um produto com boa qualidade. No caso da Agropalma, há um complicador, o contrato prevê que se o agricultor reiteradas vezes entregar fruto abaixo da qualidade, o contrato com a empresa será rescindindo.

Ao fazerem o *check list* das obrigações dos agricultores familiares, Rui Gomes Júnior e Rafael Barra (2010) não ponderam que as empresas também podem falhar, nos termos que eles colocam as empresas parecem indefectíveis. E nos contratos, feitos pelas empresas e apenas assinados pelos agricultores - sem assistência de nenhuma entidade de classe – não há nenhum tipo de sanção à empresa caso ela causasse algum prejuízo aos agricultores.

Nos contratos versa que os agricultores têm a obrigação de produzir de acordo com a qualidade e padrão exigido pelas empresas, e estas por sua vez tem a obrigação de prestar assistência técnica e adquirir a matéria-prima a preço de mercado, tendo como unidade de peso a tonelada, mas as empresas não pesam o produto de cada agricultor separadamente, por uma caixa em geral conter a produção de mais de uma famílias, as empresas adotam como medida o peso médio.

Como funciona o peso médio? De tempos em tempos a empresa faz o cálculo do peso médio. O agricultor corta determinada quantidade de cachos, conta, pesa e tira-se o peso médio. Ao entregar o dendê no ponto de apoio o agricultor informa quantos cachos está entregando. Esse procedimento do peso médio é porque em algumas partidas, uma caixa contém produção de mais de um agricultor, para saber o peso a ser pago ao agricultor, conta-se os cachos e multiplica pelo peso médio, o resultado equivale à produção entregue.

O peso médio é uma das maiores reclamações dos agricultores que se sentem muito lesados, pois ficam o tempo todo com a sensação de que não estão recebendo pelo que de fato produziram, e como eles falam, na medida em que a planta fica mais velha, os cachos ficam maiores, mas eles recebem pelo peso médio até que ocorra uma nova pesagem da empresa para estabelecer o novo peso médio.

(...) eu acho que a gente tem perda nessa entrega de dendê, esse negócio de peso médio, a gente perde muito. Sempre a gente botava uma quantidade de cachos, dava uma quantidade boa de peso, normal, a gente concorda, mas quando paga por peso médio, aí tem uma queda desgraçada. Aí depois disso, outra desvantagem, que é quando tá dando muito, eu oriento pra cortar hoje que pega amanhã, às vezes passa três-quatro dias secando, aí tu já vai perder também que quebra que só. Além de já perder no peso, porque esse peso rouba/esse peso médio, aí fica dois-três dias no sol, aí nós leva prejuízo aí. (J.C, Agricultor de Concórdia do Pará).

Sobre o peso médio questionei um técnico da empresa BBB, que me assegurou que no final das contas fica uma coisa pela outra, pois “tem carrada que o agricultor tem muitos cachos grandes e tem carrada que o agricultor tem muitos cachos pequenos, e ele recebe a média do mesmo jeito”, porém, o técnico concorda que o ideal seria o agricultor receber pelo que realmente produziu, pois entende que com o peso médio quem produz bem é prejudicado, e quem não tem boa produção vem sendo beneficiado.

Os agricultores por sua vez tem outra percepção, não acreditam que em nenhum momento o peso médio os beneficia: “Quando é pelo peso médio nem pesa, pelo número de cachos já diz que é tantos quilos” diz um agricultor com contrato com a Biopalma, “nesse tal de peso médio o agricultor perde é feio pra empresa”, diz outro agricultor, com contrato com a BBB. No caso da empresa Agropalma, os agricultores contrataram um fiscal para acompanhar a pesagem dos frutos, pois vinham desconfiando do peso informado pela empresa. (VIEIRA, 2015).

Esse sistema é bem diferente daquele adotado pela empresa Biopalma e que identifiquei em 2014 quando fiz a pesquisa de campo, no qual o fruto era pesado no campo e o agricultor já ficava com uma ficha na qual constava quantas toneladas ele estava entregando. Também era usual antes da pesagem a empresa entregar para

os agricultores um comunicado informando naquele mês qual o seria o valor a ser pago por tonelada de CFF.

Figura 26. Pesagem dos frutos em campo



Foto: Da autora, 2014.

Figura 27. Pesagem dos frutos em 2014



Foto: Da autora, 2014.

A pesagem no campo passava a segurança de que os agricultores estavam recebendo de fato pelo que produziram, a partir do peso médio eles tem a sensação de estarem constantemente sendo enganados.

Quando é na rede, vem pesa logo, eles podem até jogar no mato, e nós não temos nada a ver, já tá feita a nota, entrega na hora, é uma coisa especial, mas quando é nesse peso médio, aí corta, bota hoje dentro da caixa, às vezes passa dois-três dias lá secando e aí eles levam. Quando eles levam a gente não sabe se vão pesar ou passar mais dois-três dias lá, aí quando vem o peso.../já deu muita confusão, tem gente que não quer assinar nota, não quer assinar porque às vezes leva a caixa cheia de mais 15, 16, 18 mil quilos, às

vezes vem com 12 mil quilos, 13 mil quilos, a pessoa...a gente não acompanha o peso. (J.C, agricultor de Concórdia do Pará).

A experiência com o peso em campo, pelas quantidades que eles costumavam entregar também os auxilia a fazer uma média do que vai dar em peso, mas costumam ter desagradáveis e desestimulantes surpresas, como o agricultor relata, quando é pesado no campo, o agricultor já sabe quanto deu sua produção, mas quando a empresa leva para ainda ser pesado na entrega e contabilizando pelo peso médio é costumeiro o peso dar menos do que os agricultores haviam calculado. Ainda que alguns reclamem e se negam a assinar a nota, acabam tendo que assinar senão não recebem nem por aquele pouco.

Já teve vez da gente mandar uma caixa que pela base que a gente tem do peso de outras caixas anteriores, a gente pensa, essa daí vai dar quatorze-quinze toneladas, quando vem com onze-doze. Teve um ano que do André aí garfaram dele sete toneladas de uma quinzena. Ele foi pra cima, tinha foto, tinha tudo da caixa aí eles disseram que não, não, nós vamos repor, mas nunca. (R.C, agricultor de Concórdia do Pará).

Com as novas tecnologias e acesso a *smarthphones* os agricultores fotografam sua produção e guardam como prova para em caso de necessidade se contrapor ao peso informado e pago pelas empresas, comparam uma caixa com a outra e o peso que deu, assim quando há uma diferença de peso muito grande, como foi a do caso relatado anteriormente, a empresa às vezes corrige.

No caso da fala anterior não houve reposição, mas encontrei casos no campo que o peso foi corrigido, abaixo do que o agricultor reclamou, mas houve um incremento de duas toneladas no peso informado inicialmente. Isto evidencia que a empresa não está mantendo um controle adequado da produção que é entregue, ou os agricultores estão sendo sim dolosamente enganados, conforme eles mesmos percebem que são.

Percebi nas últimas pesquisas de campo que entre o tratamento dispensado pelas empresa BBB e Biopalma está havendo mudanças, enquanto a Biopalma “era a menos pior”, a ADM e a BBB tinham um repertório de exploração muito mais amplo. A ADM, por exemplo, é a empresa que pagava o menor preço na tonelada, apenas R\$ 180,00, conforme relatam os agricultores de São Domingos do Capim; já

a empresa BBB mantém os fretes no patamar de R\$ 50,00 a tonelada, quase o dobro do preço pago pelos agricultores com contrato com a Biopalma.

Porém, os últimos acontecimentos, a diminuição na frequência da assistência técnica, o peso médio, a alta no preço do adubo fornecido e a safra perdida dos agricultores gerou uma insatisfação geral, “antes era bom”, disse-me uma agricultora de Concórdia do Pará; “de primeiro a Biopalma servia, agora pra mim a Biopalma não vale o que o gato enterra”, disse-me outro agricultor de São Domingos; “quando a Biopalma começou aqui era de um jeito, agora é de outro”.

Essas falas retratam as mudanças que a empresa foi fazendo ao longo do tempo. Quando fiz minha pesquisa de mestrado, no final dela começaram as mudanças, a primeira e mais sentida foi a extinção dos Grupos de Trabalho, a qual os agricultores resistiram, a empresa então os manteve precariamente, até que deixou de fazer falta e pode então deixar de existir sem maiores alardes.

O diálogo foi uma das primeiras grandes mudanças na relação com os agricultores familiares, os GT constituíam o espaço privilegiado da interlocução, espaço e momento no qual os agricultores estavam juntos e podiam ter mais força nas negociações com a empresa. Além do que a equipe que trabalhava nos GT tinha formação multidisciplinar e isto ajudava a compor uma abordagem diferenciada com os agricultores familiares.

Além da pesagem dos frutos ocorrer em campo, os agricultores também recebiam o informativo do valor da tonelada do fruto, detalhamento do cálculo para se chegar ao valor da tonelada e série histórica do preço da tonelada de óleo bruto na bolsa da Malásia.

Figura 28 Frente do informativo circulado para os agricultores familiares informando o preço da tonelada naquele mês.

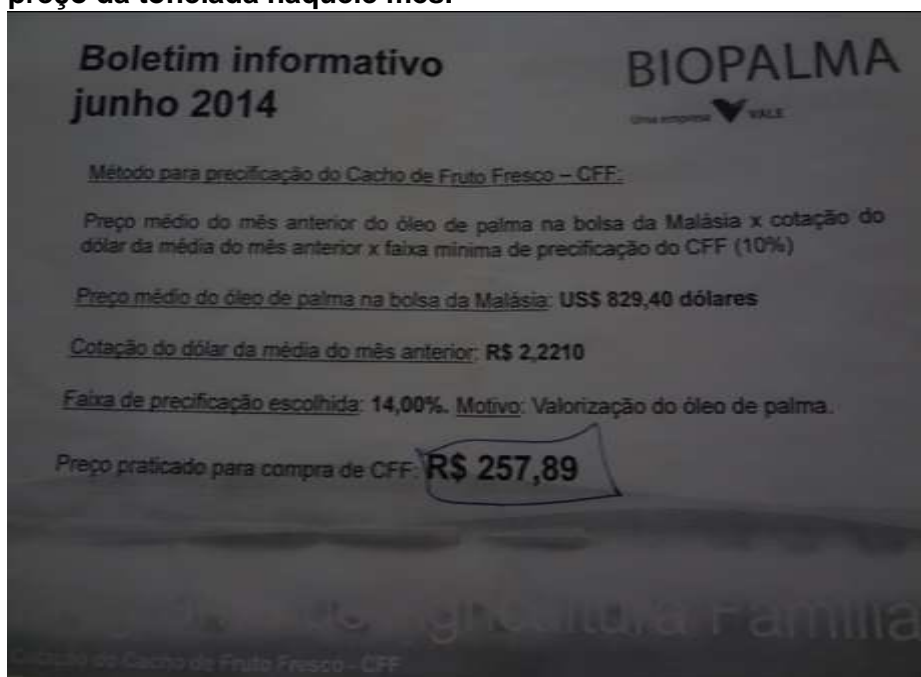


Foto: da autora, 2014.

Figura 29 Verso do informativo sobre o preço da tonelada do dendê

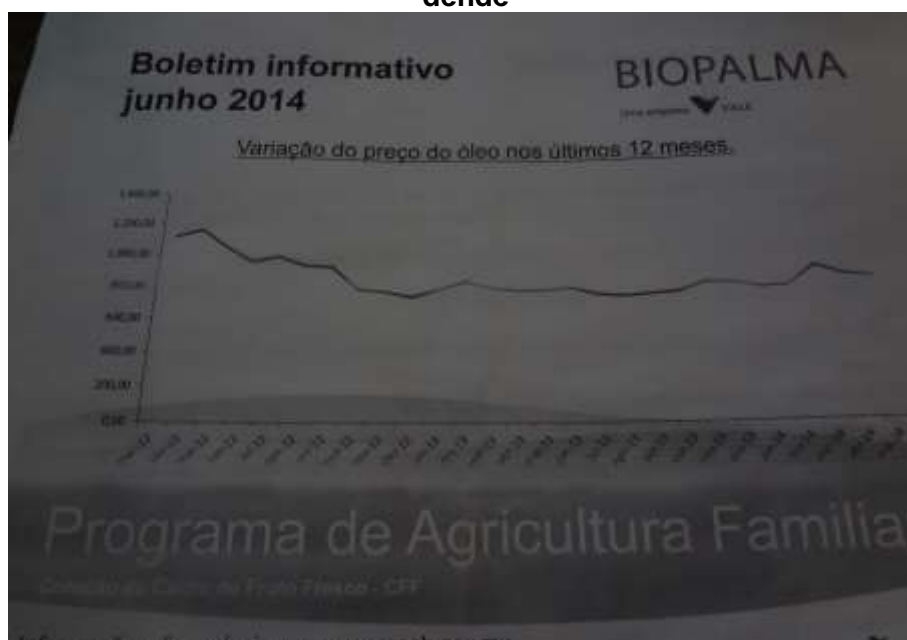


Foto: da autora, 2014.

A Figura 28 e a Figura 29, são frente e verso de informativo que circulava pela empresa junto aos agricultores mensalmente e tinha como objetivo informar o valor a ser pago pela tonelada naquele mês. Acrescente a esta informação o fato de que os agricultores também já na pesagem dos frutos recebiam o recibo, informando a quantidade entregue, com isto o sistema de venda de frutos parecia transparente,

ainda que toda a informação fosse detida pela empresa e os agricultores dispusessem de poucos meios de verificá-la, porém, na atualidade nem isto vem ocorrendo.

Os agricultores entregam para a Biopalma os frutos, não sabem quanto pesa, o valor da tonelada tem se mantido quase que fixo, varia de R\$249,000 a R\$ 250,00, e a empresa não entrega mais a nota para o produtor como ocorria antigamente. Nesta nota tinha o detalhamento da quantidade de frutos entregue, o valor pago e o que foi descontado, permitindo ao agricultor acompanhar a produção e venda do dendê, “hoje, nem isso mais eles entregam, se o agricultor quiser saber ele tem que ir lá no 51³⁷, por mim aquilo lá cai que eu não boto os meus pés lá”.

A fala do agricultor expressa a revolta que eles vem sentido em relação à Biopalma, muito por causa dessa relação que no início do contrato tinha promessas de que seria proveitosa, de que seria boa, e no decorrer dos anos a empresa foi mudando os rumos da política que adotava para a agricultura familiar.

Com a BBB em Tomé-Açu vem ocorrendo um processo inverso, enquanto em anos anteriores os agricultores estavam muito insatisfeitos por causa da assistência técnica, por causa do atraso para pegar os frutos, por causa dos muitos frutos que ficavam abandonados nos estabelecimentos, levou dezenove das trinta e uma famílias a abandonarem os plantios.

(...) o pessoal da empresa chegava e a maioria do dendê ficava aí. Dendê bom eles diziam que não prestava, que tava verde. Cachos como esse aí que essa menina leva, eles deixavam aí, aí nos fomos esmorecendo. Meu filho se metia lá no dendê, varava a noite, pra eles fazerem uma coisa dessa. Outra coisa, no começo a gente tinha assistência técnica, depois ninguém mais aparecia. Só vinha aí disque pra pegar os frutos, e era esse estrago, aquilo ali, ali, ali, era tudo cacho que ficava. Aí á gente viu que era melhor abandonar, só era esforço e não via resultado de nada. Aí já esse ano, apareceu essa moça aí, conversou com a gente, incentivando a gente, que agora ia, aí como nós tamo vendo que parece sério, nós estamos voltando aos poucos, mas já tamo com o dendê muito prejudicado porque ficou abandonado no mato, aí não dá dando quase nada. (R.P, agricultor familiar, Tomé-Açu).

³⁷ Referência ao polo da Biopalma que fica no km 51 da PA 140, município de Concórdia do Pará.

Os agricultores de Tomé-Açu que abandonaram os dendezaís estão produzindo muito pouco, alguns não chegam nem a uma tonelada por mês, ainda assim, dos dezenove que abandonaram doze já retomaram parcialmente incentivados pela nova profissional de assistência técnica.

Ela expôs que no início foi muito difícil porque “os agricultores não queriam nem ouvir falar na BBB, eu penei muito; até que eu fui amansando o pessoal e agora a maioria já voltou a cuidar do dendê, se tem um agricultor que dá cinquenta quilos eu vou lá buscar, porque já é um dinheirinho que ele vê e isso vai animando”. (empregada BBB, entrevista concedida em julho de 2018).

Figura 30 Técnica da empresa carregando os frutos do agricultor



Foto: Da autora, 2018.

Figura 31 Camponês com seus netos



Foto: Da autora, 2018.

Figura 32 Transporte de frutos feito pela técnica da empresa BBB



Foto: Da autora, 2018.

Afora as dificuldades com a produção do dendê, seja por limitações financeiras, seja por limitações na força de trabalho, seja por causa de questões técnicas, as trajetórias individuais e as vicissitudes da vida agravam o quadro de negativo, que se configura em agravar as condições de vida das famílias.

A família, parcialmente registrada na Figura 31 é composta pelo senhor³⁸ nela registrado, três netos, a nora. Ele afirma que plantou pensando em garantir um futuro para os netos e quem ajudava a cuidar do dendê era o filho dele, pai das crianças em seu colo, que fora assassinado três meses antes da minha estada em campo. Após a morte de seu filho ele passou a ser responsável pelo sustento dos três netos órfãos da esposa dele que ficou grávida de apenas dois meses.

Mesmo com todo o incentivo que diz receber da assistência técnica, não tem forças para cuidar do dendê, então quando é necessário fazer algum trato cultural ele paga alguém com o dinheiro da sua aposentadoria rural, que não sendo muita, não permite que ele pague o suficiente para um trabalho completo. Quando precisa fazer o corte de cacho ele mesmo faz, mas não garante cortar muito, e assim parte de sua produção se perde no pé.

³⁸ Ele é viúvo, habitava com um filho, a nora e três netos.

Atualmente além da renda da aposentadoria, a família cultiva pimenta-do-reino, mandioca, tem um pomar diversificado e cria galinha. Ainda assim, encontram-se em situação de vulnerabilidade porque a força de trabalho está comprometida, com um idoso, uma mulher grávida, três crianças e que logo nasceria. Esporadicamente conta com a ajuda de filhos que moram na cidade e desenvolvem outras atividades fora do ramo da agricultura.

Outra família que também acompanhei tem um perfil semelhante, no que se refere à disponibilidade de força de trabalho. No estabelecimento mora dois idosos, e próximo deles o filho mais velho que trabalha junto com o pai no manejo do dendê. O senhor Raimundo informou que para cuidar do dendê já fez empréstimos e também vendeu a produção do cacau “para adiantar um serviço, porque o dendê ainda não se paga”.

Essa família está entre as doze que haviam deixado de cuidar do dendê e retomaram as atividades recentemente. Enquanto não cuidavam do dendê puderam voltar a se dedicar ao que a família cultiva. Com uma área de sítio diversificada também contam com produção de açaí, cacau, mandioca e criação de pequenos animais.

A produção retratada na Figura 32 pertence a dois plantios, a produção do dendê está bem abaixo da projetada, mas isto se deve ao fato de que os dois plantios pegaram fogo em 2015, então eles ficaram muito tristes e desmotivados e pararam de cuidar.

Como complicador tem o fato de na área haver muitas cobras peçonhentas, chegando já a ter matado seis equinos, vários suínos, galinhas e essas serpentes costumam “gostar” muito do dendezal, além do “desgosto do fogo, ainda tinham as cobras, daí a gente passou um tempo sem ir lá. Chegou o tempo de pagar o banco e agente não tem da onde tirar”.

Os dois projetos pertencem a pai e filho que embora morando em casas distintas mantém parte de sua produção feita conjuntamente. Essas famílias apresentam uma produção diversificada, plantam feijão, mandioca, milho, pimenta-do-reino, abóbora, quiabo, maxixe e afirmam não plantar mais porque não tem mais

área para pousio e sem pousio a mandioca não produz, porque de acordo com eles, ela precisa de terra descansada.

Vê-se que nesse caso em que há força de trabalho disponível, já que as duas famílias contam com quatro adultos trabalhando nas lavouras, a produção de alimentos está limitada pela disponibilidade de terras, isto devido ao dendê em geral, ocupar quase a totalidade da área que pode ser legalmente utilizada pelas famílias.

Isto corrobora com a pesquisa de Edfranklin Silva (2016), que ao estudar os tipos de sistemas produtivos nos quais há o dendê, constatou que em condições de disponibilidade de força de trabalho, quanto mais área disponível maior a diversificação da produção.

Enquanto em Tomé-Açu, os agricultores com contratos com a BBB passam por uma reorganização tanto da produção quanto da relação com a empresa, os agricultores com contrato com a Biopalma também passam por uma reorganização, mas no sentido de rescisão do contrato por falta de cumprimento da Biopalma na compra dos frutos.

Eles se organizaram, fizeram fotografias, filmagens e mandaram para a empresa Biopalma registrando suas perdas. Após isto, procuraram a empresa Dentauá e passaram a entregar dendê para ela. De acordo com eles, a empresa tê-los recebido foi o que os salvou e evitou que eles perdessem toda a safra, “se a gente não tivesse a Dentauá, tivesse só na mão deles, a gente tava ferrado”, afirmou uma agricultora.

Quando a empresa Biopalma soube que os agricultores estavam fornecendo para outra empresa seus empregados passaram a percorrer as casas dos agricultores para tentar demovê-los da ideia e também fazendo ameaças veladas de que a empresa poderia processá-los por quebra de contrato. A fala anterior que eu trouxe foi o argumento que um dos agricultores utilizou, ressaltando que ele cumpriu a parte dele, a empresa que não cumpriu com a dela.

Uma agricultora de Concórdia, que prefiro não identificá-la, devido ao conflito atual, narrou que um técnico da Biopalma esteve em sua porta utilizando vocabulário reles e comparando a empresa Dentauá a uma amante, amante esta que eles não

queriam. Diante dos insultos a que ela e sua família foram expostas, ela afirma que decidiu não mais vender para a empresa Biopalma, que além de atrasar na busca dos frutos, ainda demora muito tempo para pagar.

Antes era todo dia 10, depois passou para o dia 14, depois 16, depois 26, depois passou dum mês pro outro e agora a gente recebe um mês e fica com outro mês dentro. Na Dentauá com quinze, mais tardar vinte dias tá na conta, então é muito melhor. Na Biopalma a gente tava bem dizer como uns escravos. Meu filho fala, mãe, pai, vocês tão como uns escravos pra eles. (M.G, Concórdia do Pará).

Ainda que já no início os agricultores questionasse essa parceria, que lhe parecia não existir de fato porque a relação entre eles e a empresa era assimétrica demais, não sendo suficiente nem os discursos, nem a retórica, para convencê-los do contrário, ainda que como já frisei, tenha sim surtido seu efeito de modo a cultivar no espírito dos agricultores paciência para aguardar as coisas melhorarem.

No entanto, diante dos últimos fatos, em que os agricultores conflitaram diretamente com os técnicos da empresa, a parceria que há anos eles reivindicavam mostrou-se ser apenas um estratagema, como indignado relatou-me um agricultor:

Parceria, Parceria, Que parceria?! Na parceira os dois lados conversam, os dois lados decidem, aqui não. A Biopalma só quer saber de olhar se a nossa bota tá furada, se a ferramenta tá adequada, se o dendê tá adubado, tá produzindo. Vocês dizem que é parceria, mas não tem parceria, tudo pra gente é vendido. Você dizem que tem parceria no adubo, que vem pro agricultor mais barato, mas a gente paga o frete, vocês dizem que valorizam a agricultora familiar, mas nossos frutos estragaram no pé, que parceria? Aqui não tem parceria, pra Biopalma não interessa se o agricultor tá bem, se tá com dificuldade, ela quer saber dos frutos, e agora nem dos frutos, porque nossos frutos apodreceram no pé, apodreceram nas caixas. (E. G, agricultor de São domingos do Capim).

Na parceria o diálogo parece ser uma marca, porém não é o caso. Aqui trata-se de fato de um contrato no qual os agricultores têm que cumprir estritamente o calendário da empresa, porém desde o início a empresa veio investindo nessa atmosfera que artificialmente criava uma situação inexistente, e como não há uma relação de reciprocidade, mas uma relação estritamente comercial, o sentimento dos agricultores é de revolta, descrédito e indignação.

Reclamam ainda do fato que quando a empresa tem algum problema, os técnicos dizem para ao agricultor não cortar os cachos, mesmos esses se perdendo posteriormente, mas quando os agricultores enfrentam algum problema, e não

conseguem colher, a empresa só vai buscar o fruto dentro do cronograma dela, que conforme já foi demonstrado, é falho.

A fala anteriormente extraída de uma das entrevistas, e que foi um elemento comum a muitos entrevistados, mostra como há muito autoritarismo na relação das empresas com os agricultores familiares. Em julho de 2018 estive fazendo pesquisa com agricultores que plantam dendê para a empresa Belém Bioenergia e os agricultores me relataram que uns pesquisadores passaram fazendo perguntas sobre os plantios e os contratos, mas que a empresa tinha proibido eles de receber pesquisadores, só era para receber quem eles autorizassem.

A BBB estabelece em contrato que os agricultores são proibidos de mostrar o contrato para terceiros, ou fornecer informações de produção e pagamento, sendo cláusula passível de sanção, inclusive de rescisão contratual. No contrato estabelece que terceiros somente poderão ter acesso a dados do contrato se autorizados pela empresa.

Via de regra os agricultores não tem clareza sobre o que produzem, quanto produzem, quanto devem, nem o que já receberam do financiamento, muito menos sobre o que vem sendo descontado na ficha de produção. Uma pessoa mais letrada poderia auxiliá-los, mas eles em geral têm muito receios de mostrar os dados de produção e do contrato, porque rotineiramente são chamados atenção sobre o sigilo dos dados.

Sigilo este até mesmo desnecessário porque não há clareza nenhuma das empresas, seja Biopalma, seja BBB sobre a relação contratual. Os agricultores reclamam que não sabem o que já receberam ou o que deixaram de receber do financiamento, e não são agricultores com financiamento em andamento, são agricultores que já deveriam estar pagando as parcelas do financiamento.

Itens financiados deixam de ser entregues, mas como são necessários, os agricultores adquirem por outros meios como, por exemplo, a carroça para carrear frutos e o animal que irá puxá-la. Apesar de no projeto elaborado pela BBB vir a carroça e o boi, no polo Tomé-Açu nenhum agricultor havia recebido esses itens do financiamento, mas havia adquirido fora, “a gente precisa, a gente dá um jeito”, disse um dos interlocutores.

Outros itens financiados também não foram recebidos, ou os agricultores não tem clareza se receberam, por exemplo, na cédula de financiamento da BBB há recursos para o frete, mas o agricultor não sabe se já acessou esse financiamento ou se a empresa deliberadamente já se apropriou. Atualmente a logística de transporte de frutos da BBB se dá com pontos de apoio. A empresa deixa suas caixa em um local, que ela chama de ponto de apoio e os agricultores transportam seus frutos até esse ponto de apoio. Os agricultores ainda pagam R\$ 50,00 por tonelada até a fábrica que processa os frutos.

Figura 33 Dendê sendo descarregado dendê no ponto de apoio.



Foto: da autora, 2018.

No pagamento dos frutos para os agricultores a empresa desconta o valor do frete que é repassado para o contratado para transportar os frutos. Por conta dessa logística, os agricultores não sabem se de fato usufruíram do dinheiro financiado, pois essa gestão do financiamento fica a cargo da empresa BBB que ao mesmo tempo em que funciona como a compradora dos frutos, presta assistência técnica e com isto, as parcelas e os valores referentes ao financiamento são liberados pelo agente financeiro mediante laudo emitido por profissional da empresa.

Na BBB, a tonelada do dendê custa R\$ 220,00, mas pode chegar a R\$ 250,00. Para ter esse incremento no preço é necessário que o agricultor atinja a meta de produção e que também os frutos sejam de boa qualidade. Tendo em vista

que os frutos vão misturados na mesma caixa, a técnica responsável pela assistência técnica na agricultura familiar acompanha a entrega dos frutos no ponto de apoio e com isto averigua a qualidade e tamanho dos frutos, com base nas informações colhidas em campo, ela autoriza ou não o bônus para o agricultor.

A empresa BBB não possui indústria, por isto, o dendê produzido pelos agricultores é entregue para a BBB que paga aos agricultores entre R\$ 220,00 e R\$ 250,00 por tonelada, e revende o dendê para a empresa Dentauá por R\$ 280,00. Deste modo, se o agricultor receber o preço máximo da tonelada que é R\$ 250,00, ele paga R\$ 50,00 de frete e já passa então a receber apenas R\$ 200,00 na tonelada e a empresa já ganha R\$ 80,00, isso fazendo cálculos muito simplórios, pois o agricultor não sabe se de fato está recebendo pelo que produziu, pois a empresa trabalha com peso médio.

Do mesmo modo que os agricultores com contrato com a Biopalma se demonstram muito insatisfeitos com o peso médio, os agricultores que plantam para a BBB e Agropalma também. No caso dos agricultores com contrato com a Agropalma eles procuraram sanar essa desconfiança contratando um fiscal para acompanhar o transporte e pesagem dos frutos. Já os agricultores com contrato com a Biopalma costumam fotografar as caixas, para contrapor ao peso de caixas anteriores e os agricultores em contrato com a BBB ainda não tomaram outras atitudes, mas reclamam para a técnica o tempo todo.

A desconfiança nessa relação demonstra que devido estarem numa relação comercial extremamente desigual, e mesmo eles reclamando, ainda prevalece os designios da empresa. A balança enganosa, também foi uma preocupação encontrada por Ferrante e Barone (2011) em assentamentos paulistas, nos quais há agricultores integrados ao setor sucroalcooleiro, que, devido não acompanharem a pesagem da cana, não tem qualquer controle sobre o que produzem e o que está sendo pago para eles, levando-os a denunciar as empresas de os estarem roubando.

A usura e o roubo também compõem a percepção dos camponeses que produzem para as empresas de dendê, que do mesmo modo como ocorre com os agricultores pesquisados por Ferrante e Barone (2011) não acompanham o peso da

produção e como as relações não são baseadas na reciprocidade positiva, e tendo em vista que o resultado do trabalho, do esforço e dos investimentos não tem o retorno esperado, o fato de estarem sendo roubados parece uma justificativa para não virem alcançando a renda prometida.

A apropriação do trabalho e dos resultados dos esforços empreendidos pelos agricultores familiares são expropriados pelas empresas que ficam mais do que com a mais-valia, aumentam os seus ganhos por meio de mecanismos que não remuneram adequadamente o agricultor, como é o caso do peso médio e o não clareza do quanto as famílias vem produzindo.

No entanto, a reprodução ampliada do capital também tem outros mecanismos de expropriação ligados diretamente ao peso médio, à demora no transporte dos frutos e ainda a demora na pesagem. Já vimos que isto baixa consideravelmente o peso do fruto, constringendo ainda mais a renda dos agricultores, esses constringimentos na renda mantêm um ciclo contínuo de endividamento dos agricultores, que como já postulo Rosa Luxemburgo (1985), é mais uma das formas de extrair mais valia das formações econômicas não capitalistas e promover a reprodução ampliada do capital.

4.4. SÓ COM A CABEÇA FORA D'ÁGUA

Em seu artigo intitulado *o sucesso da política de ajuda ao sobredesenvolvimento dos países ricos*, Claude Meillassoux (1997) o autor demonstra como as políticas de desenvolvimento servem à expansão imperialista e acirra a pobreza e a desigualdade nos países subalternizados, para ele “os objetivos econômicos das políticas ditas de ‘desenvolvimento’ aplicadas aos países de Terceiro Mundo foram alcançadas – o desenvolvimento das grandes potencias capitalistas é um sucesso” (p. 27).

Para compreender como os países desenvolvidos se nutrem dos países em desenvolvimento, ou recorrendo aos termos do contexto no qual o autor escreve, os países de terceiro mundo, o autor faz um percurso no qual considera os aspectos

históricos e vai delineando os princípios, modos, meios, corolários e discursos que servem a expansão imperialista e à exploração dos países ditos subdesenvolvidos.

Entre os princípios adotados pela política de sobredesenvolvimento o autor destaca três, 1) enriquecer os ricos para favorecer os investimentos; 2) empobrecer os pobres para lutar contra a subversão e 3) Manter os camponeses apenas com a cabeça fora d'água.

O primeiro princípio, afirma o autor, é a base que emprega o Banco Mundial e se rege pelo entendimento de que apenas os mais ricos são capazes de investir e que, portanto, a estes deve ser dirigida toda e qualquer renda, na outra ponta estão os pobres, proletários e propensos a consumir toda sua renda, por ser assim, entende-se que a renda deve ser distribuída em favor dos mais ricos, e põe-se em curso, a parábola dos talentos, e segue a marcha o desequilíbrio da balança comercial e as desigualdades entre os países.

O segundo princípio diz respeito à reprodução classe trabalhadora, que deve ser o mais barata possível à economia capitalista, e mais cara ao trabalhador. O autor argumenta que baixos salários não é apenas uma vantagem econômica, é também uma vantagem política, isto porque salários baixos obrigam os proletários a viverem sem projetos e a empregar seu tempo e energia na busca pela sobrevivência.

O terceiro princípio afeta diretamente os agentes dessa pesquisa, os camponeses, a quem de acordo com esse princípio, deve-se deixar constantemente endividados e assim comprometer sua autonomia e reprodução. O autor observa que na década de 1960 a Comunidade Econômica Europeia lançou um relatório no qual recomendava que “o preço das matérias-primas agrícolas produzidas nos países subdesenvolvidos fosse sempre fixado num nível que os camponeses ‘tivessem apenas a cabeça fora d'água’” (p. 35).

O autor enfatiza que essa política inclui, por meio de incentivos diversos, oferecendo preços aparentemente vantajosos, estimular os camponeses a produzirem determinadas matérias-primas, e após eles endividarem-se e fazerem os investimentos que lhes foram exigidos, pede-se que lhes baixem os preços e mais:

Quando esses lavradores conseguem aumentar a sua produção, quer seja a custo de esforços consideráveis, quer através de um aumento de produtividade, faz-se com que os preços baixem ainda mais. Enfim, a “deterioração dos termos de troca” nunca foi o resultado de uma conjuntura infeliz, mas o resultado de uma *política deliberada*, praticada em escala mundial em detrimento do campesinato do Terceiro Mundo. (MEILLASSOUX, 1997, P. 35).

A passagem citada anteriormente é uma antecipação do que vem ocorrendo com os camponeses que plantaram dendê para fornecer às empresas. Primeiro os agricultores foram estimulados a plantarem dendê, depois assumiram esses custos, e na medida em que aumenta a produção dificuldades e custos outros vão surgindo e constringendo seus possíveis ganhos reais, como foi o caso da perda de safra apresentada no subcapítulo anterior.

Em artigo intitulado *Modos de produção e imperialismo: modelos alternativos*, Bernardo Sorj (2008), ao analisar as particularidades do avanço das relações capitalistas em El Salvador, onde analisar a expansão do café, por conta do ciclo produtivo do café ser longo (leva de três a cinco anos para produzir), era necessário que o produtor de café tivesse condições de investir no plantio, por muitos anos.

Essa falta de retorno imediato, aliado aos custos levava os pequenos produtores (o que incluía indígenas e imigrantes europeus) recorrerem a empréstimos, transferindo assim parte de sua renda para o setor dos grandes plantadores, que eram também os donos dos bancos, ou seja, o ritmo lento de retorno da atividade determinava o endividamento dos pequenos agricultores.

Além de atuarem como donos do capital financeiros, os grandes plantadores também apareciam como capital mercantil, pois compravam a produção dos pequenos e médios produtos a preços baixos, ampliando assim a extração da mais-valia de setores não capitalistas.

Silvia Aquino e Alex Megel (2017) ao estudar a integração de agricultores familiares ao setor de produção de celulose, identificou que durante o contrato os agricultores podem pegar adiantamentos em dinheiro a serem pagos ao final da produção com o corte do eucalipto, porém, os agricultores que não conseguem produzir o esperado acabam contraindo uma dívida, que ou é paga com novas plantações ou o agricultor terá que encontrar outros meios de saldá-la.

A pesquisa desenvolvida por Ferrante e Barone (2011), com agricultores familiares assentados da reforma agrária que plantam cana, os resultados não são homogêneos, há famílias que passaram a receber renda maior, porém a maioria não conseguia produzir de modo que sobrasse, só dava para pagar o banco. Em caso de dificuldades em reinvestir o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) recomendava outro financiamento, o que gerava mais endividamento.

Em se tratando do dendê, Vieira (2015) fez um levantamento acerca de como este ocorre, pois, de acordo com a autora o sistema de endividamento adotado pela empresa escamoteia a falta de renda, isto porque do agricultor a dívida é abatida de modo percentual ao que ele produz e assim, no caso de ele não produzir suficiente para pagar a dívida, essa passa para o ano seguinte que vai se somar a que é adquirida no decorrer do novo ano, a autora ressalta que “a dívida acumulada gera acordos informais, “por fora”, que obscurecem o próprio processo de endividamento”. (p. 87).

Comparando a produção e o endividamento de um agricultor familiar nos anos de 2011 e 2012, autora identificou que este agricultor produziu 68,18 toneladas de frutos no ano, o que gerou uma receita bruta de R\$ 14.262,14. No entanto, a autora demonstra que o agricultor tem o custo de R\$ 9.511,97 referente à retenção de INSS, pagamento de fertilizante, EPI, Agrotóxicos, frete e associação e parcela do financiamento bancário.

Desses custos, a autora identificou que a empresa não desconta tudo do agricultor para não comprometer em demasia sua renda e de acordo com sua análise manter o fetichismo da renda. Sendo assim, a empresa ao invés do agricultor receber líquido R\$ 4.750,19, recebeu o valor de R\$ 6.964,07, gerando uma dívida de R\$ 2.547,90 naquele ano. No ano de 2012 essa dívida somou-se a dívida do ano anterior e alcançou o patamar de R\$ 7. 919,70, mesmo o agricultor tendo produzido aproximadamente 50% a mais do que no ano anterior.

Em sua pesquisa Neves (1981) também identificou um sistema de endividamento promovido pelo requerimento de altos investimentos na cultura, que leva a um retorno de longo prazo, leva os agricultores a entrarem num ciclo vicioso

do qual não conseguem sair por não quererem perder seus investimentos e por terem dificuldades de colocar um novo produto no mercado.

No caso das empresas Biopalma e BBB, o sistema de endividamento também é feito mediante fornecimento de insumos, frete e no início dos plantios ambas as empresas chegaram a adiantar para os agricultores os custos de implantação, pois o financiamento dos agentes financeiros estavam demorando, foi o caso dos agricultores que plantaram em 2010, mas receberam financiamento apenas no ano de 2011.

Contudo, ainda que se mantenha uma estrutura semelhante, pois o Pronaf Eco-Dendê, bem como o modelo mais geral pensado para essa relação tem muito da experiência da Agropalma que começou em 2005, nessa experiência a empresa financiava a maior parte dos custos de produção e o Banco da Amazônia entrou com um aporte, pois não havia linha de crédito disponível para a agricultura familiar capaz de cobrir o alto custo de implantação e manutenção do dendê.

No discurso de lançamento do Programa Palma de Óleo em 2010, Lula, presidente do Brasil no período, afirmou:

O crédito... Olha, gente, o crédito só será fornecido aos produtores que já tiverem firmado contrato com empresas processadoras de óleo de palma. (...) porque somente assim o agricultor saberá que terá condições de pagar o financiamento no futuro, uma vez que receberá as mudas e a assistência técnica, além de ter a garantia da venda da produção. Ô, gente, é um programa extraordinário. Você vai receber a muda sem pagar nada por ela, você vai receber assistência técnica, você vai plantar. Depois, você tem já o comprador garantido. O que nós precisamos ficar espertos é na negociação do preço do quilo do óleo, aí é que nós temos que estar espertos. (Secretaria de Imprensa da presidência da República, 2010, p. 10-11).

Apesar das palavras encorajadoras do presidente da República *Theres's no free lunch*, como condicionante para acessar o financiamento para investimento na cultura do dendê ao amparo do Pronaf, o beneficiário deverá apresentar ao agente financeiro contrato ou instrumento similar de fornecimento de dendê para indústria de processamento ou beneficiamento do produto, no qual fiquem expressos os compromissos desta com a compra da produção, com o fornecimento de mudas de qualidade e com a prestação de assistência técnica, porém o agricultor familiar não

recebe nada de graça. O dendê é financiado e tudo é pago, inclusive a muda que é produzida pela empresa.

No investimento financiado pelos bancos são contemplados as mudas, sementes de puerária, adubos, alguns instrumentos de trabalho, como sacho, por exemplo, que não fazem parte do dia-a-dia da agricultura familiar, luvas de couro, entre outros. Alguns financiamentos preveem o pagamento de frete, outros, carroças e animais e outros roçadeiras, mas não necessariamente todos juntos porque o valor do financiamento não permite.

Deste modo as empresas cumprem o papel de compradoras de matéria-prima, prestadoras de assistência técnica, fornecedoras de insumos e quando os agricultores estão produzindo, gerenciam o transporte dos frutos, dominando assim toda a cadeia, o que facilita o desenrolar do novelo do endividamento.

O dendê é altamente exigente em mão de obra e adubação, constituindo assim, os fertilizantes e a mão de obra os maiores custos na produção do dendê. Ao analisar três cédulas de crédito rural constatei que mais de cinquenta por cento dos custos de implantação e manutenção do dendê nos três primeiros anos são constituídos por esses dois custos e a pesquisa de campo demonstra que nos anos seguintes segue sendo assim.

Tabela 4 Custos de insumo e mão de obra financiados por projetos na linha Eco-dendê

Ano	Valor do projeto (R\$)	Valor destinado para adubos (R\$)	Valor destinado para mão de obra (R\$)	A+B
		A	B	
2010	64.631,00	25.521,00	24.060,00	49.621,00
2012	79.962,50	17.982,00	35.900,00	53.882,00
2017	81.910,00	18.750,00	28.600,00	47.350,00

Fonte: Cédulas de crédito rural, 2010, 2012, 2017.

Observando três projetos distintos - os dois primeiros elaborados e acompanhados pela empresa Biopalma e o terceiro pela empresa Marborges -

observa-se que nestes os custos com mão-de obra e adubo consomem boa parte do orçamento.

No caso do projeto financiado em 2010 39,49% dos custos é adubo e 37,23% é custo destinado à mão de obra, o que consome 76,78% do valor do financiamento, restando pouquíssima margem para financiar outros materiais necessários, como luvas de couro, sacho, carro-de-mão, carrocinha para carrear frutos, animal de tração, roçadeira manual, itens que passaram a ser incluídos quando o valor da linha aumentou para oitenta mil.

No projeto financiado em 2012, houve uma redução no custo com adubo porque houve redução nas quantidades projetadas, enquanto no projeto financiado em 2010 foi projetado 15.950 kg de NPK, no projeto financiado em 2012 a quantidade reduziu para 12.600 kg. Ainda que a quantidade de adubo fosfatado tenha aumentado, mas como este tem preço bem inferior ao NPK não teve muito impacto em comparação com o projeto anterior.

Deste modo, e com o aumento no valor do projeto, o percentual comprometido com adubo e com mão de obra foi menor, sendo de 22,49% e 44,89%, respectivamente, representando 67,38% do total do financiamento. Em relação ao primeiro projeto, tomando em termos absolutos, o custo com adubo reduziu R\$ 7.539,00 e a mão de obra aumentou R\$ 11.840,00 no valor absoluto, melhorando as possibilidades de reprodução da família, por acessar um valor financeiro maior.

O terceiro projeto foi financiado em 2017 e já conta com valor maior da linha Eco-dendê e poderia ter chegado até R\$ 88.000,00. Neste projeto o custo com adubo³⁹ é ligeiramente maior que o custo averiguado no projeto do ano de 2012, mas ainda assim representa 22,89% do valor do financiamento e o custo com mão de obra 34,92% do valor do financiamento. Nesse projeto, adubo e mão de obra compõem 57,81% do valor do financiamento.

³⁹ Nesse projeto não há financiamento para adubo fosfatado, o que é preocupante haja vista que de acordo pesquisador da Embrapa, (FRANZINI, SILVA, 2012), no Estado do Pará o fósforo é nutriente limitante ao crescimento e produção do dendê.

A única parte do financiamento que é administrada diretamente pelas famílias são as parcelas⁴⁰ destinadas aos tratos culturais, adubação e manejo da cultura. Nos dois primeiros projetos essas parcelas são programadas para serem liberadas a cada três meses, já no terceiro projeto essas parcelas são programadas para serem liberadas⁴¹ a cada dois meses.

Conforme demonstrei anteriormente e corroborando com outros pesquisadores a mão de obra e o adubo constituem os principais custos na produção do dendê, no caso do dendê produzido pela agricultura familiar a mão de obra é predominantemente familiar com contratação de trabalhadores adicionais, principalmente, na colheita e carreamento, o trabalho mais penoso no dendê e o adubo é comercializado pelas empresas ou a comercialização é mediada por elas.

No caso da Biopalma e da Agropalma elas fornecem adubo para os agricultores para que o adubo seja pago com a produção. A Biopalma desconta de vinte e cinco a trinta por cento do valor da produção entregue para custear o adubo. Ainda que seja extremamente exigente em adubação, comparando os projetos com as recomendações da Embrapa constatamos que as empresas recomendam para a agricultura familiar quantidades muito acima do recomendado pela Embrapa.

Os agricultores reclamam que as empresas ficam “empurrando adubo que é pra gente sempre fica na mão deles”. Vieira (2015) constatou que a dinâmica de endividamento empreendida pela empresa Agropalma serve também para manter o agricultor ligado a ela, pois as cláusulas contratuais não permitem que o agricultor

⁴⁰ A liberação dessas parcelas é confundida por alguns pesquisadores, e até alguns agricultores chegam a mencioná-las como salário pago pela empresa para cuidar do dendê. A raiz dessa confusão talvez esteja no pronunciamento do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, no lançamento do Programa Palma de Óleo em Tomé-Açu, ao afirmar que “o diferencial dessa linha é que durante o prazo em que o agricultor espera a palma produzir - o que pode durar até cinco anos – (...) O que vai acontecer? (...) enquanto ele está esperando os cinco anos, ele conta com uma remuneração pela sua mão de obra. Ou seja, ele vai receber um salário, enquanto a sua planta cresce”, essa confusão foi aprofundada pela desinformação sobre o projeto de dendê, pois os agricultores da região tem uma longa tradição em crédito rural, logo a maioria já conhece bem essa dinâmica da liberação de parcelas e não as confundem com salário.

⁴¹ Porém, a liberação das parcelas é condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, da efetivação do trabalho recomendado anteriormente e ainda do cumprimento das restrições impostas pela empresa. Caso o técnico da empresa constate que a família não cumpriu a agenda anterior ou tenha descumprido algumas restrições ele pode recomendar a suspensão do pagamento da parcela, essa suspensão dificulta ainda mais o trabalho com e no dendê. Silva (2016) constatou que alguns agricultores tiveram a parcela suspensa por terem descumprido a restrição de consorciamento.

deixe de fornecer para a empresa enquanto ele possuir dívida, e de acordo com o levantamento da autora, essa condição é bem difícil de ser concretizada.

O adubo é um dos maiores meios de endividamento dos agricultores. Em 2014 quando estive no assentamento Taperuçu, os agricultores já falavam sobre a voracidade com que a empresa queria entregar adubo, no caso da pesquisa que fiz em 2014, o adubo financiado tinha sido entregue até 2013 e a partir dali a empresa propôs entregar o adubo para os agricultores pagarem somente a partir de 2016, o problema é que em 2015 também seria entregue adubo, 2016, 2017 e assim sucessivamente.

Segunda eu tive, assim um "auge", que eu digo não, pra mim vocês podem ficar tranquilo que vocês não vão vender uma grama de adubo daqui até dezembro. Mas por quê? Porque eu não quero. Eu não quero porque ai já vai mudar o compromisso, já tem uma dívida no banco, entendeu? Já tem uma dívida no banco e aí a empresa quer vender. Ah, mas, aí vai pagar daqui a dois anos. Mas é dívida.

(...) agora compra adubo da Biopalma, pra ficar devendo pra Biopalma, vou fazer isso não. O dendê vai retornar essa adubo que a gente colocamos... ele vai garantir o próximo adubo. Eles vão vender o adubo, eu vou pagar daqui a um ano e meio, é um compromisso, só adubo, só adubo num tem coisa pior. Vamos sentar com uma turma aí. Eu digo, olha pra mim vocês não mandem adubo não, que eu não vou receber não. Nós ainda tem adubo ai, vai limpando e vai jogando adubo, agora, ai tem que fazer a reunião com o grupo né? (S.S, São Domingos do Capim).

No caso aí relatado, os agricultores tinham muito adubo estocado nas suas casas, ainda assim a empresa queria enviar nova remessa de adubo. Além de não quererem receber mais adubo eles queriam que a empresa prestasse contas do adubo financiado porque na conta deles daquilo que constava no projeto ainda faltava a empresa entregar pelo menos quatro toneladas para cada agricultor, mas os técnicos da empresa insistiam na entrega do adubo e agora de forma que eles passariam a pagar a empresa com a produção dos próximos anos, gerando um endividamento progressivo.

Em 2019 o resultado dessa prática resultou em agricultores endividados com adubo, e vendo parte da sua produção drenada para a empresa com o fim de quitar a dívida acumulada alguns agricultores começaram a tomar decisões drásticas, semelhantes às já identificadas em 2014.

O tempo todo eles trazem adubo, que é pra gente ficar o tempo todo devendo, todo tempo devendo, todo tempo devendo. Já duas vezes eles vieram aqui pro J comprar adubo e o J disse não, só vamos comprar quando terminar de pagar esse adubo. A nossa dívida tava em dezesseis e pouco aí todo mês desconta trinta por cento da produção, fora o projeto. (G, agricultora de Concórdia do Pará).

Houve um tempo em que os agricultores tinham mais acesso às informações referentes aos seus respectivos financiamento, produção, pagamento e endividamento. A empresa, contudo, efetivou algumas mudanças que dificultaram o acesso dos agricultores a informações cruciais para o planejamento da unidade familiar. Essa falta de clareza requer um esforço a mais do agricultor em ter que estar constantemente vigilante e fazendo um acompanhamento baseado nos seus cálculos, o que é feito mediante aproximações.

No caso específico de um agricultor de São Domingos do Capim, ele expressou que de acordo com a produção que o técnico informava que deu, ele calculava quanto a empresa descontou de frete e baseado no valor que recebia em conta, calculava o que a empresa descontou do adubo. Baseado nesses cálculos o agricultor em determinado momento deu o adubo como pago, todavia:

Ai todo mês meu dinheiro vinha com um desconto, vinha sempre menos, nunca dava o que eu achava que ia dar. Aí eu falei, isso não tá certo. Fui lá na empresa e eles tavam descontado adubo que eu ainda nem tinha pegado. Falei pra eles que de todo jeito eles querem acabar com o agricultor, *tavam* me cobrando sem eu dever, paguei adiantado. (E. G, agricultor de São Domingos do Capim, entrevista concedida em 2019).

Mesmo constatando o desconto indevido o agricultor não foi ressarcido, a empresa manteve o dinheiro retido a título de pagamento da próxima remessa de adubo, apenas cessou de descontar os valores nas próximas cargas, mas aí a safra já havia passado e parte do recurso que poderia ter ficado com a família, de antemão, já ficou com a empresa.

O agricultor exemplificou que num corte deveria ter recebido R\$ 3.750,00, mas com o desconto do adubo e do frete recebeu apenas R\$ 2.175,00. Estes valores no período de safra, quando chegou a tirar quinze toneladas por corte, cortando duas vezes ao mês. Mas, como diz ele, “isso dura só uns quatro, no máximo cinco meses ao ano, o resto tira oito, quatro, três e até duas toneladas por corte”.

Além do adubo, os agricultores também “pegam” na empresa herbicidas, inseticidas e até ferramentas, porque os técnicos fazem propagandas para os agricultores sobre a qualidade dos produtos que a empresa adquire que seria superior a que tem no mercado local, e deste modo, criam a necessidade nos agricultores de adquirirem aqueles materiais e não outros, gerando outro endividamento.

Além desse endividamento direto com a empresa, os agricultores também costumam fazer outros gastos, recorrendo a empréstimos, vendendo uma pimenta aqui, um cacau ali, para custear, principalmente, mão de obra adicional, horas de trator para roçagem ou adquirir carroças, animais de tração ou outros materiais importantes para o manejo do dendê.

Vê-se que as dívidas contraídas pelos agricultores não dizem respeito apenas ao financiamento que eles contraem para implantação do dendê. Já no preparo de área começam as dívidas. Além do financiamento feito junto ao agente financeiro para investimento no dendê, a maioria das famílias que já durante o plantio investiram recursos próprios para concluir o plantio e depois de implantado e sem que as parcelas do financiamento fossem capazes de suprir as necessidades da família e as exigências do cultivo, recorreram a empréstimos ou mesmo tiraram de outras fontes, como aposentadorias e vendas de cacau e pimenta-do-reino para custear o dendê.

Quem tinha um trator à disposição gastou menos, porque precisou investir apenas no óleo e às vezes na diária do tratorista, mas quem precisou pagar, pagou no mínimo R\$ 800,00, uns nem conseguiram recursos para fazer o trabalho completo, mas fizeram uma parte o que “só aliviou”.

Se duas pessoas das famílias fossem trabalhar no dendê dava conta, mas tem as outras atividades. Para roçar o dendê todo dá 70 diárias. Aí escolhi contratar o trator, que limpou a área em 3,5 dias, a 800 reais cada diária. (A. B, agricultor familiar de Tomé-Açu).

Além do trator para roçagem, limpeza e carreamento dos frutos, os agricultores também precisam adquirir as ferramentas adequadas para o trabalho com o dendê, o sacho é o principal instrumento, ele é usado desde para fazer as podas quanto para fazer a colheita, no entanto, o instrumento ideal para cada uma dessas atividades possuem larguras diferentes, então se o agricultor quiser ter o

instrumento adequado para cada atividade ele precisa desembolsar alguns reais a mais.

Do dendê tudo é caro, esses sacho aqui é trinta e cinco só ele, e cento e vinte se vier com o cabo, que esse cabo aqui não tá adequado que o certo é ser de alumínio, mas aí a gente improvisa. E se a gente fizesse mesmo o certo, ia ter que comprar mais, porque o da poda é mais largo do que o do corte. E ainda tem uns abençoado que passa aqui e rouba nossos instrumentos, aí tem que comprar de novo. (E, agricultor familiar de São Domingos do Capim).

Frequentemente os agricultores pagam mão de obra externa à família, mas quando a família não dispõe nem de capital, nem de previsão de boa produtividade, tem que ou sobrecarregar a família, ou fazer o que as forças permitem.

Deste modo a organização do trabalho familiar leva em consideração as necessidades básicas da família, sobretudo no que diz respeito à alimentação, e à força de trabalho, preferindo muitas vezes poupar a família, a alcançar a excelência na produção: “A questão é que não tá dando pra deixar, era de três toneladas era pra receber pelo menos 700 reais aí eu recebo 400 e se eu tiver que pagar um trabalhador? Se eu não saber administrar a gente passa fome”.

O agricultor citado acima expõe que não tem conseguido na safra tirar mais que dezoito toneladas por mês, contudo a maior parte do ano ele corta de seis a oito toneladas por mês, e deixa claro que como o dendê não está produzindo suficientemente para sustentar a família não pode recorrer à contratação de mão-de obra externa.

O agricultor ressalta que não tem condições nem de assumir novas dívidas para investir no dendê, nem de contratar mão de obra, assim para poupar a familiar ele não trabalha o dia todo, trabalha até onze horas que é o intervalo que lhe permite dedicar a uma atividade de subsistência e recuperar o corpo da fadiga. .

São raros os casos em que não há contratação de mão de obra adicional, em geral vizinhos que já trabalhavam juntos e que agora passam a ajudar no dendê, trabalham para receber depois quando as empresas pagam a produção recebida, ou seja, acionam as relações de confiança, base da moral camponesa.

Com o dendê já em produção a mão de obra adicional é paga pela própria produção, mas antes de ele produzir, era necessário lançar mão de outras fontes de renda. Outros empréstimos chegaram a ser contraídos. Na família que tinha pessoas com aposentadoria rural ou benefício de prestação continuada, identifiquei empréstimos consignados para custear o dendê.

Eu emprestei do meu aposento pra jogar trator aí dentro porque nós mesmo não tava dando conta do capinzal, capim, capim, minha mana. Bota o boi aí e nem os bois deram conta de tanto capim. Que sou eu e a minha esposa, esse menino aí, e de vez em quando aparece um filho pra ajudar, que todos, cada qual já tem sua família. Aí eu pego do meu aposento e boto ai dentro e tô na esperança de arrastar de volta, porque se não investir não dá. (A. P, agricultor familiar do Acará).

A resignação apresentada na fala, ela corresponde à retórica dos técnicos da empresa que como dizem os agricultores “eles não enganam, falam que dá muito serviço, mas se o cabra trabalhar direitinho o dendê dá retorno”, então embalados nas perspectiva de ganhos futuros muitos agricultores não medem esforços em tentar alcançar as metas e a excelência exigidas pela empresa.

Mesmo com o sistema de endividamento e com os problemas que vem enfrentando com a empresa os agricultores que vem produzindo bem, que tem alcançado uma renda de mil, dois mil reais ao mês se dizem muito satisfeitos com o dendê, abaixo trago duas falas que expressam essa satisfação:

Eu trabalhei muito tempo em roça, meu pai trabalhou e eu não vi ele conseguir o que eu já consegui em pouco tempo. Hoje a gente tem o trator da gente. Com dinheiro do dendê a gente plantou um pimental grande que a gente tem bem aqui atrás. Com dinheiro de dendê eu comprei dois terrenos. Eu Tenho esse que foi plantado o dendê e tenho mais outro terreno mais lá embaixo e com roça eu nunca pude nem ter conta em banco porque não sobrava. Então com dendê, em período de safra ele rende 6-7mil por mês. E ele tá em período ainda de crescimento ele não tá em fase adulta. Porque esse nosso dendê aí, ele adulto ele é pra dá em torno de 70kg um cacho de dendê. Então mesmo a 25 centavos você não tira um cacho do pé, você tira quatro cacho por pé, então quando não dá nada ele dá três cachos, mesmo a 25, 70, 3x70, dá 210 kg cada cacho. Num pé vai dá 210 kg. Então em 1230 pés a gente vai ter uma renda aí absurda. (E.M, agricultor familiar do Acará).

Eu faço é gostar do dendê, queria que ele tivesse chegado na minha mão bem antes, quando eu ainda tinha força. É uma coisa muito boa, todo mês eu vou no banco tem no mínimo lá dois mil e trezentos. (G.M, agricultor familiar de Moju).

O primeiro agricultor tem três filhos adolescentes, esposa, contrata mão de obra para trabalhar no dendê, em geral duas pessoas para ajudar a cortar e carrear e também para as operações de tratos culturais. Ainda planta mandioca, porque entende que se a cultura não lhe dá muitas perspectivas, mas não pode deixar de planta porque “faz parte da cultura nossa”, também cultiva pimenta-do-reino, maxixe, melancia, quiabo, diversas frutíferas e cria pequenos animais que vende para a merenda escola do município via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal.

Ainda que muito entusiasmado com a renda do dendê, o agricultor reclama do sistema de endividamento e relata que desde o início o projeto não foi suficiente, que teve que ir aportando recursos próprios e que dívidas que não faziam parte do contrato, foram sendo colocadas posteriormente:

(...) esse frete aí foi uma surpresa pra nós, porque no nosso contrato esse frete não tá incluído...o contrato com a empresa...pelo fato de conhecimento e algumas coisas mais aí a gente entra em outras dívidas que não estavam no contrato, porque a dívida do frete não estava no contrato, aí depois que a gente começou já a colher e aí entrou o frete, disseram que a gente tinha que pagar o frete, que a despesas era muito grande e aí tinha que pagar frete. Aí tem o adubo que disseram que ia ser um preço bom pro agricultor, aí tamo pagando cento e dez na saca, que eles dizem que é mais baixo que aí no comércio, aí desconta todo mês da produção. (E.M, agricultor familiar do Acará).

O segundo agricultor também relata satisfação com a planta, mas essa satisfação vem muito mais do *dever* do que dos resultados práticos. Ainda que se diga muito satisfeito, os relatos levam-nos a outras conclusões, o dendê dele pegou fogo em 2015, “pegou fogo de ponta a ponta, todo, todinho, me deu muito desgosto quando vi meu dendê todo queimado, aí comecei a me vira, e hoje ele tá recuperado, não tá dando muito porque ano passado a Biopalma não teve adubo, mas se Deus quiser pro próximo ano vai dar”.

Apesar de o agricultor relatar que vem tirando dois mil e trezentos reais por mês, quando ele contabiliza os gastos que tem vê-se que ele fica com muito pouco desse dinheiro, devido “a idade não tá mais correspondendo” ele paga para cortar e carrear, paga frete de trator pra puxar o dendê, sobra uns mil reais para a família, que já não produz mais muitos alimentos porque o dendê “não dá folga” e a família tem que comprar a maioria dos alimentos que produz.

Enquanto o primeiro agricultor relata que já adquiriu muitas coisas depois do dendê, não necessariamente e exclusivamente com a renda dele, pois como se viu eles tem muitas outras fontes de renda, o segundo agricultor tem uma situação muito diferente, não está estruturado, mas mantém-se firme em seu propósito:

Pra dizer a verdade até agora eu não adquiri nem sequer uma bicicleta, pra dizer que não comprei nada, comprei um guarda-roupa e um guarda-louça pra ela [aponta para a esposa], que ela tava guardando as roupas dela nuns sacos, aí eu falei, para, para, para que isso já tá muito feio, vou lhe dar um guarda-roupa. Mas eu não compro porque eu não quero, porque todo o dinheiro que eu pego é pra ele, que é ele que vai me dar um retorno [referindo-se ao dendê]. (G.M, agricultor familiar de Moju).

O agricultor ainda contou-me que quando a primeira parcela do financiamento venceu o banco pegou o que ele tinha na conta:

(...) três mil e poucos reais, fui sacar e não tinha nada, fui lá dentro no banco e o rapaz lá me falou, olha venceu a parcela do seu empréstimo; mas meu dendê pegou fogo! O P mandou pra cá uma carta só informando que seu dendê pegou fogo, mas ele não mandou uma renegociação, se o senhor quiser a gente faz ela agora, esse dinheiro já fica aí e o senhor ganha mais um tempo pra pagar, e assim fizemos, agora só vou começar a pagar em 2021. G.M, agricultor familiar de Moju)

Naquele mês o agricultor ficou sem nada, porque a renda da sua produção foi toda apropriada pelo banco a título de pagar parte da sua parcela de financiamento que é de mais de oito mil reais ao ano.

Em Tomé-Açu visitei uma família que é tida pela empresa BBB como uma das melhores produtoras. A família é composta por seis membros, dos quais três trabalham diretamente no dendê, os demais membros se dedicam a outras atividades, como o roçado, que contém além da mandioca, macaxeira, arroz, feijão, milho, abóbora, quiabo, maxixe. A família também cultiva cupuaçu, açaí, mamão, maracujá, cacau e cria pequenos animais.

Nessa família as mulheres não trabalham no dendê, dedicam-se às outras atividades de diversificação. Dois filhos, uma moça e um rapaz, moram na cidade de Tomé-Açu onde trabalham como professores. A casa da cidade (que não pertence ao núcleo familiar, mas a uma das filhas que já casou-se) e o sítio mantém uma relação simbiótica, a casa na cidade é ponto de apoio para os que precisam ir para

lá estudar ou tratar de outros assuntos e parte da alimentação consumida na cidade provém das atividades do sítio.

Figura 34 Dia de farinhada



Foto: da autora, 2018.

Aos finais de semana e férias os membros que moram na cidade se deslocam para o sítio da família a fim de contribuir com as atividades produtivas, e onde mantêm seus próprios roçados e criações. Na Figura 34 a família torra farinha para abastecer os membros da família que residem na cidade, entre os quais a moça que está no cabo do rodo, que é pedagoga e diretora de uma escola em Tomé-Açu⁴².

A família em questão chega a cortar 24 toneladas de fruto/mês na safra, o que de acordo com eles dura de cinco a seis meses. Porém, fora da safra a produção fica bastante reduzida, ficando de acordo com ele, de 500 a 600 cachos, não sabendo informar o quanto isto representa em média, pois conforme tratei anteriormente, a BBB trabalha com a contagem de cachos e peso médio.

Associado a isto tem o fato de o pagamento ser direto na conta corrente dos agricultores, com os descontos de frete e adubo e além do mais, o valor da tonelada não é claro, pois varia de R\$ 230,00 a R\$ 250,00 ficando a cargo de a empresa

⁴² Enfatizo este elemento porque é recorrente relacionarem o anseio dos filhos dos agricultores em se escolarizarem com o desejo de deixarem a roça, o que não necessariamente é o caminho. A educação ela é uma ferramenta poderosa na luta pela emancipação e pela conquista de diversos direitos sociais, políticos e civis. Além dessa família, no município do Acará fiquei hospedada em uma casa na qual a relação entre a casa do sítio e a da cidade tem a mesma dimensão.

estabelecer essa variação. Tentei entender o sistema de precificação e não consegui.

Técnica da empresa: É assim, a tonelada é duzentos e trinta, mas pode, pode chegar até duzentos e cinquenta, vai depender do agricultor pegar a bonificação.

Eu: E como é essa bonificação?

Técnica: Depende da qualidade dos frutos, de se o agricultor está cumprindo os tratos culturais, o cronograma de colheita e a meta de produção.

Eu: E como o agricultor sabe que ele pegou a bonificação?

Técnica: Porque o valor que ele recebe é maior do que dos outros.

Eu: E quem estabelece quem pega a bonificação?

Técnica: eu informo pra empresa e eles pagam.

Ao comparar as três famílias é possível identificar que os perfis são bem diferentes e a família que está em maior vulnerabilidade é a família do Moju, que conta com pouca mão de obra, dois idosos, um genro e uma filha, e por conta do comprometimento da mão de obra familiar boa parte dos trabalhos no dendê são pagos a terceiros, comprometendo assim parte dos ganhos.

A família do Acará ainda não tem um equilíbrio na disponibilidade de mão de obra, mas devido possuir uma produção diversificada, que é alavancada pelos outros membros da família - ficando pai e mãe voltados para atender à demanda do dendê, em especial o pai – convertem parte da renda para pagar mão de obra, e para reinvestir nas atividades do estabelecimento, ainda que reclamem do endividamento e dos custos de manutenção do dendê.

A terceira família não se dizia satisfeita com os rendimentos, acham que pelo trabalho que dá deveria dar mais renda, mas a insatisfação nem é com a planta, é com o preço da tonelada e com os custos de adubo e frete. É uma família que conta com mão de obra e produção diversificada, e que contrata mão de obra apenas esporadicamente para substituir a eventual ausência de algum membro da família.

Em sua pesquisa para dissertação de mestrado, Silva (2016) identificou cinco tipos de sistemas produtivos associados ao dendê, 1) dendê como atividade principal; 2) dendê e mandioca como atividades principais; 3) dendê e frutíferas

como atividade principal; 4) dendê e pimenta-do-reino como atividades principais e 5) dendê e bovinocultura como atividades principais.

Ao fazer a estratificação de uso de mão de obra o autor constatou que o sistema que mais utiliza unidade trabalho é o quarto, pois converge duas culturas exigentes em tratamentos culturais e assinalo que em fertilizantes agrícolas. O sistema mais eficiente é o que terceiro, ou seja, o dendê com frutíferas como atividades principais, e é o sistema no qual a segunda atividade tem uma renda quase equivalente à renda bruta do dendê.

Isto me leva a refletir sobre a qualificação apto e inapto criada pela empresa Biopalma para servir de orientação aos seus empregados por ocasião da cooptação de agricultores familiares para plantarem dendê. Inicialmente não era qualquer família que interessava, eram aquelas que tinham disponibilidade de mão de obra, terra e produção diversificada.

Essa postura da empresa corrobora o que Regina Bruno (2016) que ao refletir sobre os mecanismos de dominação simbólica das agroindústrias sobre camponeses identificou “que a retórica das elites agroindustriais aciona as carências à agricultura familiar para impor uma seletividade discursiva que impõe uma hierarquização sobre quem é apto ou não a integrar-se” (p. 142).

Seguindo essa premissa, a empresa Biopalma estabeleceu critérios objetivos norteadores a serem utilizados pelos seus empregados para selecionar as famílias para plantar dendê, as classificando em cinco tipos, sendo disponibilidade de força de trabalho, de terra e produção diversificada as preferenciais, conforme pode ser visto no quadro a seguir que foi retirado de um material da empresa que me foi disponibilizado informalmente.

Quadro 4 Critérios estabelecidos pela Empresa Biopalma para seleção de famílias

Tipologia	Aspectos que compõe o perfil			Caracterização do perfil	Cenário futuro
	Família	Terra	Culturas		
Tipo 1. apto	Sim ++	Sim ++	Sim ++	Família com força de trabalho; lote com 25ha ou superior e considerável diversificação da produção.	Cultura do dendê como alavanca do sistema produtivo, em lote com culturas integradas e diversificada.

Tipologia	Aspectos que compõem do perfil			Caracterização do perfil	Cenário futuro
	Família	Terra	Culturas		
Tipo 2. Apto com condicionantes	Não +-	Sim ++ +-	Sim ++ +-	Família não conta com mão de obra disponível e depende de força de trabalho externa.	Recursos do financiamento não potencializarão o trabalho familiar. Há perspectiva de atrair componentes que evadiram por falta de oportunidade.
Tipo 3. Apto com condicionantes	Sim ++ +-	Não ++ +-	Não +-	Família não conta com terra suficiente para diversificar sistemas de produção.	Dedicação exclusiva ao dendê ocasionará dificuldade ou inviabilidade de garantir a segurança alimentar.
Tipo 4. Apto com condicionantes	Sim ++ +-	Sim ++ +-	Não +-	Família não conta com sistemas produtivos que suportem a necessidade de renda mínima familiar.	Financiamento utilizado para cobrir despesas básicas.
Tipo 5. Inapto	Não +- --	Não +- --	Não +- --	Família não dispõe de mão e obra familiar residindo na propriedade, não possui sistemas produtivos diversificados e não dispõe de áreas para diversificar a produção.	As oportunidades do programa não serão utilizadas.

Fonte: Biopalma, material interno, 2014.

Esses critérios estabelecem um filtro segundo o qual a integração seria bem sucedida, fazendo uma seleção entre agricultores “vocacionados” e “não vocacionados”, excluindo os setores de subsistência, historicamente relegados à produção marginal por não atenderem diretamente ao modelo reprodutivo capitalista, mas que atuam nas suas margens, provendo este de alimentos baratos.

Não obstante, em campo identifiquei que os critérios estabelecidos pela empresa não foram obedecidos, por exemplo, das 43 famílias pesquisadas que plantam dendê, apenas dez mantinham produção diversificada, ou seja, além do dendê, cultivavam frutíferas, culturas alimentares, principalmente a mandioca e criavam pequenos animais. Duas mantinham apenas o dendê, com venda de força de trabalho para complementar a renda e 31 famílias mantinha dendê e outra

atividade, que era ou mandioca, ou criação de pequenos animais ou pimenta do reino.

Averigui que as famílias que estão com menor esforço físico, ou seja, menor tensão reprodutiva, são as dez que mantêm cultivos diversificados. A diversificação, porém, é anterior ao plantio de dendê e como se trata de culturas perenes a concorrência por mão de obra pelo dendê não prejudica tanto, haja vista que nas famílias nas quais tem pelo menos três homens adultos⁴³ as mulheres não trabalham no dendê e por isto ficam responsáveis pelas outras atividades do estabelecimento, incluindo o cuidado com os plantios perenes e a criação de pequenos animais.

Quanto à disponibilidade de mão de obra, das 43 famílias que plantam dendê 20 são compostas por dois adultos, treze são compostas por três adultos, quatro compostas por quatro adultos, três famílias tem cinco adultos e somente três tem mais de cinco adultos, sendo o tamanho médio das famílias de até quatro pessoas, ou seja, a maioria das famílias que compõem a amostra não atendem ao quesito disponibilidade de mão de obra, porque essas quatro pessoas em geral só contam com dois adultos.

No que se refere à disponibilidade de terras averigui que 5% das famílias possuem entre 20 e 25 hectares, 77,5% entre 25 e 30 hectares, 7,5% possuem imóvel rural entre 31 e 40 hectares, 5% entre 41 e 50 hectares e apenas 2,5% possuem acima de 50 hectares. Sendo que das 43 famílias, nenhuma possuía os três principais atributos.

Ou seja, os critérios inicialmente estabelecidos não foram cumpridos e intuo que isto se deve às resistências desses grupos forçando a empresa a abandonar sua estratégia inicial. Sem terra e disponibilidade de mão de obra, bem como com baixo índice de diversificação da produção a família não seria elegível para empresa, ainda assim, no afã de conseguir atingir sua meta, a empresa elegeu famílias que a rigor não continham os meios de produção que lhe interessavam.

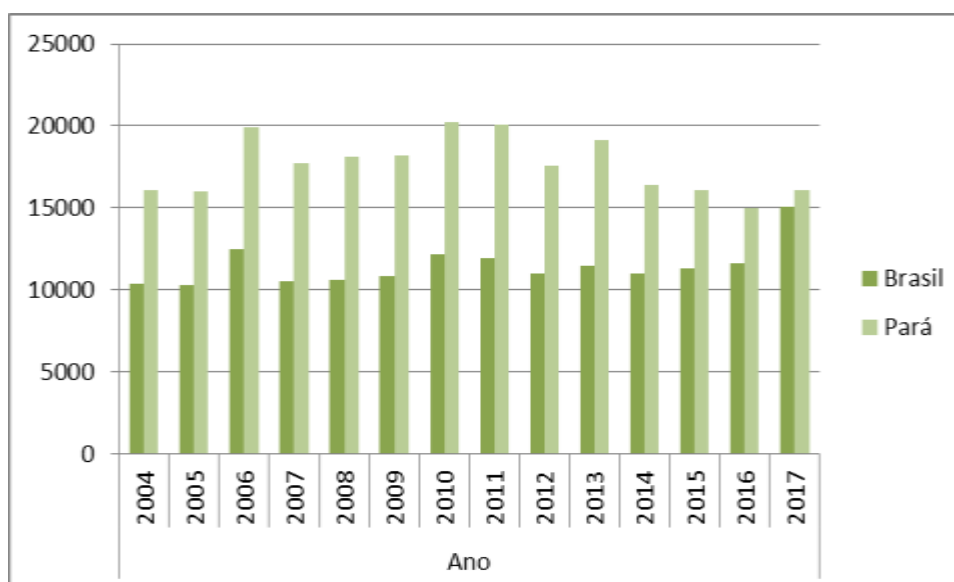
⁴³ Acima dos 18 anos.

Todavia, pouco isso importou para a empresa, uma vez que se os frutos do trabalho das famílias são com ela repartidos, o mesmo não ocorre com os prejuízos e com isso insiro outro ponto a ser levado em consideração, que é dupla exploração, tendo em vista que a empresa ao mesmo tempo em que busca extrair do campesinato a sua força produtiva, ela também quer garantir um mercado para seus produtos, deste modo a comercialização de mudas, sementes e adubos, são outros meios que a empresa tem de extrair a mais-valia dos camponeses.

Consoante informações retiradas de uma cédula de crédito rural, a projeção da renda bruta familiar para o sétimo ano da cultura, ano de estabilização da produção, é de R\$ 4.999,68, o que soma uma renda bruta anual de R\$ 59.996,16. Na mesma cédula de crédito rural está que contabilizando o custeio da cultura, mão de obra e reserva técnica, consome-se desta renda R\$ 24.329,47, sobrando, portanto, R\$ 35.666,69, e que em renda bruta mensal significa R\$ 2.972,22, isto contanto que a produção será de 25 toneladas por hectare/ano com preços pagos de pelo menos R\$ 240,00 a tonelada.

Todavia, tanto a pesquisa de campo não corroborou essa produtividade, nem nos plantios mais produtivos, que tem registrado uma média de 16 toneladas por hectare/ano, nem a própria série histórica da produção de dendê no Pará legitimam um cenário tão positivo.

Figura 35 Rendimento médio da produção de dendê (Quilogramas por Hectare)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2018.

Some-se aos custos de mão de obra e a reserva técnica prevista no projeto os custos com insumos, que conforme já visto, se aproxima dos custos de mão de obra. Os agricultores aplicam em média de quatro a cinco quilos de NPK/planta/ano, tendo em vista que o preço do quilo do NPK atualmente varia entre R\$ 1,50 e 1,80, os agricultores teriam um custo com adubação que varia ente R\$ 8.500,00 e 12.870,00, extraindo o maior valor, teríamos uma renda líquida anual de R\$ R\$ 22.886,69.

No entanto, em cenários mais positivos, ou seja, naqueles em que a família vem produzindo satisfatoriamente, a renda líquida mensal não ultrapassa os mil reais. Fazendo o balanço de esforço, investimento e dispêndio de mão de obra não tem valido a pena, corroborando o que muitos agricultores percebem, “se botar no bico da caneta, não dá pro pequeno agricultor não”.

Rosa Luxemburgo (1985) afirma que para a reprodução ampliada do capital além da expropriação da terra e da força de trabalho o capitalismo busca criar um mercado de compradores. A autora diferencia o setor não capitalista do setor capitalista no qual a um mercado de consumidores, em detrimento de comunidades não capitalistas em que os grupos sociais são compradores, basta olhar os projetos de desenvolvimento voltados para o meio rural, são baseados em pacotes tecnológicos e alto grau de dependência de insumos externos, forçando os agricultores a comprar os produtos desses pacotes.

Angel Palerm (1997) cauciona que o setor capitalista constantemente atua sobre a esfera da produção e reprodução campesina obrigando-as a acomodar-se aos seus imperativos. Mediante o controle sobre os preços das mercadorias campesinas e capitalistas, a propriedade da terra e dos processos de modernização e modificação da agricultura é que o capitalismo mantém sua exigências inexoráveis Como domina o mercado de preços, o setor capitalista pressão sobre a economia campesina e assim, aumenta a produção e extração cada vez maiores de mercadoria e trabalho campesino.

Essas conclusões de Palerm coadunam ao que constatei no processo de expansão da dendeicultura e de assimilação da agricultura familiar como produtora de mercadoria a serem destinadas exclusivamente para o mercado capitalista.

Desde o modo como essa expansão interferiu no acesso e manutenção da terra, alterando a estrutura agrária, a disponibilidade de terras, a trajetória tecnológica, dispondo assim de mão de obra camponesa, até os contratos com a agricultura familiar e os mecanismos de apropriação da força de trabalho.

O endividamento levou tanto para a empresa quanto para o mercado financeiro parte da renda dos agricultores, ampliando assim a extração de mais-valia de um setor não capitalista por um capitalista, contribuindo deste modo para a reprodução ampliada do capital. Destruindo as formações camponesas apenas em parte, pois, como bem identificam os agricultores de Concórdia do Pará, “onde a empresa não conseguiu comprar terra, ela convenceu os agricultores a plantarem o dendê”.

Outra questão acerca do endividamento diz respeito às exigências do dendê quanto às condições climáticas. Exigente em água, a produção do dendê foi prejudicada pelo fenômeno *El niño* que ocorreu no ano de 2015 e se estendeu até o ano de 2016, impactando negativamente na produtividade dos dendezaís da região Amazônica, que de acordo com a Abrapalma (2016), recebeu nos anos de 2015 e 2016 50% a menos do que as habituais.

Essa estiagem prejudicou a produtividade de modo que os agricultores familiares que enfrentam diversos problemas na sua produção, e tiveram os prejuízos aqui mencionados, entre os quais incêndios nos plantios, não tiveram condições de pagar a parcela do financiamento.

Quando a planta do dendê passa por uma situação de estresse, que pode ser provocada por estiagem, excesso ou falta de fertilizante, excesso de pesticidas, podas drásticas, ele tende a lançar apenas inflorescência macho. À vezes plantios bem desenvolvidos vegetativamente apresentam baixíssima produção.

Figura 36 Planta apenas com inflorescência masculina



Foto: Da autora, 2019.

Na Figura 36 o agricultor mostra uma planta de dendê que está repleta de inflorescência macho e não é a exceção. O seu plantio está com muitas plantas assim. Consultei os técnicos da empresa e eles explicaram que a planta estava com estresse porque sofreu um incêndio e os danos à produtividade foram asseverados pelo fenômeno *El niño*.

Ressalto, porém que essa situação não é isolada, eu ainda não visitei uma única família na qual pelo menos cinquenta pés de dendê não tenham sido queimados. Quando o dendezal é muito próximo da casa chega a ter o risco de a casa incendiar, como ocorreu com a família do agricultor na fotografia acima.

Outra informação importante e que colabora com um quadro extremamente desfavorável para os camponeses é que dentre as oleaginosas zoneadas para o

PNPB, apenas o dendê não possui seguro agrícola. Se possuísse parte poderia desses problemas não existiriam e os agricultores participariam dessa cadeia com menos prejuízos.

As ocorrências de incêndio, o fenômeno *el niño*, a baixa produtividade por diversos motivos abordados aqui, levaram os agricultores a renegociar o financiamento. Dos 36 famílias com as quais fiz a pesquisa uma chegou a pagar uma parcela do financiamento, mas depois renegociou e o a próxima parcela será paga apenas em 2021.

Contudo, nem todos os agricultores conseguiram renegociar, os técnicos das empresas relatam que por uma excessiva morosidade dos bancos, tem agricultor que a parcela venceu em 2017, mas que até julho desse ano ainda não havia ocorrido a renegociação, o que quer dizer que a dívida no banco está aumentando porque passa a incidir multas e juros além dos juros já contraídos por ocasião do financiamento.

Não bastasse todo esse ambiente hostil, os agricultores ainda tem que lidar com pessoas desonestas cruzando seus caminhos, contaminadas pela fome voraz promovida pelas necessidades de expansão do capital, eles são vítimas de tarifas bancárias altíssimas e produtos bancários são vendidos aos agricultores quando assinam os contratos de financiamento.

4.5. “SE O IRMÃO TEM FÉ, EU NÃO VOU DESISTIR DA MINHA”: FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

*Quando não houver esperança
Quando não restar nem ilusão
Ainda há de haver esperança
Em cada um de nós
Algo de uma criança
(Sérgio de Brito, Enquanto houver Sol).*

Quando retornei em 2018 e 2019 às áreas nas quais fiz a pesquisa de mestrado voltei de lá extremamente impactada. Entre um campo e outro decorreram cinco anos. Meninos, já eram homens, crianças, já eram adolescentes, o dendê que era menor que eles os ultrapassou em altura, e encontrei um pessoal resignado,

tentando, lutando, suando e que me relataram os percalços dos últimos anos e o apego a alguns fios de esperança de dias melhores.

Em 2013 e 2014 o clima era de cansaço, mas embalados por ventos de esperança, “vai dar”, “os técnicos mesmo da empresa falam que nos primeiros anos é muito trabalho, mas quando isso tiver produzindo vai estourar”. Eram falas repletas de esperança, “ainda não está dando, mas vai dar”. Outros já estavam desalentados, mas persistiam porque viam o vizinho persistir.

Logo no começo eu me arrependi muito. Eu disse, assim, meu Deus, quando eu olhava pro dendê e pensava assim: Tanto que eu pensei e eu cai nessa cilada. Aí um dia eu disse pro seu M, M, se arrependimento matasse, eu já tava morto. Aí algumas pessoas que plantaram muito dendê na região falaram: Olha não tem outra coisa melhor, se alguém tiver arrependido e quiser vender eu faço é comprar porque eu gosto, eu dou valor no dendê. Aí eu disse, o que rapá, rapaz agora que eu vou zelar mesmo desse dendê que é pra ver se ele vai dar. (N, agricultor de Acará, 2018).

Essa fala representa muitas outras semelhantes, os agricultores em geral mantinha a preocupação em manter os tratamentos culturais conforme os técnicos das empresas recomendavam porque segundo eles, somente com os tratamentos culturais e a adubação em no tempo certo é que o dendê responderia com os níveis produtivos esperados.

O projeto diz que dá lucro, por exemplo, eu todo tempo eu digo, quando alguém me procura, eu digo bom o projeto diz que dá lucro, se a gente trabalhar conforme é a regra diz que é pra gente zelar, pra gente adubar na hora certa, né. E é isso que eu tô fazendo esperando que isso venha me dá o lucro mesmo, né. (E. G, entrevista concedida em 2014).

Cheguei a campo num dia em que alguns agricultores cortavam dendê, era próximo das dez da manhã, mas o sol dava sensação de já ser por volta de meio dia. Eram quatro pessoas trabalhando, duas no corte, duas no carreamento. O patriarca da família me recepciona e começamos a conversar, contou-me que a previsão ali era de quatro toneladas, o que renderia líquido para a família R\$ 1.045,00, isto porque ele venderia para a Dentauá. Se fosse entregar para a Biopalma esse valor cairia para R\$ 880,00, porque além do preço na Biopalma ser menor que o pago pela Dentauá o frete para a Biopalma sai mais caro do que o que eles pagam para levar para a Dentauá.

Na Biopalma a gente paga trinta por tonelada, com esse rapaz tanto faz mandar duas toneladas ou dez o valor é o mesmo. Como agora tá produzindo pouco vou dividir com o irmão ... e vai sair setenta e cinco pra cada. Já melhora. Além de que, na Dentauá a tonelada é duzentos e oitenta, então eu ganho duas vezes, ganho no peso do fruto e ganho no frete e a Dentauá ainda paga até duas vezes no mês. Pra mim fica muito melhor. É muito melhor receber duas vezes no mês, com a Biopalma às vezes passa dum mês pro outro. Tava muito difícil pra gente. (E. G, Entrevista concedida em 2019).

O trecho que abre essa subseção foi-me falada num contexto em que o agricultor relatava a perda de safra já tratada na seção 4.3, os descontos indevidos feitos pela empresa e o fato de seu dendezal ter pegado fogo duas vezes, causando-lhe muitos prejuízos.

Para superar essas perdas e recuperar o dendezal, recorreu a um custeio feito por uma cooperativa no município de Tomé-Açu, um incremento de R\$ 25.000,00 à sua já elevada dívida, mas lhe permitiu investir no dendê e comprar uma moto, o que no meio rural é um bem extremamente necessário, sobretudo, quando não dispõem de transporte público regular, como é o caso.

Em 2014 de seus três filhos um havia concluído o ensino médio e dois estavam próximos de concluir, acreditava que com a renda do dendê poderia custear os estudos deles; hoje tenta ter esperanças de que isso irá acontecer, ainda que não vislumbre tal conquista num horizonte próximo. Além de não ter a renda que lhe permita manter os filhos na cidade, ele não pode prescindir da força de trabalho deles porque isto reduziria ainda mais os ganhos com a produção haja vista que teria que passar a alocar mão de obra externa.

O cenário brasileiro atual de perda de direitos contribui muito para esse desalento porque “antes ainda poderia acontecer de ter alguma coisa pra filho de agricultor, agora não”, mas reforça que o irmão S exorta a todos a não desistirem, “que agora vai, vendendo pra Dentauá, com fé em Deus, as coisas vão melhorar”.

Figura 37 Jovem agricultor cortando cacho



Foto: Da autora, 2019.

Figura 38 Transporte de cachos feito em cangalha



Foto: Da autora, 2019.

A segunda família que acompanhei nessa semana de pesquisa também estava fazendo corte, contando com três pessoas da família envolvidas no corte e carregamento do dendê, e uma quarta pessoa contratada para ajudar e assim reduzir a fadiga da família na atividade de corte e carregamento⁴⁴.

Figura 39 Transporte de cachos em carroça



Foto: Da autora, 2018.

Figura 40 Descarregando cachos no ponto onde o caminhão irá buscar



Foto: Da autora, 2019.

⁴⁴ A atividade de corte e carregamento inclui cortar os cachos, coloca-los numa carroça, cangalha, ou outro meio e leva-los ao ponto onde a empresa pega os frutos. Lá os cachos serão descarregados. Para depois serem colocados na caixa que irá finalmente transportar os frutos. Quando a empresa manda as caixas com antecedência, um procedimento desses é subtraído e diminui um pouco o esforço, ou nos termos dos agricultores, o sacrifício.

O patriarca dessa família é uma das pessoas mais entusiasmada com coisas novas e não tem receio de dar passos em terrenos desconhecidos, por vezes crédulo em demasia em demagogos e trapaceiros que constantemente aparecem nas comunidades rurais para auferir ganhos rápidos a custa de golpes. Mas, é também uma das pessoas que mais tem influência na comunidade e que organiza e articula “a companheirada” para a organização e reação ao que está fugindo dos planos dos agricultores.

“Perdemos Clau, perdemos muito dendê, mas agora com a Dentauá as coisas vão voltar pro que era certo e o agricultor vai deixar de perder, com a Biopalma não tava mais dando, era muita complicação.” Mesmo com toda adversidade ele não desiste de galgar rumo a dias melhores, não deixa de se comprazer com agricultores que considera estão em situação pior, e é um animador social do grupo:

“O pessoal lá depois da ponte tão tendo que dar uma volta mostra pra não perder o dendê. Tá pra mais de ano que a ponte caiu. Aí é o jeito, o que o agricultor vai fazer? Pior é perder toda a produção”, mas me dá também boas notícias, “o Cutitinho tá indo, melhorou o dendê dele, melhorou a produção, ele me disse que agora tá mais animado”.

Esse quadro relembrou-me a trajetória da pesquisa e me remeteu a um termo recorrente na pesquisa de campo, mencionado tanto por quem planta dendê, como por quem não planta. Os que não plantam costumavam referir-se aos que plantavam como os sofredores; por vezes os próprios agricultores referiam-se ao trabalho no dendê como sofrimento, expresso em frases como “pra todo lado é sofrimento, se a mandioca dá trabalho, o dendê dá o dobro”, neste contexto associei o sofrimento à penosidade do trabalho, contudo, no momento atual entendi o sofrimento extrapolando a dimensão física.

“A gente sofre demais aqui”; “eu me sinto assim, é uma humilhação isso que eles tão fazendo com a gente, eu digo, nós estamos sendo humilhados”, esses trechos são retirados de falas que foram feitas dentro de um contexto no qual os agricultores relatam a perda da safra no ano de 2018, e a pouca importância que a

empresa deu para essa perda, haja vista que a empresa nem cogitou ressarcir os agricultores de seus prejuízos.

Mesmo provocando perda de parte da safra - levando de um mês para o outro para pagar os frutos recebidos, ou atrasando para pegar os frutos, ocasionando perdas aos agricultores - os empregados da empresa continuam na posição de autoridade e autoritarismo, dando as cartas e ditando as regras de acordo com os ditames da empresa, ignorando todo e qualquer prejuízo que tenham causado aos agricultores.

De acordo com o dicionário etimológico (s/d) a palavra sofrimento deriva do verbo sofrer que por sua vez tem origem no latim *sufferre*, e era um termo utilizado pelos romanos para designar quem estava sob ferros, acorrentado, submetido à força, ou seja, remetia quem fosse escravo ou prisioneiro.

Essa definição liga-se de imediato à outra já abordada aqui que é de escravo, o que é extremamente coerente com as narrativas porque em geral esses termos vinham associados, ou remetem a situações semelhantes. Para lembrar, temos que o termo escravo estava muito mais ligado a falta do resultado esperado do que às jornadas exaustivas e também à falta de autonomia na gestão do dendê, pois nem o dia do corte era definido pelo agricultor, ainda que na sua percepção naquela semana tivesse que cortar porque tinha muitos cachos maduros, ele tinha que obedecer ao calendário da empresa, calendário que às vezes nem ela obedecia.

Esse cenário relatado, a angústia latente, levou-me a interpretar a situação como sendo de sofrimento social. Um sofrimento causado pela intensificação da força de trabalho, pela pressão por atingir metas de produção, pelo endividamento, que como já vimos, não se resume ao financiamento contraído para implantar a cultura, pela perda da produção em campo, pela impossibilidade de decidir sobre a produção e a falta de autonomia no gerenciamento e organização do trabalho da família e da produção.

A organização familiar, conforme demonstrei em trabalho anterior (SOUSA, 2015), passa a obedecer a dinâmica dos tratos culturais, adubação e ciclo do dendê, ao redor da qual giram as outras atividades. Dependendo do tamanho da

família, muitas vezes quase a totalidade da força de trabalho é dispensada para atender as exigências da produção do dendê; mesmo assim os que estão auferindo rendas maiores, “ainda não viram esse resultado todo”, referindo-se às prospecções e ao cenário promissor pregado pelos técnicos das empresas.

A precificação do fruto do dendê tem como marco o preço da tonelada do óleo bruto na bolsa de Roterdã, no caso da Agropalma e da Malásia, no caso da Biopalma. Das empresas que compram dendê da agricultura familiar essas duas divulgam a metodologia de precificação, a BBB não informou sua metodologia e a ADM não conseguiu identificar nenhum representante que pudesse falar sobre quais base se estabelece o preço pago ao agricultor.

Inicialmente o discurso de que o preço pago ao agricultor seria regulado pelo mercado, passou aos agricultores a ideia de que isso comportava justiça no preço pago aos agricultores, “só tem uma coisa boa que achei, que lá no nosso contrato tá dizendo que a empresa é obrigada a comprar nosso produto do preço do mercado”.

Com o passar dos anos, o encarecimento nos custos de produção e o preço da tonelada praticamente congelado, os agricultores iam reclamar o preço, e os técnicos sempre diziam que era por causa do preço que estava no mercado, que a empresa não teria gerência direta sobre isso, porque se ela passar um preço maior aí ela que se prejudicaria, ou seja, o que era tido como uma coisa boa, já passou ser um problema, porque servia de subterfúgios para a empresa:

(...) eu penso que o preço podia ser melhora mas ai eles chegam aqui com uns cálculos, a gente não sabe quanto tá nada, só dizem que é esse preço mesmo que tá, que a empresa trabalha com a bolsa, que se a empresa pagar mais ela vai ter prejuízo, se a empresa tiver prejuízo, todo mundo vai ter prejuízo, aí pega umas calculadora, bate tudo, aí, pá. Pá pá já tá com o preço na mão. Aí o caboco não tem internet, vai dizer o que? (R.M, agricultor familiar de Concórdia do Pará).

Mesmo em um cenário hostil, os agricultores não estão inertes, Vieira (2015) demonstrou que os agricultores que mantêm contrato com a empresa Agropalma em 2009 conseguiram modificar os cálculos de precificação, alterando a constante de multiplicação, o que resultou num valor maior no preço pago a eles. Não ficou nos

valores ideais, contudo, possibilitou um incremento na renda e demonstrou que a organização pode levar a construir resultados mais favoráveis.

Os agricultores que plantam dendê para a Agropalma tem uma vantagem em relação aos demais, eles estão espacialmente próximos e pertence à mesma associação, os agricultores que plantam dendê para outras empresas estão distribuídos em diversas comunidades e municípios dificultando a mobilização entre eles.

Dificultando, mas não de todo inviabilizando, por exemplo, no município de Moju os agricultores se organizaram e assessorados juridicamente reuniram com a Biopalma para rediscutir o contrato e reduzir o valor do frete, questionar os prejuízos causados na safra de 2018 e buscar viabilizar o projeto da agricultura familiar e de mini e pequenos produtores⁴⁵, para que estes não sejam apenas uma via de enriquecimento para a empresa, e de precarização para os trabalhadores e suas famílias.

No caso da Biopalma essas questões relativas a frete, fornecimento de insumos, amortização de adiantamentos feito pela empresa na forma de insumos e materiais não constam no contrato, são “acordos” feitos informalmente. A BBB e a Agropalma mantém esses itens dentro do contrato, mas, também vão fazendo arranjos extra-contratos, o que para Vieira (2015) obscurece o processo de endividamento.

Um dos agricultores que participaram da minha pesquisa sempre reivindicava a necessidade de organização das famílias, a princípio ele demonstrava uma insatisfação com o preço atonelada do dendê e do fato de na formação do preço levar em consideração apenas o preço do óleo bruto, contudo, o dendê gera outros produtos que agregam valor aos resultados da produção da empresa, e de acordo com ele “o certo seria a Biopalma repassar pro agricultor”.

Perguntei a ele o que seria “repassar”, ele responde: “pra comprar um quilo de torta de dendê, aqui na fábrica vizinha [Dentauá], custa quarenta e cinco

⁴⁵ Até julho de 2019 ainda não havia resultados concretos dessa mobilização porque ela é recente, mas a empresa já sinalizou uma redução do frete de R\$ 30,00 para R\$ 20,00 por tonelada.

centavos [para, me olha no rosto e afirma] NÃO SE PERDE NADA!” e segue argumentando, “porque se eu tô produzindo um produto e só me interessa saber se tem comprador?! Não. Me interessa saber o que ele vai produzir no total.”

Nesta fala, o agricultor, num tom de reivindicação, expressa sua inconformidade por se ver separado do resultado de seu trabalho, reforça minha afirmação anterior de que há a apropriação de seu trabalho e tem consciência de que está numa relação de exploração, e acredita que com organização conseguiria superar este quadro e fazer a empresa repassar aos agricultores parte do lucro que aufera com a venda dos outros produtos.

O que falta, tá faltando, é organização no grupo, entendeu? ORGANIZAÇÃO, por quê?! É muito bom a gente tá aqui preocupado com seis, oito toneladas de dendê e a firma chegou, pesou, levou...aí vai tirar seus bilhões (...) e o agricultor não sai daqueles centavos. (S, agricultor familiar de São Domingos do Capim, entrevista concedida em 2014).

Uma das características do campesinato é o controle sobre os meios de produção e sobre a própria produção. O produto de seu trabalho pertence a sua família, mas os agricultores percebem que as empresas vêm se apropriando de seu produto, logo de seu trabalho. As falas remetem a um sentimento de alienação, incomodam-se e recusam esse processo de expropriação e exploração próprio das relações capitalistas.

Demonstrei na minha dissertação de mestrado que afora toda a gramática desse projeto tido como projeto de desenvolvimento, os agricultores desenvolveram suas formas de resistências, resistências essas que estavam relacionadas à defesa e manutenção de um modo de vida específico, o modo de vida camponês.

Seja plantando nas entrelinhas, inicialmente interdito por todas as empresas e posteriormente permitido pela empresa Biopalma, que passou a incentivar e acompanhar o cultivo intercalado de culturas anuais com o dendê, de qualquer modo fazendo restrições a plantios a partir do segundo ano, até mesmo por causa do espaçamento adotado para o plantio do dendê.

Apesar de o agricultor acima mencionado se ressentir da ausência de um movimento coordenado para fazer frente às relações com a empresa e dar força às reivindicações dos agricultores na busca de melhorar os termos dessa troca que lhe

parece exploratória, as formas de resistências camponesa cotidianas seguem em pleno vapor, pois como já evidenciou James Scott (2002) ao focar as resistências camponesas “não há nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva” (p. 24).

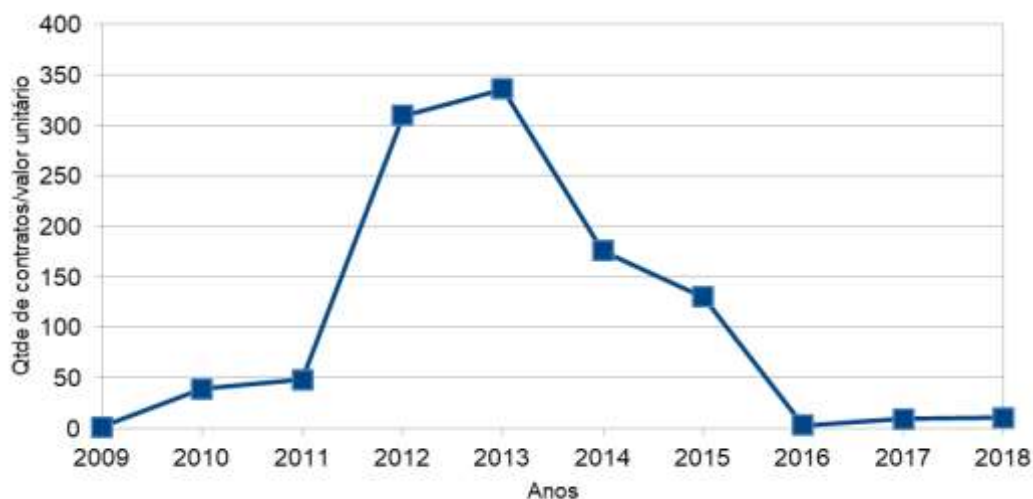
Scott (2002) discute que os estudiosos das rebeliões e revoluções camponesas tem dado ênfase às insurreições e revoltas, não sendo para o autor esses os mecanismos que classicamente o campesinato tem marcado sua presença política, e sim por meio de formas silenciosas e anônimas, que ele nomeia de resistências cotidianas, ou micro resistências, definidas como:

Micro-resistências entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores. (SCOTT, 2002; p. 24).

Quando o Programa Palma de Óleo foi lançado em Tomé-Açu, a presença do presidente da república conferiu ares de credibilidade ao programa e no empresariado em geral a convicção de que todos os agricultores familiares estavam ávidos em fazer parte da cadeia produtiva do dendê, porém esse prognóstico não se realizou, pois ao contrário do que supõe o pensamento embasado no evolucionismo, há determinados grupos que não querem se integrar, nem serem integrados a nenhum projeto de desenvolvimento que negue ou não reconheça suas particularidades.

As empresas chegaram à região com muito furor, saíram comprando terras, fazendo reuniões, arregimentando agricultores para plantar o dendê. A Biopalma tinha o projeto de “integrar” duas mil famílias, a BBB objetivava “integrar” mil famílias e a ADM seiscentas famílias, perfazendo 3.600 famílias envolvidas diretamente na cadeia produtiva do dendê, porém os números foram muito mais modestos do que os projetados pelas empresas e à medida que os anos foram passando o número de novos agricultores aderindo a contratos entrou em queda livre.

Figura 41 N° de contratos de financiamento do Pronaf Eco-Dendê entre os anos de 2009 e 2018



Fonte: Banco da Amazônia; Banco do Brasil, 2019.

No escopo do PNPB versa que para contratar os financiamentos de custeio ou investimento nas oleaginosas era necessário que os agricultores apresentassem um contrato de compra e venda de matéria-prima, que além de assinado pelas empresas, teria que ser assinado pelos agricultores e por uma entidade representativa desses últimos, porém das empresas que chegaram à região no *boom* do dendê apenas a ADM cumpriu esse requisito.

O boicote das empresas aos sindicatos de trabalhadores rurais foi para elas uma questão de existir, pois os sindicatos se opuseram à massificação pretendida, e ao discurso do enriquecimento pelo dendê, e também faziam críticas ao monocultivo querendo modificar o que era proposto para a agricultura familiar. Houve das empresas um contato anterior e quando depararam com essas resistências, passaram a atuar por fora.

Primeiro teve uma reunião da Fetagri⁴⁶ com as empresas de dendê porque tinha que ter um contrato assinado pelo sindicato, pelas empresas e pelo trabalhador, um tripé. Só que isso não aconteceu/essa dinâmica não aconteceu. Quando o sindicato percebeu já tinha gente da empresa fazendo reunião nas

⁴⁶ A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará foi grande incentivadora da expansão da dendeicultura, mas os sindicatos de trabalhadores rurais da microrregião de Tocantins e Cametá se opuseram ao projeto, e agiam desestimulando as famílias a plantarem dendê. Por outro lado, viraram as costas para quem plantou, pois não os assistiu. Várias lideranças sindicais relataram-me que hoje quando alguém os procura reclamando do dendê eles os lembram que foram avisados para não plantar. Essa postura dos sindicatos vem aumentando ainda mais a vulnerabilidade das famílias que plantam dendê, pois não são assistidas, nem acompanhadas por sua entidade de classe.

comunidades e sabe, fazendo aquela fala, se você plantar dendê daqui com 4-5 anos você vai ter sua hilux, dá isso, isso... todo aquele perfil técnico que o dendê poderia oferecer de produção, só que na prática foi diferente. (Antônio Pedro, ex-presidente do STTR do Acará).

O nosso pessoal lá nenhum plantou. O pessoal com quem a gente conversou não quiseram. A gente prefere ficar com as nossas coisas, com as plantas nossas daqui. Se a gente tivesse chegado em mais gente, o número de agricultores que plantaram seria ainda menor, porque aqui quase ninguém plantou. (Maridalva, atual presidente do STTR do Acará)

O pessoal que vem aqui e que se diz arrependido, conta que tá muito ruim o dendê a gente sempre fala que eles deveriam ter ouvido a gente. (diretor no STTR de Concórdia do Pará).

Ainda que a resistência aqui enunciada tenha partido de organizações, a ação delas não foi coordenada, pelo contrário, cada sindicato agiu autonomamente realizando as orientações e alertando os agricultores sobre os riscos de entrar em projetos de desenvolvimento que não tem relação com o projeto de vida das famílias camponesas.

Além disso, muitos agricultores olharam com desconfiança esse projeto que se apresentava como salvaguarda da floresta, pretensão gerador de renda e de desenvolvimento. Não estavam ávidos em entrar no projeto porque para muitos deles uma cultura estranha e completamente desconhecida trazia temores futuros que eles nem conseguiam dimensionar.

A atuação das empresas a fim de arregimentar agricultores para plantarem dendê deu-se primeiro por meio de reuniões nas comunidades, vendo que essa estratégia não estava sendo muito profícua, as empresas passaram a bater de porta em porta e eram recorrentemente insistentes.

Da primeira vez eles vieram e fizeram o relato deles e nós não aceitamos. Aí depois eles vieram de novo aí foi que nós decidimos. A gente não queria plantar, a gente tinha assim esse medo, tipo um medo de enfrentar esse serviço do dendê. (R, agricultora familiar de Acará).

(...) os técnicos que botaram muito, nesse tempo eu tava adoentado, eles vieram pra fazer do papai e do vizinho, aí eles botaram, botaram, aí eu disse que não queria de jeito nenhum, que era muito serviço, que eles plantavam pra mim. Até que eu decidi plantar por causa de problema aí, eles botaram quente demais em mim, diziam

que era bom, não falaram de um jeito que tá acontecendo agora. (P.S, agricultor familiar de Concórdia do Pará).

Eles podem chegar e plantar pra mim que eu não quero. Eu digo é se é tão bom então fica pra ti. Tem gente que cuidou e tá indo bem, o P... ali tá o melhor dessa região toda, mas a maioria do pessoal tá morto de arrependido, com o dendê largado lá no mato e a conta crescendo lá no banco. (R, agricultor familiar de Acará).

Além desses relatos tem muitos outros de agricultores que evidenciam o quanto que as empresas atuaram no aliciamento dos agricultores e que para muitos a decisão de plantar foi sob muita pressão. Os empregados das empresas não tiveram o sucesso que acharam que iriam ter e passaram a ser insistentes e até a recorrer a estratégias que iam desde mexer com o brio dos agricultores até a semear a discórdia entre os agricultores.

Depois de alguns agricultores convencidos os técnicos começavam a falar que pra ser melhor precisava que o grupo fosse maior e divagavam sobre as desvantagens de ter pouca ente, porque o frete ia sair mais caro, o adubo ia sair mais, a logística iria sair mais e que tudo isso era desvantajoso para os agricultores que passavam eles mesmo a tentar convencer outros agricultores a plantarem gerando conflitos, como o que começou a relatar o agricultor ao falar “decidi plantar por causa de problema aí”.

Para outros a decisão de plantar não foi por causa de pressões exercidas por técnicos das empresas, mas como uma alternativa à escassez de políticas voltadas de desenvolvimento rural que de fato contemplem um projeto de emancipação e inclusão dos segmentos não capitalistas de produção, ou como alternativa ao esgotamento dos solos e doenças que atingiam a principal cultura desenvolvida na região que é a mandioca, ou por conta de desgrças pessoais.

Eu resolvi plantar o dendê porque na roça nós já tivemos muito prejuízo. Teve um tempo que nós plantamos um alqueire de roça, eu com meu irmão, e ela apodreceu todinha. De um alqueire de roça nós tiramos sete sacos de farinha, aí decidimos bora parar de plantar isso. Aí esse ano plantamos uma ponta e já morreu um pé. A área onde está o dendê era toda de mandioca, mas com o tempo passou apodrecer, fazia pena ver as maniva tudo tombada. (H, agricultor familiar do Acará).

Aqui muita gente plantou outras coisas no meio do dendê, aqui eu não plantei nada porque onde tá o dendê fica tudo encharcado, não presta mandioca, não presta banana. (A. S, agricultor de Acará).

Daqui ninguém queria plantar, eu decidi plantar porque eu achei que seria bom pra nós, por uma parte, porque nossa terra aqui a gente plantava muita mandioca e não colhia quase nada, porque apodrecia tudo, aí tinha que pular pra outro canto pra escapar a vida. Se nós não plantasse isso aqui nós já tinha ido embora daqui, porque não dá pra ficar um lugar que não dá nada. (E. agricultor familiar de Concórdia do Pará).

Sérgio Schneider (2010) aponta que em um ambiente hostil, os agricultores buscam alternativas e constroem estratégias que lhes permite resistir e se adaptar. Entre as alternativas e estratégias adotadas estão as migrações, a diversificação que pode ser agrícola ou não agrícola e a integração às agroindústrias.

Mas, as estratégias não tem um fim em si mesmas, o que quer dizer que ao migrar os camponeses vão adotar outros mecanismo, ou melhor, micro resistência que vão dar sentido às migrações (que podem ser temporárias ou definitivas), assim ao migrarem os camponeses procuram locais onde possam continuar a reproduzir seu modo de vida, como apontou Costa (2012) e Sousa (2018), no caso dos agricultores que venderam suas terras e que passaram a habitar regiões nas quais pudessem, ainda que às vezes em condições adversas, continuar a plantar e a viver da terra.

Do mesmo modo que a diversificação agrícola comporta em seu interior outras micro-estratégias que se adequam ao escopo mais geral dos desejos e modo vida dos grupos e famílias. Bem como a diversificação não agrícola, que inclui o assalariamento não significa um rompimento com o modo de vida, pois muitas vezes as rendas não agrícolas são revertidas para complementar ou melhorar atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares.

Identifiquei agricultores familiares que tem pelo menos um membro da família empregado nas empresas de dendê e isso de acordo com eles ajuda a comprar alguns mantimentos não produzidos no estabelecimento ou bens duráveis, permitindo à família inclusive comprar no crediário. A força de trabalho faltante é compensada com contratações esporádicas de pessoas fora da família, ou por mecanismos de organização do trabalho camponês, como a troca de dias.

A estratégia da integração também não tem um fim último, na relação com a empresa cotidianamente os agricultores vão adotando as micro-resistências. A

primeira ordem das empresas para os que aceitam plantar é a área limpa, completamente limpa, sem nenhuma outra vegetação.

Eles chegaram aqui mandaram tirar tudo quanto era pau, ai eu fui tirando, até que tinha um pé de piquiá. Aí eu falei, o piquiá eu não vou tirar não. Aí toda vez que eles vinham eles falavam que tinha que tirar, que tinha que tira. E voltavam e falavam de novo, até que mudou o técnico e ele viu que o piquiá não prejudicava em nada e pararam de falar e o bichão tá lá, bonito que só. (S, C. São Domingos do Capim).

Rapá, eles falaram que não era pra plantar nada, que era pra ficar só o dendê. Eu mandei foi gradear essa área aí todinha e vou deixar só pro dendê? Já plantei limão, pupunha e agora tô plantando banana. (I, agricultor de São Domingos do Capim).

Eu plantei mandioca, tirei mais de sessenta saca de farinha, agora não tá mais dando pra plantar porque o dendê fechou todo. Mas seria uma coisa muito boa poder ter outras plantas dentro, porque diminuía o serviço, quando limpasse uma, já tava limpando a outra. (G. M. Moju).

Eles dizem que não é pra plantar nada no meio do dendê, mas você já viu agricultor só ter uma coisa? (R.M, agricultor de Tomé-Açu).

Aqui a gente trabalha com SAF, os técnicos da empresa dizem que outras plantas prejudica a produção. A minha produção tá mesmo baixa, mas a de todo mundo tá, eu pelo menos tenho banana e a pimenta já dá pra defender um pouco mais do que se tivesse só o dendê. (M. C, Tomé-Açu).

Já mencionei anteriormente que das empresas de dendê a Biopalma passou a permitir o plantio de culturas alimentares nas entrelinhas, mas proibiu culturas perenes para evitar a concorrência com o dendê, contudo alguns agricultores implantaram outras culturas, ou deixaram frutíferas nativas que já existiam na área. No caso do piquiá ele está acima do dendê e não concorre com ele por luz, o que viabiliza sua permanência, mas outras culturas à medida que o dendê cresce ficam inviabilizadas, porque o espaçamento adotado no plantio do dendê inviabiliza o consórcio permanente com outras culturas.

Nas micro-resistências do cotidiano também identifiquei determinadas desobediência, como na quantidade de aplicação de adubo, em geral dois quilos por pé, os agricultores lançam menos. O corte dos cachos 24 horas da empresa ir buscar, os agricultores ao fazerem um balanço da força de trabalho necessária adotam uma agenda na qual o corte se dá de dois a três dias antes porque são essas as suas condições.

Identifiquei ainda venda de adubos, desvios deste para serem utilizados em outros plantios, principalmente quem tem plantio de pimenta-do-reino e também abandono de plantios. Essas ações podem parecer irracionais tendo em vista que prejudicam diretamente os agricultores, uma vez que o plantio de dendê é deles e se não adubarem corretamente ou seguirem as recomendações técnicas quanto aos tratos culturais o dendê não produzirá e eles terão perdido o investimento que fizeram e não terão condições de arcar com o pagamento do financiamento no banco e nem das dívidas extras assumidas na empresa.

Todavia, a venda do adubo permite à família acesso a uma renda imediata, o que do ponto da sobrevivência é crucial, porque a necessidade de reprodução física não espera para amanhã. Os desvios do adubo para ser utilizado em outros plantios da família é uma escolha que se baseia também no retorno mais imediato e voltado para atender a produção que a família considera mais interessante.

Quanto aos plantios de dendê abandonados identifiquei no município do Acará, Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Moju. Identifiquei seis famílias que abandonaram o plantio logo no início. Ao se depararem com os custos e o desgaste da força de trabalho decidiram logo cedo a voltar-se para as atividades próprias, que “bem o mal é do que a gente vive”.

Outros agricultores abandonaram os plantios já produtivos, entenderam que o que estavam tendo de retorno não compensava o esforço que empreendiam. As dificuldades já apontadas anteriormente no que concerne ao endividamento constante, preço do adubo, do frete, o atraso no transporte dos frutos, perdas no peso e pagamentos passando de um mês para o outro levou essas famílias a decidirem que não valia a pena investir esforços físicos e psicológicos numa atividade que proporcionava mais raiva do que contentamentos.

Trago a esfera das emoções para essa análise porque identifiquei pelo menos cinco plantios que foram abandonados por causa de discordâncias internas das famílias. Quando um membro da família decide plantar e os outros não querem, mas são convencidos, a existência dos problemas mencionados ou mesmo dificuldades cotidianas ocasionada pela presença do novo plantio pode desencadear uma série de problemas internos e de conflitos.

Uma agricultora ao justificar o abandono da área esclarece que na hora de dividir o trabalho alguns não concordavam porque tinham aqueles que queriam se dedicar a outras atividades, “aí os meninos ficavam brigando porque não queriam trabalhar no dendê e não tava dando nada, aí a gente largou”.

Essa família especificamente tinha dois projetos de dendê de dez hectares cada um e negociaram o dendê com outras pessoas a título de elas assumirem a dívida. “Troquei o dendê por seis tarefas de roça e meu irmão trocou por uma moto”. O curioso é que não sendo mais deles, eles vão e trabalham no dendê, só que vendendo a força de trabalho, o que indica que não se tratava de dispêndio de força de trabalho, mas de resistirem à própria relação engendrada pelo contrato com a empresa.

E por fim, porém não menos importante, quero tratar da venda do dendê para outra empresa que não a com a qual os agricultores mantêm contratos. Já antecipei que muitos agricultores que tem contrato com a empresa Biopalma passaram a vender dendê para a empresa Dentauá e isto foi devido às perdas da safra de 2018 conforme já tratei na seção 4.3.

O que posteriormente tomou dimensões maiores, com aparências de movimento coordenado começou com iniciativas individuais em que os agricultores vendiam para a Dentauá, mas ainda mantinha o contrato com a empresa Biopalma e faziam as vendas para a Dentauá às escondidas.

A gente agora tá entregando para a Dentauá. A gente ainda tá com a Biopalma, mas eu faço assim, pra Dentauá eu corto só o especial e pra Biopalma eu mando só os refugos. (agricultor de São domingos do Capim)

Uma vez deu uma, duas, três viagens, aí eles chegaram e eles sabem que a gente cortou porque fica resto de caroço por aí. Aí eles perguntaram, vocês cortaram? Eu falei cortamos e vendemos pra Dendêtauá que a gente não vai é morrer de fome esperando por vocês. (agricultor de Concórdia do Pará).

“Agora eles estão uns santinhos”, agricultora se referindo à mudança no comportamento dos técnicos com a agricultura familiar, mas de acordo com ela não adianta mais, vão deixar de vender para a empresa e acrescenta: “meu marido fala, eles tão com essa garganta toda, mas não lembra que o emprego deles depende da gente, se não tiver agricultor não tem emprego pra eles”.

Depois de alguns meses vendendo dendê “às escondidas”, os agricultores começaram a “abrir o jogo” e a tratar da rescisão contratual, alguns trataram isoladamente com a empresa, mas outros, como foi o caso do Assentamento Taperuçu, reuniram com os técnicos da empresa Biopalma e anunciaram o rompimento do contrato, continuando um agricultor apenas. Decisão isolada, mas respeitada pelo grupo, que já sentenciou: “cada escolhe o que acha melhor, e uns acham melhor viver sofrendo”.

Outro exemplo de resistência camponesa e que fez parte do universo da minha pesquisa vem da região da Boa Esperança no município do Acará, em que pese muitas pessoas da região terem vendido suas terras ao ponto de comunidades rurais se extinguirem, como foi o que ocorreu no Ramal Pucuaia, as famílias que ficaram resistiram à ofensiva do dendê, seja no que concerne à tentativa de expropriá-los de sua base fundiária, seja via tentativa de .fazer contratos com as famílias camponesas.⁴⁷

Ao participar de uma conversar com diversos agricultores da região eles rememoravam as mudanças que ocorreram na região, principalmente no que se relaciona à venda de terras para as empresas de dendê. Então ocorreu o seguinte diálogo: “lá no Pucuaia produzia de tudo, hoje não produz nada” e outro agricultor replica, “produz sim, produz dendê” e todos riem, riem porque para eles a produção do dendê não tem sentido, não é nada, riem de uma lógica perversa do monocultivo, riem não porque é engraçado, mas porque para eles não tem sentido plantar o que não se come, e muito menos tem sentido um projeto de desenvolvimento em que não tem gente dentro dele.

Os camponeses da região da Boa Esperança foram protagonistas de uma grande luta em favor do acesso e permanência na terra. Quando a ofensiva em busca por terras chegou a região do Acará eles se organizaram e lutaram para a criação de assentamentos rurais e essa conquista foi efetivada em 2010 com a criação dos assentamentos rurais São Lourenço e Fortaleza.

⁴⁷ Na região apenas seis famílias plantaram dendê e por ocasião da pesquisa cinco dendezaís desses seis estavam abandonados.

Durante a pesquisa acompanhamos as famílias da região se organizando em cooperativa para ampliar as possibilidades de comercialização do açaí orgânico certificados, cupuaçu, castanha do Pará, e outras frutas e verduras, tanto para empresas particulares quanto para a prefeitura local por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Não poderia concluir essa seção sem falar de um trabalho que para mim foi particularmente inspirador por apresentar vivacidade, profundidade etnográfica e consistência teórica, trata-se da obra *O diabo e o fetichismo da mercadoria* de Michel Taussig (2010).

Na edição comemorativa de trinta anos de publicação da primeira edição o autor revisita a obra e faz uma atualização das mudanças ocorridas desde sua pesquisa e descreve que o Vale do Cauca, antes repleto de diversidade de animais e plantas, agora é um local entediante e estéril, onde só se cultiva cana-de-açúcar.

As cidades aos arredores dos canaviais são repletas de jovens marginalizados e violentos, agrupados em gangues que se matam umas as outras, bem como a moradores e a polícia, levando empresários e moradores a recorrerem a serviços paramilitares para assassinar membros dessas gangues.

Por outro lado, camponeses e suas organizações foram fortemente reprimidos e mesmo em meio a um local tão adverso e hostil se reorganizam e defendem seu modo de vida. As resistências são materializadas por meio de cultivos diversificados que crescem a cada dia. São plantios consorciados de cacau, banana, café, árvores frutíferas, plantas medicinais e outras culturas alimentares que são cultivadas sem nenhum agrotóxico. Essa r(e) existência leva o autor a concluir que:

(...) a moral econômica presente nas histórias sobre pactos com o diabo na década de 1970 deu frutos e foi validada pelo que agora se caracteriza como um próspero, ainda que rudimentar, "movimento verde". Na verdade, a memória dos valores incorporados aos antigos modos de trabalhar a terra e ao pacto com o diabo cresceu em vigor e imaginação. (p. 15).

O revisitar de Taussig permite mais uma vez negar a tese da subsunção do campesinato pelo capitalismo, e essa subsunção é negada pelas formas de resistência cotidianas que aqui apresentei e por muitas outras que são particulares de cada contexto cultural e pertencem ao projeto de cada família. As micro-

resistências que destaquei são aquelas que apresentam certa regularidade e que, portanto, permitem-me falar em termos de generalizações.

A ofensiva do agronegócio da cana no Vale do Cauca enfrentou resistência desde o início, ainda que trabalhando para o agronegócio os camponeses associavam a atividade e as mudanças que ela tentava inserir nas subjetividades ao pacto com o diabo, que para Taussig “é uma acusação contra o sistema econômico que força os homens a trocar suas almas pelo poder destrutivo das mercadorias.” (TAUSSIG, 2010, p 18).

O autor evidencia que no Vale do Cauca (Colômbia) operavam simultaneamente dois sistemas de trocas que são antitéticos, o sistema de reciprocidade e de autorrenovação e o sistema da troca desigual e da autoextinção. O primeiro é o sistema de produção camponesa e o segundo o capitalista, representado pelo agronegócio de cana. A autorrenovação e autoextinção dizem respeito à exploração da força física do trabalhador.

Enquanto no sistema camponês o trabalho nas roças era visto como menos intenso e mais prazeroso, tanto por questões físicas, quanto sociais. O trabalhador do agronegócio era explorado além de seus limites físicos e envelhecia rápido. Não raramente, mesmo com menor remuneração, o trabalho para o capitalista era preterido pelo trabalho para o camponês.

O autor ressalta também as intensas diferenças sociais entre os dois sistemas. No modo camponês as pessoas estavam unidas por relações pessoais, sejam de parentesco, de afinidade, de vizinhança e de culturas comuns. As relações de trabalho se davam por meio de relações pessoais e as diferenças de posses entre uns e outros eram atenuados por mecanismos de reciprocidade e redistribuição.

No agronegócio as relações sociais eram vistas como impessoais e opressivas. Os trabalhadores eram pressionados a trabalharem até, ou além da exaustão e suas individualidades substituídas por números. Nesse processo a relação com o agronegócio ocorria num contínuo processo de exploração e engodo, assim, os camponeses preferiam o trabalho camponês ao trabalho na cana.

Ao retornar ao Vale do Cauca, onde o diabo na década de 1970 era utilizado para descrever a alienação dos camponeses ao agronegócio da cana, o autor constata que nos anos dois mil a moral econômica que substanciavam as histórias sobre os pactos com o diabo deram frutos, e hoje são validadas pelo que ele denomina de movimento verde, que pode também ser bem representando pelo movimento agroecologista.

O autor demonstrou que os camponeses resistem às adversidades revivendo seus modos de vida e isto começa pela organização da produção diversificada e pela manutenção de laços de parentesco e reciprocidade, negando pressupostos que afirmam que os homens vivem voltados para o lucro e a barganha, com relações sociais mediadas pelas coisas.

O modo de vida camponês, ao contrário da lógica orientada por uma cultura que prioriza as relações com as pessoas, onde as relações econômicas não são a-sociais e isto é particularmente sustentador de práticas de resistências que tem como fim a manutenção de um modo de vida e de uma cultura específica, conforme os dados etnográficos neste trabalho apresentado ratificam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intentei neste trabalho demonstrar que os contratos de fornecimento de matéria-prima e prestação de assistência técnica entre famílias camponesas e empresas do ramo da dendeicultura não são necessariamente meios para proletarizar os camponeses, mas trata-se de relações desiguais nas quais os excedentes da produção camponesas são apropriados pelas empresas compondo parte do capital acumulado que será utilizado posteriormente na reprodução ampliada.

Ainda que essa tese se oponha à teoria marxista de que o modo de produção capitalista se reproduz estritamente num meio capitalista sem recorrer a outras formas, utilizo sua obra para me guiar no mundo do pecado original do capitalismo que ele chamou de acumulação primitiva. Não crio, contudo, uma nova teoria, apoio-me em Rosa Luxemburgo (1985) que inspira muitos outros autores a pensarem fora da caixa marxista, ampliando o esquema teórico e reconhecendo nas formas de produção não capitalistas meios que são utilizados pelo sistema capitalista no processo de acumulação.

A expansão da dendeicultura na Amazônia paraense foi fortemente marcada pelo discurso competente e homogeneizador do desenvolvimento. Velhos estigmas são as molduras de um discurso que quer se mostrar politicamente correto, mas termos chaves e práticas conservadoras não consegue escamotear o velho disfarçado de novo.

O PNPB é apresentado como um programa que tem como base o desenvolvimento sustentável, sendo assim, aliaria proteção ambiental e justiça social à viabilidade econômica, porém, o programa não consegue cumprir esses requisitos. O problema está na concepção do projeto, que não reconhece de fato as diversidades regionais, nem as pessoas, que ao lado do meio ambiente e da terra são tidas como recursos a serviço da reprodução do capital.

Antes de as empresas chegarem à região membros das elites locais se lançaram na busca por terras e serviram de atravessadores. Compravam as terras a preços baixos e revendiam a preços bem mais elevados, essas estratégias

compuseram o primeiro pilar do processo de acumulação aos moldes do que Marx identificou como acumulação primitiva.

Tal qual como Marx identificou na Inglaterra, após o despojamento da base fundiária, as empresas passaram a fazer contratações de trabalhadores, entre os quais estavam alguns que agora compunham a massa de trabalhadores expropriados de seus meios de reprodução.

De acordo com levantamento em campo nem todos os agricultores foram inchar as periferias das cidades, uns compraram terras em locais mais baratos ou mesmo passaram a residir com algum parente onde seguiam se reproduzindo em condições cada vez mais marginais. O empobrecimento e a pauperização serve a um objetivo, baratear a mão de obra e assim intensificar a extração de mais-valia.

Além de se apropriar do solo diretamente, as empresas também acessaram as terras dos camponeses por outros meios, o mais peculiar foi via contratos para fornecimento de matérias-primas. Porém, ao os agricultores implantarem plantios de dendê não é só a terra e a renda dela proveniente que ficam a disposição do capital, há um sistema de endividamento que é produzido a partir da transformação dos camponeses em um mercado de compradores dos pacotes tecnológicos criados e vendidos pelas empresas.

Ao aderirem ao contrato os agricultores fizeram um financiamento bancário que variou entre R\$ 65.000,00 e R\$ 88.000,00, valores dificilmente conseguidos para atividades de subsistência ou mesmo para investimento em tecnologias ou melhorias nas condições materiais de produção dos agricultores em atividades que fazem parte do seu sistema produtivo e cultural.

Além desse financiamento os agricultores também recorrem a outros empréstimos e rendas para complementar os custos do dendê, pois “eles projetam uma coisa no papel, e no campo dá outra”. Apesar de ser um valor elevado, o financiamento contraído junto a uma instituição bancária não é suficiente para cobrir os custos da produção do dendê, isto força os agricultores a recorrerem a outras fontes, como novos empréstimos ou mesmo disporem da renda de outras produções do estabelecimento, como açaí, cacau e pimenta do reino para investir no dendê.

Para implantar e manter o projeto de dendê é necessário adquirir mudas e insumos, que via de regra, são vendidos pelas próprias empresas. Deste modo parte do financiamento contraído pelos agricultores alimenta o capital das próprias empresas que vendem uma muda a R\$ 10,00, chegando a vender mudas velhas e inviáveis, passando para os agricultores aquilo que seria para eles prejuízos.

Quando terminam as parcelas do financiamento os agricultores ainda não tem produção suficiente que permita o reinvestimento na cultura. As empresas oferecem adiantamentos em forma de adubos e outros materiais e as dívidas contraídas vão se avolumando a outras dívidas, quase impossíveis de serem pagas; é o barracão moderno reinventado no seio de uma relação que se traveste de moderna.

Por meio do contrato as empresas subjugam a força de trabalho e compromete a autonomia camponesa, impondo regras à organização do trabalho familiar e não respeitando nem a dinâmica, nem as particularidades de cada grupo familiar, impondo o repertório de uma cultura guiada pelo campo econômico no qual as relações são mediadas pelas coisas e há a preeminência da técnica.

Quando os agricultores conseguem alcançar bons níveis de produtividade a remuneração do produto cai, seja por causa do mecanismo do preço médio, seja porque a empresa demora a buscar ou a pesar o dendê, o que reduz tanto o peso do produto quanto a qualidade e impacta no preço final a ser pago para os camponeses, assim, o contrato não viabiliza incremento efetivo na renda e constrange ainda mais as condições materiais de existência.

Vê-se que a expropriação da base fundiária, a criação de um mercado de mão de obra, não necessariamente via assalariamento, criação de um mercado e compradores e os mecanismos de endividamento progressivo coadunam com todas as etapas da acumulação capitalista que Marx identificou na pré-história do capital.

Não se trata de um capitalismo atrasado, particular e peculiar à Amazônia, trata-se da confirmação dos argumentos de Rosa Luxemburgo (1985) de que para se reproduzir o capital precisa recorrer a formações fora do sistema capitalista porque internamente o capitalismo não é capaz de consumir todos os meios de subsistência e de produção que gera.

Há assim um intercâmbio entre valores e mercadorias capitalistas e não capitalistas. Os camponeses são ao mesmo tempo compradores de mercadoria capitalistas, pagando por elas preços maiores do que recebem em suas mercadorias, e vendedores de mercadorias mais baratas, em geral alimentos, que permitem ao capitalismo ter a reprodução de uma mão de obra mais barata e assim maximizar a extração da mais-valia absoluta.

É isto que ocorre com os camponeses que plantam dendê, os resultados do trabalho, ou seja, o dendê é vendido ao preço que a empresa estabelece, mas nisso é consumidor dos produtos que a empresa comercializa e ainda é o responsável pela reposição da sua força de trabalho, pois mesmo alguns diminuindo a produção de alimentos, essa não foi extinta.

Deste modo se consolida um intercâmbio desigual entre mercadorias, ressaltando a deterioração dos termos de troca e levando para o setor capitalista parte da força produtiva do campesinato, que segue tendo que criar alternativas de reprodução fora das malhas da produção do dendê, que vem se mostrando incapaz de promover a geração de renda e a inclusão social prometida.

“A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos” foi a frase escolhida para abrir este trabalho e ela sintetiza o que propus discutir nesta tese. Forçoso lembrar que a frase também é eloquente no que concerne à percepção do agricultor a respeito da relação desigual na qual ele está inserido e essa percepção permite com que cotidianamente as famílias camponesas adotem um repertório de práticas de resistências.

Como também demonstram os dados etnográficos, diante de um quadro desfavorável às famílias camponesas, elas não se mantêm inertes, ao contrário, cotidianamente sustentam um repertório de práticas que remetem a micro-estratégias que tem dois propósitos latentes, um o de reduzir os efeitos de sua posição subordinada e explorada e outro de se estabelecer como grupo social diferenciado e garantir alguma autonomia no processo de produção e reprodução da vida material, social e simbólica.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo Introdução. *In* Ricardo Abramovay (org) **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. Editora Senac. São Paulo – SP, 2009. p. 9-18.

ABRAPALMA. **Déficit hídrico e impacto na produção de óleo de palma nota técnica nº 001/2016**. http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2016/07/NT001-2016_Deficit_Hidrico_Abrapalma.pdf.

ABRAPALMA. **Retrospecto e projeções da palma de óleo no Brasil 2018 – 2019**. Belém, Dezembro de 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARÍN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. *In*: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-159.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARÍN, Rosa Acevedo. Quilombola atingidos pela expansão do dendê no Pará. **Boletim informativo Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. – N. 9 (set. 2014) – Manaus: UEA. Edições, 2014 v.: II.; Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFGA/PPGCSPA).

ALMEIRA, Mauro Willian Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais da Unicamp**, v. 1. nº 2, Campinas-SP, 2007 Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/656/523> acesso em 27 de novembro de 2014.

ALTIERE, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1ª edição. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre- RS, 2004.

ALVES, Sérgio Augusto Oliveira. Sustentabilidade da agroindústria de palma no Estado do Pará. **Tese** (doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2011.

ANDRADE, L. G. Andrade, Lucia Gama de. Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel: possibilidade e limites do desenvolvimento. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 105 páginas. Belém- PA, 2010.

AQUINO, Sílvia Lima de. MENGEL, Alex Alexandre Mengel. Agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais: Resistir e adaptar-se ao sistema de integração produtiva. Anais XXXI congresso Alas: las encrucijadas abiertas de

América Latina, La Sociología en tempos de cambio. Montevideo, Uruguai. http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/4322_silvia_lima_de_aquino.pdf

ARAGÓN, L. E. **Amazônia: conhecer para desenvolver – cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARANTES, Heytor Fabricio; REIS, Arantes Frauches; LIMA, Luiz Paulo de Lima; PEREZ, Ronaldo Perez. Palma no Brasil: Viabilidade da produção de óleo ou biodiesel?. **Revista de Política agrícola**. Ano XXVI – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2017. p. 20-30. Disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1080345/palma-no-brasil-viabilidade-da-producao-de-oleo-ou-biodiesel> , consulta realizada em 17 de novembro de 2018.

BACEN. **RESOLUÇÃO** 3.545 de 29 de fevereiro de 2008. Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. Disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3545_v1_O.pdf acesso em 03 de julho de 2012.

BACEN/CMN. **Resolução** 3.807/2009. Autoriza o financiamento de investimento na cultura do dendê ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

BACEN/CMN. **RESOLUÇÃO** Nº 4.105, DE 28 DE JUNHO DE 2012. Promove ajustes nas normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Publicado no Diário Oficial da União em 2/7/2012, Seção 1, p. 18/19.

BACEN/CMN. **Resolução** 4.107/2012. Altera as disposições do Programa Nacional e Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013.

BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? **Working Paper 6**, Berlin, 2013. Disponível em http://www.fair-fuels.de/data/user/Download/Ver%C3%B6ffentlichungen/FairFuels-working_Paper_6_Portuguese.pdf acesso em 21 de Setembro de 2014.

BARROS, G. S. C [et al]. Custos de produção de biodiesel no Brasil - Revista de Política Agrícola do Ministério Da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Ano XV, nº 3, Brasília-DF, 2006. p. 36-50. Disponível em www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%203%2006.pdf>acesso em 03 de novembro de 2014.

BECKER, Bertha K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)?, **Confins** [Online], 10 | 2010, posto online no dia 14 janeiro 2011, consultado o 19 novembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/confins/6609> ; DOI : 10.4000/confins.6609

BRASIL. Congresso. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica**. Brasília: Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil**. Brasília: MDA, [s.d.].

BRASIL. **Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2004/dec5297.htm>>

BRASIL. **Decreto nº 7.172**, de 7 de maio de 2010. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm> acesso em 27 de Julho de 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> acesso em 31 de agosto de 2013.

BRUNO, Regina . Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016. in <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/712/452/>.

CAMPOS, A. A; CARMÉLIO, E. C. Construir a diversidade energética: o biodiesel no Brasil. In Ricardo Abramovay (org) **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. Editora Senac. São Paulo – SP, 2009. p. 59-98.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas**. Série Antropologia. V. 413. Brasília. DAN/ UnB. 2007.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CORLEY, R.H.V; TINKER P.B. **The Oil Palm**. Fourth edition. Blackwell Science Ltd. Oxford, 2003.

COSTA, Francisco de Assis. A questão agrária na Amazônia e os desafios

estratégicos de um novo desenvolvimento. In Wanderley Messias da Costa; Berta Koiffmann Becker; Diógenes Salas Alves (Orgs). São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2007. P. 129-166.

COSTA, Francisco de Assis. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. *In*: BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. **Desafios ao Projeto Amazônia**. Brasília: CGEE, 2009. p. 215-363.

COSTA, Francisco de Assis. Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum. Belém, v. 5, n. 1, p. 25-39, jan.- abr. 2010.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. – (Coleção Economia Política da Amazônia. Série II- Fundamentos teórico-metodológicos; v. 1). Belém-PA. NAEA, 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas e desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação prospectiva. *In* **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Francisco de Assis Costa – (Coleção Economia Política da Amazônia. Série IV- Dinâmica Contemporânea; v. 1). Belém: NAEA, 2012b. p.243-274.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. orientadora Rosa Elizabeth Acevedo Marin. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

COUTO, A. C. O; SOUSA, R.; MACEDO, C. O. A fronteira do dendê na Amazônia: o caso do Nordeste paraense. **Anais do XXII Encontro de Geografia Agrária**, Uberlândia Minas Gerais, 2012.

DA MATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter. “Anthropological Blues” in NUNES, Edison de O. A aventura sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DINIZ, J. F; FAVARETO, A. Os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado de matéria-prima para o biodiesel no Brasil. *Revista Estudos, sociedade e Agricultura*, v. 22, nº2, outubro de 2012. Disponível em: <r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/351/347> acesso 03 de maio de 2013.

DUSSEL, Enrique. **1492 : el encubrimiento del otro : hacia el origen del mito de la modernidade**. Plural Editores: La Paz, 1994.

EATON, Charles; SHEPHERD, Andrew. Agricultura por contrato: alianzas para el

crecimineto. Boletim de Serviços agrícolas de la FAO nº 145: Roma, 2002.

EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do dendzeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro-RJ: Embrapa Solos, 2010.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Fundación Imprenta Ministerio de la Cultura:. Caracas, 2007.

FAO. Oil seeds and oil seeds products. **OECD-FAO AGRICULTURAL OUTLOOK 2018-2027**, 2018. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/agr_outlook-2018-7-en.pdf?expires=1565626768&id=id&accname=guest&checksum=7B31A79B62552E9E9F7DFAED982C5C6D, acessado em 03/05/2019.

FAPESPA. **Boletim Agropecuário do Pará - 2017**. Belém-PA, Imprensa oficial do Estado do Pará, 2017.

FAVARETO, A; KAWAMURA, Y; DINIZ, J. F. Controvérsias científicas e sociais na produção de biocombustíveis: uma avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Contemporâneos, revista de arte e humanidades, nº 9. Novembro de 2011 a Abril de 2012. Disponível em <revistacontemporaneos.com.br/n9/.../controversias-biocombustiveis.pdf> acesso em 14 de junho de 2014.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. BARONE, Luís Antonio. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 26, jan./abr. 2011, p. 262-305. <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/11.pdf>.

FRANZINI, Vinícius Ide; SILVA, Alysson Roberto Baizi. **Adubação Fosfatada para Palma de Óleo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2012. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/958268/1/OrientalDoc388.pdf>, acesso em 13 de março de 2019.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sérgio Faraco. L&PM Pocket: Porto Alegre, 2018.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.), **Diversidade do campesinato: expressões e categorias; v2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-244. Versão on line. Disponível em no endereço eletrônico: <<http://w3.ufsm.br/gpet/files/Diversidade%20do%20Campesinato%20II.pdf>> acesso em 18 de Agosto de 2011.

GLASS, V. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará.** Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. São Paulo- SP, 2013.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro - RJ: LTC. 1989.

GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. Apresentação da coleção História social do campesinato brasileiro. In, GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades.** Brasília: Unesp. 2009. Vol. 1. versão on line, disponível no endereço eletrônico: <<http://w3.ufsm.br/gpet/files/Diversidade%20do%20Campesinato%20I.pdf>> acesso em 18 de Agosto de 2011.

GOMES JÚNIOR, Rui Alberto. Victor Rafael Barra. Seleção de áreas aptas para o cultivo sustentável da palma de óleo. *In* Rui Alberto Gomes Junior (editor técnico) **Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar, Parte II Implantação da cultura de palma de óleo.** Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2010. parte II, p. 3-12.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia,** 2º edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 1, 1983.

GTI. **Relatório técnico sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal-biodiesel como fonte alternativa de energia.** Casa Civil da presidência da República. Brasília-DF, 2003.

GUBER, Rosana. **La etnografia: método, campo y reflexividad.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GUEDES, Ana Claudia Filgueiras. Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará: estratégia de parceria AGROPALMA e BIOPALMA. Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana Valente Santana. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2014.

HARVEY, David. Acumulação por via espoliação. *In* David Harvey. **O novo Imperialismo.** Edições Loyola. São Paulo-SP, 2003. p. 115-148.

HENDERSON J. Osborne D.J. (2000) **The oil palm in all our lives: how this came about.** Endeavour, 24, 63–68.

HOMA, Alfredo Kingo Oyama. Agroenergia: a entrada de um novo ciclo na

Amazônia? *In* Rui Alberto Gomes Júnior (org) **Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2010. parte I, p. 03-12.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

HOMMA, Alfredo; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. *In*: MULLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. (Org.). **O agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém, 2001. p.193-207.

HOMA, Alfredo; VIEIRA. Ima Celia. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. Banco da Amazônia. **Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento**, v. 8, nº 15, julho-dezembro, 2012. p. 79-90..

HOMMA, A. K. O.; FURLAN JÚNIOR, J.; CARVALHO, R. A.; FERREIRA, C. A. P. Bases para uma política de desenvolvimento da cultura do dendê na Amazônia. *In*: VIÉGAS, I. J. M.; MÜLLER, A. A. **A cultura do dendezeiro na Amazônia brasileira**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. p. 11-30.

HOMMA, A. K. O [et al]. **Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2014.

IPAM/MMA. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. José Heder Benatti; Roberto Araújo Santos; Antônia Socorro Pena da Gama. Brasília: MMA, 2006.

JANK, M. S; NAPPO, M. Etanoel de cana-de-açúcar: uma solução energética global sob ataque. *In* Ricardo Abramovay (org) **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. Editora Senac. São Paulo – SP, 2009. p. 19-58.

LIMA, A. M. **Estudos recentes e perspectivas da viabilidade técnico-econômica da produção de biodiesel**. Embrapa Agroenergia. Brasília-DF, 2011. Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66489/1/doc08-Alice.pdf>> acesso em 21 de Agosto de 2014.

LITTLE, P.E. **Megaprojetos na Amazônia Uma Análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia**. Red Jurídica Amazonia – RAMA, Articulación Regional Amazónica –ARA, Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR: Lima, 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. O avanço do capital na Amazônia e o fracasso do projeto desenvolvimentista regional (p. 64-109). *In* Violeta Refkalefsky Loureiro, **Amazônia: Estado, Homem, natureza** – Belém: CEJUP, 1992. (Coleção

amazoniana) (p 64-109).

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2ª edição. (Coleção Os economistas). São Paulo: Editora Nova cultural, 1985.

MAPA. **Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil**. Brasília : MAPA/ACE, 2018.

MARINHO, J. A. M. Desenvolvimento do extrativismo do açaí e mudanças na socioeconomia de ribeirinhos marajoaras. In Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.), **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 185-209. Versão on line, disponível no endereço eletrônico <<http://w3.ufsm.br/gpet/files/Diversidade%20do%20Campesinato%20II.pdf>> acesso em 18 de Agosto de 2011.

MARTINS, J.S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *In* **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. Editora Contexto. São Paulo, 2009.

MARX, Karl. CAPÍTULO XXIV - A Assim Chamada Acumulação Primitiva. *In* Karl Marx, **O Capital: crítica à economia política**. V. 2. 2ª edição. São Paulo. Editora Nova cultural. 1985. (Coleção Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do partido comunista**. São Paulo-SP: Escala. 2007.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva: forma e e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MDA. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis: inclusão social e desenvolvimento territorial** (cartilha). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MDA. **Plano Safra da agricultura familiar - 2015/2016** (Cartilha). Brasília. 2015.

MDA. **Plano Safra da agricultura familiar - 2016/2017** (Cartilha). Brasília, 2016.

MDA **Plano Safra da agricultura familiar - 2017/2020** (Cartilha). Brasília, 2017.

MEILLASSOUX, Claude. La explotación de la comunidad doméstica: el imperialismo como modo de reproducción de mano de obra barata. In Claude Meillassoux. *Mujeres, graneros y capitales*. Siglo XXI, México, 1987.

MEILLASSOUX, Claude. O sucesso da política de ajuda ao sobredesenvolvimento dos países ricos. In ARANTES, Antônio; RUBEN, Guilherme; Debert, Guita (orgs). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. P. 27-48.

MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia**. 3ª edição. Revisada e aumentada. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MINTZ, Sidney. A antropologia da produção de Plantation. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. **Economia e movimentos sociais na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 127-136. (disponível em: <http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-06.pdf>, acesso em 22 de julho de 2018.

MME. **Boletim Mensal dos Biocombustíveis**. Nº 109. Maio-junho 2017. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138769/0/Boletim+DBio+n%C2%BA+109+mai-jun+de+2017.pdf/729730f3-5be6-4e12-84a2-8838bc873b6a>, consulta em 29/10/2018.

MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcêz. Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará. **Tese** (doutorado). Universidade Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2013.

MONTEIRO, Marcílio de Abreu. *Habitus*, governanças institucionais e trajetórias tecnológicas: Uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma (dendê) no Vale do Acará. **Tese** (doutorado). Orientador Francisco de Assis Costa. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

MOREIRA, Helena Margarido; GIOMETTI, Ana Lúcia Bueno dos Reis. Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de projetos em energia limpa. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 9-47, Apr. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000100001&lng=en&nrm=iso. access on 12 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292008000100001>.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin (orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. Brasília: Unesp. 2009. Vol. 1. P. 187-208. versão *on line*, disponível no endereço eletrônico: <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Diversidade%20do%20Campesinado%20I.pdf> acesso em 18 de Agosto de 2011

MPF. **Ação cautelar de antecipação de prova com pedido liminar**. Ministério Público Federal, Belém-PA, 2014. Disponível em <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Acao-cautelar-pedido-inspecao-TI-Ture-Mariquita-analise-contaminacao-agrotoxicos.pdf>> acesso em 18 de Dezembro de 2014.

MÜLLER, Antônio Agostinho. **A cultura do dendê**. Belém, PA. EMBRAPA-CPATU. 1980.

MULLER, A. A.; VIEGAS, J. M.; CELESTINO FILHO, P.; SOUZA, L. A.; SILVA, H. M. **Dendê – problemas e perspectivas na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 13, 1989.

NAHUM, J. S.; MALCHER, T. Usos do território na Amazônia: dendeicultura e campesinato na microrregião de Tomé-Açu (PA). In **Anais do VI Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Belém-PA, 2012. Disponível em <<http://auth.openedition.org/?url=%2Fproxy%3Furl%3Dhttp%253A%252F%252Fconfins.revues.org%252Fpdf%252F7947>> acesso em 09 de Janeiro de 2013.

NAHUM, J. Cleilson, S. BASTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, abr. 2014. p. 469-485. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>>

NAHUM, João. BASTOS, Cleilson S. CARVALHO, Ana Cláudia Alves de. Dinâmicas da agricultura familiar com cultura do dendezeiro no município de Moju, na Amazônia paraense. **Novos Cadernos NAEA** • v. 20 n. 3 • p. 161-180 • set-dez 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/download/3937/4730>>, acesso em 11 de janeiro de 2019. acesso em 13 de Setembro de 2014.

NAHUM, João Santos. SANTOS, Cleilson Bastos dos. O *boom* do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense. **Revista Confins [Online]**, 25/2015, consultado em 16 novembro 2018. URL : <<http://journals.openedition.org/confins/10536>> ; DOI : 10.4000/confins.10536.

NAHUM, João Santos; THURY, João Paulo Carneiro. ENCONTROS E DESENCONTROS NA AMAZÔNIA PARAENSE: Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA) Revista InterEspaço Grajaú/MA v. 1, n. 3 p. 82-96 Ed. Especial 2015..

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional, *in* Elinao Sérgio Azevedo Lopes; Dalva Maria da Mota e Tânia Elias Magno da Silva (orgs), Ensaio – **Desenvolvimento rural e transformações na Agricultura**.

Aracaju, Embrapa Tabuleiros costeiros, 2002, p. 131-159.

NUNES, Sidemar Presotto. **Produção e consumo de óleos vegetais no Brasil**. Departamento de estudos socioeconômicos rurais. Boletim eletrônico: Conjuntura agrícola. Nº 159, jun/07.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualística: o ornitorrinco**. 1ª ed. 4ª reimpressão. Editora Bointempo: São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *In* Roberto Cardoso de Oliveira. **O trabalho do Antropólogo**. 3. Edição. Editora Unesp. São Paulo-SP, 2006. p. 17-36.

PALERM, JUAN VICENT. **Los nuevos campesinos**. Universidad Iberoamericana A. C. México, DF, 1997.

PEDROTI, Paula Maciel. Os desafios do desenvolvimento e da inclusão social: O caso do arranjo político institucional de produção e uso do biodiesel. **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-, 2013.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro. Editora Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

PEREIRA, L. C. A questão agrária e o campesinato. Presidente Prudente: SP. 2005.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-56.

POLANYI, Karl. Ascensão e queda da economia de mercado *In* A Grande Transformação: as origens da nossa época. P. 49 à p. 157. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POMPELLI, M. F [et al]. Crise energética mundial e o papel do Brasil na problemática de biocombustíveis - Disponível em <<http://www.bdigital.unal.edu.co/19807/1/15861-108855-2-PB.pdf>> acesso em 12 de Setembro de 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação. *In* Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições ALMEDINA.

AS: Lisboa, 2009. p. 73-118.

RAMALHO FILHO, Antônio; MOTTA, Paulo Emílio Ferreira. Contexto e objetivos do Zoneamento Agroecológico para a Cultura da Palma de Óleo nas Áreas Desmatadas da Amazônia Legal. *In* Antônio Ramalho Filho. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo para a cultura da palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. p. 19-22.

RAMALHO FILHO, Antonio; et al. Zoneamento Agroecológico para a Cultura da Palma de Óleo nas Áreas Desmatadas da Amazônia Legal. *In* Antônio Ramalho Filho. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo para a cultura da palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. P 53-69.

REBELO, F. K A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dende familiar. **Boletim Contexto Amazônico**. Belém-PA, ano 5, v. 22. Junho de 2012. Disponível em <http://bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Ccontextoamazonico%5Ccontexto_amazonico_22.pdf> Acesso em 24 de agosto de 2012.

RUBEM, Guilherme. JAIME, Pedro. Etnografias do capitalismo: Por uma articulação entre cultura, economia, história e poder. *In* Guilherme Rubem, Pedro Jaime (orgs), **Etnografias do capitalismo brasileiro**. Ideias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas-SP, Ano 11 (3), 2004, p. 7-28.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2009.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Teotônio. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: Froehlich, J.M. ; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais* / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 4, n. 1. (2010). Campinas: Unicamp/IFCH, 2011. p. 85-132.

SCOTT, James. Forma Cotidianas de resistência. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raízes**. Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva**, na cerimônia de lançamento

do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região. Tomé-Açu - PA, 06 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/06-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma>> acesso em 03 de setembro de 2015.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, Agosto de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de Outubro de 2014.

SILVA, Edfranklin Moreira da. Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental. **Dissertação** (metrado). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientadora Profa. Dra. Lívia de Freitas Navegantes Alves. Belém, 2016.

SILVA, Elielson Pereira. Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Belém, 2015.

SIMAS, J. P; PENTEADO, C. L. C. Potencialidades do Dendê para Produção de Biodiesel na Região Amazônica. **Anais** do VI Encontro Nacional da ANPPAS de 18 a 21 de setembro de 2012. Belém - PA – Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT18-682-482-20120630172414.pdf> acesso em 22 de novembro de 2014.

SINGER, Paul. Introdução: Capital e trabalho no campo. In Jaime Pinsky (org.). **Capital e trabalho no campo**. Hucitec: São Paulo, 1977.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da mente**. Editora Gaia: São Paulo, 2002.

SORJ, Bernardo. Modos de produção e imperialismo: modelos alternativos. In SORJ, Bernardo; CARDOSO, FHFONT, M. (orgs). **Economia e movimentos sociais na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 65-113.

SOUSA, Claudiane de Fátima Melo de. Será mesmo o diabo? Expansão da dendeicultura e o campesinato na Amazônia paraense. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém-PA – 2015.

SOUSA, Rafael Benevides. Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense. Jacob Binsztok (orientador). Doutorado (**Tese**). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2018.

TAUSSIG, M. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo-SP: UNESP. 2010.

THURY, João Paulo Carneiro. Tensões territoriais na Amazônia paraense: o povo indígena Tembé-Turé-Mariquita no município de Tomé-Açu. Dissertação de **mestrado**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2017.

TRECANNI, Girolando Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

USDA. Service Approved by the World Agricultural Outlook Board/USDA. **Oilseeds: world markets and trade**. Circular Series FOP 08- 13 September 2013.

USDA. Approved by the World Agricultural Outlook Board/USDA. **Oilseeds: world markets and trade**. April 2018a.

USDA. Service Approved by the World Agricultural Outlook Board/USDA. **Oilseeds: world markets and trade**. may, 2018b.

USDA. Service Approved by the World Agricultural Outlook Board/USDA. **Oilseeds: world markets and trade**. Setember, 2018c.

Vásquez, Jorge Artuno Mori. Agronegócio do Dendê: evolução no Estado do Pará e no Brasil e no Peru. Orientadora, Oriana Trindade de Almeida. **Tese** – 2015.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIECO, J. J. Desarrollo sostenible, organización social y ambiente em la Amazonia. In FRANKY-CALVO, C. E; ZÁRATE-BOTIÁ, C. G. (Orgs). **Imani mundo: estudos em la Amazonia colombiana**. Leticia, Universidad Nacional de Colombia/IAII, 2001. P. 47-70.

VIEIRA, Ana Carolina Casemiro. A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. Belém, 2015. **Dissertação** (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará.

VILMAR, M. L. [et al]. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma de dendê no estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás combustíveis**. Relatório final. Instituto Observatório

Social. São Paulo-SP, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Entrevista. *In* Eduardo Viveiros de Castro, **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de Antropologia**. Edição eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 331-343. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4100318/mod_resource/content/1/1%20A%20Inconstancia%20da%20Alma%20Selvagem%20-%20Eduardo%20Viveiros%20de%20Castro.pdf, consulta realizada 03 de novembro de 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre-RS: UFRGS. 2009. p. 155-183.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Um saber Necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas. SP. Editora da Unicamp, 2011.

WEID, Jean Marc Von der. Agro-combustíveis: Solução ou problema. *In* Ricardo Abramovay (org). **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo, Editora Senac, 2009.p. 99-142.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia":o campesinato como ordem moral. *In* **Anuário Antropológico**. Editora UNB. Brasília-DF. p. 11-73, 1987.

WOORTMANN, Klass; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília-DF. Editora UnB, 1997.

